



Prêmio Brasil
de Esporte e Lazer
de Inclusão Social

1ª EDIÇÃO

COLETÂNEA DOS PREMIADOS
DE 2008



**PRÊMIO BRASIL DE
ESPORTE E LAZER DE
INCLUSÃO SOCIAL
1ª EDIÇÃO**

**COLETÂNEA DOS PREMIADOS
DE 2008**

Ministério
do Esporte



PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL 1ª EDIÇÃO

**COLETÂNEA DOS PREMIADOS
DE 2008**

**Brasília-DF
2009**

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Esporte

Orlando Silva de Jesus Júnior

Secretário Executivo do Ministério do Esporte

Wadson Nathaniel Ribeiro

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer

Rejane Penna Rodrigues

Secretário Nacional de Esporte Educacional

Júlio César Monzu Filgueira

Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento

Djan Garrido Madruga

Secretário Especial da Candidatura Rio 2016

Ricardo Leysner Gonçalves

Organizadoras:

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

Andréia Meneses Silva Lopes

Capa: FIELDS COMUNICAÇÃO

Diagramação/Impressão

Gráfica e Editora América Ltda.

Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social 1ª Edição: Coletânea de premiados de 2008. Brasília: Ministério do Esporte, 2009. 432 p.

Conteúdo: 1: Vencedores da Categoria Teses, Dissertações e Pesquisas Independentes; 2: Vencedores da Categoria Monografias de Graduação e Especialização; 3: Vencedores da Categoria Relatos de Experiências; 4: Vencedores da Categoria Ensaios; 5: Vencedores da Categoria Novas Mídias.

ISBN: 978859921840-2

1. Esporte e lazer 2. Inclusão Social 3. Políticas Públicas

Tiragem: 500 exemplares

Distribuição gratuita

Os textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam.

CONSELHOS E COMISSÕES

Conselho Deliberativo:

Presidente: Orlando Silva de Jesus Júnior - Ministro de Estado do Esporte; Jane Teresinha da Costa Diehl - Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL); Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto – Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte da SNDEL; Cláudia Regina Bonalume – Diretora do Departamento de Políticas Sociais de Esporte e Lazer da SNDEL.

Conselho Consultivo:

Presidente: Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto – Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte da SNDEL; Cláudia Regina Bonalume – Diretora do Departamento de Políticas Sociais de Esporte e Lazer da SNDEL; Débora Alice Machado da Silva; Marcelo de Almeida Pereira Ferreira; Fernando Mascarenhas (Presidente do CBCE); Dulce Maria Filgueira de Almeida Suassuna; (Representante do CBCE) Cláudia Ramalho (Gerente Nacional de Cultura do SESI); Geraldo Vítor da Silva Filho (Ministério da Cultura); Amauri Aparecido Bassoli Oliveira (SNEED/ME).

Comissão Julgadora:

Presidente: Rejane Penna Rodrigues - Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte; Carmen Lília da Cunha Faro – UEPA/Belém-Pará; Celi Neuza Zulke Taffarel – UFBA/Salvador-Bahia; Nelson Carvalho Marcellino – UNIMEP/Piracicaba-São Paulo; Valdelaine da Rosa Mendes – UFPEL/Pelotas-Rio Grande do Sul; Beleni Salette Grandó – UNEMAT/Cáceres-Mato Grosso; Fernando Mascarenhas Alves (Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte); Cláudia Martins Ramalho (Departamento Nacional do SESI); Ana Rosa da Rosa Fonseca (SESI Bahia); Larissa Michelle Lara (Representante da Secretaria Nacional de Esporte Educacional Ministério do Esporte); Cássia Damiani (Diretora de Programa da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte).

Comissão Organizadora:

Presidência: Patricia Zingoni Machado de Moraes - Coordenadora Geral de Tecnologia, Cooperação e Intercâmbio, do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da SNDEL-ME, Maria Leonor Brenner Ceia Ramos; Débora Alice Machado da Silva; Andréia Meneses Silva Lopes, Muriel de Carvalho Plautz; Mariana de Melo Rabelo; Uires Carlos de Oliveira; Waldir Dimas Geraldo.

Comissão de Edição e Difusão:

Presidência: Patricia Zingoni Machado de Moraes - Coordenadora Geral de Tecnologia, Cooperação e Intercâmbio, do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da SNDEL-ME, Maria Leonor Brenner Ceia Ramos; Andréia Meneses Silva Lopes, Muriel de Carvalho Plautz; Mariana de Melo Rabelo; Uires Carlos de Oliveira; Waldir Dimas Geraldo.

PREFÁCIO

Esta obra concretiza um antigo sonho, que nasceu com a criação deste Ministério, em 2003, e que, no ano de 2008, se efetivou sob a liderança da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, responsável pela coordenação e execução desta ação. Sonho da realização de um Prêmio que cumprisse papel de instrumento de consolidação da nossa Política de Esporte e Lazer de Inclusão Social, com o objetivo de qualificar nossas ações políticas neste campo, valorizando os avanços da produção científica e tecnológica na área, refletindo sobre problemas essenciais, dialogando com práticas políticas e gerenciais que ajudem na dinâmica dos projetos sociais de esporte e lazer.

Consideramos fundamental chamar atenção dos gestores sobre a necessidade da perspectiva a médio e longo prazos das nossas ações políticas e, nesse sentido, destacar a importância do desenvolvimento científico e tecnológico e do que anda de mãos dadas com ele: a qualidade das produções universitárias e o aperfeiçoamento de suas relações com experiências na gestão pública brasileira.

Não há dúvida de que, pela natureza das discussões estabelecidas pelos 27 trabalhos selecionados, questões essenciais para a Política Social do Ministério do Esporte foram tratadas: a inclusão social pelo esporte e o lazer nos Programas Esporte e Lazer da Cidade, Segundo Tempo, Agente Jovem e Programa Bom de Bola, Melhor na Escola; ações de esporte e lazer desenvolvidas com crianças, jovens, idosos, deficientes, mulheres, adolescentes sob medidas socioeducativas, adolescentes moradores de rua e indígenas; a dimensão inclusiva dos megaeventos esportivos e a educativa do esporte olímpico; o lazer na promoção da saúde; estudos sobre práticas da capoeira, do futebol e etno desporto indígenas; avaliação de políticas públicas de esporte e lazer, assim como o esporte e lazer em praças, parques e Educação Física escolar.

A abrangência desta premiação, que valoriza a produção de todas as regiões brasileiras, mostra o alcance estratégico da obra consolidada por este Prêmio. A próxima etapa de difusão desta produ-

ção para gestores, agentes e pesquisadores de todo o País, terá o desafio de mobilizar reflexões que ampliem o debate sobre a importância do esporte e do lazer como direitos sociais de todos brasileiros e brasileiras e como um dos fatores de sua qualidade de vida.

Parabéns aos autores e autoras participantes deste Prêmio e, especialmente, aos condecorados nesta 1ª Edição, realizada em 2008. Que suas experiências e idéias possam gerar frutos promissores para a democratização do esporte e do lazer em nosso País.

Orlando Silva

Ministro de Estado do Esporte

APRESENTAÇÃO

A realização do PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL pela SNDEL representou orgulho e, ao mesmo, responsabilidade a partir da incumbência designada pelo Ministro. Representou também um desafio posto à concretização de esforços sociais que assegurem os direitos de forma integral e com qualidade, de modo atento ao atendimento das demandas das minorias e das diferenças culturais da população, articulando as ações do PRÊMIO às demais ações do Governo Federal.

Esta ação tem o objetivo de incentivar, apoiar e valorizar produções técnicas, científicas e pedagógicas, que apresentem contribuições e subsídios para a qualificação e inovação de políticas públicas de esporte e lazer.

Com a premiação por “*Categorias Regionais e Nacionais*”, este Prêmio procura abranger todo o País, valorizando produções e experiências de qualidade desenvolvidas em todo o Brasil. Com a diversificação de trabalhos a serem premiados, entre eles: Categoria 1: Dissertações e Teses; Categoria 2: Monografias de Graduação e Especialização; Categoria 3: Relatos de Experiência; Categoria 4: Ensaios; e Categoria 5: Novas Mídias, esperamos ampliar o espectro de produções que possam contribuir com o reconhecimento da participação do Ministério do Esporte na agenda da Ciência e Tecnologia Brasileira.

Com a seleção dos trabalhos inscritos em dois momentos, articulados e operados por equipes qualificadas e pareceristas renomados, com experiências em Prêmios Nacionais e em Pesquisas desenvolvidas em todas as cinco regiões brasileiras, acreditamos termos garantido a seleção com qualidade, dentre as possibilidades de premiação existentes. A avaliação de mérito dos trabalhos, considerou os critérios de: relevância para a formulação de políticas públicas inclusivas de esporte e lazer; viabilidade na solução de problemas de gestão de políticas públicas de esporte e lazer no país; inovação nas iniciativas de gestão de políticas públicas inclusivas de esporte e lazer; fundamentação e argumentação crítica do trabalho; e qualidade lingüística na produção dos trabalhos inscritos.

Como resultado desta 1ª Edição do Prêmio, tivemos a participação de 145 autores, com 90 trabalhos inscritos, 27 dos quais sendo selecionados pela Comissão Julgadora, para serem agraciados com o Prêmio Brasil 2008.

Cumprindo as normas do Edital, a etapa de PREMIAÇÃO para os anos pares, iniciou-se em 2008 e a de DIFUSÃO, nos anos ímpares, começando em 2009, na qual serão socializados os trabalhos premiados nesta 1ª Edição.

Esperamos que as experiências e estudos aqui publicados possam se multiplicar e estimular outros trabalhos, que resultem na inclusão social e na democratização do esporte e do lazer, para toda a população. Que possam subsidiar reflexões e estudos dos gestores, agentes, educadores e pesquisadores que têm como foco de suas ações o esporte e o lazer, considerando especialmente a centralidade da temática da inclusão social.

Parabéns a todos os participantes deste Prêmio e um agradecimento muito especial aos integrantes dos Conselhos e Comissões que executaram esta ação.

Rejane Penna Rodrigues
Secretária Nacional de Desenvolvimento
de Esporte e de Lazer

SUMÁRIO

Portaria N° 144, de 9 de julho de 2008 - Regulamenta o Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social	17
Edital N° 03/2008/ME/SNDEL/PRÊMIO	18

CATEGORIAS COM PREMIAÇÃO REGIONAL

VENCEDORES DA CATEGORIA I: DISSERTAÇÕES, TESES E PESQUISAS INDEPENDENTES

Categoria 1 - Região Nordeste

- 1º lugar:** Campos de visibilidade da capoeira baiana: as festas populares, as escolas, o cinema e arte (1955-1985) – Luís Vitor Castro Júnior – BA 35
- 2º lugar:** Gingado na prática pedagógica escolar: expressões lúdicas no Quefazer da Educação Física - Henrique Gerson Kohl - PE 49

Categoria 1 - Região Sudeste

- 1º lugar:** Jogos e cidades: ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos – Sávio Raeder - RJ 65
- 2º lugar:** Futebol libertário: um jeito novo de jogar na medida – Fábio Silvestre da Silva - SP 79
- 3º lugar:** A imagem corporal de adolescentes de rua de Belo Horizonte e seus reflexos no processo de inclusão e exclusão social – Adenilson Idalino de Sousa- MG 95

Categoria 1 - Região Sul

1º lugar: Etno-Desporto indígena: contribuições da antropologia social a partir da experiência entre os Kaingang – José Ronaldo Mendonça Fassheber- PR 117

2º lugar: (Re) Significações do lazer em sua relação com a saúde em comunidade de Irati – PR
– Miguel Sidenei Bacheladenski - PR 137

VENCEDORES DA CATEGORIA 2: MONOGRAFIAS DE GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO

Categoria 2 - Região Centro Oeste

1º lugar: O esporte como instrumento de inclusão social: um estudo na Vila Olímpica do Conjunto Ceará
– Ana Amélia Neri Oliveira – DF 155

Categoria 2 - Região Norte

1º lugar: Educação Física escolar indígena: O Programa Segundo Tempo e sua importância na revitalização dos jogos tradicionais das crianças de Baré na Escola Municipal de Terra Preta – Rio Negro – Manaus/AM
– Jhones Rodrigues Pereira - AM 167

Categoria 2 - Região Sudeste

1º lugar: Análise do PELC no município de Periquito/MG: o ponto de vista de uma comunidade usuária – Cláudio Gualberto - MG 183

2º lugar: Meninas e meninos da Serra: as oficinas de esporte/lazer do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento - Leonardo Toledo Silva - MG 199

3º lugar: Como transformar um obstáculo em oportunidade. Projeto social BOMBOM: Bom de Bola, Melhor na Escola!
– Neimar Anunciação Gonçalves - MG 217

Categoria 2 - Região Sul

- 1º lugar:** Mapeamento do Programa Segundo Tempo no Brasil e a gestão deste no município de Estrela/RS
– Daiane Wagner do Couto - RS233

VENCEDORES DA CATEGORIA 3: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Categoria 3 - Região Centro Oeste

- 1º lugar:** Pensando o Programa Segundo Tempo no processo de inclusão social – Ivete Figueira da Silva - DF 251

Categoria 3 - Região Nordeste

- 1º lugar:** Extensão universitária e inclusão social: implicações do Programa O Direito na Rua para o Segundo Tempo
– Adilson Silva Ferraz; Ana Maria de Barros - PE262

Categoria 3 - Região Norte

- 1º lugar:** Esporte e lazer de inclusão social para os idosos do Tocantins: relato de experiência
– Khellen Cristina Pires Correia Soares - TO277

Categoria 3 - Região Sudeste

- 1º lugar:** Mulheres em movimento
– Antonia Efigênia Gomes Bezerra - SP 290

- 2º lugar:** Futebol libertário: compromisso social na medida – Roberta Freitas Lemos; Francisco Helder da Silva; Marcelo Arruda Piccioni;
– Fábio Silvestre da Silva - SP298

- 3º lugar:** O processo de seleção para animadores culturais do Programa Esporte e Lazer da Cidade: consórcios PELC Pioneiros – Leonardo Toledo Silva - MG313

Categoria 3 - Região Sul

1º lugar: Um diálogo entre Ministério do Esporte, Universidade e Conselho de Direitos dos Idosos
– Suzana Hubner Wolff - RS 324

2º lugar: Procurando caminho: esporte de aventura e exercício da cidadania – Mateus Alexandre Hoerle - SC 335

3º lugar: O Lazer já tomou conta da cidade de Bagé e a cidade de Bagé tomou conta do lazer!
– Ana Elenara da Silva Pintos - RS 346

CATEGORIAS COM PREMIAÇÃO NACIONAL

VENCEDORES DA CATEGORIA 4: ENSAIOS

1º lugar: Pensando as políticas públicas para o etno - desporto indígena
– José Ronaldo Mendonça Fassheber - PR 359

2º lugar: Um país olímpico sem educação olímpica?
– Nelson Schneider Todt - RS 370

VENCEDORES DA CATEGORIA 5: NOVAS MÍDIAS

1º lugar: PAPPEL social – Programa de avaliação de políticas públicas de esporte e lazer
– Carlos Magno Xavier Correa; Julio César Rezende; Rômulo Vieira Ferreira; Rafael Pires de Freitas - MG 383

2º lugar: Boletim Educação Física
– Efrain Maciel e Silva - DF 410

3º lugar: Praça pública – Edison Luis Gastaldo - RS 419

**MINISTÉRIO DO ESPORTE
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº 144, DE 9 DE JULHO DE 2008

Institui o “Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social”, do Ministério do Esporte, para o exercício 2008-2009.

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Art.1º Instituir o “Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social”, destinado à premiação de produções científicas, tecnológicas e pedagógicas, que demonstrem efetiva contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social no País.

Art.2º Caberá à Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, do Ministério do Esporte, coordenar o planejamento, a execução e o monitoramento das ações previstas para a realização do Prêmio, emitindo as demais instruções necessárias ao cumprimento da presente Portaria, com base em Edital específico para este fim.

Art.3º Caberá, ainda, à referida Secretaria a organização de uma publicação com o resumo dos trabalhos selecionados, bem como a elaboração do planejamento e da implementação da difusão dos mesmos.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO SILVA
Ministro de Estado do Esporte

MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
DE ESPORTE E DE LAZER
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO ESPORTE

EDITAL n.º. 03/2008/ME/SNDEL/PRÊMIO

A União, por intermédio do Ministério do Esporte, neste ato representado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer - SNDEL, torna público o presente Edital da primeira edição do Concurso **“PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL”**, destinado ao reconhecimento de iniciativas científicas, tecnológicas e pedagógicas que apresentem contribuições e subsídios para a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social. O referido Prêmio foi instituído pela Portaria n.º. 144/2008 e será regido pelo presente Edital, nos termos da Lei n.º. 8.666/93 e Processo Administrativo n.º. 58701.000773/2008-34.

1. DOS OBJETIVOS E DAS ETAPAS DE REALIZAÇÃO

1.1 O **“PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL”** tem por objetivos:

1.1.1 incentivar, apoiar e valorizar produções científicas, tecnológicas e pedagógicas que apresentem contribuições e subsídios para a qualificação e inovação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social por meio de seleção, premiação e difusão de trabalhos;

1.1.2 contribuir com o reconhecimento da participação do Ministério do Esporte, na agenda da Ciência e Tecnologia Brasileira.

1.2 O “PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL” será desenvolvido em duas etapas, a saber:

1.2.1 ETAPA DE PREMIAÇÃO: realizada em anos pares, com o objetivo de selecionar e premiar trabalhos produzidos pelas seguintes categorias:

CATEGORIA 1: DISSERTAÇÕES, TESES E PESQUISAS INDEPENDENTES: documento escrito que comunique resultado de estudo científico aprovado por Instituição de Ensino Superior, com vistas à obtenção de título de Mestre (Dissertação) ou Doutor (Tese); ou financiado por Fundações de Amparo à Pesquisa, no caso de Pesquisas Independentes; e concluído no período de 2006-2008, cujo objeto de estudo seja relevante e inovador para o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social.

CATEGORIA 2: MONOGRAFIAS DE GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO: documento escrito que apresente resultado de estudo aprovado, no período de 2006-2008, como trabalho final de Curso de Graduação ou Especialização (Lato Sensu), cujo objeto de estudo seja relevante e inovador para o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social.

CATEGORIA 3: RELATOS DE EXPERIÊNCIA: trabalho escrito produzido por um autor ou grupo, que descreva e analise experiências vividas em políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social. O texto escrito deverá ser produzido conforme orientações definidas no Anexo 1, deste Edital.

CATEGORIA 4: ENSAIOS: trabalho escrito inédito, que consiste na exposição lógica e reflexiva, com argumentação rigorosa, elevado nível de interpretação e julgamento pessoal do autor, cujo tema tratado seja relevante para o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social.

CATEGORIA 5: NOVAS MÍDIAS: trabalho produzido por um autor ou grupo, apresentado sob forma de mídias audiovisuais (Super VHS, minidvd, DVD, etc) ou digitais (sistema de gerenciamento, plataforma, etc), que documente pesquisas, experiências, ações educativas, propostas gerenciais ou outras produções tecnológicas relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social. O material midiático deverá vir acompanhado de roteiro escrito sobre o conteúdo da produção realizada, conforme o Anexo 2 deste Edital.

1.2.2 ETAPA DE DIFUSÃO: desenvolvida em anos ímpares, com o objetivo de difundir os trabalhos selecionados pelo Prêmio, contribuindo com a qualificação da gestão das políticas públicas de esporte e de lazer no País, por meio de:

- a) publicação digital dos trabalhos participantes no Concurso;
- b) divulgação dos trabalhos premiados na “Coleção Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social”, do Ministério do Esporte, cujos cadernos serão editados com base nas contribuições dos trabalhos científicos, técnicos e pedagógicos premiados;
- c) realização de 5 (cinco) Encontros Regionais de “Formação de Gestores”, presenciais e/ou à distância, para socialização dos trabalhos premiados por meio de atividades educativas, desenvolvidas nas 5 (cinco) regiões brasileiras.

2. DA ABRANGÊNCIA DAS CATEGORIAS DO PRÊMIO

2.1 O Prêmio abrange todo território brasileiro, considerando premiações de trabalhos em âmbitos nacional e regional.

2.2 Para efeito deste Edital, são consideradas as seguintes classificações das categorias apresentadas anteriormente (item 1.2.1):

2.2.1 Categorias de trabalhos com inscrição e premiação regional (Sul, Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste):

Categoria 1: Dissertações, Teses e Pesquisas Independentes

Categoria 2: Monografias de Graduação e Especialização

Categoria 3: Relatos de Experiência

2.2.2 Categorias de trabalhos com premiação nacional:

Categoria 4: Ensaios

Categoria 5: Novas Mídias

3. DOS RECURSOS

As despesas com a concessão do Prêmio serão custeadas com recursos oriundos do orçamento do Ministério do Esporte/Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, bem como de patrocinadores e apoiadores desta ação.

4. DOS PARTICIPANTES

4.1 Podem concorrer ao Prêmio pesquisadores, estudantes, gestores, agentes sociais e outros participantes que tenham como foco dos seus estudos e experiências as políticas públicas de esporte e de lazer de inclusão social.

4.2 Para fins deste Edital, são considerados participantes do Prêmio pessoas físicas, cidadãos brasileiros que atendam às diretrizes apresentadas por este Edital.

4.3 É vedada a participação no Prêmio aos servidores do Ministério do Esporte (sejam eles nomeados, contratados, comissionados, terceirizados ou estagiários) e seus parentes diretos (cônjuge, pais e filhos). É vedada ainda a participação de pessoas diretamente ligadas aos membros das Comissões Organizadora e Julgadora, conforme indicado no item 7.1.1.1 deste Edital.

4.4 Candidatos menores de 18 (dezoito) anos deverão apresentar autorização expressa de seu(s) respectivo(s) responsável(is).

4.5 Os participantes devem apresentar situação de regularidade fiscal, com relação às obrigações federais.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 A inscrição de cada trabalho deverá ser feita por pessoa física, ou, no caso das Categorias 3 e 5 do Prêmio, por um grupo de pessoas físicas, desde que o coordenador seja devidamente nomeado.

5.2 A inscrição do trabalho deverá incluir o número do CPF (Cadastro de Pessoa Física) do autor ou coordenador do grupo inscrito. Em caso de estrangeiro, deverá incluir o número do passaporte do mesmo, com prazo de validade para circulação em âmbito nacional.

5.3 As inscrições serão gratuitas e poderão ser realizadas no período de 9h do dia 28 de agosto, às 18h do dia 10 de outubro de 2008, exclusivamente via sítio do Ministério do Esporte (www.esporte.gov.br), com preenchimento e envio eletrônico de todos os dados que compõem o processo de inscrição.

5.4 Após a inscrição on-line, o participante deverá encaminhar, obrigatoriamente, até o dia 15 de outubro de 2008 (data de postagem), via SEDEX, em envelope lacrado e indevassável, a cópia impressa dos seguintes documentos:

- a) Ofício-resposta recebido pelo participante no cadastro online do trabalho, com a devida assinatura;
- b) Carteira de Identidade;
- c) CPF (Cadastro de Pessoa Física) do participante inscrito;
- d) comprovante de residência fixa do participante inscrito ou do coordenador do grupo inscrito;
- e) roteiro de conteúdo da Categoria 5 (Novas Mídias), Anexo 2.
- f) documento de aprovação do trabalho acadêmico inscrito nas Categorias 1 e 2 do Prêmio;
- g) declaração de “Garantia de Direitos Coletivos”, confor-

me modelo Anexo 3, para inscrição nas Categorias 3 e 5 do Prêmio;

5.5 É exigência expressa para validação da inscrição o envio de todos os documentos supracitados e de uma cópia do trabalho inscrito. Os mesmos deverão ser enviados com identificação (PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL - ME/SNDEL; nome do autor ou coordenador inscrito; categoria inscrita; nome do trabalho) e endereçados à Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, Ministério do Esporte; SAN - Qd.3, lote A, 1º andar, Sala 1291- Ed. Núcleo dos Transportes - DNIT; CEP 70040-902, Brasília - DF.

5.6 Todos os trabalhos inscritos e enviados ao Ministério do Esporte, nos prazos previstos nos itens 5.4 e 5.5 deste Edital, irão compor processo aberto pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, tendo este, o número identificador que corresponderá ao número de cadastro da proposta.

5.7 Os materiais enviados para fins de inscrição não serão devolvidos aos seus autores, independentemente do resultado da premiação.

5.8 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, verificadas a qualquer tempo do concurso, invalidam a inscrição do trabalho feita pelo participante.

5.9 As inscrições que atenderem aos requisitos definidos no presente Edital serão automaticamente homologadas pela Comissão Organizadora, não cabendo recurso às demais.

6. DA PREMIAÇÃO

6.1 Serão concedidos prêmios e certificados, conforme especificação a seguir.

6.1.1 A premiação constará de:

Categoria 1 Dissertações, Teses e Pesquisas Independentes: máximo de 15 (quinze) prêmios, considerando os três primeiros colocados por Região.

Categoria 2 Monografias de Graduação e Especialização: máximo de 15 (quinze) prêmios, considerando os três primeiros colocados por Região.

Categoria 3 Relatos de Experiência: máximo de 15 (quinze) prêmios, considerando os três primeiros colocados por Região.

Categoria 4 Ensaios: 03 (três) prêmios, considerando os três primeiros colocados no nível nacional.

Categoria 5 Novas Mídias: 03 (três) prêmios, considerando os três primeiros colocados no nível nacional.

6.1.2 Os trabalhos que forem contemplados com o primeiro lugar, em cada uma das cinco categorias, receberão, cada um, o valor bruto de R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

6.1.3 Os trabalhos que forem contemplados com o segundo lugar, em cada uma das cinco categorias, receberão, cada um, o valor bruto de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

6.1.4 Os trabalhos que forem contemplados com o terceiro lugar, em cada uma das cinco categorias, receberão, cada um, o valor bruto de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

6.2 Os prêmios e certificados aos trabalhos selecionados serão entregues em cerimônia oficial, específica para este fim.

6.3 Os trabalhos concorrentes ao Prêmio receberão certificados de participação no mesmo.

6.4 Os trabalhos participantes do Prêmio serão difundidos, conforme formas especificadas no item 1.2.2, deste Edital.

7. DOS CONSELHOS E COMISSÕES

7.1 Para planejamento e execução do Prêmio serão articulados, de forma integrada, os seguintes colegiados:

7.1.1 Conselho Deliberativo: presidido pelo/a Ministro/a de Estado do Esporte, é composto pelo/a Chefe de Gabinete e Diretores/as dos Departamentos de Ciência e Tecnologia do Esporte e Políticas Sociais de Esporte e Lazer, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer.

7.1.2 Conselho Consultivo: presidido pelo/a Diretor/a do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte, é composto por representantes do Departamento de Políticas Sociais de Esporte e Lazer, das Secretarias do Ministério do Esporte e de consultores externos representantes de setores governamentais e entidades da sociedade civil com experiências em cessão de prêmios.

7.1.3 Comissão Julgadora: presidida pelo/a Secretária/o Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte, é composta por especialistas nas categorias deste Prêmio, incluindo, se necessário, pareceristas ad hoc para análise de trabalhos.

7.1.4 Comissão Organizadora: presidida pelo/a Coordenador/a Geral de Tecnologia, Cooperação e Intercâmbio, do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte, é composta por equipe técnica responsável pela execução das atividades previstas para serem desenvolvidas nas 2 (duas) etapas do Prêmio.

7.1.5 Comissão de Edição e Difusão: presidida pelo/a Coordenador/a Geral de Tecnologia, Cooperação e Intercâmbio, do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Se-

cretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/ Ministério do Esporte, é composta por consultores e equipe técnica responsável pela implementação do plano de difusão.

7.1.1.1 Os integrantes dos Conselhos e das Comissões não podem: concorrer ao Prêmio; possuir vínculo de parentesco com os participantes; desempenhar, no período da realização do Prêmio, o papel de orientadores de autores inscritos; e/ou responder pela orientação de trabalhos concorrentes, em qualquer categoria.

7.2 Os Conselhos e as Comissões terão as atribuições especificadas a seguir.

7.2.1 Caberá ao Conselho Deliberativo: designar os membros das Comissões; monitorar o desenvolvimento do Prêmio; solucionar controvérsias ou pendências encaminhadas pelas Comissões, bem como casos omissos neste Edital; homologar os resultados; encaminhar publicações de resultados e produtos a eles relacionados.

7.2.2 Caberá ao Conselho Consultivo: analisar e avaliar o Projeto do Prêmio; apresentar sugestões; aprovar seu Regulamento e Edital; sugerir especialistas para composição da Comissão Julgadora; avaliar a realização do Prêmio.

7.2.3 Caberá à Comissão Julgadora: avaliar os trabalhos inscritos no Prêmio; selecionar aqueles a serem premiados; emitir parecer sobre resultado final da premiação.

7.2.4 Caberá à Comissão Organizadora: realizar a secretaria do Prêmio (inscrições, cadastramento dos trabalhos, documentação do Prêmio, viabilização das reuniões dos Conselhos e Comissões, zelando pelo cumprimento do Edital do Prêmio e providenciando eventuais modificações); executar a avaliação preliminar, para enquadramento formal dos tra-

balhos inscritos; planejar e acompanhar o Plano de Comunicação do Prêmio; organizar a premiação dos trabalhos selecionados; prever os serviços necessários à realização das cerimônias de lançamento e premiação.

7.2.5 Caberá à Comissão de Edição e Difusão: organizar as publicações (digital e escrita) dos trabalhos premiados; planejar e executar a etapa de Difusão do Prêmio, ouvindo os Conselhos Deliberativo e Consultivo.

8. DA AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS E PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

8.1 Os trabalhos inscritos serão avaliados em dois momentos com as especificidades definidas a seguir.

8.1.1 O primeiro momento constará de Avaliação Preliminar, levando em conta o enquadramento formal dos trabalhos inscritos segundo as normas do Prêmio, previstas no item 5 deste Edital.

8.1.2 O segundo momento corresponderá à Avaliação de Mérito do Conteúdo dos trabalhos inscritos, em todas as categorias, considerando os seguintes critérios gerais:

- a) relevância para a formulação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social;
- b) viabilidade na solução de problemas de gestão de políticas públicas de esporte e lazer no País (potencial de impacto e capacidade de geração de resultados efetivos);
- c) inovação nas iniciativas de gestão de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social;
- d) fundamentação e argumentação crítica do trabalho;
- e) qualidade lingüística na produção dos trabalhos inscritos, considerando coesão, coerência e correção.

8.2 A Avaliação Preliminar será de responsabilidade da Comissão Organizadora e a Avaliação de Mérito do Conteúdo de responsabilidade da Comissão Julgadora.

8.3 A Comissão Julgadora é soberana em sua avaliação, não cabendo recursos nas decisões que proferir sobre a premiação a ser realizada.

8.4 Os resultados da Avaliação Preliminar e da Avaliação de Mérito do Conteúdo (classificatória) serão divulgados no sítio do Ministério do Esporte (www.esporte.gov.br) e publicados no Diário Oficial da União, em 11 de dezembro de 2008.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 Os casos omissos, relativos a este Edital, serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo do Prêmio e em conformidade com o artigo 54 da Lei nº 8.666/93.

9.2 Os trabalhos inscritos irão compor um Banco de Dados sobre o Prêmio, organizado e disponibilizado pelo Ministério do Esporte com fins de documentação e divulgação de estudos sobre políticas públicas de esporte e de lazer.

9.3 Os direitos autorais dos trabalhos selecionados e/ou premiados pertencem aos autores, bem como a responsabilidade pela autenticidade das informações concedidas, reservando-se ao Ministério do Esporte a prerrogativa de publicá-los conforme especificações previstas no Edital, em conjunto ou separados, e em qualquer idioma, sem quaisquer ônus ou pagamentos, a qualquer tempo, desde que citado o autor e a promoção do Ministério, com especificação dos integrantes dos Conselhos e Comissões.

9.4 As publicações impressas serão distribuídas gratuitamente, sendo destinados 3 (três) exemplares da primeira edição para cada um dos autores premiados.

9.5 A inscrição no Prêmio implica na aceitação tácita, por parte dos participantes, de todas as normas expressas no presente Edital.

9.6 Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital perante a Administração o participante que não o fizer até o 2º dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de propostas. As impugnações deverão ser encaminhadas à Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, Ministério do Esporte; SAN - Qd. 3, lote A, 1º andar, Sala 1291- Ed. Núcleo dos Transportes, aos cuidados da Comissão Organizadora do Prêmio.

9.7 A autoridade competente para aprovação do procedimento impugnatório somente poderá revogar o concurso por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

9.8 Integram o presente Edital: Anexo 1 (Elementos Básicos para Inscrição de Relato de Experiência), Anexo 2 (Novas Mídias) e Anexo 3 (Declaração de Garantia de Direitos Coletivos).

10. CRONOGRAMA

10.1 Lançamento do Edital: 14/07/2008

10.2 Início da inscrição on-line: 28/08/2008

10.3 Data final para inscrição on-line: 10/10/2008 até às 18h (horário de Brasília).

10.4 Data final para postagem dos documentos solicitados (item 5.4 deste Edital) e cópia dos trabalhos inscritos: 15/10/2008

10.5 Divulgação dos resultados: A partir de 21/11/2008.

11. CONSIDERAÇÃO FINAL

Maiores esclarecimentos e informações poderão ser obtidos pelo telefone: (61) 3429-6870, tratar com Andréia Meneses.

REJANE PENNA RODRIGUES

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer

ANEXO I

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE RELATO DE EXPERIÊNCIA

Título do trabalho:

Coordenador (para os grupos):

Autor(es):

Resumo:

Texto:

Introdução:

Descrição da experiência analisada: objetivo(s), justificativa, público alvo, metodologia, fundamentos e atividades, dentre outras informações.

Desenvolvimento:

Apresentação e análise dos principais resultados observados na experiência analisada.

Conclusão:

Relevância desta experiência para as políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social.

Fontes bibliográficas e/ou documentais analisadas.

Observação: Os relatos de experiências poderão incluir a apresentação de fotos.

ANEXO 2

ROTEIRO DE CONTEÚDO DA CATEGORIA NOVAS MÍDIAS

Título do trabalho:

Coordenador (para os grupos):

Autor(es):

Tema do Trabalho:

Formato do Trabalho:

Objetivo do Trabalho:

Justificativa – motivo pelo qual a mídia foi desenvolvida:

Caracterização do público-alvo:

Usos – passo a passo de utilização da mídia:

ANEXO 3

DECLARAÇÃO DE GARANTIA DE DIREITOS COLETIVOS

Eu, _____ (nome do coordenador) _____, na condição de coordenador do grupo inscrito na categoria _____ (número da categoria do Prêmio) com o trabalho _____ (título do trabalho) _____, informo que os direitos referentes a este estudo estão garantidos integralmente a todo o grupo de pessoas que o produziram.

Assinatura:

Número do CPF:

Data:

**CATEGORIA I
DISSERTAÇÕES, TESES E
PESQUISAS INDEPENDENTES**

REGIÃO NORDESTE

CAMPOS DE VISIBILIDADE DA CAPOEIRA BAIANA: AS FESTAS POPULARES, AS ESCOLAS DE CAPOEIRA, O CINEMA E A ARTE (1955-1985)

Luís Vitor Castro Júnior¹

Dra. Denise Bernuzzi Santana (Orientadora)

Resumo: Este trabalho propôs-se a pesquisar a constituição de alguns campos de visibilidade da capoeira baiana, em particular, as experiências dos antigos mestres nos centros (nas escolas) de capoeira, nas festas populares, no cinema e na arte. Pretendemos analisar os jogos de cultura, corpo e sociabilidade presentes na capoeira, assim como suas relações com a seguinte passagem histórica; a visão da capoeira como sendo algo minoritário, ritualístico, pertencente a um certo grupo social para uma visibilidade da capoeira enquanto forma de expressão característica do turismo, do esporte, do cinema e da arte. Para tanto, focamos o tempo histórico nas décadas de 1955-1985. Os diversos campos de visibilidade da capoeira permitiram a passagem de uma arte baseada nos princípios ritualísticos de “tradições” para novas formas operantes de viver a capoeira. Essa situação criou novos territórios de trânsito, de vaivém e de passagens indeterminadas, daqueles que queriam mostrar a sua arte-cultura-capoeira para aqueles que, além de contemplar, passaram, também a consumir esses novos processos educacionais de trabalhar o corpo.

Mestre Pastinha diz: “*Capoeira é tudo o que a boca come e tudo o que o corpo dá*”. Na revista O Cruzeiro de 10 de janeiro de 1948, Cláudio Tuiuti Tavares, no seu artigo “*Capoeira mata um*”, ao se reportar a Manuel Querino de Deus, assim se refere à capoeira do seu tempo. “*A ‘capoeira’ era uma espécie de jogo atlético, que consistia em rápidos*

¹ Aluno do Mestre João Pequeno de Pastinha desde 1986; Doutor em História pela PUC/SP; Professor adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana das disciplinas Estudos das Manifestações Culturais e Monografia; Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão Arte do Corpo: história, imagem e imaginário; Professor da Faculdade Social. Contato: vitor@uefs.br

movimentos de mãos, pés e cabeças, em certas desarticulações do tronco, e particularmente na agilidade de saltos para frente e para trás, para os lados, tudo em defesa e ataque, corpo a corpo” (grifo meu). Também no jornal A Tarde de 2 de maio de 1992, em matéria intitulada “Os grandes mestres de capoeira”, aparece: “A ‘roda’ está formada e todos batem palma. **Agachados, dois jovens negros cumprimentam-se com um aperto de mão. Os berimbaus são acionados pelos mestres...**”. Ao comentar sobre o Mestre Cobrinha Verde: “Arregaçou as mangas do paletó e foi para o centro da roda à espera de um parceiro. Lutou só alguns minutos, é verdade, mas mostrou a destreza e a agilidade que ainda guarda, mesmo estando velho e doente. Sim, porque a capoeira é uma mistura de dança, luta e música e acima de tudo, fé. Os que jogam, chamados de capoeiristas ou capoeiras, **têm extrema confiança na sua destreza, na agilidade de seus corpos e principalmente na malandragem...**” (grifo meu). Na ladainha de Toni Vargas: “Às vezes me chamam de negro, pensando que vão me humilhar, mas o que eles não sabem é que isso só me faz lembrar que eu venho daquela raça que lutou para se libertar, criou o maculelê, acredita no candomblé e **que traz um sorriso no rosto, a ginga do corpo e o samba no pé**” (grifo meu).

Não são poucas nem insignificantes as referências (fontes) à capoeira que revelam a temática do corpo. Elas expressam os vários significados relevantes que o corpo possui no universo simbólico da capoeira num movimento imbricado da “cultura popular” e a história da capoeira em cada época.

A célebre frase do Mestre Pastinha, “*A capoeira é tudo o que a boca come e tudo o que o corpo dá*”, fonte inspiradora do nosso tema de pesquisa, permite-nos pensar que a capoeira implica numa complexidade de linhas e curvas de viver a cultura. Sendo assim, a temática do corpo no âmbito da pesquisa é uma linha singular que impulsiona os campos de visibilidade, através da sua gestualidade, da sua plasticidade e da sua expressão, pois ele serve de dispositivo para contar e registrar a história.

Reportamos a campos de visibilidade como algo que não deve ser compreendido como fixo; ele é móvel, flutuante no espaço e no tempo. O campo é o território das festas populares, das rodas nas

escolas de capoeira, das salas de cinemas e das exposições de arte, visto que a cidade do Salvador vinha se modernizando, mas é, também, a linguagem de expressão e de conteúdo do corpo na narrativa dramática. Portanto, o território é formado por esse trânsito, por essa permeabilidade generalizada, por esse sistema de interação. Este campo é o lugar indeterminado onde o visível é uma qualidade de uma textura, a superfície de uma profundidade. Lugares capazes de transformar a linguagem dos corpos-capoeira como uma trama de referências de múltiplas passagens. A emergência desses campos de visibilidades vai contribuir de maneira significativa para a difusão da capoeira baiana para outros lugares do Brasil e do Mundo.

Considerar o *corpo como território*² do espaço-tempo de nossas lembranças ancestrais de experiências acumuladas ao longo da vida é compreendê-lo dentro de possibilidades infinitas, que podem, ao mesmo tempo, ser reveladoras de situações imagináveis, mas que podem também esconder de nossas lentes outros conhecimentos.

Neste viés, correremos o risco de escrever a história na contramão³ e na contra-corrente dos mares do Atlântico, com os barcos de uma colonização que pode ser pensada pelo avesso ao valorizar as riquezas culturais afro-brasileiras por meio da capoeira, procurando compreender as artimanhas do corpo no processo descontínuo de viver o cultural e consegui, ao longo dos tempos, veicular, guardar e (re)significar conhecimentos baseados na luta pela sobrevivência de um povo. Sendo assim, aprendemos com Benjamim que os locais da

² Estamos em consonância ao enfoque dado por Sant' Anna. "Território tanto biológico quanto simbólico, processador de virtualidades infundáveis, campo de forças que não cessa de inquietar e confrontar, o corpo talvez seja o mais belo traço da memória da vida. Verdadeiro arquivo vivo, inesgotável fonte de desassossego e de prazeres, o corpo de um indivíduo pode revelar diversos traços de sua subjetividade e de sua fisiologia, mas, ao mesmo tempo, escondê-la. Pesquisar seus segredos é perceber o quanto é vão separar a obra da natureza daquela realizada pelos homens: na verdade um corpo é sempre "biocultural", tanto em seu nível genético quanto em sua expressão oral e gestual". SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. É possível realizar uma história do corpo? SOARES, Carmem (Org). *Corpo e história*. Campinas, SP: Autores Associados. 2001. p. 3.

³ Estamos nos referindo ao conceito de História abordado por Benjamim. "Considera sua tarefa evocar a história a contrapelo." BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política*: ensaio sobre literatura e história da cultura. 1994. p. 325.

pesquisa tornam a realidade como algo descontínuo e dissimulado, presente nas margens, ou seja, nas festas populares, na tela do cinema, na arte, na fotografia e, sobretudo, na experiência dos velhos mestres.

A capoeira e as festas populares

Risério (2004) considera a Cidade da Bahia uma metrópole “extraindustrial”⁴. Para ele, “*Salvador é, hoje, uma cidade centrada na economia do Lazer*”⁵. Na sua compreensão, essa economia se sustenta e se organiza em três vertentes entrelaçadas: a “economia do turismo”, responsável pela dinâmica de atrair turista para a cidade na esperança de renda e emprego; a “economia do simbólico”, relacionada à produção e à comercialização da cultura, seus produtos, seus artefatos e outros; a “economia do lúdico”, diretamente ligada à festa e à diversão. As três forças capitais funcionam para consolidar a idéia de “terra da festa”, presente na campanha publicitária da cidade.

Ao tomar como referência os manuscritos do Mestre Noronha e as imagens fotográficas de Pier Veger, Americano e Fernando Goldgaber, percebemos que as festa populares na cidade do Salvador não é o *tempo livre* e nem o *tempo disponível* em oposição ao mundo do trabalho; o tempo da festa é a linha de fuga em que ocorre a produção de uma determinada cultura que, historicamente, utilizou-se desses dispositivos para mostrar sua arte de *fazer*: dançar, comer, namorar, jogar, beber e até mesmo brigar. Em conseqüência, às vezes, a festa se torna, para uma determinada visão de mundo, como: o ópio do povo, alienação, o pecado pelo o não trabalho (“quem trabalha deus ajuda”) e “coisas de vagabundo”.

Para outra visão de mundo, é o momento de ligação do presente com o passado, de sociabilidade entre os sujeitos, de continuidade das tradições, de resistência à produção capitalista na exploração do trabalho – “o direito à bagunça” de conexões entre o profano e o religioso, e, sobretudo as realizações experimentais das paixões

⁴ RISÉRIO, Antônio. *Uma história da cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: VERSAL, 2004. p. 580.

⁵ Idem.

humanas. Sendo assim, podemos considerar a festa como momento que não interrompe a cotidianidade e nem mesmo a sua oposição, “*é antes, aquilo que renova seu sentido, como a continuidade o desgastasse e periodicamente a festa viesse recarregá-lo novamente no sentido de pertencimento à comunidade*”⁶.

As festas populares na cidade do Salvador não se caracterizam como um momento todo harmonioso e exclusivamente de alegria e de diversão. Não são esses aspectos que definem as festas populares, mas as contradições sociais de um povo pobre que, mesmo em condições adversas, empreende uma outra produção material e simbólica da cultura e luta para que seus saberes e seus desejos sejam reverenciados. As diferenças culturais e o dinamismo com que estas festas populares são organicamente vividas: de dor e de alegria, prazer e angústia, do riso e do choro, mostrar e esconder.

Observando as imagens percebem-se as ricas linguagens estéticas das danças, das brincadeiras e das batucadas, múltiplas possibilidades de samba e de jogar capoeira e nos mias diversos lugares onde as pessoas se concentravam, de barraca em barraca, de beco em beco, de gole em gole de cachaça. Ocorria uma dinâmica nômade dos participantes ao interagir nos diversos locais.

Parece-nos que é importante considerar os acontecimentos nas festas como situações intensas de prazer, de vitalidade e satisfação do povo baiano que faz das festas populares territórios de continuidade, valorização e recriação da cultura baiana. Para Risério, “na verdade, as festas oficiais é que primaram sempre por uma espécie de transbordamento, com a massa da população prolongando a celebração em que ela podia se entregar, sem maiores inibições aos jogos do prazer. Prazer de falar, de cantar, de dançar, de se embriagar, se abraçar, se tocar”⁷.

Através das imagens fotográficas percebem-se as narrativas dramáticas dos corpos, o seu gingado que servia para atrair não só os capoeiristas, mas também o público presente à festividade. Desta

⁶ MARTIM-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003. p.142

⁷ RISÉRIO, Antônio. *Uma história da cidade da Bahia*. Rio de Janeiro. VERSAL, 2004. p.172

ocasião, o Mestre Noronha destaca “...para disputar *ceú gope de alta tracão de sua defeiza para o público dar o seu valor como capoeirista*”⁸.

O espectador, capaz de perceber, no jogo da capoeira, aquele que por um instante conseguiu desequilibrar o seu oponente, com o golpe certo. O julgamento do público era importante, neste sentido, o espectador não era um simples observador, mas um avaliador que se manifestava com semblantes assustados, rostos risonhos, caretas, pequenos comentários, jogavam dinheiro e outras gesticulações. Então, o olhar do público tinha um valor significativo para os jogadores, eles se preocupavam em não cair com a “bunda no chão”, pois, como fala Mestre João Pequeno “*a pior situação para o capoeirista é cair com a bunda no chão*”

O acolhimento pelos produtores culturais (os jogadores de capoeira) “os de dentro”, pelos os “de fora” perpassam por reposições históricas que podem representar inúmeras possibilidades que vão desde a vontade de mostrar a sua cultura, como elemento importante da sua história até os benefícios em conseguir um trocado a mais.

Nas festas populares, os corpos procuravam mostrar a arte do engano dos corpos, a disputa demonstra a sutileza, a eficiência, a beleza e a malícia dos corpos produzindo imagens, e a astúcia desses corpos está em constante devir.

As escolas de capoeira: espaço de sociabilidade e produção cultural.

Na passagem do espaço da rua para as academias, mudam-se as formas de organização da capoeira: surgem “novos” processos educativos de transmissão dos saberes capoeirísticos, criam-se os estatutos e regulamentos das academias. É evidente que este processo não ocorre de uma só vez, de um único jato, mas em fluxos que vão se expandindo com a modernização da cidade.

Os centos funcionavam como verdadeiras escolas de capoeira, locais onde as práticas discursivas anunciavam: a continuidade

⁸ COU'TINHO, Daniel. *O ABC da Capoeira Angola: os manuscrito do Mestre Noronha*. Brasília DF. CIDOCA/DF, 1993. p. 4.

dos valores tradicionais da capoeira de antigamente, lutava pelo o reconhecimento do poder público perante a sociedade e cada escola criava novas formas de organização e de incorporação dos processos hierárquicos nas práticas ritualísticas do jogo da capoeira.

As academias e/ou centros exerciam um importante papel social, seja na geração de um “novo” trabalho (emprego e renda), seja na ampliação de novos adeptos oriundos da classe média e alta da sociedade baiana bem como a expansão da capoeira para outros locais da cidade. Essa “nova” elaboração da capoeira que vai potencializar o processo de exportação da capoeira baiana para os outros Estados e para os outros países. Isso não quer dizer que, nos outros estados, não houvesse capoeira; no entanto, é oportuno afirmar como a capoeira baiana consegue projetar-se e difundir essa prática para o Brasil e para o mundo.

Sendo assim, essas primeiras iniciativas de organização da capoeira vão possibilitar aos novos capoeiristas caminhos e pistas para a sua popularização na Bahia, no Brasil e no Mundo. Nesse dinamismo, a capoeira, por um lado, se expande criando novas divisas e conquista financeira, mas, por outro lado, o seu crescimento acaba atropelando as práticas antigas e os próprios ícones da cultura que são os velhos mestres.

Os centros de capoeira cada vez mais eram visitados e ao mesmo tempo em que eram convidados para realizar demonstrações nas praças públicas, nos diversos eventos, nas festas populares, e, às vezes, em outros Estados e em outros países. Com toda essa efervescência aumenta o número de praticantes motivados pelo “destaque” que a capoeira vinha se projetando.

O impulso do turismo na cidade vai interferir diretamente na arte de fazer dos capoeiras, pois eles participam ativamente das atividades caricaturadas do espetáculo (shows folclóricos) turístico construído a partir de um determinado modelo de apresentação, cujas características são diferentes daquelas praticadas anteriormente. Com isso, essa cultura sofre mudanças na sua forma de representação simbólica, transfiguram-se seus códigos ritualísticos e, conseqüentemente, ocorre uma modificação da gestualidade corporal do jogo.

No entanto, esse processo não ocorreu de uma única maneira

ra e a reboque de poder hegemônico exclusivamente; cada mestre ou grupo tinha suas próprias formas de estabelecer as interfaces com a indústria do turismo e entre eles próprios, uns mais e outros menos, cada um produzindo suas intensificações com os agenciamentos coletivos de enunciativos.

Esta “nova” modalidade de promover as apresentações de capoeira se, por um lado possibilitou o aumento da renda financeira, foi um outro “ganha-pão” e divulgou a capoeira enquanto símbolo do folclore da cultura baiana para o Brasil e para o exterior evidenciando uma pseudo valorização da identidade do seu povo, por outro lado, ela perdeu, e muito, as suas formas anteriores de manifestar, processo este que *“por forças das exigências de um mercado consumista, criam evoluções que a descaracterizam, como acontecem com as evoluções provocadas por sua relação com o turismo”*⁹.

Esteves (2004) considerou esse processo como descaracterização da capoeira em função das transformações das formas anteriores de realização do seu jogo: a combinação de movimentos ou criação de coreografias, haja visto que, ao se agachar no pé do berimbau, não existia combinação de jogo; a emergência de movimentos acrobáticos mais próximos da ginástica olímpica e inclusão de outras *parafernálias*.

A participação dos mestres junto à efervescência do turismo se dá a partir de múltiplos entraves, disputas e interesses, pois o envolvimento deles se constitui, singularmente na engrenagem do “sistema” para atender aos interesses de mercados deste “novo” setor e eles também não aceitavam, passivamente, as transformações da capoeira em espetáculo para “turista ver”. Contudo, além da capoeira como shows de espetáculo para o “turista ver”, em outros lugares da cidade não deixaram de existir as rodas de capoeira que não estavam reproduzindo o modelo das apresentações, mas cujos os participantes tinham apenas o objetivo de vivenciar a sua cultura.

⁹ ESTEVES, Acúrsio Pereira. *A capoeira da indústria do entretenimento: corpo, acrobacia e espetáculo para “Turista Ver”*. Salvador/Bahia, 2003.

Abreu, baseado nos manuscrito de Daniel Coutinho, coloca-se criticamente em relação ao impacto do turismo na capoeira. “O turismo desorientou o rumo da capoeira na Bahia. Um mercado contendo “encantamento” (prestígio, exibição, viagens, dinheiro...) passou a ser disputado através de uma acirrada concorrência entre: mestres X mestres; mestres X empresários; mestres X folcloristas; folcloristas X empresários¹⁰”

A complexidade com que as relações de poderes¹¹ se instalam não se limita exclusivamente ao poder do Estado sujeitando os capoeiristas, mas também às micro-relações entre os capoeiristas disputando os espaços que eles adquiriram, na época e consideravam como legítimos para garantir uma certa hegemonia.

Não se trata de negar, de maneira nenhuma, que a indústria do turismo, através do aparato do Estado, não inflamou as regras do convívio social na capoeira. Trata-se de incorporar a situação às alternativas de como os sujeitos históricos lidaram com esse “novo” fenômeno, revelando suas alianças e suas fugas, suas “perdas” na transmutação dos seus códigos e seus “ganhos” ao querer dar visibilidade à capoeira para ser “aceita” nos espaços da sociedade, suas glórias nas apresentações para o público turístico, para as autoridades representantes do poder e seus desafetos posteriormente pelo não reconhecimento da sua arte.

As multiplicidades de vetores permearam o cenário cultural da capoeira na época; portanto, o contato e as trocas da cultura dos

¹⁰ ABREU, Frederico. *O ABC da capoeira: os manuscritos do Mestre Noronha/Daniel Coutinho*. Brasília, DF: CIDOCA/DF, 1993. p. 113.

¹¹ Foucault, ao analisar a dinâmica do poder, comenta: “Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de luta e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram nas outras, formando cadeias ou sistema ou ao contrário, as desvantagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: GRAAD, 2005. p. 88.

capoeiras com as novas formas de agenciamentos interferiram na sua produção material, estética e simbólica, e favoreceu movimentos do duplo agenciamento e enunciado culturais oscilando entre resistir à “tentação” de um certo “prestígio” ou infiltrar-se na nova “onda” de shows.

Apesar disso, podemos considerar esse contato uma estratégia de negociação da cultura afro-brasileira no sentido de ocupar os espaços colocados pelos dominantes; no entanto, não se pode homogeneizar todas essas relações como iguais, neutras e amistosas. Precisamos reconhecer as diferenças que cada agente cultural, os mestres estabeleceram com este setor, compreendendo as posições de negociar e resistir.

A capoeira no cinema

Através da imagem em movimento, por exemplo, os corpos-capoeira conseguiram acoplar, através do jogo de capoeira, outras narrativas dramáticas diferente daquelas pensadas pelos os diretores do filme, ou seja, extrapola a noção fincada pelo diretor criando outros enunciados, fáceis de serem percebidos pela comunidade dos capoeiristas. Não chega a ser uma contra-narrativa, mas uma narrativa do entorno que transborda a mensagem factual do filme.

Outro aspecto importante que deve se ressaltado é a similaridade da concepção cinematográfica do cinema novo com a própria lógica do jogo da capoeira, o de nada definitivo, o campo aberto para novas interpretações, a tempestividade, a similaridade dos temas discutidos, as oscilações de planos e tomadas; enfim toda uma estética de filmar que se intercambia com a arte-capoeira, uma espécie de arte dentro da arte.

Dos filmes analisados percebemos que nos filmes *Vadição* (1954) e *Dança de Guerra* (1968) asseguram o reconhecimento pela arte de fazer dos corpos-capoeira, como diz Michel de Certeau (1994), intensificando as singularidades de uma experiência cada vez mais atômica e plural. As simbologias construídas historicamente, que procuram configurar a roda-ritual numa redoma de vidro intocável, são frequentemente, (re)significadas nas imagens dos filmes; roda de capoeira com vários berimbaus, jogadores sem camisas, de pés des-

calços e muitas outras possibilidades, que quebram com a idéia de códigos ritualísticos bem definidos.

Singularidades foram as potências encontradas nas imagens dos filmes sobre o jogo-dança-luta dos Bambas, com seus corpos expressando o desejo, independentemente daquilo que os símbolos representam, ou seja, considerando a complexidade da rede onde esses seres estão inseridos. Daí a emergência, nos próprios corpos, das “artes de fazer”, das enunciações que criam o aqui e agora, a cultura, os devires, o sentido e o significado que dão à sua arte. O desejo ignora as fronteiras entre as formas de fazer a roda-ritual calcada na reivindicação da tradição e a roda-encenação, no evento da modernidade, no caso, o cinema.

No que se refere aos filmes que tiveram repercussão entre o grande público nacional e internacional, a capoeira é marcada pelas experiências do Mestre Canjiquinha com seus capoeiristas. Eles ocupam o cenário da filmografia brasileira nos dois grandes filmes, o Pagador de Promessa e Barravento, o que lhes proporciona prestígio e reconhecimento.

Se, no início dos anos 50, as figuras emblemáticas do Mestre Bimba e Pastinha circulavam como duas grandes referências no universo simbólico da capoeira, Canjiquinha vai escrever também a sua história, enveredando por outro caminho com um discurso bem diferente daquele enunciado pelos os Mestres Bimba e Pastinha. Além de investir na junção entre os estilos de capoeira, ele consegue uma certa independência na sua proposta de trabalho.

Elogiado pelos mais novos e criticado pelos mais velhos, Canjiquinha escreve seu discurso na História da Capoeira com outras cores, toques, sons e gestos, cuja denotação quebra com autenticidades puras, fixas e rígidas, e faz da prática da capoeira um jeito *diferente*, sem que haja uma norma prévia que estabeleça o certo ou errado, o novo ou velho; assim, o Mestre obtém o seu quinhão no todo da capoeira: “*Hoje tenho três casas, agradeço à capoeira e aos filmes que trabalhei*”¹².

¹² Idem, p. 18

As relações políticas e os desejos heterogêneos entre os Mestres não cessam a emergência de novos conhecimentos e de produzir novos conflitos, novas contradições, novos paradoxos, daí a emersão de novas margens no próprio núcleo cultural da capoeira.

Durante as análises de cada filme, aparece uma nova significação, pois, numa perspectiva que privilegia a abordagem intercultural, o *diferente* não é apenas diferente pelo conteúdo da sua fala ou da sua visão, mas também pela sua posição, pelo seu espaço-tempo de pensar e falar, pela forma e pelo processo próprio que ele percorre no seu fazer-saber. Mestre Canjiquinha é constantemente reverenciado, cujo discurso revitaliza a idéia colocada pelo Mestre: “capoeira é uma só”.

A capoeira na arte do Capeta Carybé

A arte de Carybé, além de ser mais um campo de visibilidade da capoeira baiana, foi um caminho que nos levou a outras impressões do corpo-capoeira, a uma dimensão criadora de gestos e movimentos, levando o corpo-capoeira a inventar coordenadas mutantes, de qualidades estéticas inéditas nem sempre vistas.

As gravuras de Carybé, revelam o saber corporal “*arquivado no corpo*”¹³, uma memória que expressa as micro-políticas de desejo dos afro-descendentes que encontraram outros dispositivos para colocar seus saberes, seus sonhos, suas artes e seus desejos em virtude da opressão sofrida. O gesto capturado nos desenhos de Carybé aparece como enigma que é a própria sombra dependente da luz, a possibilidade de descobrir aquilo que não se sabe, que é diferente daquilo que se esconde; constitui-se a força de comunicar sem as palavras. Portanto é aquilo que não se explica, mas que está posto, presente de maneira intensa nas falas dos baluartes da capoeira ao se reportar a capoeira, como falava o Mestre Caiçara: “capoeira é capoeira”.

A espacialidade dos seus desenhos projeta a imagem do recobrimento, a coexistência, o jogo de claro e escuro, denso e fluido,

¹³ Vigarello desenvolve a idéia do corpo enquanto arquivo e ao mesmo tempo chama atenção ao cuidado que devemos ter, pois “o corpo revela e esconde, ele exprime e age e, quando exprime, não significa, forçosamente, que ele age” (2000. p. 230) Denise Bernuzzi Sant’Anna. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC/SP*, São Paulo, n.21, p. 225-236, 2000.

o engendramento das curvaturas do corpo e as mudanças contínuas de planos corporais. A imagem de espaços sem ponto fixo evidencia o prolongamento dos corpos em movimento contínuo com novas formas e favorece a iluminação constante de novas massas e matérias. Conexão entre os ricos, sem começo e fim, ganha corpo no “bolo”, no emaranhado, na dúvida, na incerteza, no enigma, insistindo na produção imagética do deslizamento das imagens que reflete uma nova geografia de paisagens-passagem.

As “paisagens-passagem” são caminhos que contracenam no contemporâneo, traços do passado intensificado no presente, e os desenhos de Carybé funcionam como dispositivo no qual estão guardadas as formas do corpo-capoeira produzir a sua arte de dobrar-se e desdobrar-se, de inversão corporal e de circularidade dos movimentos corporais.

As imagens revelam o corpo múltiplo e grávido de outros corpos vai facilitando as passagens entre o “estranho”, o “anômalo”¹⁴, os diferentes. Nessa qualidade de mostrar os corpos, além de se misturarem, interpenetram-se, possibilitando as passagens¹⁵. Trata-se dos corpos que realizam os encontros na roda de capoeira, cuja participação envolve todos; os que assistem, os que tocam, os que simplesmente passam pelo local. Enfim, todos assumem atribuições estéticas que lhes possibilitam as situações de passagem. Existe uma dimensão qualitativa de viver momentos lúdicos e agnósticos, proporcionados pelo espírito grupal.

Por fim, os corpos-capoeira dos velhos mestres refletidos nos desenhos de Carybé mostram outro alinhamento corporal diferente daqueles instituídos no final do século XIX pelas instituições (a escola, a prisão e outras) com seus dispositivos de fabricar corpos per-

¹⁴ Estou me referindo ao diferente, anormal e irregular.

¹⁵ “Quando aumenta a sede de encontrar companheiros é preciso insistir: há grande diferença entre um corpo que ressoa unicamente para ele mesmo e um corpo que serve como passagem de forças, sem a preocupação de convergi-las unicamente para si. Há, em suma, uma imensa distância entre corpos que somente passam por todos os lugares e aqueles que, realizando ou não tais viagens, se tornam eles mesmos passagens SANT’ANNA, Denise Bernuzzi. *Corpos de passagens: ensaio sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo. Estação Liberdade, 2001. p. 107.

filados e eretos através da ginástica e de outros aparelhos. Observamos um corpo projetado de forma desalinhada, cuja visibilidade aparenta o dismantelamento de estruturas rígidas com o borramento de imagem dos corpos entrelaçados em movimentos dobrados, curvados, arredondados e de cabeça para baixo. O desalinhamento corporal representa uma outra potência enunciativa que foge dos padrões estereotipados da tirania de beleza do corpo.

Referências bibliográficas

ABREU, Frederico. *O ABC da capoeira: os manuscritos do Mestre Noronha*/ Daniel Coutinho. Brasília, DF: CIDOCA/DF, 1993. p. 113.

BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura*. 1994. p. 325.

COUTINHO, Daniel. *O ABC da Capoeira Angola: os manuscritos do Mestre Noronha*. Brasília DF. CIDOCA/DF, 1993. p. 4.

ESTEVES, Acúrsio Pereira. *A capoeira da indústria do entretenimento: corpo, acrobacia e espetáculo para "Turista Ver"*. Salvador/Bahia, 2003.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: GRAAD, 2005. p. 88.

MARTIM-BARBERO. Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003. p.142

RISÉRIO, Antônio. *Uma história da cidade da Bahia*. Rio de Janeiro . VERSAL, 2004. p.172

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. É possível realizar uma história do corpo? SOARES, Carmem (Org). *Corpo e história*. Campinas, SP: Autores Associados. 2001. p. 3.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *Corpos de passagens: ensaio sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo. Estação Liberdade, 2001. p. 107.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC/SP*, São Paulo, n.21, p. 225-236, 2000.

GINGADO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA ESCOLAR: expressões lúdicas no QUEFAZER da Educação Física¹⁶

Henrique Gerson Kohl¹⁷

Dr^a. Tereza Luiza de França (Orientadora)

Resumo: O presente trabalho objetiva refletir a capoeira configurada numa possibilidade de materializar uma prática pedagógica no campo da Educação Física crítico-superadora, mediada pela ludicidade enquanto ação política transformadora, no sentido de desenvolver a integralidade do ser humano, num quefazer articulador e produtor do conhecimento crítico-cultural, dando possibilidades aos atores para construir seus sentidos referentes ao conhecimento a partir de significados construídos na historicidade dessa manifestação histórico-social humana.

Palavras chave: capoeira, cidadania, educação, educação física.

O termo cidadania, como algo a ser concedido para o sujeito, tem seu alicerce num pensamento de origem burguês, o qual deseja manter as relações de poder inalteradas. Essa manutenção é alimentada pelos ditames dos(as) que buscam acumular riquezas, fortalecidos pelo pensamento neoliberal do regime capitalista, em que observa-se diferentes segmentos sociais¹⁸ lutando por inúmeras transformações sociais que os reconheçam como sujeitos históricos de uma produção coletiva.

¹⁶ O texto em questão é parte constituinte da dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE.

¹⁷ Licenciatura Plena em Educação Física pela UFPE. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE, pela linha de pesquisa de Formação de Professores e Prática Pedagógica. Sócio do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Professor da Rede Privada de Ensino do estado de Pernambuco (Anglo Piedade, Apoio, Equipe, Integral e Motivo). Fundador da Associação Capoeira Interação. Contato: profhenriquekohl@hotmail.com

¹⁸ Movimento negro, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), movimento dos(as) sem teto, movimento feminista, movimento dos(as) portadores(as) de necessidades especiais, movimento dos homossexuais, movimento dos(as) idosos(as) e outros movimentos dos(as) que se movimentam intensivamente pelas adversidades sociais, em busca de seus direitos enquanto cidadãos de uma democracia cada vez mais conceitual do que real.

Acreditamos que cidadania não seja algo apenas a ser concedido por alguém, uma vez que é uma conquista histórica de homens e mulheres que intervêm na realidade, que lutam cotidianamente pelos seus direitos, muitas vezes não respeitados, a exemplo da Constituição Brasileira. Esta considera todos como cidadãos contemplados pela mesma, no entanto, é notória a crescente deterioração dos direitos básicos das grandes maiorias, que vivem à margem de condições essenciais de vida.

Não é necessário ir muito longe para constatar tal realidade. Basta caminhar até a esquina para ver alguém se alimentando de restos de comida colocados na cesta do lixo. Sobras de uns que são refeições para grandes maiorias de homens, mulheres, crianças e idosos(as) que têm sua condição social destruída pela desigualdade alarmante.

Cidadania não é um simples objeto observável isoladamente, aquém das contaminações humanas, para ser apresentada ao que almeja tornar-se um(a) cidadão(ã), pois todos(as) já o são por direito ou, pelo menos, é o que afirma a Constituição. Cidadania deve ser uma contínua (re)construção, com fortes alicerces nas razões e emoções dos movimentos sociais que fazem parte da sociedade, considerando, sempre, suas relações de conflito, suas aspirações individuais e coletivas, suas críticas, seus medos e suas contribuições. Questões que evidenciam a importância da valorização do(a) outro(a), enquanto constituinte de um todo do qual somos parte.

Mais do que ter deveres e direitos, o homem está sempre tentando se manifestar de diversas formas, no intuito de ser percebido perante a sociedade; homem que é parte indissociável da mesma. Homem que participa dessa construção ampla, complexa e contraditória que caracteriza a formação do(a) cidadão(ã) rumo a sua possibilidade de emancipação.

Essa possibilidade emancipatória ocorre quando o povo adquire possibilidades de participação ativa no meio social, por meio das mobilizações dos sujeitos que lutam por melhorias no que se refere a sua qualidade de vida, constroem e interferem nas ações públicas, não sendo apenas lócus de aplicação para ações assistencialistas ou de caráter experimental.

Mesmo diante de uma realidade social permeada por contrastes sociais gritantes, torna-se importantíssimo refletir sobre possibilidades de desequilíbrios, em que o processo de globalização neoliberal, mesmo com todo o poder que possui, pode ser desequilibrado por reações contrárias ao estabelecido, como o exemplo do modelo de globalização alternativa, que é:

“[...] construída pelas redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que nos diferentes cantos do globo se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente e da biodiversidade, o desemprego, as violações dos direitos humanos, as pandemias, os ódios interétnicos produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal (SANTOS, B., 2002, p. 14)”.

Desequilíbrios possíveis em razão da mobilização coletiva, a ser debatida em todas as esferas sociais a partir de reflexões críticas sobre essas relações de poder que perpassam a noção de cidadania. Assume, também, a escola uma importância no processo de transformação ou manutenção de perspectivas a respeito dessas relações, pelo tipo de saberes construídos ou transmitidos no seu universo, pois, como afirma Simeone (2005), “assim como a cidadania, o conhecimento não é algo pronto - é também uma possibilidade”.

Conceitos como democracia, solidariedade, afetividade, justiça social e outros que têm relação com uma vida cidadã dentro de um processo democrático vão se deteriorando cada vez mais diante do individualismo competitivo que se encontra muito forte no tipo de trato dado ao conhecimento no interior das escolas.

Segundo Santos, Boaventura (2002, p. 15), a grande novidade deste século é a constatação da existência de “conhecimentos rivais alternativos à ciência moderna e de que mesmo no interior desta há alternativas aos paradigmas dominantes, favorecendo a concretização de ciências multiculturais” contrárias ao paradigma científico que se apresenta limitado no referente à inovação científica, em que, lamentavelmente, idéias inovadoras, como aquelas que procuram nortear a

ciência às suas promessas originais de humanizarem as relações cotidianas e socializarem suas descobertas ao bem-estar da população, dificilmente ultrapassam a barreira do mercado capitalista neoliberal.

Questões referentes à hegemonia vão além de uma aliança de classes, “implica a união da direção política com a direção intelectual e moral” (SOUZA, 2004, p. 88), tornando-se uma classe hegemônica se for capaz de articular seus interesses aos de outros grupos sociais através da luta ideológica.

Importante ampliar a discussão que defende o conhecimento como uma construção para todos(as), pois só assim poderemos quebrar o inerte monopólio do mesmo e valorizar o saber popular. Sabedoria de fundamental importância para uma transformação consciente da população, como afirma Souza (2004).

Conhecimento popular que está expresso na capoeira, a qual aspira reais condições de ser ouvida e reconhecida. Dessa forma, se imaginarmos “o corpo enquanto um microcosmo social, o capoeirista, ao entrar na roda de cabeça para baixo, ao inverter o alto pelo baixo, estaria subvertendo a ordem da hierarquia corporal dominante e, conseqüentemente, a ordem social” (REIS, 1997, p. 212).

Nessa inversão da ordem social, concordamos com o pensamento que caracteriza o processo educativo como “um ato de transformação social”, da maneira como ensina Souza (2006)¹⁹, uma vez que é necessário refletir sobre a obrigação de contextualizar esse processo amplo, contraditório e complexo, “transitando nas contradições, contestando as formas de regulação dos dominadores, respeitando a pluralidade de grupos sociais alternativos e constituindo uma mediação entre o local e o global”, com a finalidade de entender e discutir o mesmo, atingindo os diferentes grupos sociais dentro do processo educacional (informação verbal)²⁰.

¹⁹ Ao ministrar aula de Fundamentos Sócio-Econômicos e Políticos da Educação para a turma 23 do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Pernambuco.

²⁰ Souza (2006), ao ministrar aula de Fundamentos Sócio-Econômicos e Políticos da Educação para a turma 23 do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Pernambuco.

Para ter o espaço de questionar sempre a realidade na procura dessa “cultura cívico-política”, buscando: “Não o rosto de um futuro perfeito (e inevitável) e sim o rosto de um futuro cujas melhoras sejam verossímeis e que seja historicamente possível (embora longe de ser inevitável). Assim, é um exercício que ocorre na ciência, na política e na moralidade” (WALLERSTEIS, 2003, p. 8).

Enfim, como afirma Souza (2005, p. 243), a construção de uma democracia reclama a construção de um “modelo cívico que resulte, ao mesmo tempo, de uma perspectiva cultural e política, enquanto expressões da riqueza das dimensões do ser humano e construção de uma convivência civilizada”.

Pensar a capoeira como manifestação cultural que favoreça uma educação cidadã no interior da escola não significa padronizar essa categoria numa única dimensão conceitual, mas problematizar a mesma, tomando a convivência junto com a diversidade como eixo central para análise mais crítica, para além de uma educação que:

“[...] tem sido realizada pelo viés iluminista e conceitual; na maior parte das vezes, sem vínculo com a vida dos educandos, sendo utilizada para “formar pessoas”, adequá-las e enquadrá-las no chamado processo civilizatório, buscando subordiná-las ao poder predominante de determinado ambiente cultural. A homogeneização, geralmente, tem sido uma meta educacional sintonizada com uma (suposta) identidade dominante, ou com um acomodado bem estar coletivo (OLIVEIRA, 2002, p. 83)”.

Nesse sentido, pode-se ampliar as reflexões a partir da obra do professor de capoeira Douglas Rodrigues²¹, compositor de uma música que encontra harmonia em algumas inquietações dos(as) jogadores(as) dessa roda, em que a partir de sua experiência sensível-racional na capoeiragem nos move pela capoeira:

²¹ Professor de capoeira do estado de Pernambuco, membro do Grupo Capoeira Nagô. Reconhecido nacional e internacionalmente como um dos melhores cantadores e compositores de músicas de capoeira.

Eu sou movido pela capoeira
Eu sou movido pelo berimbau (Refrão)
Na ladainha de angola
Nas quadras da regional
No gingar da capoeira
No toque do berimbau

Refrão

O mundo fica pequeno, quando a
Roda começa

Expresso o meu sentimento,
Deixo o meu corpo falar

Refrão

Ela é minha estrela guia
É ela que vem e me leva
Peço a Deus e agradeço
Por ter conhecido ela

Refrão

Ela é a minha vida, é ela que me carrega
Ela é minha energia, por isso eu levo ela

Refrão

Eu comecei por brincadeira
Comecei sem emoção
Mas depois a capoeira
Conquistou o meu coração

Refrão

O berimbau é quem me chama
Capoeira é quem me leva
E ao meu Deus eu agradeço
Ao lugar que me levar

Refrão

Eu escolhi a capoeira
Porque ela me escolheu
Olhei pra ela, ela sorriu
E naquele instante me acolheu
(RODRIGUES, 2006).

A prática pedagógica na escola cidadã

A educação processa-se de acordo com a compreensão da realidade social em que está inserida, ou seja, a educação sofre influência daquilo que a circunda. Não podemos pensar a mesma em um contexto isolado.

“A educação para o desenvolvimento, numa realidade complexa, como é a brasileira, teoricamente não é um conceito fácil de se construir, já que se trata de pensar a educação num contexto profundamente marcado por desníveis. E pensar a educação num contexto, é pensar esse contexto mesmo: a ação educativa processa-se de acordo com a compreensão que se tem da realidade social em que se está imerso (ROMANELLI, 2003, p. 23)”.

A autora não visualiza a educação de forma abstrata, mas a observa em um quadro real, evidenciando o desencontro entre um país moderno e seu sistema educacional instituído em uma sociedade regida pelo sistema capitalista, em que:

“[...] todos os segmentos da vida humana e social foram permeados pela magnificação da competição, do mérito pessoal, do sucesso a qualquer preço, da eficiência, do pragmatismo, da racionalização econômica e da tecnocracia administrativa. Nenhuma surpresa, portanto, se a partir desse prisma a razão é vista essencialmente como instrumento calculador e funcional; a ciência é praticada na busca do útil e dos resultados imediatos; a religião é particularizada e interiorizada; a ética torna-se uma atividade filantrópica; o bem comum é entendido como funcionamento do sistema; o bem-estar, como acumulação econômica; a liberdade é considerada o “vale-tudo”; a igualdade não passa de um registro jurídico; os direitos, uma carta de boas intenções (SEMERARO, 2003, p. 209)”.

Muitas vezes, quando questões econômicas e competitivas não são colocadas como prioridades, o sistema educacional é caracterizado como incompetente, recebendo a culpa pelo desemprego, falta de competências técnicas da população e outras responsabilidades impostas pelo discurso neoliberal.

O Estado foge de suas responsabilidades, em que o “enfoque

político se desloca do social para o pessoal” (BETTO, 2003, p. 183), tendo o Estado “como um socializador dos prejuízos e privatizador dos lucros” (OLIVEIRA, 2003, p. 45); delega as próprias tarefas ao terceiro setor, descentraliza a gestão de inúmeros programas sociais e educativos, substitui exponencialmente o conceito de direitos humanos e sociais, em detrimento das exigências do mercado.

Existe muito forte na educação brasileira uma educação alicerçada numa pedagogia voltada para a transmissão de conteúdos, de caráter funcional, que ignora a diversidade cultural, impõe saberes legitimadores da dominação, os quais tentam destruir as possibilidades dos homens serem sujeitos autônomos de sua própria história.

É um verdadeiro conflito dentro de um sistema burocrático, em que o sucesso dessa luta depende da ousadia de todos(as) em experimentar o novo concretamente. A autonomia representa o processo de criação de novas relações sociais que são opostas às relações autoritárias existentes.

Relações como uma das interpretações relativas à origem da capoeira, que afirma que ela foi criada a partir de um anseio coletivo das etnias negras escravizadas no Brasil, que desejavam ser livres das correntes opressoras do sistema escravocrata, o qual deu ritmo aos pensamentos contestatórios desses povos oprimidos, que responderam através de fugas e rebeldias, matando para não morrer.

Pensar a construção de uma escola cidadã subentende a construção de uma escola universal, que respeita as diferenças locais, regionais, nacionais, enfim, a diversidade cultural existente na sociedade, com o desafio de garantir um determinado padrão de qualidade para todos(as), chegando, assim, a uma escola popular voltada para uma cidadania que:

“[...] reclama deixar de ser “matéria” para ser vivida em sua “substância”. Ela deve ser interatuada através de envolvimento pessoais e interativos no chão do cotidiano em que as crianças e os jovens sejam convocados a viver com atividades cooperativas a experiência múltipla e de complexidade crescente de exercício da ética de reciprocidades, de tomada de decisões, de abertura ao outro, de negação assumida do desejo da concorrência, e assim por diante. A cidadania não é, aqui, um “estado de espí-

rito”, uma “consciência de direitos” ou “um direito adquirido”. Ela é a construção- “construtivista” ou não – de uma ética política de co-responsabilidade de presença-e-partilha de construção do cotidiano (BRANDÃO, 2003, p. 132)”.

Nesse norte, defendemos uma escola que seja democrática para todos(as), com um caráter social que cultive a curiosidade para o estudo, numa aprendizagem criativa; com uma sistemática de ensino progressiva; receptora do mundo que a cerca; espaço para a elaboração de sua cultura alicerçada em que a “reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo” (FREIRE, 2002, p. 24).

Nesse sentido, cabe também à prática pedagógica a contribuição no que se refere à construção de alternativas que fomentem sentidos e significados favoráveis à humanização do homem por meio de uma práxis que tenha efeito nas estruturas que devam ser transformadas.

Assegurar uma prática pedagógica epistemológica-metodológica-aplicativa, que aborde a capoeira nas aulas de Educação Física e demais espaços existentes no interior do universo escolar, contribui para a apreensão de um saber qualitativo e popular, o qual não tenha um sentido restrito de mera informação técnica, e sim de possibilidade de experimentar sensibilidades de forma lúdica e diversa, proporcionando caminhos para diálogos de sujeitos que se relacionam livremente com o conhecimento, lendo o mundo criticamente e buscando superar as problemáticas da realidade através de uma intervenção pedagógica que proporcione:

“[...] caminhos para mudanças conceituais, valorativas, ideológicas, resultando na corporalidade de saberes para entender a real importância de práticas lúdicas dentro e fora da escola. Assim organizadas, as vivências garantem tratar temáticas visando o crescimento nos níveis pessoal, inter-pessoal e inter-grupal, vinculando às condições sócio-educacionais e políticas em que se dá a dimensão da prática, com indicadores e/ou critérios que tomam por base pressupostos centrais, como: auto-organização, novas aprendizagens sociais, cooperação, desco-

bertas, criatividade e *recriabilidade*, enfatizando aspectos conceituais, atitudinais e processuais (FRANÇA, 2004, p. 181)".

Isso significa exercer uma prática pedagógica constituída sob um olhar sensível ao quefazer pedagógico, articulador e produtor do conhecimento. Assim, valorizamos as contribuições de Paulo Freire, ao reconhecer a sua indiscutível importância como o educador do século, homem que tornou sua vida uma obra, que percebe de forma singular a realidade das maiorias oprimidas, leitor de um mundo real, marcado por conflitos entre classes opressoras e oprimidas, e que propõe uma pedagogia libertadora, chama a atenção para a necessidade de ações transformadoras, possui posições políticas e pedagógicas bastante claras em favor dos oprimidos que localiza ao longo de seus escritos.

Problematizar a realidade para desenvolver uma prática pedagógica libertadora nas relações entre educadores(as), alunos(as), conhecimentos e realidade, através do diálogo, consiste numa atitude que reconheça a exigência de um pensar crítico que não dicotomiza homem e mundo, teoria e prática, e, sim, reconhece a ação do homem que, no seu inacabamento, interage com o mundo a partir de sua práxis transformadora.

Pensar a prática pedagógica na escola, na sua condição de ação política transformadora, é retomar as contribuições de Paulo Freire no referente à necessidade de uma práxis, enquanto metodologia, que problematize a realidade dentro de um regime político democrático, conciliador da teoria e prática em favor dos homens.

Nesse norte, tem-se um projeto político-pedagógico, em que a preocupação central é o social, no sentido de resgatar o homem da alienação imposta pelo regime opressor que o destitui do exercício da cidadania, o aliena dos seus direitos, o coloca na condição de mercadoria e desconsidera totalmente suas condições humanas, como bem explica Marx (1999).

A pedagogia de Paulo Freire nos faz exigências ao destacar a importância de o(a) educador(a) problematizar a realidade numa relação dialógica e dialética entre docente e discente. Nessa relação, os

sentimentos não são desconsiderados, pois envolve um somatório de afetividade, conhecimento, criticidade, ação e reflexão. Uma proposta pedagógica que desconsidere os sentimentos dos(as) alunos(as), suas subjetividades e inquietações, só estará ampliando o caráter opressivo, denunciado e condenado por Paulo Freire.

Logo, mudanças de dimensões políticas e pedagógicas significam problematizar relações de poder, no sentido de construir coletivamente propostas que possibilitem relações mais horizontais e que considerem o homem em todas as suas dimensões. Materializar uma prática pedagógica, nesse contexto, significa dialogar com a realidade a partir de uma prática que responda à teoria, num movimento chamado práxis.

Práxis que é ação e reflexão sobre o mundo, a partir de movimentos com intencionalidades transformadoras, em que o homem tem a consciência da realidade para poder refletir e questionar a mesma, reconhecendo sua condição no mundo e, conseqüentemente, ter como transformar e transformar-se.

Experimentar a capoeira nas aulas de Educação Física significa possibilitar expressões lúdicas no interior do universo escolar, assumir nessa prática as contribuições freirianas, as quais, mesmo não anunciando o termo ludicidade, nos proporcionam com “sua pedagogia os elementos nos quais a ludicidade se funda: liberdade, satisfação, espaço-tempo, organização e superação” (HOLMES, 2006, p. 97). O que significa optar por um novo gingado epistemológico para viver a cultura corporal, materializada no estímulo à curiosidade do alunado, na reflexão crítica sobre o conhecimento, no diálogo entre professor(a) e aluno(a), na criação de experiências de convívios afetivos, para possibilitar viver sensibilidades reconhecidas na inconclusão do homem e na forma criativa pela busca sempre esperançosa da plenitude, uma vez que é:

“[...] na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou

sua educabilidade. É também na inconclusão de que nos tornamos conscientes e que nos insere no movimento permanente de procura que se alicerça a esperança (FREIRE, 2002, p. 64)".

O diálogo do(a) professor(a) com o(a) aluno(a), mediado por determinados conhecimentos relativos à capoeira, por exemplo, significará uma atitude mais humanizante, revolucionária, compromissada com a socialização de saberes, para uma prática pedagógica que não dissocia conhecimento da transformação da realidade.

A capoeira, no processo de formação do(a) aluno(a), ao se expressar dialogicamente nos gestos, cantos, toques, confecções, enfim, na criação, pode ser experimentada numa perspectiva lúdica, porque:

"[...] o lúdico traz, muitas vezes, em si uma relação dialética entre prazer e dor, alienação e emancipação, liberdade e opressão. A criança, o jovem e mesmo o adulto, ao se entregarem a uma atividade lúdica, entram em contato consigo mesmos, com suas experiências de vida e com situações de descoberta do mundo (PEREIRA, 2002, p. 12)".

Descobertas do mundo a partir de sensibilidades para identificação e superação de problemas sociais diversos, da possibilidade de transformação sobre as realidades problematizadas num ambiente coletivo, as quais podem ser criticadas e refletidas coletivamente numa roda de capoeira ritmada pela sua possibilidade de expressão lúdica, pois numa:

"[...] atividade lúdica somos capazes de expressar nossa identidade, nossos desejos mais íntimos, nossos maiores desafios [...]. Nas brincadeiras populares, o retrato de um povo. Nos jogos mais tradicionais, as marcas de nossa historicidade. Nos jogos educativos [...]. Ah, os jogos educativos [...]. Podem abrir as portas ao conhecimento, desde que sejam mais "jogos" e mais "educativos", ou seja, que permitam o desenvolvimento da autonomia e identidades, construindo formas e concepções de educação para o crescimento, para a liberdade, para a cidadania, para a felicidade [...]. Sendo assim, não se fala em ludicidade

como adorno ou como carona das atividades artísticas. Nem como ensaio para o conhecimento e conteúdo escolar. Diz-se lúdica à atividade plena de significado, do significado de cada brincante ou jogador (PORTO, 2002, p. 7)".

Assim, ritmados por um jogo lúdico com o molejo freiriano, buscou-se na temática da capoeira uma possibilidade de fruição de fantasias, desejos, superações, utopias e sonhos, em que a singularidade de cada um(a) tem espaço nessa roda de descobertas; em que o diálogo é estimulado para ser com o(a) outro(a) e com o mundo; em que a capoeira torna-se espaço qualitativo para a exploração, descoberta, expressão, criação, apreensão de jogadores(as) reconhecidos como capazes de transformar a realidade em favor de uma vida vivida, e não apenas sobrevivida.

Considerações finais: novos ritmos para a roda das descobertas

Tem-se clara a importância dessa temática, sua relevância educacional configurada a partir do trato do conhecimento de sua historicidade à luz de reflexões críticas que rompem com qualquer trato aquém das exigências sociais de seu tempo.

Temática que não é solução isolada para desequilibrar a realidade apresentada por um quadro desumano que cresce a cada dia, uma vez que o desafio é coletivo, materializado dentro e fora da escola, carente de outras articulações com ações convergentes para um projeto histórico de uma sociedade mais humanizada.

Princípios referentes à intencionalidade na organização e trato com o conhecimento, a dialogicidade e a ludicidade são importantíssimos para a configuração de uma práxis social junto aos atores e a escola.

Fica evidente a responsabilidade da escola em criar condições para manter um projeto político-pedagógico que proporcione o trato do conhecimento que contemple a ludicidade, amizade, afetividade, liberdade, espontaneidade, gratuidade, alegria, criatividade, solidariedade, reflexão, crítica e outras questões a serem concretizadas por esse coletivo chamado escola, a fim de viabilizar a construção de um saber elaborado a partir de possibilidades de avanços, compreensões, interpretações e explicações das produções históricas do homem, como a da capoeira, por exemplo.

Referências bibliográficas

BETTO, Frei. Práxis educativa dos movimentos sociais. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (Orgs.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 175-185.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Soletrar a letra p: povo, popular, partido e política - a educação de vocação popular e o poder de estado. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (Orgs.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 105-145.

FALCÃO, José Luiz Cerqueira; IN KUNZ, Elenor (Orgs.). *Didática da educação física 1*. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.

FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (Org.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FRANÇA, Tereza Luiza de. Atividades recreativas e cultura popular: o folclore como fonte de ludicidade e de saberes. In: SCHWARTZ, Gisele Maria. *Atividades recreativas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. p. 175-187.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática para a liberdade*. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários para a prática educativa*. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOLMES, Maria de Fátima de Mendonça. *Prática pedagógica escolar mediada pela ludicidade na educação de jovens e adultos*. 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

LIMA, Carlos Lima. *Políticas educativas e educação popular: a cidadania democrática e os imperativos do mercado competitivo*. Recife, 2004. (Mimeografado).

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 2 v.

OLIVEIRA, Francisco de. Queda da ditadura e democratização do Brasil. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (Org.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 41-51.

OLIVEIRA, Washington Carlos. Percebendo a ludicidade na educação. In: PORTO, Bernadete de Souza (Org.). *Ludicidade: o que é mesmo isto?* Salvador: Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Ludicidade, 2002. p. 61-91. (Educação e Ludicidade Ensaios, 2).

PEREIRA, Lúcia Helena Pena. Ludicidade: algumas reflexões. In: PORTO, Bernadete de Souza (Org.). *Ludicidade: o que é mesmo isto?* Salvador: Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Ludicidade, 2002. p. 12-17. (Educação e Ludicidade Ensaios, 2).

PORTO, Bernadete de Souza (Org.). E o sol nascente é tão belo... In: _____. *Ludicidade: o que é mesmo isto?* Salvador: Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Ludicidade, 2002. p. 7-21. (Educação e Ludicidade Ensaios, 2).

REIS, Leticia de Sousa. *O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 1997.

RODRIGUES, Douglas. Movido pela capoeira. Intérpretes: Muralha e Douglas. In: PEQUINÊS, C. Mestre. *Capoeira-nagô*. Goiania: Gravação Independente, 2006. 1 CD. Faixa 6.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil: (1930/1973)*. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Ciência e senso comum. In: _____. *Introdução à ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989. cap. 2, p. 31-45.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Reinventar a emancipação social para novos manifestos. In: _____. *Democratizar a democracia - Os caminhos da democracia participativa: introdução geral à coleção*. Rio de Janeiro: Civilização, 2002. p. 13-27.

SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem numa série de cartas*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1995.

SEMERARO, Giovanni. Recriar o público pela democracia popular. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (Org.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 213-223.

SIMEONE, Márcio. A cidadania como possibilidade. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano 1, n. 8, out. 2005. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/diversa/8/artigo-acidaniacomopossibilidade.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2007.

SOARES, Carmem Lúcia et al. *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo: Cortez, 1992. (Série Formação do Professor).

SOUZA, João Francisco de. A democracia dos movimentos sociais populares: uma comparação entre Brasil e México. Recife: Bagaço, 1999.

_____. *E a educação popular: ?? quê??*: uma pedagogia para fundamentar a educação, inclusive escolar, necessário ao povo brasileiro. Recife: Bagaço, 2007.

_____. *Pedagogia da revolução*: subsídios. Recife: Bagaço, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). *Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Utopística*: ou as decisões históricas do século vinte e um. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

REGIÃO SUDESTE

JOGOS E CIDADES: ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos

Sávio Raeder²²

Dr. Jorge Luis Barbosa (Orientador)

Resumo: Grandes eventos esportivos (GEEs), ou megaeventos esportivos, têm sido empreendidos por diversas cidades do mundo, muitas vezes sob um discurso no qual se apresentam como oportunidades para impulsionar o desenvolvimento urbano. Tais GEEs se configuram como verdadeiros Grandes Projetos Urbanos, dada a escala de intervenção que assumem nas cidades cujos gestores estão dispostos a se aventurar como candidatos numa acirrada competição para sediar estes eventos. Estes GEEs assumem proporções monumentais a ponto de as próprias cidades serem tomadas como espetáculo a ser desfrutado por consumidores e capitais ávidos por novos territórios de lazer e acumulação. O desenvolvimento urbano almejado pelos gestores do evento, considerando os impactos e legados territoriais conformados, é o foco deste trabalho que analisa primordialmente os Jogos Olímpicos e os Jogos Pan-americanos. Tal desenvolvimento é abordado com um enfoque especial para a ação do Estado na conformação das políticas urbanas em sedes de megaeventos esportivos.

1) Megaeventos esportivos e políticas urbanas

A promoção de eventos tem sido uma das principais estratégias utilizadas pelos gestores urbanos na busca de maior atração de capitais. Esses eventos podem ser de diferentes naturezas, organizados por distintos atores e instituições que desempenham as mais diversas atividades na sociedade. Há uma predileção especial dos gestores empreendedores pelos eventos com repercussão internacional, uma vez que tais eventos poderão conferir uma imagem “mais

²² Geógrafo (UFRJ), Especialista em Administração Pública (FGV) e em Políticas de Solo Urbano na América Latina (Lincoln Institute), Mestre em Ordenamento Territorial Urbano (UFF) e Doutorando em Geografia (UFRJ). Contato: savio.raeder@gmail.com

qualificada” para a cidade sede. Além disso, os eventos internacionais podem significar a circulação de turistas com alto poder aquisitivo, dispostos a consumir os serviços e bens comercializados localmente. Para abrigar estes eventos a cidade sede deve apresentar alguns equipamentos diretamente relacionados com o evento em si, como centro de convenções e hotéis, além de amenidades culturais e uma adequada infra-estrutura de transporte que permita o deslocamento dos participantes do evento. Em relação à temática dos transportes, destaca-se a proximidade de aeroportos e de outros modais que permitam os deslocamentos rápidos e seguros entre os principais locais de circulação dos participantes dos eventos.

Os eventos olímpicos modernos se tornaram gradativamente ao longo destes pouco mais de cem anos de história em oportunidades para a realização de transformações urbanas. É possível mesmo falar hoje de um urbanismo olímpico (MASCARENHAS, 2005; MUÑOZ, 2006) para tratar dos impactos na cidade promovidos pelos vultosos recursos envolvidos na organização dos Jogos. Pequim 2008, Londres 2012, e mesmo os Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro 2007, apresentam investimentos eminentemente públicos que são calculados em bilhões de dólares. Parte destes recursos financeiros é utilizada apenas para a realização do espetáculo esportivo em si, sem embargo, outra parte significativa do bolo orçamentário é utilizada na construção de equipamentos e estruturas que conformam o tecido urbano. O ordenamento urbano promovido em virtude dos Jogos pode ser voltado para a recuperação de áreas degradadas, como relata Ester Limonad (2005) a respeito das intervenções em Barcelona: “Em 1992, Barcelona abrigou os Jogos Olímpicos, que implicaram diversas intervenções e na construção do Port Olímpic na área de Parc de Mar – com a intenção precípua de recuperar áreas industriais degradadas da cidade contíguas à orla litorânea do Mediterrâneo”.

Os primeiros Jogos Olímpicos (1896, 1900 e 1904) foram organizados com muitas limitações e contaram com baixos investimentos até mesmo para a construção de instalações esportivas. Esta realidade foi mudando ao longo da primeira metade do século XX, com um aporte crescente de recursos que elevaram gradualmente os impactos e legados destes eventos. A partir dos anos 60, os Jogos

passaram a ser usados como uma oportunidade de implementação de grandes projetos urbanos (GPUs) com repercussões significativas nas cidades sedes. Barcelona é considerada por alguns autores como o maior marco de transformação urbana a partir da realização dos Jogos Olímpicos (Essex e Chalkley, 1998:191-2). Os Jogos de Munique, em 1972, também contaram com relevantes intervenções na sua malha urbana a partir de investimentos realizados na produção de um novo sistema de transporte de massa, que tornou sustentável o crescimento da cidade com as migrações regionais. Por outro lado, os altos investimentos olímpicos podem promover benefícios urbanos limitados a uma parcela privilegiada da sociedade local.

É possível identificar alguns casos especiais que fogem à regra de investimentos crescentes no pós-guerra e até mesmo por conta da guerra. Este é o caso de Londres, que em 1948 sediou os Jogos com grandes restrições estruturais dada a necessária recuperação dos estragos da Segunda Guerra Mundial. Outro caso citado por ESSEX e CHALKLEY (1998:192) é o da Cidade do México em 1968, que por conta da escassez de recursos teve restritos investimentos em equipamentos esportivos, além de ter causado problemas no sistema público de transporte. Graves conflitos e protestos foram realizados na cidade mexicana baseados na contestação de que os gastos públicos com o evento esportivo deveriam ser destinados à resolução de problemas sociais. Por outro lado, as duas vilas olímpicas usadas pelos atletas na Cidade do México foram construídas na periferia com fins de uso residencial popular após os Jogos (MASCARENHAS, 2005:24).

Instalar a vila olímpica envolve um conjunto de decisões que denotam as estratégias urbanas dos organizadores dos Jogos. Desta forma, pode-se verificar que em alguns Jogos desde Roma 1960 há uma relativa preocupação em integrar a área onde a vila é construída com outras áreas da cidade. Quando isto ocorreu, tratou-se de um esforço de planejamento urbano que contemplou a articulação entre a escala microlocal de produção de espaço com outras como a mesolocal ou mesmo a macrolocal²³. Tal fenômeno pode ser observado com maior intensidade em Seul 1998 e Barcelona 1992, onde

²³ Referência metodológica para definição de escalas proposta por: Souza (2006:103-113).

houve grandes transformações urbanas em diferentes escalas por conta dos Jogos. Os investimentos realizados para Pequim 2008 também apontam para uma transformação urbana gigantesca, proporcional às aspirações geopolíticas da potência emergente.

Andranovich *et al.* (2001) realizam uma discussão em seu trabalho sobre os GEEs enquanto estratégia de desenvolvimento local em cidades americanas. Tal estratégia, chamada pelos autores de estratégia de megaeventos (*mega-event strategy*), está associada à competição entre cidades por trabalho e capital num contexto de escassez de transferência de recursos do governo central para administrações locais. O uso de eventos para a atração de investimentos não é propriamente uma novidade, no entanto esse recurso passou a ser mais utilizado a partir de mudanças na política urbana e do acirramento da competição global. Reconhece-se que desde os anos 1980 houve um corte dos investimentos do governo central americano nas cidades, o que levou políticos de algumas administrações locais a adotar um posicionamento empreendedor na gestão de seu território, tema tratado anteriormente neste trabalho. Este novo cenário gerou um novo ordenamento urbano voltado para as demandas de corporações, indústrias de alta tecnologia e produtores de serviços cada vez mais sofisticados (ANDRANOVICH *et al.*, 2001:114).

Estratégias de distinção são um meio hábil para obter vantagem na competição entre cidades, o que torna os megaeventos um poderoso recurso para as cidades. Os Jogos Olímpicos apresentam algumas vantagens específicas, enquanto megaevento, que potencializam a sua utilização na construção de uma imagem de cidade que pode utilizar este capital simbólico para auferir rendas monopolistas e obter vantagem no cenário competitivo interurbano (HARVEY, 2005). Os Jogos podem criar marcos distintivos, cobijados pelos gestores empreendedores, considerando-se tanto a escassez com que o evento ocorre (de 4 em 4 anos) como o grande interesse de boa parte da população mundial neste evento. Cabe ressaltar que os meios de comunicação realizam ampla cobertura dos Jogos em escala global, realimentando a atração que as pessoas têm pelo megaevento. Dentre os motivos que levam os atores a adotarem estratégias de promoção de megaeventos, destaca-se aquele referente à

oportunidade de ter exposições na mídia em nível regional, nacional e internacional.

A construção de uma imagem de cidade não tem uma importância menor dentro das estratégias competitivas, é sim um meio muito utilizado para a conquista de novos investidores. Considerar a dimensão simbólica que os Jogos apresentam é fundamental para entender a acirrada competição entre cidades de um mesmo país, e de países diferentes, para sediar os Jogos. Trata-se de uma oportunidade muito rara de veicular a imagem da Cidade em escala global numa perspectiva muito favorável, uma vez que a imagem está associada ao maior evento esportivo do mundo - no caso dos Jogos Olímpicos, e maior evento esportivo das Américas, no caso dos Jogos Pan-americanos. Ressalte-se ainda o forte papel que o esporte tem em muitas cidades na construção da identidade com o território, exemplo disso são as equipes de diferentes esportes que levam o nome de suas cidades.

As estratégias de megaeventos da atualidade estão fortemente associadas a um desenvolvimento urbano baseado no consumo, sendo este orientado mais diretamente para diferentes formas de lazer, turismo, esporte e entretenimento. A cidade é então modelada para atender à demanda por serviços e equipamentos que possam servir como reprodutores das atividades que atraem distintas camadas de consumidores urbanos. Andranovich *et al.* (2001; 2002) buscam nestes trabalhos justamente identificar as características mais significativas que denotam a relação entre as políticas de desenvolvimento econômico baseadas no consumo e as estratégias de megaeventos nas políticas urbanas.

Há um claro limite temporal para o desenvolvimento dos projetos olímpicos, assim como há um grande poder de unir atores muito distintos na promoção destes megaeventos. Além disso, os Jogos possuem a legitimidade necessária para mudar rapidamente alguns marcos regulatórios que definem a produção do espaço urbano. Esta ampla legitimidade dá margem para que os atores hegemônicos possam tomar decisões sem uma participação democrática. Neste sentido, os cidadãos pouco, ou nunca, são consultados sobre os investimentos públicos que são feitos em nome dos Jogos, os atores governamentais e privados associados nestas circunstâncias podem então

tomar suas decisões de maneira a conformar um insulamento burocrático (ARRETCHE, 1996). É nesse quadro que Essex e Chalkley (1998:191) destacam que a decisão de sediar os Jogos Olímpicos não é necessariamente uma decisão tomada de maneira democrática ou com uma real base nos anseios da opinião pública.

2) Megaeventos Esportivos e Legados

Brunet (1997; 2003) esboça a conformação do evento olímpico a partir de sucessivas etapas que remetem a uma dimensão temporal que se inicia com a organização dos Jogos. (O autor limita seu recurso analítico aos Jogos Olímpicos, contudo ele é perfeitamente aplicável às versões regionais destes, como é o caso dos Jogos Pan-americanos.) Tudo começa com algumas pessoas, e instituições que elas representam, se mobilizando para sediar os Jogos. Esta etapa pode ser dividida em duas considerando que há um período de preparação para a candidatura ao GEE e outro que se inicia com o anúncio da vitória da cidade candidata à sede dos Jogos. Já naquele primeiro período os atores envolvidos na organização podem se movimentar com tal intensidade que operações urbanas podem ser realizadas, como a desapropriação de terras para a construção de equipamentos que poderiam vir a ser utilizados em caso de vitória.

Nesta fase preliminar de organização dos Jogos já se pode reconhecer grande parte das intencionalidades de transformação do espaço urbano pelos agentes envolvidos. Trata-se de uma etapa significativa, pois nela são formulados os planos de intervenção urbana que se pretende concretizar para viabilizar a realização dos Jogos. Ainda que haja certa publicidade nesta etapa, demonstrando as intenções dos atores públicos em sediar o megaevento, a discussão sobre a alocação dos recursos públicos na Cidade é limitada. Ressalta-se que muitas das decisões locacionais tomadas nesta etapa serão mantidas, porém há casos em que nem todas as medidas previstas puderam ser de fato executadas. Entre estas decisões com riscos de execução encontram-se aquelas relacionadas com as infra-estruturas de transporte, algumas destas estruturas podem ter sido delineadas de maneira ambiciosa demais para os recursos que os atores virão a dispor na fase seguinte, a de investimentos. As intencionalidades dos atores que protagonizam a

luta por sediar um megaevento esportivo são documentadas no caderno de encargos (candidate city bid dossier) apresentado ao comitê esportivo responsável pela organização do evento.

Pode-se situar a candidatura carioca aos Jogos Olímpicos de 2016 justamente nesta fase embrionária que findará em outubro de 2009, quando será anunciada a cidade vitoriosa para sediar o megaevento. Desta forma, está em gestação o caderno de encargos que definirá quais os locais da Cidade que deverão ser contemplados com os vultosos investimentos que viabilizarão o evento. Apesar da pouca atenção dada a esta etapa, ela pode ser vista como a mais importante de todas já que nela é possível orientar toda uma agenda urbana por um período de quase uma década, definindo quais as áreas prioritárias de desenvolvimento da Cidade. O caderno de encargos é um documento basilar na organização dos Jogos: ele revela tanto os processos decisórios envolvidos nas pretensas alocações de investimentos, como as intenções de transformação territorial a partir da escolha da cidade como sede dos Jogos.

É a alocação dos investimentos em bens materiais e imateriais que irá definir os impactos dos Jogos, bem como a sua extensão em tempo e em espaço. Tais impactos têm um prazo determinado que é o da realização dos Jogos em si, podendo produzir efeitos em diversas dimensões da vida social com a geração de mais empregos, de maior renda, de maior visibilidade para a cidade sede, de retirada de famílias de suas moradias, de valorização de áreas etc. A produção destes impactos terá uma relação direta com a própria conformação do legado, sendo esta sim a única fase que extrapola a temporalidade dos Jogos e se consolida como permanência tangível ou mesmo intangível no território. Desta forma, são realizados a seguir alguns breves apontamentos sobre os legados nas cidades sede, bem como uma proposta de definição para o termo. A guisa de breve introdução às definições de legado encontradas na literatura, sucintamente Andranovich *et al.* (2001:124) descrevem o legado olímpico como “*the period with the longest effect on the host city*”.²⁴)

²⁴ Tradução do autor: “o período com efeitos mais duradouros na cidade sede.”

Em novembro de 2002 foi realizado no Centro de Estudos Olímpicos da Universidade Autônoma de Barcelona um simpósio sobre os legados dos Jogos Olímpicos realizados entre os anos de 1984 e 2000. No documento de conclusão deste seminário²⁵ o primeiro ponto destacado foi a importância de se definir quais os legados que a cidade candidata a sediar os Jogos Olímpicos teria - ressalta-se que estes legados foram considerados fundamentais para definir a pertinência e a viabilidade das candidaturas. A preocupação central dos debatedores foi com a definição de quais são os benefícios que uma cidade pode ter com os Jogos, numa perspectiva que considere uma dimensão temporal maior do que àquela da realização do evento esportivo propriamente dito. Foi destacada neste documento a dificuldade de se delimitar o conceito de legado tendo em vista a diversidade territorial e a necessidade de se considerar as escalas local e global para a sua definição. Uma perspectiva de longo prazo, calcada na sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social, foi tomada como um princípio fundamental para o conceito de legado.

É possível categorizar os legados a fim de melhor analisá-los: econômico, ambiental, político, social, cultural etc. Como afirmado anteriormente, não é tarefa fácil delimitar o legado; mesmo o legado econômico é de difícil mensuração em virtude dos efeitos multiplicadores, que não se pode definir com precisão como sendo decorrentes da realização dos Jogos. Além do que, um legado econômico não pode se restringir a uma leitura monetária haja vista os efeitos sobre diversos circuitos da economia. Em termos políticos é bastante evidente a contribuição dos Jogos para a afirmação dos Estados Nacionais à medida que as equipes de atletas se agrupam sob esta organização. No Pan 2007 a afirmação da identidade nacional esteve presente em diversas arenas esportivas, especialmente nos momentos de vitória dos atletas brasileiros. Este foi um sentimento estimulado inclusive pelos organizadores do evento, que já na solenidade de abertura exaltaram as qualidades da cidade anfitriã.

²⁵ Disponível em <http://olympicstudies.uab.es/olympiclegacy/>, acesso em: 30 jun 2006.

Atualmente é muito freqüente a preocupação das cidades sedes de megaeventos esportivos com o planejamento dos legados. São cada vez mais vultosos os recursos gastos nestes eventos e a legitimidade destes investimentos, em grande parte públicos, depende de um certo consenso para que as contestações não paralitem a promoção dos Jogos. A conquista deste consenso pode passar então pela aplicação de recursos em áreas que apresentam maior urgência nas intervenções, sendo o evento uma oportunidade para a reestruturação urbana. É desta maneira que os organizadores dos Jogos Olímpicos de 2012 afirmam encarar a construção do legado olímpico, como se pode observar no livro (p. 23, vol. 1, tema 1)²⁶ que apresenta a candidatura da cidade:

The London Plan identifies staging the 2012 Games as the ‘major catalyst for change and regeneration in east London, especially the Lea Valley, leveraging resources, spurring timely completion of already programmed infrastructure investment and leaving a legacy to be valued by future generations’.²⁷

Tal preocupação com a conformação de um legado nos Jogos está prevista no documento basilar do Movimento Olímpico, uma vez que se encontra no capítulo I da Carta Olímpica a assertiva de que o COI:

Adoptará medidas para promover un legado olímpico positivo en la ciudad sede y en el país anfitrión, entre ellas un control razonable del tamaño y costo de los Juegos Olímpicos, y estimulará a los comités organizadores de los Juegos Olímpicos (COJO), a las autoridades públicas del país anfitrión y a las

²⁶ Disponível em: <http://www.london2012.com/en/news/publications/Candidatefile/Candidatefile.htm>. Acesso em: 13 ago 2006.

²⁷ Tradução do autor: “O Plano Londres identifica a realização dos Jogos Olímpicos de 2012 como o ‘maior catalisador para mudança e regeneração no leste de Londres, especialmente em Lea Valley, alavancando recursos, estimulando a conclusão de investimentos em infra-estruturas já programadas e deixando um legado que será valioso para as gerações futuras.”

personas y organizaciones pertenecientes al Movimiento Olímpico a actuar en consecuencia.²⁸

Além do legado, encontra-se na passagem acima um compromisso do COI com os limites dos gastos para a realização dos Jogos, no entanto, o que os orçamentos dos próximos eventos indicam é que é muito discutível a existência de qualquer controle razoável sobre tais despesas. Sem embargo, é preciso avaliar com cuidado estes custos uma vez que boa parte deles se destina justamente às transformações urbanas que são empreendidas por conta dos Jogos, mas que não seriam necessariamente fundamentais para a realização deles. Trata-se da oportunidade que os atores hegemônicos tem para empreender um ordenamento territorial consoante com suas intencionalidades que extrapolam o GEE em si. A legitimidade conferida pelos Jogos se apresenta então como o momento ideal para realizar os ajustes espaciais (HARVEY, 2004) ambicionados sem a necessidade de construir consensos mais democráticos, que poderiam contestar operações urbanas que fossem muito onerosas para os cofres públicos e/ou tivessem um efeito indesejado para alguns grupos da sociedade civil.

O conceito de legado é aqui formulado como o conjunto de bens materiais e imateriais, que se conformam como permanências sócio-espaciais no tecido urbano decorrentes das ações empreendidas por conta da implementação de um megaevento. São considerados bens materiais que constituem o legado: as instalações esportivas, as estruturas de transporte, a vila dos atletas, e tanto os demais elementos (de lazer, de turismo, de comunicação, de segurança etc) que tenham sido incorporados à paisagem da cidade sede, como os recursos financeiros auferidos com o aumento da circulação de capital ocorrido a partir do encerramento do evento. E por bens imateriais deve-se considerar: a capacitação técnica dos profissionais envolvi-

²⁸ Tradução do autor: “Adotará medidas para promover um legado olímpico positivo na cidade sede e no país anfitrião, entre eles um controle razoável do tamanho e custo dos Jogos Olímpicos, e estimulará os comitês organizadores dos Jogos Olímpicos (COJO), as autoridades públicas do país anfitrião e as pessoas e organizações pertencentes ao Movimento Olímpico a atuar em favor desse desiderato.”

dos na organização do evento, o estímulo à prática esportiva, a produção de conhecimentos associados direta ou indiretamente à implementação do evento, as mudanças na imagem urbana a partir da publicidade realizada (capital simbólico), as alterações na percepção dos cidadãos sobre a própria cidade, o fortalecimento de redes da sociedade civil, a conformação de identidades territoriais etc. (RAEDER, 2007)

São muitas as facetas que o legado pode assumir, sendo muito distintos os beneficiados pelos diferentes legados gerados pelo megaevento. Isso significa que é preciso tanto quantificar como qualificar o legado, utilizando-o como referência para a avaliação dos custos de oportunidade em se realizar o megaevento - esforço quase nunca realizado uma vez que o poder simbólico dos Jogos é gigantesco numa sociedade do espetáculo (DEBORD, 1967). A quantificação²⁹ pode ser realizada a partir da análise de orçamentos públicos e privados, bem como da variação dos índices que medem o desempenho da economia local. Numa complexidade mais elevada, a quantificação também poderia revelar os grupos urbanos mais beneficiados pelos Jogos, o que exigiria maior empenho dos atores envolvidos em se conferir maior transparência ao orçamento público. Já a qualificação pode ser mensurada, em alguma medida, a partir da realização de pesquisas junto à população da cidade sede, sendo tal medida normalmente ignorada pelos organizadores do evento, seja pelos custos envolvidos seja pela visão predominante de que uma vez encerrado o evento, “a missão está cumprida”³⁰.

²⁹ Um exemplo de avaliação da relação entre custos e benefícios de um GEE, pode ser encontrado no trabalho de Shaffer *et al.* (2003) a respeito dos Jogos Olímpicos de Inverno de Vancouver 2010. Avaliando os possíveis impactos e legados dos Jogos, os autores confessam a dificuldade em se mensurar os bens intangíveis que serão produzidos.

³⁰ Frase utilizada por Carlos Nuzman, presidente do CO-Rio e do COB, na cerimônia de encerramento do Pan 2007. O dirigente parecia mais preocupado com a nova missão (a candidatura do Rio aos Jogos Olímpicos de 2016) do que com a estruturação do legado do Pan para a Cidade. (Fonte: DORO. Bruno. Após vestibular, Nuzman minimiza vilões do passado para 2016. UOL, São Paulo, 30 jul 2007. Disponível em: <http://pan.uol.com.br/pan/2007/ultnot/2007/07/30/ult4343u1244.jhtm>. Acesso em 2 ago 2007.)

Conclusão

Urge a formulação de uma política urbana alternativa àquela vigente nos megaeventos esportivos. Para tanto, deve-se primar pela conformação de um legado social composto por um conjunto de bens tangíveis e intangíveis que contribuam na geração de melhorias urbanas e na redução das iniquidades sociais. Tal legado deve então orientar as políticas urbanas em diversas dimensões que contemplem a garantia e a ampliação de direitos civis, políticos, sociais e ambientais dos cidadãos. Neste sentido, o legado social a ser almejado pelos gestores urbanos deve se apresentar como uma síntese dos principais desafios a serem superados na cidade sede do megaevento esportivo. Ações voltadas tanto para a melhoria como para a produção de espaços públicos são essenciais nesse cenário. Além disso, é bastante factível se ter como legado o estímulo ao desenvolvimento de laços de solidariedade a partir de práticas esportivas que promovam o encontro de diferentes grupos sociais. Há ainda possibilidades de geração de legados na ampliação das potencialidades de mobilidade dos cidadãos, na geração de mecanismos de redução de conflitos urbanos violentos e ainda na produção de identidades territoriais promotoras de experiências humanizadoras. São estes, então, exemplos de como a constituição de um legado social, gerado em virtude dos Jogos, pode servir para a construção de cidades melhores e até mesmo mais condizentes com os princípios apontados na Carta Olímpica. Trata-se mesmo de buscar a realização dos valores anunciados pelos próprios promotores dos megaeventos esportivos, não sendo, portanto, um desiderato estranho aos discursos hegemônicos, mas sim profundamente embasados na plena concretização destes em benefício de amplos grupos sociais.

Referências bibliográficas

ANDRANOVICH, Greg; BURBANK, Matthew; HEYING, Charles. Olympic cities: lessons learned from mega-events politics. *Journal of Urban Affairs*. v. 23, n. 2, 2001. p. 113-131.

_____. Mega-events, urban development, and public policy. In: *The Review of Policy Research*, 19:3, fall 2002. p. 179-202.

ARRETCHE, Marta T. S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 31, vol. 11, junho 1996. p. 44-66.

BRUNET, Ferran. *The economic impacts of the Olympic Games*. In: BRUNET, Ferran; CARRARD, François; CORRAND, Jean-Albert (orgs.). *The Centennial President*. Lausanne: International Olympic Committee, 1997. p. 1-10.

COI. *Carta Olímpica*. Lausana, Suíça: Editado por el Comitê Olímpico Internacional (COI), 2003.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

ESSEX, Stephen; CHALKLEY, Brian. Olympic Games: catalyst of urban change. In: *Leisure Studies*, n. 17, 1998. p. 187-206.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *A produção capitalista do espaço*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

LIMONAD, Ester. Estranhos no Paraíso de Barcelona. Impressões de uma geógrafa e arquiteta brasileira residente em Barcelona. *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, v. 10, n. 610, 25 de octubre de 2005. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-610.htm>. Acesso em: 12 mar 2006.

MASCARENHAS, Gilmar. Para muito além do esporte: o urbanismo olímpico e seu legado social. In: *Pan-americano de 2007: grande negócio para quem?* Rio de Janeiro: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul. (Série Globalização e Solidariedade, 4), 2005. p. 20-35.

MUÑOZ, Francesc. Olympic urbanism and Olympic Villages: planning strategies in Olympic host cities, London 1908 to London 2012. In: *The Sociological Review*, v. 54, December 2006. p. 175-187.

RAEDER, Sávio. *Jogos e cidades: ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SHAFFER, Marvin; GREER, Alan; MAUBOULES, Celine. *Olympic costs & benefits: a cost-benefit analysis of the proposed Vancouver 2010 Winter Olympic and Paralympic Games*. Canadian Centre for Policy Alternatives, february 2003.

SOUZA, Marcelo. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

O FUTEBOL LIBERTÁRIO: um jeito novo de jogar na medida

Fábio Silvestre da Silva³¹
Dr^a. Kátia Rubio (Orientadora)

Resumo: Nessa pesquisa-ação busquei investigar o uso do potencial educativo da prática esportiva, especificamente o futebol, na educação não formal como meio para a construção e o exercício da cidadania ativa através do atendimento alternativo direto para adolescentes inseridos nas medidas socioeducativas em meio aberto que cometeram um ato infracional. Os resultados apontam que a proposta inovadora pode criar um ambiente para o processo de integração pessoal com a tomada de consciência de sua própria dignidade, auto-estima, consciência corporal, comunicação, responsabilidade, autonomia e exercício da cidadania. A essência da libertação ficou marcada pela possibilidade de novas vivências e experimentações dos adolescentes. Verifiquei que a metodologia aplicada leva em consideração a diversidade, mas não é totalizadora e tem resultados diferentes para diferentes adolescentes quando somado às histórias individuais. A maioria dos adolescentes recebeu a liberação para o convívio em sociedade sem a restrição anteriormente imposta.

Introdução

O tema adolescente autor de ato infracional ocupa boa parte dos meus estudos e trabalho. O assunto vem sendo discutido durante décadas em diversos setores, tanto nos serviços de atendimento como nas universidades. Para entender esse fenômeno procurei ilustrar a questão teórico-metodológica, a realidade social onde o estudo foi realizado e discutir alternativas propriamente dita quanto à execução das medidas sócio-educativas aplicadas.

Para Gadotti (2001), os estudos sobre a educação foram marcados a partir da década de 60 por “um caráter tecnicista e for-

³¹ Psicólogo, Especialista em Psicologia do Esporte, Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo, idealizador e coordenador do Projeto Futebol Libertário. Contato: psilvestre@uol.com.br

mal". As novas formas de pesquisa educacional querem ficar distantes dos modelos positivistas, mesmo que taxadas de "orientações viesadas" em função de um paradigma científico geral. A chamada "pesquisa-ação" (THIOLLENT, 1988), aqui utilizada, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional ou técnico, que veio romper com esse círculo fechado estabelecendo novos critérios de validade para a pesquisa em ciências humanas. Nesse sentido, essa pesquisa apresenta-se como um instrumento para a ação social e a transformação da realidade, sendo, a *priori*, uma opção metodológica e ideológica que servirá de enfoque estratégico para uma ação popular da sociedade civil organizada.

Meu ponto de partida, sob a orientação da minha mestra Kátia Rubio, foi a compreensão sobre o papel do psicólogo como ator social que deve contribuir, enquanto mediador do processo de construção e produção do conhecimento, estabelecendo espaços de troca com os educandos, buscando trilhar com eles caminhos pelos quais se percebam como sujeitos históricos capazes de (re)significar relações e investir em seu potencial humano, (re)construindo seus projetos de vida pessoal e social.

Neste sentido, busquei ainda o apoio em Paulo Freire (2003) quando defende que "ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção".

Ao estudar a realidade da criança e do adolescente que moram nas periferias de São Paulo, não é difícil perceber a ineficácia do sistema educacional que este Estado Democrático de Direito tem promovido. Segundo dados do IBGE (2001) a proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza era de 33,60% da população total. Por traz desses dados está também a realidade do desemprego, da miséria, da falta de moradia adequada e de saúde e a situação de violência que aumentam a vulnerabilidade da criança e do adolescente e potencializam os riscos de ultrapassar limites para a autoria de atos infracionais que prejudicam o seu "processo peculiar de desenvolvimento", preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8069/90 supera a velha visão vingativa e punitiva do Código de Menores,

estabelecendo uma visão pedagógica e educativa. O Artigo 112 do ECA define as Medidas Socioeducativas (Advertência (A), Reparo do Dano (RD), Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), Liberdade Assistida (LA), Semiliberdade (SL), Internação (I)) como meios de intervenção na vida do adolescente autor de ato infracional, assim como na família, na comunidade e na sociedade. Segundo TEIXEIRA (2003) as medidas aplicadas aos adolescentes autores de ato infracional “visam ou devem visar superar a idéia exclusiva de controle social e assumem o caráter socioeducativo a partir do ECA”. Por esse motivo apresento um estudo que tem a finalidade de investigar o uso do potencial educativo da prática esportiva na educação não formal como meio para a construção e o exercício da cidadania ativa de atendimento alternativo direto para adolescentes inseridos nas medidas socioeducativas em meio aberto da Capela do Socorro, visando implantar com a pesquisa-ação um novo paradigma metodológico para acompanhar e orientar adolescentes autores de ato infracional, sua família, entidades de inserção e, neste momento, profissionais interessados em reinventar sua prática.

O poder do esporte na educação

Não discuto mais o que está consagrado pela legislação e é garantido como direito fundamental. Luto apenas para que saiam do papel, antes que virem letras mortas e as crianças e adolescentes cresçam sem desfrutar deles. Como necessidades humanas básicas são direitos de toda população infanto-juvenil e não privilégio de grupos ou classes sociais. No caso do esporte, significa uma prática democratizada, ao alcance de todos e não somente daqueles que apresentam alguma aptidão ou talento especial. Nas áreas do esporte e do lazer, alguns órgãos específicos são responsáveis pelo desenvolvimento de programas coordenados com o órgão gestor das medidas socioeducativas, buscando assegurar a efetivação dos direitos (IAS, 2004).

Autores como DaMatta (1982) e Rubio (2000) entendem que o esporte faz parte da sociedade, tanto quanto a sociedade faz parte do esporte, sendo impossível compreender uma atividade sem referência à totalidade na qual está inserida.

Para além da minha história pessoal, esse trabalho a definição

de DaMatta (1982) como inspiração, uma vez que para ele o futebol é uma metáfora perfeita pois no jogo, como na vida há um limite de tempo. O jogo da vida termina um dia ao passo que o jogo e a vida continuam sempre. As regras delimitam ações e tempo, assim abrem, paradoxalmente, o jogo para a eternidade. É precisamente o instante em que a regra não pode ser cumprida ou que ela foi levada até às últimas conseqüências, o momento mágico que imortaliza.

Transportando essa idéia ao contexto da educação, temos um esporte que se insere a partir de uma nova concepção. Parti do princípio que este fenômeno é um método pedagógico, ou seja, um meio de desenvolvimento das diversas potencialidades humanas que supera a visão do aprender o esporte apenas enquanto técnica e instrumento de atividade corporal e se propõe a ser um fator de desenvolvimento integral da criança e do adolescente. (IAS, 2004).

Para utilizar o futebol realizei um levantamento exploratório com os adolescentes inseridos nas medidas e a modalidade mais praticada por todos é o futebol, seguido de *skate*. Isso confirma que dentre as muitas modalidades esportivas praticadas no Brasil nenhuma outra é considerada tão popular como o futebol. Escrever sobre esta modalidade esportiva, a partir de uma análise cultural, podemos afirmar que o futebol é uma forma que a sociedade brasileira encontrou para se expressar e, nesse sentido, é uma forma de prática da cidadania. Como o carnaval, o futebol, no Brasil, abre a possibilidade da expressão individualizada e livre, em uma rede de relações humanas, quando alguém pode revelar-se como é, com suas habilidades e fraquezas. (DaMATTa, 1982: 25). Desse modo, pode-se observar a potencialidade educativa do esporte e, nesse caso em especial, do futebol na sociedade brasileira.

Oportunizei essa leitura do paralelo entre o jogo e a vida e percebi a necessidade de uma dimensão pedagógica desse esporte em particular. Se o futebol sempre esteve ligado simbolicamente a outras manifestações populares é possível afirmar então que ele não é uma prática exclusiva do professor de Educação Física/Esporte. O futebol pode (e deve) ser uma temática geradora trabalhada por/entre várias disciplinas (HELAL, 2001:13), principalmente se a lógica passa pela inclusão social.

A participação em uma prática como o esporte seja em fase competitiva ou de treinamento, não é garantia para que as questões acima citadas sejam efetivamente atingidas. A prática pela prática somente, não é garantia para tal. Mas, que características tem a prática esportiva que contribui para a manutenção do *status quo*? Para responder a isso torna-se fundamental a necessidade de uma mediação/intervenção entre a atividade esportiva e os conceitos a ela inerentes. Por por mediação/intervenção, compreendo que é a capacidade de elucidar e presentificar as inter-relações da dinâmica esportiva, facilitando e explorando tais relações entre os atores participantes. Os mediadores por sua vez, são os profissionais ligados à atividade esportiva (como os técnicos), trabalhando conjuntamente com outros profissionais para que as especificidades de cada área possam complementar-se.

A importância da mediação/intervenção na aprendizagem, seja ela empreendida pelos educadores, educadores físicos e psicólogos, se faz fundamental nesse processo, pois segundo Vygotsky (1998), o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica em um processo pelo qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que os cercam.

O trabalho do educador social vai além da simples orientação da prática esportiva. Ele busca orientar o adolescente para a vida, contribuindo por este meio, para questões mais amplas, auxiliando na construção da identidade do indivíduo praticante da atividade física e do esporte (MARQUES & KURODA, 2000; RUBIO, 2000). Será papel dos educadores sociais facilitar e mediar a troca de experiências nesses diversos níveis buscando um contato mais próximo com as questões que serão trabalhadas conjuntamente com o técnico de Educação Física para a partir daí, elaborar as atividades que objetivem ressaltar a integração, comunicação, cooperação, etc. Essa busca ideal de um corpo coletivo formado por indivíduos que se autodeterminam e lutam conscientemente por direitos comuns vem ao encontro da expressão de cidadania ressaltada por Manzini-Covre (1996), enquanto categoria que pode ser elaborada, apropriada e utilizada pelos educandos. A cidadania pode ser reedificada por eles como um valor universal da humanidade. Essa expressão de cidadania

nia assumida e exercida, conscientemente, pelos educandos, pode ser entendida como uma cidadania ativa.

Contextualizando uma prática

O trabalho foi desenvolvido no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA) de Interlagos que está situado na região da Capela do Socorro e tem em sua área de abrangência cinco distritos do extremo sul da cidade de São Paulo.

As análises utilizadas para contextualizar a realidade do adolescente em situação de risco social e pessoal baseiam-se no 'Mapa da Exclusão e da Inclusão' elaborado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas de Seguridade e Assistência Social da PUC-SP e reeditado em 2000, e o "Mapa da Juventude de São Paulo, 2003". Já nesta pesquisa, os bairros da Capela do Socorro se destacam quanto aos altos índices de exclusão social. Na classificação geral dos 96 Subdistritos do município de São Paulo, a Cidade Dutra ficou em 71º. lugar, Grajaú em 95º., Marsilac em 80º. e Parelheiros em 96º.

Esta tendência pode ser explicada pela deterioração generalizada das políticas públicas sociais nos últimos anos, tendo esse quadro agravado pelas altas taxas de crescimento populacional da região, significativamente acima da média de crescimento do município, e pela localização integral da região em área de proteção de mananciais.

O CEDECA de Interlagos foi fundado em 1999 por um grupo de educadores sociais com experiência em trabalhos comunitários em Favelas de Interlagos e com Movimentos Populares da Capela do Socorro. Identifica-se como organização de assessoria aos movimentos populares, a partir e a serviço das lutas populares organizadas nas comunidades locais, associações de moradores, entidades de atendimento e movimentos específicos da Capela do Socorro, tendo seu olhar voltado para a realidade da criança e do adolescente.

Os trabalhos tiveram início com Liberdade Assistida (LA) em 1999 chegando em 2002 a atender 240 adolescentes em LA e 60 em PSC, totalizando 300 adolescentes atendidos ao mês.

Entrando em campo

Comecei projeto Futebol Libertário em 2003. Tinha uma boa

idéia e nenhum recurso financeiro. Entra em campo um amigo que me ajudou o projeto pode sair do papel. Não era um campo estranho o atendimento, mas pensar em novos paradigmas do atendimento era assustador.

O problema da minha pesquisa era a seguinte: *“seria possível utilizar o futebol como elemento educativo crítico, ou seja, sem fazê-lo perder a sua especificidade enquanto esporte/ jogo aproveitá-lo como um instrumento de transformação social?”* Em outras palavras: Poderiam os envolvidos neste processo incorporar através da prática e da reflexão, uma nova concepção de esporte e de relacionamento humano, calcada em princípios que combatam o individualismo, a vitória a qualquer custo, o autoritarismo, as mais diversas expressões de discriminação e preconceito contra adolescentes autores de ato infracional?

Com essa inquietação o trabalho teve início.

Escalção

Esta pesquisa atendeu 18 adolescentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 17 anos e 11 meses, inseridos (as) nas medidas socioeducativa em meio aberto na sua grande maioria em Liberdade Assistida. Inicialmente foram escalados 20 adolescentes, mas dois selecionados desistiram antes de iniciar o projeto e optei por dar continuidade com esse número.

Os adolescentes passaram por um processo de seleção realizado pelos educadores responsáveis e estavam inseridos na medida por pelo menos um mês, assim como os adolescentes que cumprem por prazo indeterminado ou por seis meses. Tentei aqui fazer coincidir o encerramento da medida juntamente com o término do prazo da pesquisa.

O critério que estabeleci foi que eles deveriam estar pelo menos um mês sendo atendidos nos modelos oferecidos pela entidade. Criei, ainda, uma gama ampla do perfil desses adolescentes a partir da ficha de entrada com a pasta social onde estavam contidas as seguintes informações: os dados pessoais; motivo de entrada; situação habitacional; caracterização da família; dados de escolaridade; dados profissionais; dados sobre saúde e procedência. Realizado essa seleção tomei como procedimento ético de pesquisa uma reunião com

os familiares para que o projeto fosse explicado e que eles pudessem assinar um termo de consentimento informado. Durante todo o período os familiares foram recebendo informação sobre o andamento da pesquisa e do acompanhamento dos adolescentes.

Este grupo heterogêneo não desconsiderava os pontos que são comuns a todos: cumprimento das medidas; situação familiar similar; fumantes, adolescentes do mesmo grupo etário.

Os jogos

O levantamento dos dados foi realizado ao longo de 24 encontros programados divididos em 5 grandes blocos, durante sete meses. Os objetivos de cada encontro foram mantidos e as estratégias poderiam e foram sempre alteradas em função das necessidades do grupo e pelo próprio grupo.

Realizada toda a etapa inicial da formalização para o início da pesquisa os adolescentes foram levados ao SESC Interlagos³², que fez a concessão do espaço físico onde, semanalmente, foi desenvolvida a prática do futebol participativo educacional com alterações de regras, por um período de aproximadamente três horas por encontro.

Para ser configurado de fato como uma proposta inovadora o trabalho dessa pesquisa foi realizado na sua totalidade em grupo fechado. O ponto de partida foi a compreensão que somente no micro-universo, possibilitado pelos trabalhos em grupo e toda a sua dinâmica, é que os adolescentes teriam condições de elaborar questões fundamentais e de relevância para o grupo.

Todos os encontros foram registrados em foto, vídeo e áudio tanto das rodas de conversas como das atividades do grupo. Além disso, foram produzidos relatórios mensais do grupo e individuais que compunham o procedimento com o Poder Judiciário.

³² SESC – Interlagos está localizado em um terreno de 500.000 m², cercado de verde por todos os lados e com uma área construída de 48.837 m². Suas dependências contam com um conjunto aquático, quadra poliesportiva coberta e oito abertas, campo oficial de futebol e minicampos de grama e areia, quadras de tênis e muitas outras opções de lazer, com infra-estrutura adequada e capacidade de atendimento de 15.000 pessoas/dia.

Escolhendo a tática

Analisei todos os encontros procurando fazer uma relação entre o coletivo e o individual dando ênfase às relações da convivência grupal, a construção e o respeito às regras e as suas diferentes etapas. Com os registros cheguei à conclusão que havia etapas distintas dos encontros como a formação do sentimento de grupalidade; um olhar dos adolescentes voltados à comparação dos territórios; uma vontade de fazer projetos de intervenção; e momentos em que planejavam fora da medida socioeducativa.

Para cada estágio meu olhar ficou atento e deram origem às unidades de análise que denominei como uma proposta metodológica chamada: **PAIS** – **P**reparando o terreno, **A**nalisando o jogo, **I**maginando o futuro e **S**aindo de campo. Uma explicação breve se faz necessária, então os passos são:

- **Preparando o terreno** – chamei assim porque é o primeiro momento de formação do grupo onde é possível verificar a construção dos primeiros vínculos. É o momento da construção da estrutura e da identidade dessa formação e, fundamentalmente, é uma etapa de esclarecimento do funcionamento geral das atividades e suas regras.
- **Analisando o jogo** – é a etapa marcada por uma reflexão mais aprofundada de si mesmo e da coletividade a que pertence, onde devemos focar os direitos fundamentais e as questões da territorialidade. É o momento de confronto de realidades.
- **Imaginando o futuro** - diz respeito aos sonhos e perspectivas dos adolescentes. Etapa propícia para elaboração de mini-projeto, criando a cultura de projetar-se. É o momento crucial de redefinição ou confirmação do plano de atendimento individual e o estabelecimento de metas concretas e possíveis. Isto é, o futuro norteia as práticas do presente.
- **Saindo de campo** - Essa é a etapa de concretude de todo o trabalho que visa à saída deles da medida. O desligamento do projeto é tido como certo e tratado como pro-

cesso. Representa o momento da autonomia e da ação. É o momento da avaliação das próprias conquistas e decisões que foram tomadas.

O trabalho socioeducativo em grupo, embora não seja uma novidade, tem ainda muito a ser estudado e analisado no que diz respeito a sua metodologia. Em geral, há muitas referências bibliográficas (ANZIEU, 1993; DELLA TORRE, 1986; PICHON RIVIÉRE, 1988a; 1988b.) que falam das dinâmicas de grupos, mas ainda com alguns mitos. Um desses mitos, é que o grupo a ser trabalhado é que deve direcionar o trabalho.

Esse estudo parte de outra premissa uma vez que entende que o trabalho tem uma intenção e objetivos a serem alcançados, e que para tanto, é necessário traçar um caminho claro e previamente definido. Isso não quer dizer que o material e as necessidades do grupo não são levados em consideração, uma vez que se utiliza da lógica e da metodologia de Paulo Freire.

Comentários do jogo

Durante o decorrer da experiência tentei estimular o conhecimento dos próprios limites e potencialidades, um aspecto abordado por todo o trajeto, de acordo com o momento em que cada adolescente passava. Outras *competências pessoais* foram trabalhadas de acordo com a demanda do grupo, como respeitar a si mesmo, argumentar acerca dos fatos, expressar e manifestar idéias e proposições, incluindo a opinião em relação aos participantes.

Com relação às competências pessoais, analiso que o grupo manteve uma busca, dentro da metodologia específica, de aprimorar uma seqüência pedagógica de desenvolvimento pessoal que privilegiou um projeto de vida para o adolescente. Resgatou o autoconhecimento e despertou as perspectivas, através de maior participação nos planejamentos diários, dentro dos espaços das atividades, onde foi possível contextualizar a busca de objetivos e as estratégias para alcançá-los, incluindo direitos, interesses e escolhas. Desta forma a avaliação se faz dentro dos próprios discursos e produções feitas.

A possibilidade da construção de um projeto de vida, pró-

prio, é um dos aspectos mais importantes a serem computados. Sendo assim, o fato foi disparado a partir de planejamentos feitos, em grupo, para então refletir, através de discussões contextualizadas sobre estes na vida cotidiana e na possibilidade de realização. Com isso conseguimos estimular a autonomia e o autoconhecimento de cada um deles em busca do seu próprio objetivo, reconhecendo limites e potencialidades e construindo possibilidades.

A autonomia foi outra competência que marcou alguns momentos deste processo. Essa autonomia pode ser vista, também no grupo, uma vez que os adolescentes buscaram e discutiram suas necessidades não só para benefício próprio, mas também em favor do próprio coletivo, como na produção de combinados de convivência, pontapé inicial do grupo, e participação constante na produção dos planejamentos semanais.

Tendo em vista os objetivos específicos do desenvolvimento de competências do adolescente, no que diz respeito as *competências cognitivas*, adquirir conhecimentos e informações, teve uma efetivação, através de uma maior participação e assiduidade nos eventos da instituição. Por outro lado o interesse por pesquisa foi trabalhado com projetos de promoção e mobilização social e desenvolvimento pessoal (como a significação do futebol extracampo e do esporte na cultura brasileira, por exemplo), baseado em uma necessidade de inclusão de possibilidades de acesso ao conhecimento. Neste aspecto avalio de maneira positiva e os adolescentes, cada vez mais, buscaram materiais e desenvolveram produtos individuais, como na produção de currículos (quando trabalhado a questão em paralelo ao mercado de trabalho).

Ainda se tratando do aprender a conhecer, despertar a consciência de direitos e deveres foi mais um foco de trabalho, entendendo ser um fator importante para que se reflita no desenvolvimento sócio-educativo e que se avalia, produtivamente, através da busca de encaminhamentos aos serviços públicos, por parte dos participantes. Diante disso, os adolescentes, cotidianamente, procuraram informações sobre saúde (unidades de atendimentos médicos), educação (encaminhamentos escolares) e profissionalização (equipamentos que atendam a Prestação de Serviço a Comunidade). Fato este que co-

meçou a aparecer à medida que o educador manteve um vínculo de trabalho interessante com o adolescente, fortalecido pela participação efetiva nas atividades diárias do Futebol Libertário.

Em relação à busca de direitos, especificamente no que diz respeito à inclusão escolar (tema indispensável quanto à parceria educativa), percebeu-se que houve um significativo aumento no quadro de adolescentes matriculados. A grande maioria dos adolescentes (12) inseridos no Futebol Libertário foi matriculada e frequentou a escola, os demais procuraram as escolas para a realização da matrícula. Considero que tais intervenções aliadas a atividades práticas foram parte de um processo gradual de responsabilização e cumprimento efetivo da medida socioeducativa, ainda pontuando esta mudança de comportamento em adolescentes que anteriormente manifestavam muita dificuldade no comparecimento regular da própria atividade.

Quanto às *competências sociais*, pude notar que houve, tendo em vista o estabelecimento de relacionamento interpessoal sadio, um menor índice de discussões (brigas, xingamentos entre outros) entre os adolescentes e um maior índice de ações cooperativas. Em relação ao ato infracional (entendido aqui como fato social), não apresentou o descumprimento da medida socioeducativa.

Em referência às *competências produtivas*, a metodologia adotada trabalhou a questão da realização e estruturação de um produto final, idéia esta que teve grande participação dos adolescentes, no que diz respeito à organização de campeonatos e busca de atividades mais protagônicas, no contexto do planejamento.

Dentro disso, muitas ações foram realizadas através desta dinâmica de atendimento e produção. Neste processo, os adolescentes elaboraram e participaram de eventos na comunidade, no CEDECA Interlagos e em outras instituições. Discutiram e se sensibilizaram, em dado momento, sobre o empoderamento e a busca dos seus direitos, previstos no ECA, como a busca de locais na comunidade para prática esportiva entre outros.

Quanto à questão familiar, numa perspectiva quantitativa de atendimentos e visitas familiares, assim como nos relatos de telefonia e na busca de um dado avaliativo mais amplo dos aspectos sociais (aprender a conviver), principalmente quanto ao fortalecimento dos

vínculos familiares, constatou-se que há um compromisso maior por parte dos parentes em acompanhar o adolescente. Fato este anunciado pelo aumento do número de atendimentos com o objetivo de esclarecimentos tanto da questão jurídica da medida socioeducativa quanto com relação ao empoderamento de seus direitos e deveres, incluindo, principalmente questões relativas à família, a escola e saúde.

Apesar dos dados e avaliações, acima descritos, entendo que há ainda certa dificuldade diante da responsabilização e do comprometimento dos familiares de todos os adolescentes. Dessa forma, pensando na participação observada e na importância do trabalho específico os resultados não apontaram para uma responsabilização e participação efetiva dos familiares incluídos no processo, havendo a necessidade de serem traçados objetivos e elaboradas novas estratégias específicas e focais com relação a esta relação.

Apito final

Já são passados pouco mais de cinco anos da idéia inicial e alguns da prática propriamente dita, e a cada dia a experiência relatada se transforma em passado, assim como cada um dos participantes vive sua vida. Mesmo assim é possível perguntar quais os novos *jogos* que eles estão *jogando*? O que está acontecendo a cada um? Receberam algum *cartão amarelo ou vermelho*? Será que vão fazer os seus destinos autonomamente? Essas questões mostram que eles vão viver outras *partidas* e por isso devem partir.

Os adolescentes que participaram desse grupo viveram na “pele” a representação que atribuí ao esporte as piores conotações de “quem não tem o que fazer” impregnado dos discursos da sociedade e reproduzido por algumas famílias que acompanham o processo.

Neste processo posso afirmar que aprendi - até mais do que fui capaz de ensinar - que os adolescentes participantes demonstram que a idéia libertária trabalhada é à ruptura para experimentar outra possibilidade de ser para além das limitações, para além das privações. Mostram que nessa lógica libertária “nós podemos ser gente, onde somos pessoas”; onde podem negociar e podem falar das suas experiências. E, como essa relevância do contexto social de cada um deve ser considerado, é possível afirmar que há uma

construção de um saber conjunto o que mostra a “razão de ser” do conhecimento. Neste sentido, à medida que se lhe apresentam novas *jogadas* e outras possibilidades acabam-se criando um “rito de passagem” desse adolescente pelo Futebol Libertário, pela Liberdade Assistida ou Prestação de Serviços a Comunidade e pelo próprio CEDECA Interlagos.

Muitos são os trabalhos que tem o esporte como um instrumento socioeducativo utilizados em inúmeros projetos sociais direcionados a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, mas intervenção nas medidas socioeducativas com adolescentes inseridos em medidas em meio aberto, apresenta-se como uma iniciativa pioneira e como tal, trouxe um grande desafio, vide as especificidades dos atores envolvidos – adolescentes e educadores.

Uma das descobertas importantes é à possibilidade de aglutinar diversas experiências com o esporte, uma atividade naturalmente atraente, facilitando a adesão dos adolescentes. Aderindo à prática esportiva os adolescentes estão mais próximos dos profissionais envolvidos que encontram muitas vezes as portas abertas para desenvolver outros trabalhos. Vale dizer, também, que essa técnica expressiva é uma experiência socializante já que permite ao adolescente entrar em contato com regras, limites e disciplina.

A produção acadêmica sobre esporte no Brasil tem aumentado, significativamente, na última década. O mesmo crescimento não se verifica na produção quanto ao esporte educacional voltado aos projetos sociais e a sistematização das experiências de inclusão social. No entanto, a dimensão cultural do esporte e da atividade física, em geral como atividade de auto-expressão, seus benefícios para a saúde e para a formação da personalidade, na sua capacidade de aglutinar pessoas e promover a cooperação, são características largamente reconhecidas. Orientam a formulação de planos pedagógicos de muitas escolas e a política de oferta de atividade de lazer de muitas instituições de caráter público e social.

Por fim, este trabalho, ao buscar uma fundamentação teórica que nos aproxime do conceito de educação e cidadania no contexto socioeducativo dos movimentos populares, tenta contribuir com a intervenção social mais coerente e conseqüente pelos sujeitos que

atuam em tais organizações. O mérito também pode ser atribuído ao novo tipo de linguagem mais próximo do desejo desses jovens e de suas realidades. Não tenho mais dúvidas que os adolescentes atribuíram novo sentido ao cumprimento da medida imposta e procuraram superar os obstáculos para fazer valer o seu protagonismo e mostrar que o ato infracional é apenas um aspecto de sua vida e que a cidade deve ficar aberta para todos onde ela é mais inóspita.

Referências bibliográficas

ADORNO, S. *O adolescente na criminalidade urbana em São Paulo*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

ANZIEU, D. *La dinâmica de los grupos pequenos*. Buenos Aires: Ed. Kapelusz, 1993.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 1990.

BRASIL. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*. Versão Preliminar Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2005.

CARRANO, P. C. R. (Org.). *Futebol: paixão e política*. Coleção o sentido da escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

COHN, A. & BOUSQUAT A. (org.). *Mapa da Juventude: Perfil e comportamento do jovem de São Paulo*. Pesquisa da Coordenadoria de Juventude da Prefeitura de São Paulo, 2003.

DAMATTA, R. *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DELLA TORRE, M.B.L. *O homem e a sociedade: uma introdução à sociologia*. São Paulo: Ed. Nacional, 1986.

GADOTTI, M.; FREIRE, P.; GUIMARAES, S. *Pedagogia: diálogo e conflito*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HELAL, R. *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Departamento de população e indicadores sociais*. Rio de Janeiro, 2001.

MANZINI-COVRE, M. L. *O que é cidadania*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

MARQUES, J.A.; KURODA, S.J. Iniciação Esportiva: Um instrumento para a socialização e formação de crianças e jovens. In: K. Rubio (Org.) *Psicologia do esporte: interfaces, pesquisa e intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

PICHON RIVIÉRE, E. *A teoria do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988a.

PICHON RIVIÉRE, E. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1988b.

RUBIO, K. O pontapé inicial. In: K. Rubio (org.) *Psicologia do esporte: interfaces, pesquisa e intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

RUBIO, K.; QUEIROZ, C.; MONTORO, F.C.; MARQUES, J.A.; KURODA, S.J. Iniciação esportiva e especialização precoce: as instâncias psicossociais presentes na formação esportiva de crianças e jovens. *Revista Metropolitana das Ciências do Movimento Humano*, vol.4, nº1, 1999.

SPOSATI, A. (org.) *Mapa da inclusão e exclusão social*. Pesquisa do Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP, INEP e Instituto Pólis. São Paulo, 2000.

TEIXEIRA, M. L. T. *As histórias de Ana e Ivan: boas experiências em liberdade assistida*. São Paulo: Fundação Abrinq, 2003.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa ação*. São Paulo: Cortez, 1988.

VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WEINBERG, R. S.; GOULD, D. *Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

A IMAGEM CORPORAL DE ADOLESCENTES DE RUA DE BELO HORIZONTE – MG E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL

Adenilson Idalino de Sousa³³

Dr. Sebastião Josué Votre (Orientador)

Resumo: O objetivo deste estudo foi descrever a auto-representação de adolescentes moradores de rua e analisar como esta auto-representação molda papéis nas relações do cotidiano. Através da observação qualitativa focalizamos os discursos dos informantes e suas práticas sociais. Os instrumentos para a coleta de dados foram o roteiro de entrevista e o diário de campo, com observações e descrições do ambiente pesquisado. Utilizamos a proposta de GOFFMAN (1988) e da análise de discurso crítica (REZENDE & RAMALHO, 2006) para interpretar os sentidos da imagem corporal e suas formas de “uso” nas relações sociais. Destacamos a dificuldade de formação da auto-imagem no universo da rua, lugar em que o corpo é utilizado como recurso para garantir a sobrevivência física e moral dos personagens que nela se encontram.

Palavras-chave: adolescentes moradores de rua, imagem corporal, vitimização, análise de discurso crítica.

Introdução

Neste artigo³⁴ identificamos e analisamos a auto-representação construída por meninas e meninos de rua (doravante adolescen-

³³ Mestre em Educação Física pela Universidade Gama Filho (2008). Atualmente é coordenador de curso e professor da Universidade Presidente Antônio Carlos e professor-Trabalha com capacitação profissional na área de esportes para a Secretaria de Estado de Defesa Social de MG. Contato: asousai@yahoo.com.br

³⁴ Este artigo foi elaborado a partir do capítulo de análise dos dados da dissertação de mestrado intitulada A imagem corporal e seus reflexos no processo de inclusão e exclusão social de adolescentes moradores de rua de Belo Horizonte - Minas Gerais apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho, em que são analisadas, da perspectiva dos significados acional e representacional, conforme a proposta de Fairclough (2003), a entrevista de um menino morador de rua e de cinco meninas moradoras de rua, todos da cidade de Belo Horizonte.

tes³⁵) e verificamos como esta auto-representação se ajusta às situações do cotidiano da vida na rua, revelando traços de poder exercidos neste contexto. Investigamos também a utilização do corpo como meio de sobrevivência física e moral. Concentramos nossa análise nos discursos produzidos pelos informantes.

Segundo Lovisolo & Votre (2007, p. 209), nos últimos anos, a maioria dos estudos de orientação qualitativa, desenvolvidos na área da Educação Física, apóia-se em princípios ancorados na linguagem.

Apresentamos a “vida na rua” na perspectiva desses moradores, para caracterizar o ambiente e apresentar as principais causas e conseqüências da permanência desse segmento social, em fase de desenvolvimento físico e moral, neste espaço. Apresentamos a amostra da pesquisa e examinamos as falas dos entrevistados na perspectiva da Análise de Discurso Crítica- ADC. No primeiro momento, analisamos as relações de poder e a formação da imagem corporal, através da categoria *intertextualidade – significado acional*. No segundo momento da análise, utilizamos a categoria *denominação – significado representacional*, com o objetivo de evidenciar as mesmas relações e a formação da imagem corporal na rua.

1.1. A vida na rua

Para João do Rio (1908), a *rua* é muito mais que um local de passagem, um alinhado de fachadas. Segundo ele, a rua tem alma. Esta alma, de alguma forma, é composta pelas várias almas dos transeuntes, observadores, moradores, que por ela circulam ou nela vivem. A rua, lugar de poetas, boêmios, polícia, assistência social, entidades religiosas, atrai também pesquisadores, dando um novo significado a este espaço como também dos adolescentes que fazem dele o seu local de vida, sobrevivência e moradia.

A rua propicia o agrupamento de tipos idênticos, grupos de pessoas desconhecidas, que passam a compartilhar as roupas, a comida, a droga, o dinheiro. Pode se tornar o emblema deste grupo,

³⁵ Estamos utilizando o termo “adolescentes” para englobar o menino e as cinco meninas que constituem o *corpus* deste estudo, pelo fato de servir para ambos os sexos e de todos os informantes terem mais de 13 anos.

dar pertencimento aos que a nada pertence. Quando uma menina diz “sou da Cristiano Machado”³⁶ ou “sou das Andradas”³⁷, fala frequentemente escutada por educadores sociais, entendemos porque é tão difícil tirá-la daquele lugar. Ela a identifica e até mesmo direciona o trabalho das ações públicas e privadas, se tornando ponto de abordagens de polícia, educadores sociais, Ong.

O espaço da rua chama a atenção pela rotatividade de sua população. O número de adolescentes que chegam na rua e que dela desaparecem caracteriza a rua como espaço que recebe e ao mesmo tempo “expulsa” a população que a utiliza como estratégia para sua sobrevivência.

Estar na rua impõe correr riscos pessoais, físicos e psicológicos, na interação com outros atores da rua, que atinge a todos aqueles que a ocupam, não importando se crianças, adolescentes ou adultos. A organização destes sujeitos na rua, como forma de agir, de resistência e de defesa, decorre em parte da estratégia que utilizam para o enfrentamento dos desafios e das ameaças que vivenciam nesse espaço. Adolescentes que moram na rua aprendem desde cedo a não delatar os companheiros, a dividir os ganhos dos furtos, a droga, a comida, a obedecer aos mais fortes. Uma das práticas mais temidas pelas meninas de rua se refere à “ronda”³⁸ que se dá quando ela “vacila”³⁹ em algum ponto tido como importante na “cultura da rua”. Os meninos também são “cobrados”⁴⁰

³⁶ Cristiano Machado é o nome de uma importante avenida da cidade de Belo Horizonte - MG.

³⁷ Nome de uma rua da cidade de Belo Horizonte - MG, conhecido ponto de moradia de adolescentes em situação de vida na rua.

³⁸ A “ronda” era uma prática observada nas ruas de Belo Horizonte no início da década de 90. Hoje, a violência sexual contra a menina continua acontecendo no interior dos grupos, mas isto não se constitui numa prática coletiva e sim individual, sendo o agressor muitas vezes punido pelos próprios companheiros.

³⁹ Segundo a fala de um menino morador de rua, é considerado “vacilo” por parte das meninas a traição do namorado, a perda de algum objeto deixado em seu poder (geralmente são as meninas que guardam o produto do furto) ou o fato da menina “entregar” alguma “parada” planejada ou praticada pelos meninos.

⁴⁰ Ser cobrado significa sofrer alguma punição física por ter feito algo considerado errado pelo grupo ou algum integrante.

quando vacilam, e a aceitação desta violência é uma condição na busca pela sobrevivência nas ruas.

O dinamismo, a aventura, o assistencialismo e a diversão que a rua oferece - citado por adolescentes moradores de rua como fatores que colaboram para a permanência na rua - contrasta com o ambiente da casa e do bairro de onde se originam estes jovens, marcados principalmente por uma carência de recursos materiais e também pela falta de estímulos e perspectivas de futuro. O fio da rua é tecido com aventuras e, também, com desventuras.

A imagem da criança na rua, livre, solta, é uma imagem criada a partir de uma visão romântica da rua que não vê o "outro lado", o que faz com que os mais fortes subjuguem os mais fracos, fazendo com que estes se tornem alvos de exploração e violências diversas. Apesar destas violências, os adolescentes moradores de rua não se adaptam as regras dos abrigos ou mesmo da sua casa - não usar droga, não poder passear na hora que quiser, assumir responsabilidades, tais como, estudar, trabalhar -, preferindo permanecer na rua, lugar onde goza de todos estes "prazeres".

1.2. Adolescentes moradores de rua

A existência de adolescentes morando na rua relacionada com as condições econômicas e sociais do Brasil pode ser interpretada *como indicador de um processo de decomposição social da família*. Com efeito, a deterioração do relacionamento no interior da família pode levar a criança e o adolescente a deixar suas casa e ir para a rua, comprometendo uma etapa fundamental para o seu desenvolvimento físico, mental e social. Este enfraquecimento pode surgir a partir da incorporação das relações estabelecidas nos grupos da rua. Quanto mais tempo se passa na rua, mais difícil fica o retorno para a casa.

A interação da miséria, abandono familiar, falta de trabalho como fonte de subsistência pode levar adolescentes para a rua. Esse contingente se apropria do espaço urbano público e se afasta de instituições socializadoras, tais como a família, a escola e o abrigo, tornando-se um *outro*, deslocado, problemático, hábil usuário e conhecedor dos serviços da rede de atendimento social, tentando manipular seus diferentes atores para conseguir o que deseja.

Identificados por andarem sujos, descalços, drogados, temidos por suas atitudes e possuidores de um jargão específico, que lhes garante acesso a certos grupos e locais e os afasta de outros, passam a suprir suas necessidades básicas utilizando a teatralização como estratégia de sobrevivência - são vítimas quando precisam parecer vítimas e agressores quando a coerção é o meio para conseguirem o que querem - e diversão - por ser uma fonte de prazer, um jogo de simulações. Essa teatralização, que pode ser observada na dinâmica de adolescentes moradores de rua, torna-os fortes, aptos a viverem na rua, lugar que apresenta situações diferentes a cada momento e implica a manipulação de soluções e estratégias na luta pela sobrevivência física e moral. Mas pode ser também observada em outras relações do cotidiano, através de outros atores sociais - políticos, professores, vendedores-, que a utilizam com o mesmo objetivo.

Na medida em que se repetem tais situações e o adolescente já assimilou aquela solução, apresenta-a com mais convicção e naturalidade. Vivendo na rua, acrescenta ou amadurece o repertório de representações que são utilizadas a cada momento, sem mesmo que o adolescente morador de rua tenha consciência disso. Goffman utiliza o termo “representação” para referir a toda atividade de um indivíduo que passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência (2007, p. 29). Entendemos *representações*, no sentido como Goffman nos coloca como as simulações desempenhadas pelos atores sociais, neste caso, adolescentes moradores de rua, frente a outros indivíduos, com o objetivo de conseguir o que deseja - dinheiro, comida, provocar medo.

Adquirem seus gestos, falas, modo de vestir e andar, de seus pares seja da comunidade de onde vieram ou do grupo com que convivem na rua, formado por integrantes que advêm da mesma dura realidade social. Quanto mais “solto”, “largado”, “folgado”, mais apto se está para viver na rua. Vivem geralmente em grupos, que se localizam em bairros próximos do centro da cidade, onde normalmente organizam suas “quebradas”⁴¹ com cobertores e papelões.

⁴¹ Local onde ficam, residem e dormem em grupos, se abrigam da chuva e do frio.

Deixam o espaço onde dormem bem sujos, causando problemas com os comerciantes, moradores e transeuntes locais. Também se apropriam de prédios, casas e lojas abandonadas. Poucos dormem na área mais central da cidade⁴².

Com o tempo, a maioria começa a roubar objetos como relógios, celulares e carteiras; a se envolver com o tráfico de drogas; arrombamentos; assaltos a mão armada. O uso da droga também aumenta com o tempo passando do *tíner* e cola de sapateiro para a maconha, o *crack* e a cocaína, passando muitas vezes do consumo para a venda.

Nossos informantes afirmam que roubam quando não ganham o que pedem. A prática do roubo ou da prostituição é algo de que eles não gostam de falar; contudo, admitem o uso de droga, explicitando sua vontade de parar e que são informados sobre o mal que as drogas causam. Entre os motivos que justificam o uso da droga estão o alívio da fome, do frio e o medo, mas sabemos que a “viagem” e os estímulos psicológicos e fisiológicos proporcionados pelo uso da droga, são fatores importantes que levam estes sujeitos ao uso contínuo de droga e também à não permanência em casa ou nos abrigos.

Podemos afirmar que estes jovens, mesmo em situação de vida na rua, continuam alimentando desejos e sonhos. Na rua, suas necessidades são supridas de forma concreta ou simbólica marcadas pela submissão, violência e perversão das regras sociais.

2.0. Análise do discurso de adolescentes moradores de rua

As seis entrevistas aqui analisadas foram realizadas no período compreendido entre maio de 2006 e maio de 2007. O menino e as cinco meninas entrevistados são moradores de rua da cidade de Belo Horizonte, integrantes de “quebradas” distintas, mas todos freqüentadores do Programa Miguilim⁴³ - da Secretaria Municipal de

⁴² A área central é uma área muito vigiada tanto pela polícia quanto por guardas municipais em Belo Horizonte - MG.

⁴³ Programa que presta atendimento aos adolescentes moradores de rua de Belo Horizonte e sua região metropolitana, através de esportes, jogos, brincadeiras, atividades circenses, percussão, artes.

Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte. A média de idade dos informantes é de 15 anos, a maioria é de etnia negra, e possui grau de escolaridade baixo, sendo que nenhum conseguiu concluir o ensino fundamental. Todos advêm de família pobre e a obrigatoriedade de trabalhar, estudar, “ajudar” em casa, foi um dos motivos que fizeram com que estes adolescentes viessem morar nas ruas. Começaremos nossa análise pela categoria analítica *intertextualidade*, – significado acional.

2.1. Significado acional

O significado acional, aqui apresentado, foi analisado por meio da categoria *intertextualidade* discutida em Fairclough (2003) e Resende & Ramalho (2006). Revelamos a relação entre as vozes alheias presentes nas entrevistas com as vozes dos entrevistados, observando a relação de aceitação (incorporação) ou recusa (distanciamento) do que foi dito.

A intertextualidade é a combinação da voz de quem pronuncia um enunciado com outras vozes que lhe são articuladas. Um exemplo de intertextualidade é a citação, que revela a presença de elementos atualizados de outro texto em um texto (FAIRCLOUGH, 2003, p. 39). Uma questão inicial no estudo da intertextualidade em um texto é a verificação de quais vozes são incluídas e quais são excluídas, isto é, que ausências significativas podem ser observadas. A relação entre essas vozes pode ser harmônica, de cooperação, ou pode haver tensão entre o texto que relata e o texto relatado. (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 66).

A representação do discurso não é uma mera questão gramatical, ao contrário, é um processo ideológico cuja relevância deve ser considerada. Analisar em textos que vozes são representadas em discurso direto e em discurso indireto e quais as conseqüências disso para a valorização ou depreciação do que foi dito e daqueles(as) que pronunciaram os discursos relatados no texto pode lançar luz sobre questões de poder no uso da linguagem (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 67).

Por meio da observação das escolhas lingüísticas feitas pelos adolescentes para representar o discurso do outro, foi possível anali-

sar se estes concordam, discordam ou polemizam estes discursos e verificar também o engajamento com estes atores sociais.

2.1.1. Relações de poder

Nas entrevistas, em vários trechos, verificamos a presença de vozes que legitimam relações de poder. Os adolescentes, através de seus discursos e da utilização de vozes alheias para representar momentos e situações vividos em casa e na rua, utilizaram discursos de oponentes representados por eles como “agressores” para justificar sua auto-representação como “vítimas”.

Os trechos abaixo ilustram relações de poder e vitimização vividas pelos adolescentes, entrevistados neste estudo:

1. “[...] a policial pegou e puxou o cabelo de outra menina, da pequena, e aí a pequena pegou e começou a chorar reclamando, aí a policial mandou ela tomar no cu, aí era o direito da pequena, porque se eles não aceita que nós manda, por que eles vão mandar? [...]”

Neste exemplo, podemos perceber que a informante apela para a moralidade do discurso. Ao utilizar um discurso da polícia, - que segundo o discurso moral são aqueles que defendem a população -, transmite uma representação da polícia com base na agressão e no xingamento de uma policial, questionamento o *papel social* desta instituição. Essa articulação de discurso serviu o propósito de negar a representação da polícia como a mantenedora da ordem social e atenuar a representação de adolescentes que moram na rua, como perturbadores da ordem. Com isso, tenta convencer sobre seu papel de vítima diante de uma “polícia” agressora, intimidadora, visando aumentar sua aceitação social.

2. “[...] Não, não tinha não, mas só que eles falavam que era o Luís Paulo, porque todo mundo tinha medo dele e tal, mas só que lá não tinha ninguém que comandava não, porque lá era um por todos e todos por um, não tinha esse, “ah, eu sou o patrão e coisa e tal”, mas todo mundo lá falava que era o Luís Paulo, que o Luís Paulo era folgado [...] todo mundo tinha medo dele (do líder) porque **ele falava que brigava demais** e todo mundo tinha um certo medo, dele pegar, machucar e fazer alguma coisa [...]”

No exemplo 2, podemos observar outra relação de poder. Por “brigar demais”, o líder impõe medo e legitima seu poder frente os colegas do grupo. Segundo a informante, o líder era muito “folgado” e mandava os outros fazer as coisas e os outros iam lá que nem um cachorrinho e faziam. Os “outros”, categoria em que também está incluída, são as vítimas do poder do mais forte, e a utilização deste discurso é uma tentativa de convencer que se o líder não fosse dotado de força física, ele não seria respeitado, e por isso não reconhece que o grupo a que pertence possui um líder (figura dotada de respeito), e sim um intimidador, agressor.

3. “[...] *pode ir embora, eu não quero você na minha casa mais não* [...]”

No exemplo 3, observamos através da utilização da fala da avó por uma adolescente moradora de rua, que a jovem quis representá-la como sendo uma das responsáveis por sua situação de vida nas ruas. Dessa maneira, reforça seu papel de vítima e se exime de explicar porque vive nas ruas e porque não volta para casa – pergunta freqüente que tem que responder.

2.1.2. Imagem corporal

Entende-se por imagem corporal, para os efeitos deste trabalho, a maneira como vemos mentalmente nosso corpo, como o representamos. Engloba as formas pelas quais um indivíduo experiencia e conceitua o seu próprio corpo. Deve ser compreendida como um fenômeno estruturado no contexto da experiência existencial e individual do ser humano, em um universo de inter-relações entre imagens corporais.

Schilder (1980) enfatiza que a imagem corporal não é apenas uma construção cognitiva, mas um reflexo dos desejos, das emoções e das interações com os outros indivíduos. A imagem corporal envolve uma experiência do corpo ligada às experiências anteriores, assim como aos desejos para o futuro. A imagem corporal é inseparável da realidade circunstancial de cada momento e da individualidade de cada pessoa.

Segundo Stoer & Magalhães (2004), mais recentemente, tem sido usado o termo “imagens corporais”, designação que procura

precisar que não existe uma imagem corporal única e constante em todos os momentos, dado que, dependendo de vários fatores, poderemos constatar a existência de diferentes imagens.

Existe, em termos psicológicos, uma forte ligação entre as imagens corporais e a forma como o indivíduo se avalia e se percebe em geral. As imagens corporais que esses indivíduos tem de si mesmos são influenciadas pelo meio social. Suas ações não se dissociam do que vê, lembra, sente, acredita e pensa (STOER & MAGALHÃES, 2004).

Nas entrevistas analisadas, observamos “outras vozes” presentes nos discursos formadores da imagem corporal dos adolescentes. Algumas vozes reafirmam uma imagem corporal idealizada, desejada socialmente e outras tentam negar a imagem construída para adolescentes que moram nas ruas. Apesar do desejo de aceitar ou negar tais discursos, é difícil captar quais são as representações de adolescentes que moram na rua, que precisam montar uma auto-imagem de acordo com cada situação.

Abaixo destacamos alguns trechos das entrevistas que foram analisadas para captar as imagens corporais dos informantes. Dividimos os discursos em três categorias: *discursos dos que estão morando na rua*, *discursos dos que já moraram na rua* e hoje moram em abrigos; e por fim, *discursos legitimadores da casa como o lugar do cuidado do corpo*.

2.1.2.1. Os que moram na rua

Consideramos moradores de rua os sujeitos que passam o dia todo na rua, se alimentam na rua e por fim dormem na rua. Àqueles que raramente vão até a casa onde morava, que não toma banho diariamente, não troca de roupa, raramente lava as roupas que possui. Alimentam-se das doações dos outros ou dos furtos e coerções que pratica. Usa drogas e fica perambulando durante o dia pela cidade, buscando a sua sobrevivência. Sua imagem corporal é difícil de ser formada, pois vive respondendo ao ambiente em que está inserido. Através da análise dos exemplos 4 e 5, podemos verificar que a imagem corporal idealizada pelos adolescentes moradores de rua estão fundamentadas no *cuidado* com o corpo e imagem corporal:

4. “[...] *Pentear cabelo, tomar banho, arrumar, ficar cheirosinha (risos), fazer unha (risos) pra mim é isso [...]*”

Podemos perceber que a fala da adolescente moradora de rua está influenciada pelas falas difundidas por aqueles que gozam da oportunidade dos cuidados acima descritos, ou seja, a importância dada ao ato de pentear o cabelo, tomar banho e ficar cheirosinha só pode ser dita por aqueles que gozam destes cuidados. Ao pretender possuir esta imagem corporal, a adolescente moradora de rua busca sua aceitação social ou talvez apenas diga aquilo que sabe que o entrevistador quer ouvir.

Sabe que sofre preconceito pela sujeira impregnada no corpo, nas roupas, no cheiro, nas unhas, e que estes fatores a impede de se sentir “igual” às outras jovens, incluída. Acredita que com estes cuidados perderá os atributos adquiridos com a condição de vida nas ruas e ganhará os atributos que garantirão sua aceitação social.

5. “[...] *Ah, quando passa alguma menina, as meninas ficam olhando assim, nó, eu fico com a maior vergonha, na rua, todo sujo, as meninas passa e fica olhando nó, aquele dali deve é o maior mendigo. Ai assim eu me sinto feio, todo sujo, as meninas só ficam [...] parece que a gente tá cagado [...]*”

Analisando a fala do adolescente de rua, percebemos que este se sente feio, estigmatizado por perceber que o seu corpo está sujo. Esta percepção se dá na maioria das vezes quando este entra em contato com os olhares e falas dos outros. Então sua imagem corporal está fundamentada no olhar excludente do outro, e influenciado pelo distanciamento da sua imagem corporal e as imagens corporais que o rodeiam na rua. Ao utilizar o exemplo da figura do “mendigo” para identificar sua imagem corporal, o adolescente conhece os atributos do “mendigo” – sujo, feio, mal vestido -, e conseqüentemente sofre por perceber que possui estes mesmos atributos.

O cuidado com o corpo, para aqueles que moram nas ruas é muito precário devido à falta de condições para a garantia deste cuidado. Na rua, estes jovens não possuem condições de tomar banho diariamente, de usar roupas limpas após o banho. Por isso, a imagem

corporal idealizada/aceita está muito distante da imagem corporal percebida quando entram em contato com seus corpos, mesmo que através do olhar do “outro”. Ao serem questionados sobre como percebem seu corpo, transmitem a imagem de um corpo que precisa de cuidados que a vida na rua não permite ter.

2.1.2.2. Os que moravam na rua e atualmente moram no abrigo

O abrigo para os moradores de rua é a primeira investida de retorno ao “mundo da casa”. É um espaço que possui profissionais capacitados para trabalhar com o público que recebe e com as questões que estes trazem. Muito diferente da casa de origem deste jovem, que muitas vezes, não está preparada para recebê-lo diretamente da rua. No abrigo, há a garantia do cuidado com o corpo, - banho diário, roupas limpas, uso de desodorante, creme de cabelo – o contato com regras, horários, direitos, deveres. Não há a necessidade de pedir ou roubar para se alimentar e tudo isso contribui para a formação de uma nova imagem corporal destes sujeitos. A mudança proporcionada pela moradia no abrigo pode ser percebida nas falas de algumas informantes deste estudo, que moravam no abrigo no momento da entrevista:

6. “[...] *ser bonita não é só ser bonita por fora e tem que ser bonita por dentro. Eu não me acho bonita por fora, mas por dentro eu acho, eu acho que eu tenho muitas qualidades, por fora eu posso não ter, mas por dentro eu tenho muitas qualidades [...]*” [...] *Ficar mais bonita? Ah, a gente tem que ser humilde, compreender mais as pessoas, entender? [...]*”

Comparando estes discursos com os analisados anteriormente, verificamos que as características valorizadas para se ter uma imagem corporal positiva, são da ordem da *interioridade* do sujeito e não da *exterioridade* - aquilo que se vê num primeiro momento. Isto se dá porque o primeiro processo de inclusão – cuidado do corpo -, é garantido quando um morador de rua vai para o abrigo, permitindo que estes adolescentes possam desejar mudanças menos “superficiais” na sua imagem corporal.

Percebemos também que estas falas estão moldadas pelo discurso dos educadores presentes nos abrigos e pela nova rede de

interação social a que estes adolescentes têm acesso, preocupados em promoverem a transição do adolescente da rua para a casa.

7. A gente tem que ser asseadas, entendeu, mulher tem que ser asseada, me arrumo para mim mesma [...]"

Neste exemplo, uma das jovens reproduz o discurso do cuidado com o corpo, discurso que deve ouvir diariamente por morar em um abrigo onde só permanecem mulheres, que historicamente valorizam o cuidado com o corpo e aparência. Este cuidado com o corpo também proporciona às adolescentes do abrigo uma relação social baseada na fala, pois conseguem se aproximar e conversar com os outros, enquanto que quando permaneciam na rua, as relações eram baseadas na troca de olhares, marcadas pelo distanciamento. Sabe-se que os corpos se modificam por efeito do que se diz sobre eles e do lugar social que se produz para eles a partir das trocas discursivas que procuram mudar ou reforçar um modo diferenciado de ver, perceber, o próprio corpo.

Nos termos de Goffman, “A característica central da situação de vida do indivíduo estigmatizado pode, agora, ser explicada. É uma questão do que é com freqüência, embora vagamente, chamado de “accitação”. Onde tal conserto é possível, o que freqüentemente ocorre não é a aquisição de um status completamente normal, mas uma transformação do ego: alguém que tinha um defeito particular se transforma em alguém que tem provas de tê-lo corrigido (GOFFMAN, 1988, p. 18).

Ao adentrar num abrigo, ir para uma escola, um curso profissionalizante, - acessos proporcionados aos que moram no abrigo, e negado aos que moram na rua -, os adolescentes passam a respeitar um modelo moral estabelecido pela sociedade, que dita como falar, andar, se comportar em determinados lugares, e com isso, iniciam um processo de re-inclusão social, pelo simples fato de se enquadrar no modelo pré-estabelecido socialmente, modelo antes questionado, por estarem na condição de vida nas ruas.

2.1.2.3. Rua x casa

Analisando as falas dos informantes, percebemos que estes

afirmavam que para se ter uma imagem corporal positiva deve-se sair da rua e retornar para casa ou para um abrigo, conforme os discursos abaixo:

8. “[...] Porque dentro de casa não tem jeito de ficar mexendo com drogas na frente dos parentes, mesmo que eles mexem, apesar, eles acha que eu sou a mais nova, eles não vão aceitar [...]”

9. “[...] porque dentro de casa você só [...] como, durmo, pega um corpo melhor, aí eu vou mudar meu corpo todo [...]”

10. “[...] Agora, eu me sinto bem, mas não tão bem como se eu tivesse dentro de casa [...]”

Analisando as falas, percebemos que para as informantes a casa é o lugar do cuidado, da proteção, contrapondo à rua, lugar da luta pela sobrevivência, do uso de droga livremente. Ao valorizar o direito de dormir e comer, - necessários para “pegar um corpo melhor” -, garantido na casa, e muitas vezes, negado na rua, elas marcam bem a oposição destes dois espaços. Na rua, não se dorme direito pelo medo dos “outros” fazerem alguma maldade, e não se alimenta direito porque dependem da bondade alheia, e por isso, o corpo, e conseqüentemente a imagem corporal, ficam debilitados por esta condição. Na casa, idealizada, é possível possuir o corpo aceito socialmente, - limpo, com roupas limpas, cabelos penteados -, e por isso demonstram o desejo de estarem neste lugar. É preciso lembrar que a realidade da casa que adolescentes de rua idealizam é muito diferente da casa de onde se originaram, e por isso, muitos sonham com a casa própria, espaço que será marcado por regras próprias instituídas por eles mesmos.

11. “[...] quando eu ficava na rua eu ficava feia pra caramba, magrinha, nó, ficava ridícula, eu já me senti feia.”

Ao comparar o seu corpo, morando em um abrigo, local onde concedeu esta entrevista, com o corpo lembrado de quando morava na rua, a adolescente reforça a rua como o lugar da impossibilidade do cuidado com o corpo. Ao silenciar a maneira como se sente no momento atual e descrever o corpo feio, magro, da época da rua,

reafirma que na rua não é possível adquirir uma imagem corporal positiva.

A imagem corporal é um dos fatores que influencia no processo de exclusão social dos adolescentes. É importante lembrar que, ao mesmo tempo, que este público é excluído da sociedade é incluído nos grupos da rua por meio da sua imagem corporal, ou seja, a imagem que afasta os adolescentes da sociedade os aproxima da vida nas ruas. Ao mesmo tempo, que parecer um mendigo por estar sujo é ruim aos olhos das meninas que passam na rua, para receber alguma doação na porta de um supermercado esta imagem pode ser a exigência para se conseguir o que deseja. Ao comparar a condição de vida na rua com a condição de vida na casa, percebe-se que a mudança do lugar rua – casa, provoca mudanças na maneira como estes adolescentes se vêem, se auto-representam, influenciando diretamente nos seus processos de inclusão e exclusão social.

2.2. Significado representacional

O significado representacional de textos é relacionado ao conceito de discurso como modo de representação de aspectos do mundo (RAMALHO; RESENDE, 2006, p. 70).

“Os diferentes discursos não apenas representam o mundo “concreto”, mas também projetam possibilidades diferentes da “realidade”, ou seja, relaciona-se a projetos de mudança do mundo de acordo com perspectivas particulares. As relações estabelecidas entre diferentes discursos podem ser de diversos tipos, a exemplo das relações estabelecidas entre pessoas – discursos podem complementar-se ou podem competir um com o outro, em relações de dominação -, porque os discursos constituem parte do recurso utilizado por atores sociais para se relacionarem, cooperando, competindo, dominando.” (RESENDE; RAMALHO, 2006 p. 70-71).

A categoria escolhida para a análise do significado representacional foi a de “significado de palavras”, que aqui neste estudo, chamaremos de *denominação*, por acreditarmos que as palavras selecionadas para a análise, não trazem novos significados e sim diferentes denominações, atributos, adjetivos.

“Um problema imediato para quem estuda a situação política e socialmente constrangedora de haver pessoas que, no contexto da modernidade, são deixadas à margem da mesma modernidade e são lançadas à vida nas ruas é o da denominação que se deve dar a essa situação. [...] Termos como “sem-teto” e “meninos(as) de rua” naturalizam o estado dessas pessoas como condição permanente: não estão sem-teto, são sem-teto; não estão na rua, são de rua” (RESENDE, 2005a, p. 72).

2.2.1. Relações de poder, a partir da categoria *denominação*.

Com o objetivo de evidenciar as relações de poder estabelecidas nas ruas e também a influência destas palavras na formação de imagens corporais, identificamos as palavras mais frequentes nas entrevistas e se suas denominações convergiam nas vozes dos adolescentes. Após o levantamento da recorrência das palavras, destacamos as três mais relevantes para a análise das relações de poder e vitimização mantidas nos grupos da rua e duas para analisar a influência da linguagem na formação das imagens corporais.

Para analisar as questões relacionadas às relações de poder, selecionamos, com base na recorrência da palavra nos discursos dos informantes, as palavras “namorado”, “menino” e “menina”. Apresentamos abaixo as diferentes denominações e sentidos atribuídos a estas palavras e analisamos sua utilização na afirmação ou questionamento das relações mantidas na rua.

Denominações e sentidos da palavra “**namorado**”, encontradas nas entrevistas:

12. “[...] *Faz de conta que aquele menino ali (aponta para um menino do grupo) é meu namorado, aí ele manda só em mim, mais ninguém. Só manda em mim [...]*”;

13. “[...] *Por que eu tenbo que **respeitar** ele, ele é meu namorado e eu tenbo que **obedecer** ele, ele me ajuda [...]*”

14. “[...] *às vezes, o meu namorado vai ali e **arruma um dinbeiro**, traz para mim, aí eu compro um negócio para mim comer [...]*”

15. “[...] *não **comprava a briga** de todas, mas comprava a da mulher dele [...]*”

Após a categorização das palavras e suas respectivas denominações e sentidos, podemos afirmar que para as adolescentes em

situação de rua, a denominação “namorado” é a que mais representa relações de poder. Analisando as falas das informantes vimos que o namorado era aquele que: *mandava, devia ser obedecido, que ajuda, que arruma dinheiro, que compra briga e que também é o dono*. Não resta dúvida que as adolescentes reconhecem que são os meninos que mandam no universo da rua, através da força física e das relações de dependência estabelecidas. O “namorado”, para a maioria das adolescentes, é quem garante a sua sobrevivência e proteção no universo da rua, não diferente da relação do marido e mulher, no universo da casa, onde o marido é quem garante a proteção e a sobrevivência da esposa.

Denominações e sentidos da palavra “meninos”, encontradas nas entrevistas:

16. “[...] *mas tinha os meninos que mandavam* [...] [...] *Ah eles eram muito folgados, gostava de mandar, bater nos outros, pagava tipo gatão né* [...]”

17. “[...] *os meninos, que trabaiava, pedia, pra comprar larica⁴⁴, pão* [...]”

18. “[...] *os meninos mandam mais que as meninas* [...]”

19. “[...] *porque os meninos não deixava ninguém encostar a mão* [...]”

Para o adolescente morador de rua, os sentidos da palavra “meninos”, o remete para as relações de poder que os meninos do grupo da rua mantinham sobre as meninas na mesma situação e também sobre os meninos mais “fracos”, conforme alguns atributos destacados: *mandava, trabaiava, gostava de escamar*, nos remetendo ao modelo onde o homem é o provedor e ao mesmo tempo pode exercer o domínio sobre os mais fracos, principalmente através da desvalorização destes. Para as adolescentes, o sentido da palavra “meninos” também remete a formas de proteção e poder, só que em um grau menor do que o sentido da palavra “namorado”.

Denominações e sentidos da palavra “meninas”, encontradas nas entrevistas:

⁴⁴ Qualquer alimento ingerido para matar a fome após o uso de drogas.

20. “[...] *elas ficava parada né, menina, só nós mesmo, os meninos, que trabalhava, pedia [...]*”
21. “[...] *tinha umas lá, que ficavam com os meninos lá [...]*”
22. “[...] *tem menina aí na rua que é cheia de AIDS, esses negócios, um bocadinho de negócio, menina que não gosta nem de tomar banho*”.
23. “[...] *as meninas assim, que eles ajudavam porque é mulher [...]*”

As relações de poder estabelecidas pelos adolescentes sobre as adolescentes na rua podem ser confirmadas através dos atributos destacados pelo entrevistado para a palavra “meninas”: *ficava parada, nós trazia, elas ia e comia*. Outro fato que chama a atenção com relação à representação do menino face a das meninas em situação de rua foi a desvalorização com relação à imagem corporal: *cheia de AIDS, não gosta de tomar banho*. O entrevistado não se diz constrangido por estar sujo diante das adolescentes moradoras de rua, mas em alguns trechos diz que gostaria de estar limpo para que as “meninas da casa” não olhassem para ele como se este fosse um mendigo. Essa vergonha surge quando um indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é indesejado e pode imaginar-se como um não-portador dele (GOFFMAN, 1988, p.17).

Os sentidos da palavra “meninas” confirmam o lugar estabelecido para a mulher na rua: *são aquelas que recebem mais proteção, que ninguém encosta a mão e são ajudadas por sua condição de mulher*. Não muito diferente das relações estabelecidas por homens e mulheres no universo da casa.

Chama a atenção, o fato das meninas moradoras de rua, em nenhum momento, falarem sobre o que dão em troca da proteção recebida dos meninos. Mas o adolescente morador de rua não esconde que estas *ficavam com os meninos* em troca do que recebiam. Isto nos mostra que é através da utilização do corpo que muitas meninas conseguem sobreviver na rua, ambiente onde a lei do mais forte predomina, e onde o corpo pode se transformar ou ser transformado em moeda de troca, garantindo a sobrevivência física e moral dos mais fracos.

2.2.2. Formação da imagem corporal

Para analisar as questões relacionadas à formação da imagem

corporal, selecionamos as duas palavras que mais foram utilizadas para representar a auto-imagem dos adolescentes: as palavras “bonito(a)” e “feio(a)”. Abaixo apresentamos os usos e sentidos destas palavras e discutimos suas influências na formação das imagens corporais utilizadas pelos informantes.

Usos e sentidos da palavra “bonito” ou “bonita” para os adolescentes:

24. “[...] *Fazer uma cirurgia na minha perna [...] Porque a minha perna é queimada [...]*”

25. “[...] *Lavo o rosto, o pé quando tá muito sujo, a mão, quando vou sair [...]*”

26. “[...] *se eu não tivesse na rua eu ia estar diferente, eu ia tá mais bonita, mais arrumadinha, aí na rua não dá né [...]*”

27. “[...] *quando eu quero ficar bonita eu compro “canecalom” e ponho [...]*”

Com relação à palavra “bonito” e seus usos, para o adolescente, a beleza está relacionada à higiene pessoal: *lavar o rosto, o pé, a mão*, reafirmando o discurso de que homem não precisa se *enfeitar* muito e sim estar limpo. O entrevistado reconhece que o fato de morar na rua o impede de estar limpo a maioria do tempo, e que isso o exclui de um convívio social harmônico, pois sujo, os outros olham. Apesar de não gostar de estar sujo sabe que a sujeira impregnada no corpo o ajuda a “ganhar” comida, dinheiro, cigarro, na rua. Afirma que se acha bonito, mas gostaria de “apagar” do seu corpo uma enorme cicatriz que tem na perna e que tem vergonha de mostrá-la. Essa vergonha surge quando um indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é indesejado e pode imaginar-se como um não-portador dele (GOFFMAN, 1988, p.17).

As meninas foram influenciadas pelos locais em que se encontravam no momento da entrevista: umas estavam morando na rua e outras estavam morando em abrigo. Para as meninas do abrigo, que já gozam do direito ao cuidado do corpo: banho, lavar o cabelo, cuidar da pele, das unhas, de uma boa alimentação, as questões relacionadas à beleza dizem respeito às qualidades internas da pessoa, tais como, *humildade, vergonha e compreensão*.

Para as que moram na rua, ficar bonita ou ser bonita está relacionado ao cuidado com o corpo e com a imagem que este corpo reflete. *Arrumar o cabelo, se arrumar mais, tomar banho, ficar cheirosinha*, são alguns cuidados e mudanças necessários para ficar bonita o que a vida na rua as impede de alcançar. Quando alcançam, estão sendo providas pelo namorado ou por outro homem. Compram “*canecalom*” e alongam os cabelos e procuram mudar o estilo, ser mais femininas, pois a vida na rua as torna muito masculinas, principalmente através vestuário. Este vestuário é uma das estratégias de resistência das meninas, pois usar bermudões, camisas largas, protege o corpo do desejo alheio.

Todas meninas disseram que se achavam bonitas e a maioria justificou sua opinião com um questionamento: “[...] *se eu não me achar bonita quem vai me achar?*” Achar-se bonita na rua é uma maneira de se defender do olhar preconceituoso do “outro”.

Usos e sentidos da palavra “feio” ou “feia” para os adolescentes:

28. “[...] *eu fico com a maior vergonha, na rua, **todo sujo**, as meninas passa e fica olhando nó, aquele dali deve é o maior **mendigo** [...]*”

29. “[...] *não gosto da minha **bunda** não gosto dos meus **peitos** (risos). Nem bunda eu tenbo, nem peito [...]*”

30. “[...] *meu **cabelo** estava todo amarelo, aí eu falei assim:” nó, que cabelo de fogo. Eu sou feia pra caralho fí [...]*

31. “[...] *me via toda **drogada**, toda feia [...]*”

O que faz com que o menino se sinta “feio”, são também características relacionadas à higiene pessoal: *estar sujo, parecer cagado e parecer um mendigo*. Estas representações são produzidas a partir do olhar do outro. A rede de trocas de palavras e olhares na rua, escreve no corpo e conseqüentemente na imagem corporal dos adolescentes, os estigmas mantidos pela sociedade, excluindo estes menores do convívio social harmônico.

A “*feiúra*” no discurso das meninas pode ser dividida em dois tipos de discurso: para as *que moram em abrigo*, sentir-se feia está relacionado ao uso de drogas: “*tíner*”. *Usar droga é algo que acaba com a pessoa, atrapalha a saúde*. Volta o discurso da nova rede de socialização proporcionada pela vida no abrigo. Para as meninas que *moram na rua*, o sentir-se feia está relacionado a alguma característica física. Para não ser

“feia” tem que mudar a “a bunda”, “o peito”, “o cabelo”. Este discurso também é influenciado pela rede de discurso a que estas meninas têm acesso, na rua, com os transeuntes, através das imagens, olhares.

3.0. Considerações finais

Como Fairclough (2003) registra, não existe análise objetiva de textos, uma vez que não é possível descrever o que se representa em um texto sem que a subjetividade do(a) analista participe da análise. A escolha das questões a serem respondidas demonstra as motivações particulares da análise visto que delas derivam (RAMALHO; RESENDE, 2006, p. 141). A escolha deste tema para o trabalho em questão revela a relação da nossa prática educativa direcionada para os adolescentes moradores de rua e com o trabalho de pesquisa na linha de gênero.

Com relação à auto-representação, durante a sua permanência na rua, os informantes não conseguem formar uma auto-representação de si, uma vez que precisam encenar papéis diferentes a cada momento e situação, sendo *pivete*, *pedinte*, *provedor*, *vítima*, *agressor*, como estratégia de sobrevivência no mundo das ruas.

Dos traços de poder desvelados a partir a análise do discurso infere-se que a rua é o lugar do mais forte, mais corajoso, daquele que exerce domínio sobre os mais fracos para garantir seu lugar de liderança e também para conseguir o que deseja. Nesse espaço, os meninos exercem poder sobre as meninas, físico e moral, através das surras e também da comida, da proteção, da troca de carinhos. As meninas também exercem seu poder sobre os meninos, através da entrega do corpo feminino, das carícias e da aceitação do papel da mulher dentro do grupo, reproduzindo muitas vezes as relações homem-mulher, do universo da casa.

Adolescentes moradores de rua são excluídos socialmente pelo distanciamento de suas *imagens corporais* construídas no universo da rua face às imagens aceitas socialmente. Para que sejam incluídos, os mesmos devem mudar sua condição de moradia nas ruas para a moradia na casa – abrigo. Neste novo contexto, uma auto-imagem positiva se constrói, através da garantia de acesso a instituições socializadoras, tais como, a escola, cursos, os vizinhos, a uma rede de

troca discursiva que vai montando, através dos diálogos, um novo sujeito, protagonista de novos papéis sociais, novos discursos, novas ações, novas representações de corpo e de mundo. Entretanto, a atração à rua parece ser mais forte que a inclusão das políticas sociais voltadas para a ressocialização deste público.

Referências bibliográficas

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse*. Textual Analysis for Social Research. London: Routledge, 2003.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988 4 ed.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 2007 14 ed.

RESENDE, Viviane de Melo. M. *Literatura de cordel no contexto do novo capitalismo: o discurso sobre a infância nas ruas*. Brasília: UnB, 2005 Dissertação (Mestrado em Lingüística).

RESENDE, Viviane de Melo, RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995. (1ª ed 1908)

SCHILDER, Paul. *A imagem do corpo: as energias construtivas da psique*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

STOER, Stephen R; MAGALHÃES, Antônio M; RODRIGUES, David. *Os lugares da exclusão social: um dispositivo de diferenciação pedagógica*. São Paulo: Cortez, 2004.

VOTRE, Sebastião Josué; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Em busca de princípios e procedimentos. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, São Paulo, v. 28, p. 209-216, maio. 2007.

ETNO-DESPORTO INDÍGENA: contribuições da Antropologia Social a partir da experiência entre os Kaingang

Jose Ronaldo Fassheber⁴⁵
Dra. Maria Beatriz Rocha Ferreira (Orientadora)

Resumo: Como diversos povos indígenas, os Kaingang tiveram profundas transformações em sua cultura e em especial em suas atividades corporais. Não obstante essas transformações, eles conseguem constantemente se reinventar como estratégia de resistência e sobrevivência cultural. Dessa maneira, a partir do amaldiçoamento e do conseqüente silêncio em seus jogos de guerra (Kanjire e Pinjire), eles encontraram no Futebol a metáfora de seus jogos tradicionais e encontraram também uma nova forma de integração com a sociedade Fóg. Conseguem também organizar a própria sociedade a partir desse esporte: mitologia, organização social, centralidade, parentesco, trânsito entre Terras Indígenas, gênero e religião são aspectos notáveis. Ademais a noção tradicional de força Tare – expressão física e simbólica de seus corpos - é afirmada em seus jogos e torneios. Assim, denominamos de Etno-Desporto o processo de mimesis do esporte global pelos Kaingang que permite-nos pensar sua identidade étnica.

Palavras-Chaves: Kaingang, Mimesis, Jogos Tradicionais, Futebol, Corpo.

Este texto pretende sintetizar minha tese de doutoramento (FASSHEBER, 2006) que diz respeito aos anos de convívio com vários amigos Kaingang (desde 1996) e às minhas “participações observantes” entre eles, fotografando, proseando e ajudando no Futebol, durante meu trabalho de campo de mestrado em Antropologia Social. Daquela experiência paralela com o Futebol surgiu o tema de minha tese. E a partir da própria demanda dos amigos Kaingang.

Surgiram então desta experiência novas perguntas e novas

⁴⁵Dr. Educação Física (PQI CAPES-UNICENTRO-UNICAMP, orientado pela Dra. Maria Beatriz Rocha Ferreira - FEF/UNICAMP); Ms. Antropologia Social (CNPq - PPGAS/UFSC); Licenciado em Educação Física (FAEFID/UFJF). Contato: zerf@uol.com.br

sugestões: O que eles pensam sobre o futebol? Como jogam? O que se lembram de seus jogos tradicionais? Que explicações oferecem para o sucesso ou fracasso de suas atuações nos cenários esportivos do quais participam? Afinal, existe um esportista Kaingang? Assim, na tentativa de tornar novamente formal a pesquisa entre os Kaingang no âmbito da continuidade de minha formação acadêmica, decidi estabelecer um caminho que fizesse retornar os conhecimentos antropológicos para a produção do saber da Educação Física.

Meu objetivo foi focar as formas de apropriação muito particular do Futebol entre os Kaingang após o “esquecimento” e os silêncios impostos sobre seus jogos tradicionais. A tensão provocada pela mimesis entre Futebol e os Jogos Tradicionais Kaingang denominados Kanjire/Pinjire se equivale em análise à tensão entre Wãxi – o tempo dos antigos – e Urí – o tempo atual, transformado e medido pelo *chronos* do processo civilizador. Também a partir da tensão entre “Fóg” e “Índios”, podemos aprofundar a análise sobre os desafios que a identidade Kaingang suscita.

Ao fim dos seis capítulos, espero contribuir para o estado atual do conhecimento sobre a sociedade Kaingang. Especialmente, nas organizações de materiais bibliográficos que antes apresentavam informações dispersas sobre os temas corpo e esporte Kaingang. Esta deve ser uma contribuição definitiva e merece ser destacada.

É preciso ressaltar que os saberes antropológicos têm algo de valioso a demonstrar sobre como as construções corporais podem ser importantes para a Educação Física, seja, por exemplo, no âmbito dos planejamentos de ensino que incidem sobre grupos populares e particulares, seja nas pesquisas sobre corporalidade, sua performance e técnica. Sem dúvida, a etnografia como método é bastante enriquecedora nessa empresa.

Essas considerações são também importantes para o entendimento de que só é possível a relação social direta com os povos indígenas, inserindo quaisquer tipos de políticas públicas, se consideramos a alteridade como condição *sine qua non*. Isso significa dizer que somos apenas uma entre milhares de culturas possíveis, que somos como são os Kaingang ou quaisquer outros povos, uma cultura ímpar dentro da diversidade das culturas.

Jogos Tradicionais Kaingang

De antemão, é preciso reconhecer que em relação aos Jogos Tradicionais Kaingang, existe uma carência significativa de sistematização dos dados etnográficos e históricos. Atualmente existe uma grande preocupação dos Kaingang em recuperar a prática de pequenos jogos – o que chamamos de jogos de tabuleiro – realizados em rodas sentadas utilizando pedras e sementes de diferentes espécies de milho e também com o pinhão. Principalmente, os professores indígenas têm se preocupado em resgatar o conhecimento de alguns jogos, danças e brincadeiras.

Bodoques (ou estilingues) são brinquedos vistos nas mãos de crianças em todas as Terras Indígenas (TIs). Já o arco e flecha, que é confeccionado para a venda de artesanato, são pouco usados para se “jogar” ou para caçar. A escalada do pinheiro também aparece em algumas descrições como sendo o esporte nacional Kaingang (Weiler, 1981 apud Renson, 1992 e Helm, comunicação pessoal a Fassheber, 2006). Curt Nimuendaju (2001 [1934]) havia visto e anotado a rapidez dos meninos Kaingang do Ivaí ao exercitarem esta modalidade.

Não é preciso inventariar todos os jogos praticados pelos índios e pelos Kaingang em particular. Vale à pena, no entanto, dedicar à apenas um tipo de jogo praticado pelos Kaingang. Trata-se de um jogo de guerra que foi destacado pela literatura de missionários, tutores e por certo por alguns etnógrafos. Mas, mesmo na memória dos anciãos, este assunto perdeu-se já há muito tempo o interesse em contar, em ouvir. Parte desta perda de interesse deve-se, a nosso ver, ao sentimento de pudor e vergonha em executá-los, visto que a base destes jogos era considerada como beligerante. Imitando a guerra, se preparavam para ela com esses jogos. Horta Barbosa (1947), então diretor do SPI, em conferência realizada em São Paulo na década de 1920 descreve o embate entre grupos Kaingang:

“Estando os guerreiros armados com os ‘cá’, enormes e pesados porretes de madeira fortíssima, avançavam, de um lado e de outro, estendidos em linha, os Camens dos dois partidos, soltando gritos e insultando-se mutuamente, dando pancadas no chão ou nas árvores, tudo com o fito de atemorizarem os contrários e incentivar a própria coragem; enquanto isso, os Canherucrens

ficavam em outra linha, à retaguarda, brandindo os 'cá' e juntando seus gritos aos dos da vanguarda. Num dado momento, chegada a exaltação no auge, começava o encontro, e os combatentes, ora defendendo-se, ora atacando, a manejarem os porretes em paradas parecidas com as do conhecido 'jogo do pau', trocavam-se pancadas terríveis que, se colhiam a cabeça do adversário, estendiam-no morto no chão, se a uma perna ou braço, quebravam-no. Nisto os Camens iam se retirando para a retaguarda e sendo substituídos pelos Canherucrens; a pugna tornava-se então mais encarniçada, referviam os golpes tremendos, aumentava o clamor das vozes e o solo se ia juntando de mortos e estropiados" (BARBOSA, 1947: 66)

Embora seja a descrição de um embate nada esportivo, o relato de Barbosa aproxima-se sobremaneira dos jogos beligerantes que veremos abaixo. É de 1867 o primeiro registro de tais jogos, feito pelo alemão Franz Keller:

"Como prova ou ilustração do character bellicoso d'esses índios, não devo finalmente deixar passar sem reparo os jogos que em certas ocasiões arranjam entre os habitantes de diferentes Ald.^{tos}. Os de S. Pedro d'Alc.^{ta} p.ex. convidão os de S. Jeronymo, e chegando esses no dia marcado encontrão uma arena assejada e um monte de porretes curtos de madeira dura e pesada, pontudos em ambas extremidades que repartem entre si, e divididos os combatentes, começam a lançar os porretes uns aos outros com tanta força que freqüentemente resultão feridas serias. Apezar das proibições, não quizêrão largar tão bárbaro passa-tempo [...]" (KELLER, 1974: 19).

No caso de registros de base etnográfica – e especificamente sobre os Jogos tradicionais – Telémaco Borba (1908) foi quem coletou os seguintes jogos: o Kanjire que simula um campo de batalhas, 02 grupos frente a frente, arremessa-se mutuamente os tocos estocados pelas mulheres, que também recolhem os feridos; e o Pinjire, que é semelhante ao anterior, só que feito à noite quando os tocos são acesos. Resultados do jogo são descritos: grandes ferimentos, contusões, olhos furados e dedos quebrados, mas nenhuma inimizade. Descreveu ainda que os Kaingang...

“[...] costumam fazer um exercício e divertimento que chamam caingire, que parece, e realmente é, um verdadeiro combate, comquanto não resulte das offensas nessas ocasiões recebidas nenhuma inimizade. Para fazer este divertimento, preparam um largo terreiro, cortam grande quantidade de cacetes curtos, que vão depositando nas duas extremidades deste; convidam os de outros arranchamentos para se divertirem; aceito o convite, preparam também seos cacete, e, carregados com elles, vêm se aproximando cautelosamente do logar do divertimento; alli chegados, sahem-lhes os outros a combater; arremessam-se mutuamente os cacetes com grandes vozerias, simulando um verdadeiro combate, até que um dos grupos abandona o terreiro, soffrendo por essa causa, grandes vaías e apupos. As mulheres, cobertas com uma especie de escudo feito de cascas de arvore, vão juntando os cacetes que são arremessados, e depositando-os junto aos combatentes; quando algum desses cae mal ferido, ellas o retiram do terreiro e tratam. Nestas luctas sempre há grandes ferimentos, contusões, olhos furados e dedos quebrados; mas, dahi não procede nenhuma inimizade. Os que sahem mais mal tratados, em peiores circumstancias, são considerados os mais valentes (turumanin), e como taes gabados. [...] Também uzam este divertimento de noite e chamam-lhe pingire porque os cacetes são accesos em uma das extremidades; dá o mesmo resultado que o cangire, apenas com o accrescimento das queimaduras. Exercitam-se desde pequenos na lucta corporal; o que derriba um, tem de supportar a prova de todos os outros que queiram experimentar, até que, exausto de forças, succumba a seo turno. Todos os outros seos brincados e divertimentos são sempre mais ou menos grosseiros e brutaes”. (BORBA, 1908: 17-18) [grafias no original]

Segundo Renson (1992), os Kaingang tinham duelos de pedras ou tochas que freqüentemente terminavam em morte, sem maiores mágoas ou desejos de vingança entre as partes. Os Kaingang consideravam-no um divertimento quase infantil. Piza (1938) descreve o treinamento infantil para a caça e principalmente para a guerra em jogos semelhantes:

“Desde a tenra idade que as crianças se dedicavam ao exercício do arco e do tacape [...] os jovens se divertiam com uma espécie de jogo de guerra, imitação de briga verdadeira, que não passa-

va, afinal, de troca violenta de lambadas, dadas com talos de palmito em qualquer parte do corpo.” (PIZA, 1938: 209).

Loureiro Fernandes (1941) coletou informação na memória dos Kaingang. Ele descreve a utilização de “clavas-bastões” com os quais eles guerreavam contra os colonizadores. O manejo da clava era ensinado e exercitado pelas crianças para ter Tare até a vida adulta:

“Costumavam fazer um exercício de caráter belicoso a que denominavam candjire. Após a prática, os que tomavam parte eram felicitados e proclamados turumanin, isto é, bravos e fortes. Afirmam outros que esses jogos eram praticados à noite; lançavam então uns contra os outros bastões em chamas. Além de contusões, produziam queimaduras. Davam-lhe o nome de pindjire, o que quer dizer — jogo de fogo. Com estes jogos de armas, tinham em mira se adextrarem para a guerra, a qual em outros tempos era freqüente, quer entre os próprios Kaingang, quer contra elementos de outras tribus.” (FERNANDEA, 1941: 185).

O trabalho de compilação de Metraux (1946) faz referências a estes jogos de guerra, utilizando-se do trabalho de Borba (1908):

“O esporte favorito do Kaingang adulto é uma batalha de zombarias entre os membros de duas comunidades, que jogam pequenos pedaços de madeira ou, à noite, brasas um no outro. Embora possam se ferir e até mesmo matar, as casualidades não são ressentidas e não chegam a exigir vinganças. Este esporte é praticado em campo aberto onde pilhas de bastões foram previamente depositadas. As mulheres protegidas com ‘escudos’ de casca, correm entre os jogadores a fim de apanhar e alcançar os bastões aos seus homens.” (METRAUX, 1946: 36).

Essas descrições não são homogêneas: aparecem-nos aqui e ali pequenas diferenças na dinâmica do jogo — formas de condução, número de participante, quem pode participar, o papel das mulheres, o jogo das crianças —, o que nos leva a admitir que mesmo em um jogo “tradicional” indígena, há por certo, transformações. Mas, os efeitos do treinamento das técnicas do Kanjire e Pinjire eram notados como estratégias de combate à colonização, como sugere a des-

crição feita por Debret (1978) sobre os “bugres” do Rio Grande do Sul, em sua viagem pictórica pelo Brasil entre 1816 e 1830:

“Acostumados a atirar em objetos imóveis, quando querem imolar um passante deixam-no afastar-se até uma certa distância; em seguida, para pará-lo, chamam sua atenção com certos ruídos e no momento previsto em que o viajante se imobiliza, apontam e matam-no infalivelmente.” (DEBRET, 1978: 65).

Kanjire X Civilização

Primeiramente é preciso nos reportar a Elias e Scotson (2000), para mostrar uma paradoxal relação de inversão de posições entre estabelecidos que se tornam Outsiders e Outsiders que se tornam estabelecidos. Isso nos parece evidente se pensarmos nestes mais de dois séculos de contato entre Kaingang e Fóg Kupríg.

Elias e Scotson descrevem as tensões entre dois grupos de moradores de um bairro de Leicester (Inglaterra) - Winston Parva. Uns tradicionais, “estabelecidos” desde muito tempo e conhecidos como a “sociedade”. Outros, estrangeiros, “do lado de fora”, periféricos, quase sempre colocados a margem das instituições dos “estabelecidos” como escolas e igrejas. Também sobre os Outsiders recaía toda a culpa e o estigma por quaisquer “atributos associados com a anomia, como a delinquência, a violência e a desintegração” (introdução de Neiburg, In: ELIAS & SCOTSON, 2000: 07).

Diferenças a parte, pois a diversidade dos povos ameríndios jamais construiu sua unidade “índios” (o que difere radicalmente de Winston Parva), mas “estabelecidos” aqui por milênios, os índios, por grupos, deviam perceber na chegada do estranho colonizador, exatamente os mesmos “atributos associados com a anomia, como a delinquência, a violência e a desintegração” sobre seus povos e sobre seus modos tradicionais de lidar com o mundo. Uma vez pacificados, vestidos e aldeados, sobre os Kaingang recaíram os estigmas de periféricos, “do lado de fora”, quase sempre colocados à margem das Instituições dos novos “estabelecidos”.

Em segundo lugar, com a colonização – e o *ethos* cristão dos diversos colonizadores –, várias manifestações culturais Kaingang se tornaram proscritas. Tal e qual o processo de interrupção dos rituais

do Kiki, p.e., ocorre o processo de interrupção de certos jogos tradicionais, principalmente esses descritos até aqui e que têm caráter beligerante. Daí ser possível crer que as tentativas de interrupção começaram tão logo os tais jogos começaram a ser descritos como vimos na afirmação de Keller em 1867 (1974: 19): “Apezar das proibições, não quizerão largar tão bárbaro passa-tempo”. Sobre essa persistência em jogar o Kanjire, uma anciã reclamou a Telêmaco Borba, justificando a prática:

“Você não quer que a gente se divirta mais com este brinquedo, mas hoje nós não temos mais guerra com vocês para nos exercitar; sem este brinquedo, nossos homens hão de se tornar fracos e medrosos como mulheres, o que não convém, porque no mato ainda há muita gente brava, que pode nos atacar e a vocês; se não estivermos exercitados, como nos defenderemos? E, de mais, este brinquedo que você vê, no meu tempo, era próprio só de crianças; os homens tinham outros mais sérios, nos quais sempre se dava alguma morte; mas, por essa causa nunca brigávamos e sempre fazíamos o enterro como amigos.” (BORBA, 1908: 17-18).

Com o processo civilizador – no sentido que Elias (1994) lhe conferiu –, os embates de risco foram sendo regrados e simbolizados, guiando-se para uma direção de apaziguamento, mas não o fim, das violências. Assim, práticas como esses jogos Kanjire e Pinjire, bárbaros para o colonizador, e quase infantis para os Kaingang, mas enfim, treinamentos de guerra, foram retirados da cena pelos primeiros. Todavia há aqui uma nova dificuldade: os dados históricos apresentados anteriormente são insuficientes. E a memória dos Kaingang para estes jogos sempre foi muito vaga, mesmo entre os anciãos. Tommasino (1995) conseguiu algumas informações dos anciãos Kaingang do Tibagi (PR) que se lembravam desta diversão “que praticavam com sabugos acesos que jogavam uns nos outros” (TOMMASINO, 1995: 289).

Não há dúvidas de que, por trás deste quase esquecimento, exista um necessário e envergonhado silêncio imposto por décadas de refreamento de tais jogos, já que eram considerados como de comportamentos violentos. Daí a incorporação do Futebol ter soa-

do como boa metáfora das guerras e dos jogos de guerra Kaingang. Jogo de guerra ressignificado pela faculdade mimética, com novas configurações de identidade. Afinal como lembra o professor Flávio Campos (2004) a respeito de muitos esportes modernos, “avançar sobre o território adversário, conquistar posições, inibir seus movimentos, arremessar uma bola e até golpear-lo são lances de diversas modalidades lúdicas que lembram a guerra”. (Jornal Folha de São Paulo, Caderno Mais! 07 de agosto de 2004, em www.uol.com.br/folhaonline).

Mimesis e Etno-Desporto

Técnicas corporais, com regras, incluem entre outras coisas, jogos tradicionais e esportes modernos. Regras são controles sociais presentes em ambos os casos. A diferença entre ambos está, talvez, tanto na maior rigidez de regras no segundo caso tanto quanto há de espontaneidade no primeiro. Entre os dois, por efeito da mimesis, insere-se o caso das transformações nos jogos tradicionais indígenas e a não-tão-recente incorporação dos denominados esportes modernos dentro das TIs, principalmente o Futebol. Assim, chegamos ao conceito que Fassheber (2006) denominou de Etno-Desporto: esta capacidade de mimesis que envolve a identidade étnica expressa no corpo do jogador indígena, ressignificando o modelo original do esporte. Em outras palavras,

Etno-Desporto Indígena: É a prática das atividades físicas tanto sob a forma de jogos tradicionais específicos e a mimesis que dinamiza estes jogos, quanto sob a forma de adesão ao processo de “mimesis do esporte global” da sociedade fôg. Em outros termos, é a capacidade de cada povo indígena de adaptar-se aos esportes modernos, sem, contudo, perder sua identidade étnica.

Etno-Desporto Kaingang: É o processo pelo qual a mimesis do esporte dos kaingang – pela via da transformação dos jogos tradicionais e da incorporação do futebol – permite-nos pensar a afirmação da identidade étnica de forma ímpar, se considerarmos a construção e o uso específico que o grupo faz de sua corporalidade. (FASSHEBER, 2006: 29).

Desta maneira, parte-se do pressuposto teórico de Taussig (1993) de que a faculdade mimética pertence à natureza que as culturas utilizam para criar uma “segunda natureza”: o Etno-Desporto (Fassheber, 2006). Ao utilizarmos esse conceito, precisamos levar em conta, portanto, uma mimesis que reconheça as duas atividades: jogos e esporte.

Podemos falar, por um lado, na mimesis dos jogos tradicionais, se reconhecermos que na construção dos jogos tradicionais também houve contato no aprendizado com outras culturas. Pela mimesis isto é, ela não copia o original, mas recria e dá uma identidade própria ao que foi aprendido. Por outro lado, a incorporação da tradição inventada⁴⁶ dos esportes modernos, principalmente o Futebol, tornou-se uma realidade nos cotidianos das aldeias e é facilmente observável.

No caso do futebol, a faculdade mimética também pode ser vista da seguinte forma: ao mesmo tempo em que há o processo de mimesis do esporte global, a difusão de diversas práticas desportivas e o entendimento das regras universalizadas, a mimesis opera nas identidades que o jogo pode criar. Estas identidades são “naturalizações” que as diferentes culturas fazem do uso do jogo, ou melhor, diz respeito à capacidade que as culturas têm de fazer do futebol, por exemplo, um jogo congruente às especificidades de cada cultura, ou por assim dizer, criam uma “segunda natureza” futebolística ou, como defendemos, o Etno-Desporto.

Neste sentido, entendemos que a mimesis opera na construção de novas e inigualáveis relações sociais – uma nova forma de organização de equipes, torneios, torcidas, identidades e rivalidades. Mas também pode ser marcado no corpo físico através do corpo social, i.e., os esportes não são apenas copiados, ao contrário, sobre eles recaem as construções corporais específicas de cada sociedade. Pois que os Kaingang são apaixonados por Futebol seria inútil dizer, já que entre todos os brasileiros o Futebol desperta todo tipo de

⁴⁶ O esporte moderno visto como tradição inventada – no sentido que Hobsbown e Ranger (1984) lhe emprestam. Alguns esportes foram literalmente criados em laboratório como o basquetebol e o voleibol.

paixão. Inclui até a paixão de quem “odeia Futebol”. Então não poderia ser diferente entre os Kaingang. Entretanto, é preciso enfocar as relações entre Futebol e a vida comunal e social dos Kaingang.

O Futebol no universo dos Kaingang

Assim, como tantos outros elementos trazidos do contato – como o mundo do trabalho, as religiões, etc. –, o Futebol tornou-se prática incorporada à vida Kaingang há mais de oitenta anos. Segundo alguns informantes mais antigos, que Fassheber (2006) levantou, eles já praticavam o Futebol em suas infâncias. Um Kofá, falecido recentemente, em quase nove décadas vividas, o viu em sua infância, quando ainda os Kaingang estavam no território de Misiones na Argentina e depois que vieram de lá, praticou-o na TI do Imbu e na TI Xapecó (em Santa Catarina). Na TI de Palmas, um ancião de mais de noventa anos o viu já moço de vinte e poucos anos e jogou muito mal até os quarenta. Nestes dois casos, o futebol era apreciado há pelo menos setenta anos, o que nos remete para os primórdios da década de 1930.

Uma das primeiras impressões que Fassheber (2006) anotou em todas as TIs que visitou foi a centralidade dos campos de futebol nas aldeias. É comum as TIs Kaingang serem divididas em diversas aldeias, variando seu número conforme a extensão territorial de cada TI. de Palmas, p.e., considerada uma terra pequena, com pequena população enquanto na TI do Rio das Cobras e na TI Xapecó, TIs maiores dispõem de milhares de indivíduos. E, portanto mais campos de Futebol, improvisados ou não. Mas em todos os casos existe um centro que geralmente é chamado de “Aldeia Sede” e que concentra um grande número de habitantes. Em geral, nelas estão dispostos os postos da FUNAI, a enfermaria, a escola, diversas igrejas, galpões de máquinas, a casa do cacique e as de muitas lideranças indígenas. E há também campos de Futebol, e na maioria das vezes quadras poliesportivas, sendo algumas delas fechadas e cobertas.

Na TI Xapecó, existem vários campos de grama e de terra, de diversos tamanhos, demarcados ou improvisados em todas as aldeias que vi e existe na Aldeia Sede, um campo e uma quadra poliesportiva coberta, com iluminação onde se realizam jogos noturnos.

Recentemente, foi construído mais um ginásio de arquitetura moderna em forma de tatu. Na TI de Palmas, na Aldeia Sede, há um campo central contornado por uma “arquibancada natural” em semicírculo, onde muitas famílias se sentam para apreciar os jogos, uma quadra de Futsal (ou Futebol de Salão, como aprendi) aberta em frente à escola e diversos campinhos de Futebol improvisados até mesmo na estrada que a corta.

O mesmo ocorre nas TIs de Mangueirinha e Marreca dos índios e, como se tratam de terras maiores, há campos nos centros de outras aldeias. Na TI do Rio das Cobras, é inevitável se chegar às instituições da Aldeia Sede sem ter que contornar seu campo central. É mais uma vez, ao lado da escola, também no centro da Aldeia construíram recentemente uma quadra coberta.

Esta centralidade dos campos de Futebol por diversas TIs ocupa uma dimensão ritual importante, pois o Futebol “é para eles se verem”, como lembrou oportunamente Fernandes em comunicação pessoal a Fassheber (2006). É um espaço de sociabilidade bastante agregador. No caso dos Kaingang, as jocosidades entre os pertencentes de diversas igrejas “metidas” dentro de suas TIs parecem ser abrandadas no momento do Futebol. Enquanto os adultos estão jogando, há meninos e meninas brincando de bola nos espaços vizinhos aos limites do campo.

O Futebol introduzido nas TIs influenciou sobremaneira a vida comunal dos Kaingang. A tal ponto que podemos identificar as predileções clubísticas. Não raro, eles se reúnem em torno das casas que porventura tenham televisão para assistir partidas de Futebol, principalmente em se tratando de seleção brasileira. Vemos também camisas de clubes paulistas (Corinthians - principalmente, São Paulo, Palmeiras, Santos), gaúchos (grêmio e Internacional), cariocas (principalmente, mas não exclusivamente Flamengo) e raramente clubes paranaenses e de outras regiões do país. Não raro também, vemos estas mesmas camisas em várias imagens de povos indígenas amazônicos. É obvio que muitas dessas camisas com as quais eles aparecem vestidos não dizem respeito à paixão pessoal por eles determinada; são via de regra, camisas antigas, envelhecidas geralmente doadas a eles em campanhas assistenciais. Sempre as

vemos no dia a dia do trabalho Kaingang, mas também nas quase diárias “peladas”.

Outra característica do Futebol Kaingang é a relação que podemos obter entre Futebol e patrilinearidade. Grosso modo, é o modo de fazer com que os filhos de uma liderança estabelecida em uma TI formem uma das ou a equipe principal. Na TI de Palmas, Fassheber (2006) observou que além da patrilinearidade futebolística, existe uma influência em “escalar genros”, pois na tradição o genro tem de prestar serviços ao sogro, depois de desposar sua filha. Tal como ocorre entre outros Jê. Assim, nem sempre o que determina a montagem dos times, são critérios técnicos, futebolísticos como adotamos, mas o critério do parentesco do jogador com a liderança ou do jogador ser componente da própria equipe. Na TI do Rio das Cobras, tendo uma Liderança mesclada com bastante jovens, os mesmos compõem uma equipe com seus parentes mais próximos.

Neste caso específico, cabe analisar a proximidade que intertecem os personagens: boa liderança e habilidade no Futebol. Em outras palavras, arriscamos dizer que tendo habilidade destacada no Futebol, o Kaingang se aproxima do rol de lideranças (ou é trazido para perto), chegando a compô-la ou mesmo liderá-la. Desta forma o Futebol acaba por revelar identidades, pois o bom jogador muitas vezes acaba por se tornar também um bom político. Pertencer às lideranças parece ser status almejado desde o tempo dos antigos. O cacique e as Lideranças Kaingang de cada TI exercem uma relação de poder fundamental nas tomadas de decisões a tudo o que infere a vida social dos Kaingang. Fernandes (2004) já apontara este poder:

“Os processos de tomadas de decisões que implicam na atuação de cacique e da liderança envolvem a maioria dos temas que dizem respeito à condução da vida social no interior da terra indígena. Neste nível de decisões políticas, podemos incluir: as decisões sobre o acesso ao sistema de abastecimento de água e energia elétrica, sobre a distribuição de cestas básicas, sobre a melhoria e construção de residências, sobre a destinação do produto das roças coletivas, sobre os serviços de educação, sobre as funções remuneradas no interior da comunidade e sobre

a participação em projetos financiados por agentes externos”.
(FERNANDES, 2004: 268).

Poderíamos somar a estas decisões alguns critérios de escolha e montagem das equipes de Futebol representantes das TIs. Na TI de Palmas, ao contrário do Rio das Cobras, temos lideranças mais “veteranas” que hoje pouco se arriscam a chutar bolas. Nem por isso deixam de interferir na montagem das equipes. Em diversos torneios que Fassheber (1998; 2006) acompanhou os Kaingang da TI de Palmas, sempre disputando com duas equipes, a montagem das mesmas sofria esta interferência, já que reservavam vagas para filhos e genros de seus membros na equipe principal. Dessa maneira, nem sempre a equipe considerada como a principal da TI, era a que obtinha melhor desempenho e sucesso dentro do campo de Futebol.

Além de campos, outras instituições estão centrais, o posto da FUNAI, o de Saúde, a escola e várias igrejas cristãs. Sobre estas últimas instituições, é preciso demonstrar que à sua volta se avizinham seus seguidores: sendo centrais nas aldeias, promovem um grande núcleo de moradores à sua volta. Principalmente no caso das igrejas pentecostais e neo-pentecostais. É fato que os Kaingang da maioria das TIs não possuem mais a prática da religião de seus ancestrais: o Kiki, ritual que era realizado até 1997 e somente na TI Xapeçó. A explicação deste “abandono” é a de que, por muito tempo, por influência de missionários cristãos e de funcionários do antigo SPI e da FUNAI (pessoas com *ethos* evidentemente cristão), a religião Kaingang foi considerada demoníaca, mais do que pagã⁴⁷.

Atualmente, além das igrejas católicas, as áreas Kaingang estão “ocupadas” por outras religiões cristãs. A disputa de religiões nas TIs acarreta uma jocosidade entre os Kaingang chamados de católicos e os chamados de crentes. E entre os crentes, embora sem a mesma disposição, a jocosidade também costuma ocorrer segundo a igreja a qual se pertence. Na TI de Palmas, uma delas proibia a prática do Futebol bem como de outras atividades consideradas “pagãs”.

⁴⁷ Esta demonização, no entanto, não significou o fim dos rituais, mas uma ressignificação sincrética da religião ancestral com o catolicismo popular.

Mas, mesmo proibições deste tipo são dinâmicas. Hora se vê os Kaingang freqüentando uma igreja que o proíbe, hora outra que o permite. E mesmo dentro de uma religião que o proíbe, tal proibição pareceu-me contextual. Por exemplo: quando determinado Kaingang ligado a esta religião assume a liderança do grupo, esta relação pode se inverter, i.e., tal cacique pode permitir e mesmo estimular a prática antes proibida para seus pares de religião.

Na TI do Rio das Cobras, não há proporcionalmente a mesma variedade de igrejas que na de Palmas. São fortes os católicos e a evangélica Missão do Cristianismo Decidido que também recomenda alguns cuidados a seus adeptos. Ligaram assim, Religião e Futebol: Em outras palavras, a transformação das religiões dentre as TIs Kaingang gerou uma divisão do grupo entre as igrejas que lá se instalaram. Mas o momento do Futebol consegue reagrupá-los. Não em torno de uma ordem cosmológica, como nas religiões – não é isso, obviamente que evoca o Futebol – mas, gera, sem sombra de dúvidas, um novo espaço de sociabilidade, onde se reúnem novos e velhos Kaingang, homens e mulheres, de quase todos os credos em que crêem os Kaingang.

Outra particularidade do Futebol entre os Kaingang é que ele demanda um deslocamento social dos Kaingang entre suas TIs. Por exemplo: como os Kaingang da TI de Palmas tem relações diretas de parentesco com os da TI Xapecó ou os da TI de Mangueirinha, o trânsito de pessoas é constante. Não obstante as relações de parentesco, uma das características do trânsito é justamente o “empréstimo” de jogadores entre essas TIs. Desde que não seja uma disputa entre TIs, é normal alguns jogadores da TI de Mangueirinha atuarem pela equipe da TI de Palmas ou da TI de Rio das Cobras, ou vice-versa, pois lá como cá, sempre irão encontrar o acolhimento de seus parentes e justificar a dinâmica de seu trânsito.

E não obstante aos critérios internos de montagem das equipes já descritos - por regras de patrilinearidade e uxorialidade, por compra e venda do “passe” ou por “passe livre” - o empréstimo de jogadores proporciona uma singular troca de favores principalmente entre lideranças de diferentes TIs, conforme suas necessidades.

Entre os Kaingang, é bastante ocorrente o caso das expul-

sões de indígenas das TIs onde residem. O conseqüente trânsito de alguns Kaingang expulsos entre suas TIs torna-se uma forma de referendar a participação de um jogador por outra TI a qual ele não habita, mas que mantém laços históricos e ancestrais que precisam ser sempre revisitados e reconstruídos. Desta forma o Futebol parece estabelecer uma espécie de salvo conduto do Kaingang por várias TIs, e serve ainda para justificar o retorno à terra natal. Mas acima de tudo, o Futebol proporciona uma interação inter-TIs estabelecida por este trânsito de Kaingang por suas terras de parentesco e ancestralidade, o que marca mais uma vez sua identidade tradicional e sua territorialidade.

Os Kaingang no universo do Futebol

Apropriar-se do Futebol parece-nos estratégico em termos das relações que eles podem estabelecer com os Fóg, cooperando com eles ou competindo contra eles. Mais que isso, cria novas situações de organização interna em cada aldeia de cada TI e também se organiza fora delas.

Além de jogarem por outras equipes de Kaingang em outras TIs, a fama de alguns bons jogadores transforma-os em reforços de equipes urbanas nos municípios em que o contato é mais proximal. Obviamente, estamos falando de jogos e torneios citadinos para os quais as equipes indígenas não se inscrevem para disputar, pois a prioridade seria - via de regra - a equipes indígenas. Mas há inclusive os que recebem uma ajuda - em dinheiro, em material esportivo ou em alimentos, pela participação nas equipes Fóg. E, como em todas as TIs há os que trabalham na cidade durante a semana, é natural (ou social) que eles participem de equipes por lá, montadas em seus ambientes de trabalho.

Outra forma de formar equipes interétnicas, são as seleções das cidades para eventos como jogos abertos do estado, jogos da juventude, jogos escolares e etc. Isto é mais evidente na TI do Rio das Cobras, pois, como vimos, a população indígena é significativa em relação ao total de habitantes do município de Nova Laranjeiras.

O Futebol assumiu uma importância fundamental na visibilidade Kaingang em quase todas as TIs Kaingang da região, como aponta

Tommasino (1995) com os Kaingang da TI do Tibagi, Veiga (2000) com Xapecó e outras e como pude eu mesmo constatar entre os das TIs de Mangueirinha e Xapecó. As equipes indígenas são famosas na região e bem faladas entre os Kaingang de outras TIs. Em geral os Kaingang obtêm bons resultados por onde quer que joguem. Na TI de Palmas, desde 1997, quando eles rearticularam as equipes que estavam paradas, eles passaram a colecionar títulos nos torneios realizados com os Fóg entre os municípios de Palmas/PR e Abelardo Luz/SC.

O reclame com as arbitragens em torneios que os Kaingang participam é generalizado. E reclamar da arbitragem expressa um pouco da tensão e da rivalidade entre Kaingang e sociedade Fóg. Não é exagero dizer que, quando estes jogos são realizados entre Kaingang de TIs diferentes ou quando realizado com agricultores assentados e acampados, as relações de rivalidade entre equipes parecem mais amistosas do que quando estes jogos são realizados com equipes da cidade. Isto é notado mais no comportamento da torcida do que nos jogadores em campo.

Dentro de campo, o jogo é franco, determinado pela igualdade de regras de enfrentamento. Fora dele, a identidade se manifesta de modo dinâmico: ela parece bem mais jocosa e agressiva contra as equipes da cidade de Palmas. Os gritos em português e no idioma tradicional marcavam bem a oposição não apenas entre equipes, mas entre dois tipos de sociedades diferentes, rivalidade que pode ser demonstrada na longa e conflituosa história desta relação. Afinal, a beligerância com que estes grupos se tratavam – com maiores perdas para os Kaingang –, até bem recentemente, tempera um pouco mais esta rivalidade e o preconceito dos Fóg contra eles. Não obstante tal rivalidade, o fato de irem disputar jogos ou receber jogos em sua TI, demonstra, por um lado, um tipo de integração entre os Kaingang e a sociedade Fóg.

Assim, para uma sociedade de “outsiders” – o que se tornaram os “estabelecidos” Kaingang –, de uma história dos contatos beligerantes e tachados de jogadores duros, o *Fair Play* tornou-se uma estratégia eficaz no restabelecimento das relações entre Kaingang e Fóg. Por diversas vezes na TI Palmas, ao ouvir a preleção das lideranças Kaingang antes de torneios e amistosos, havia a grande preocu-

pação em se fazer um discurso do joga limpo e mostrar aos Fóg que eles eram uma sociedade “do bem” e por isso deviam ser respeitados e não temidos. Na TI do Rio das Cobras, havia sempre a preocupação semelhante em manter o jogo limpo e não cair em provocações das torcidas Fóg.

A preocupação com o *Fair Play* mimeticamente idealizado – fazendo-os aparecer bem quando saem ou fazendo-os receber bem em suas TIs – é, portanto estratégia idealizada para dar maior visibilidade aos índios e seus estilos de vida. E o Futebol materializa essa visibilidade.

Por fim é preciso relacionar o Futebol com uma peculiaridade da pessoa Kaingang: no Futebol, o Tare é “escalado em campo” contra os Fóg. A noção de força Kaingang – Tare – está relacionada diretamente com a noção de pessoa, pois ambas se relacionam com a forma de organização social do grupo, com a divisão de metades exogâmicas, suas pinturas corporais e com as formas de nomenclatura. Em outros lugares, Fassheber (1998, 2006) demonstrou que a construção cultural do corpo dos Kaingang está relacionada ao dualismo, à mitologia, à noção de força, ao uso dos remédios do mato e ao treinamento particular dos sentidos perceptivos.

O Tare não está, portanto, disposto em uma natureza Kaingang, embora como em toda cultura, eles tentem naturalizá-lo. Tare diz respeito ao treinamento corporal e a identidade ante aos Fóg, marcando deles a diferença através do corpo. Tal diferença aparece indicada por eles no sentido de que os Kaingang possuem mais Tare, ou seja, têm mais força e resistência física que os Fóg. O Tare parece ser uma das formas de maior expressão da identidade no Futebol dos Kaingang, porque mais que uma força física adquirida, treinada e diferenciada em relação aos Fóg, a expressão da diferença simbólica entre eles – diferença positiva em relação a si próprios, Kaingang – uma marca do Tare.

Além de permitir a afirmação da etnia perante a sociedade Fóg, já que são “temidos” e respeitados como o “time dos Kaingang” ou simplesmente o “time dos índios”, também permite se afirmarem ante si próprios, pois os Kaingang admiram entre si aqueles que não se importam em se machucar, como ocorria nos antigos jogos de guerra Kanjire e Pinjire. Submeter à dor e ao esforço fazia parte do

treinamento e da vida do guerreiro. Assim, entendemos o desportista como uma categoria nativa que opera papel estratégico nas relações que os Kaingang fazem com a sociedade Fóg.

Referências bibliográficas

BARBOSA, H. Epidemias entre os Kaingang. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, 1954.

BORBA, T. *Atualidade indígena*. Imprensa Paranaense. Curitiba, 1908.

CAMPOS, F. O Processo Civilizador do Esporte. In: *Jornal Folha de S. Paulo*. Caderno Mais! São Paulo, 23 de janeiro de 2005. (Disponível em <www.folhaonline.com.br> consultado em 23/01/2005).

DEBRET, J. B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tomo I Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

ELIAS, N. *O Processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 2 v.

ELIAS, N & SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FASSHEBER, J. R. M. *Saúde e políticas de saúde entre os Kaingang de Palmas/PR*. Florianópolis, PPGAS/UFSC, 1998. Dissertação de Mestrado.

FASSHEBER, J. R. M. *Etno-Desporto Indígena: contribuições da Antropologia Social a partir da experiência entre os Kaingang*. Campinas: PPG-FEF, 2006. Tese de Doutorado.

FERNANDES, L. *Os caingangue de Palmas*. Arquivos do Museu Paranaense. Curitiba, 1941.

FERNANDES, R.. *Política e parentesco entre os Kaingang: uma leitura etnológica*. São Paulo: PPGAS/USP, 2004. Tese de doutorado

FERREIRA, M. B.; FASSHEBER, J. R. M. *et al.* Jogos Tradicionais Indígenas. In: COSTA, L. P. (Org.) *Atlas do esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2005. (edição bilíngüe)

HOBBSAWN, E. & RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KELLER, F. Noções sobre os indígenas da Província do Paraná. *Boletim do Museu do Índio*. Rio de Janeiro, Antropologia, Nº 1:9-29, 1867.

METRAUX, A. The Caingang. In: *Handbook of South American Indians*. V. 1: The Marginal Tribes. V. I (3): 445-475. Washington, Smithsonian Institute, 1946.

NAVEIRA, M. C. A festa do futebol: as formas esportivas da sociabilidade Yawanawa In: FERNANDES, R. *O futebol no Brasil dos índios*. Florianópolis, 2006.

NIMUENDAJU, C. A Corrida de Toras dos Timbira. In: *Revista MANA*, v.7. n.2. Rio de Janeiro: Contra Capa, outubro de 2001.

PIZA, M. Notas sobre os Caingangs. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. n. 35: 199-209, São Paulo, 1938.

RENSON, R. & VAN MELE, V. Traditional Games in South America. Schorndorf: Hofmann, 1992. TAUSSIG, M. *Mimesis and alterity: a particular history of the senses*. New York/London: Routledge, 1993.

TAUSSIG, M. *Mimesis and alterity: a particular history of the senses*. New York/London: Routledge, 1993.

TOMMASINO, K. *A história dos Kaingang da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em Movimento*. PPGAS/USP, 1995. Tese de doutorado.

TOMMASINO, K. et al. *Uri e Wãxi*. Londrina: ED. UEL, 2000.

VEIGA, J. *Cosmologia e práticas rituais Kaingang*. Campinas: PPGAS/UNICAMP, 2000. Tese de Doutorado.

(RE) SIGNIFICAÇÕES DO LAZER EM SUA RELAÇÃO COMA SAÚDE EM COMUNIDADE DE IRATI/PR

Miguel Sidenei Bacheladenski⁴⁸

Dr. Edgard Matiello Júnior (Orientador)

Resumo: Embora atuar na Promoção da Saúde signifique intervir sobre os determinantes sociais que demarcam as condições de vida das populações, a contribuição do lazer permanece restrita na prática de exercícios físicos. Como proposta de superação, através da problematização das necessidades para se iniciar a prática do futebol no bairro Lagoa, em Irati (PR), criamos condições para que os envolvidos compreendessem suas condições de vida e, a partir do conhecimento gerado, definimos e implementamos ações para reivindicarmos conjuntamente melhorias para o único espaço público de lazer ali existente.

Introdução

Nas últimas décadas, a expressão Promoção da Saúde vem sendo adotada por diferentes campos do conhecimento, sendo que, na Educação Física, sua utilização é frequentemente associada com a prática de exercícios.

No entanto, embora reconheçamos a importância da prática de exercícios na vida das pessoas, a concepção de Promoção da Saúde desenvolvida no interior da Organização Mundial da Saúde, e que orienta as políticas públicas de saúde em âmbito internacional há cerca de três décadas, é muito mais profunda e abrangente do que a associação com determinados estilos de vida.

Nesse sentido, atuar na Promoção da Saúde envolve intervir sobre os determinantes sociais que demarcam as condições de vida das populações, considerando-se, sobretudo, as relações de poder estabelecidas. Trata-se, portanto, de agir em compasso a um movimento planetário contra a acentuada medicalização e individualização

⁴⁸ Mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atua como Agente Universitário na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Campus Universitário de Irati, onde desenvolve pesquisas e coordena projetos extensionistas nos campos do esporte, lazer e saúde. Contato: miguel**sb**@brturbo.com.br

da saúde, enfatizando-se que, apesar das conquistas tecnológicas nas mais variadas atividades humanas, milhares de pessoas ainda adoecem e morrem por causas evitáveis e que não se associam diretamente com o sedentarismo, tais como as decorrentes da fome; da falta de habitação; de saneamento básico; das diferentes formas de violências; das doenças infecto-contagiosas, dentre tantas outras (BREILH, 2005; DECLARACIÓN DE CUENCA, 2005).

Assim, o objetivo deste texto é relatar algumas particularidades de um projeto sócio-educativo de lazer que teve como horizonte a Promoção da Saúde. Desenvolvido em comunidade empobrecida - bairro Lagoa, em Irati (PR) – a forma de envolvimento participativo do pesquisador junto à população permitiu a conclusão da dissertação de mestrado⁴⁹ (BACHELADENSKI, 2006) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo desenvolvida por ações colaborativas entre o Grupo Vivendo Educação Física e Saúde Coletiva⁵⁰ (UFSC) e uma universidade do próprio município de Irati (UNICENTRO).

Sendo a investigação inserida em linha de pesquisa que trata das relações entre *Educação Física, Condições de Vida e Saúde*, e com o entendimento de que a conquista da saúde não se limita aos eventuais efeitos orgânicos provenientes da aptidão física gerada pela prática de exercícios, no processo de sua construção, buscamos elementos teórico-metodológicos em diferentes campos do conhecimento, privilegiando alguns autores – Educação (FREIRE, 2005) – Estudos do Lazer (MASCARENHAS, 2004) – Educação Popular em Saúde (VASCONCELOS, 1997) – Saúde Coletiva (PAIM e ALMEIDA FILHO, 2000) – Epidemiologia Crítica (BREILH, 2006; CAMPAÑA, 1997) – para podermos enfrentar as muitas dificuldades encontradas no trabalho de campo. Dentre as dificuldades, podemos identificar

⁴⁹ Dissertação orientada pelo Prof. Dr. Edgard Matiello Júnior, um grande amigo ao qual também agradecemos pelo estímulo e contribuições para a construção deste texto.

⁵⁰ Vinculado ao NEPEF (Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física) e ao IELA (Instituto de Estudos Latino Americanos), ambos sediados na Universidade Federal de Santa Catarina. Ver a respeito em www.nepef.cds.ufsc.br e www.iela.ufsc.br. Sobre a UNICENTRO, consultar www.unicentro.br.

como as mais importantes a falta de infra-estrutura para prática de atividades esportivas e de lazer da comunidade⁵¹; a situação de carência econômica dos moradores para buscar alternativas de lazer em outros bairros; a ausência de respostas dos poderes instituídos locais para atendimento dos anseios da população; aspectos culturais de acomodação, o que implica na falta de mobilização local para identificação das demandas e limitada organização para enfrentamento coletivo dos problemas comuns, dentre eles os ligados ao lazer e saúde.

Dessa forma, através da articulação entre as diferentes áreas de conhecimento estudadas, buscamos evidenciar e tratar, de forma processual, responsável, dialógica e compartilhada, os problemas da comunidade, com vistas a construirmos coletivamente alguns subsídios para a melhoria das condições de prática de esportes e elaboração de políticas públicas de lazer voltadas à Promoção da Saúde. Com o propósito de compreender e atuar para além das questões setoriais de nossa área, aprofundamos a observação e reflexão sobre questões fundamentais da constituição histórica daquela comunidade, a fim de entender como ela se consolidou e se mantém com tantas carências e em evidente desfavorecimento político perante outras áreas da mesma cidade.

Tivemos também a necessidade de aprofundar o entendimento sobre o lazer, pois, tendo em vista as dificuldades já mencionadas, por certo que o simples oferecimento de espaços e atividades esportivas seriam insuficientes para alterar minimamente as condições de vida para sua efetiva realização, correndo-se o sério risco de algumas conquistas pontuais e momentâneas serem perdidas logo em seguida, na medida em que as estruturas que determinam o empobrecimento e a exclusão social estariam ainda intocadas. Além disso, seria bem possível que algumas conquistas, mínimas que fossem, causassem uma certa “anestesia” nas pessoas envolvidas, na medida em que contemplassem antigas aspirações de forma precária e improvi-

⁵¹ O único espaço público de lazer era a quadra esportiva, e que não tinha boas condições de uso: mato tomando conta; uma tabela de basquetebol caiu e a outra também estava ameaçada; faltava uma trave; alambrado deteriorado; piso áspero e esburacado; linhas demarcatórias improvisadas; e não tinha água encanada

sada, mas suficientes para lhes trazer algum tipo de alegria e satisfação, atuando como paliativos.

Munidos de indicativos teórico-metodológicos, particularmente construídos no primeiro ano da formação no mestrado, retornamos ao bairro Lagoa, onde há anos mantínhamos relações com a comunidade⁵². Neste retorno, além de aprofundarmos nossa compreensão a respeito de sua dinâmica social, mediante observação e participação em reuniões da Associação de Moradores, entrevistas com informantes culturais de destacada liderança na comunidade (tais como diretores de escola, presidente da Associação de Moradores, ex-vereadores) e análise de documentos julgados importantes a respeito da vida social do bairro (Estatuto da Associação de Moradores e os Projetos Político-Pedagógicos das duas escolas locais), ali oferecemos aulas de futebol para crianças, em projeto com três aulas semanais realizado durante três meses, no ano de 2006.

Nestas aulas, através do ensino e da problematização a respeito do futebol, criamos condições para que os envolvidos compreendessem suas condições de vida e, a partir do conhecimento gerado, definimos e implementamos ações para reivindicarmos conjuntamente melhorias no bairro - a princípio apenas relacionadas às questões esportivas, tendo sido ampliadas no decorrer do processo. Nessa lógica, “participação” foi tratada como um conceito central do projeto. Uma *participação que não se restringia à mera presença nas atividades como consumidores de um produto chamado esporte*. Esteve relacionada à decisão lúcida e profunda sobre por que participar e como se envolver com as atividades, assumindo tais decisões como questões de formação de suas próprias consciências históricas e coletivas.

Apesar da variedade de experiências a serem analisadas neste processo sócio-educativo, para o presente texto efetuamos um recorte de modo a situar nossas possíveis contribuições para a elaboração de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social, afinal, este é o objetivo do Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social e é em sua referência que este texto é redigido.

⁵² Projetos extensionistas da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-PR).

O texto segue estruturado em três eixos. No primeiro, em atenção às recomendações de que em estudos sobre condições de vida as análises devem extrapolar a descrição espacial, apresentamos a cultura da acomodação como o grande desafio a ser superado para que melhores condições de vida sejam conquistadas pela comunidade. Na seqüência, diante do fato de que a Educação Popular em Saúde opera em prol da formação política de pessoas e grupos sociais para compreensão e superação de suas condições de vida, constatamos a possibilidade de estabelecermos um diálogo com a Pedagogia Crítica do Lazer e, dessa forma, estreitar a relação entre lazer e saúde. Para finalizar, destacamos como é possível, a partir da pedagogia da problematização, evidenciar e tratar as contradições sociais que, em nossa investigação, são caracterizadas pela falta de elementos materiais para a prática do futebol.

Sobre as condições de vida no Bairro Lagoa

Em estudos sobre condições de vida, Paim (1997) recomenda que junto à descrição espacial sejam consideradas outras instâncias da estrutura social, tais como aspectos econômicos, políticos e ideológicos, uma vez que eles se reproduzem e se articulam em âmbito mais amplo.

Com base nesta recomendação, o levantamento de informações a respeito da constituição do Bairro nos permitiu compreender o processo de segregação imposto à sua população. O bairro Lagoa está localizado na região sudoeste do perímetro urbano e distanciado a apenas 5 km da região central, tendo surgido como decorrência da expansão do município ao longo de uma estrada ferroviária. Devido ao baixo nível sócio-econômico, muitas pessoas afastaram-se da área central acompanhando o desenvolvimento da ferrovia, unindo-se a outros moradores com características culturais semelhantes, instalando ali suas residências.

Quanto à constituição familiar, pode-se dizer que, na atualidade, em virtude desse processo histórico de segregação, a maioria de seus membros encontra-se sem qualificação profissional, reforçando os números do mercado informal de trabalho, assumindo, no máximo, postos de carpinteiros, pedreiros, diaristas, varredores de rua etc. Ocupações que proporcionam baixos salários e que, indiscu-

tivamente, não satisfazem as necessidades individuais, e menos ainda o sustento de seus familiares.

Decorrente dos baixos salários, o consumo de bens que possam suprir as necessidades básicas é bastante limitado e, a nosso ver, ocorre sob duas formas. A primeira é o *consumo pela substituição*, no qual os moradores se desfazem de algum bem para obter outro. Já a outra se relaciona ao *consumo pensado para o futuro, mas não planejado*. Neste, o desejo de consumo é *empurrado para frente*, o que significa dizer que aquele desejo permanecerá vivo por um longo período, mesmo que não venha a ser saciado.

Somado ao fato de que o bairro não dispõe de boa qualidade de serviços públicos, seus moradores vivem em um ciclo que dificilmente conseguirão romper, sendo impostos a um cenário contínuo de pobreza e exclusão social. Em outras palavras, no bairro são quase inexistentes outras referências que não a carência social, a baixa qualidade habitacional e o reduzido nível educacional, aspectos considerados fundamentais para, ao menos, estimular desejos e alavancar projetos individuais e coletivos superadores.

Nestas condições de vida, que determinam os estilos de vida (consumo de álcool e outras drogas, repetição sistemática de violências e sedentarismo, por exemplo), vão ocorrendo situações de disputas cotidianas pelas oportunidades para saída dessa situação dramática, envolvendo, por exemplo, negociações pouco transparentes sobre a urbanização de determinadas vias públicas, privilegiando alguns moradores em detrimento da maioria e do bem comum. Ao longo do tempo, isto tem acarretado sentimentos contraditórios, havendo entre os entrevistados fortes manifestações de inconformismo para com alguns privilégios, ao mesmo tempo em que o conformismo se faz presente, expresso da seguinte forma: *A pavimentação é só num trecho de uma rua (...). Dá pra entender que eles lutam, mas primeiro têm que atender o lado deles (pai de uma criança do projeto)*. Com relação à prática de esportes isso não tem sido diferente, como pode ser visto na seguinte fala: *Nós fizemos um campo lá perto de casa e alguns dias depois já havia uma placa para vender o terreno. Daí, nós tirávamos a placa para chutar bola, mas antes de ir embora nós colocávamos a placa no lugar de novo (criança participante do projeto)*.

Adaptando-se à realidade, os moradores, desde a infância, já sinalizam a desistência de lutar pela mudança e, portanto, submetem-se a ela tal como está: *Quando tem bola, nós jogamos. Se não tiver, não jogamos. Ou ainda: Ter outras opções de lazer é bom, mas se não tiver não faz mal, já estamos acostumados* (crianças participantes do projeto).

Ao cogitarmos possibilidades para ruptura deste cenário, compreendemos que o caminho não era dos mais simples. Em contato com importantes instituições formadoras de consciência no bairro (a Associação de Moradores e as duas escolas locais), percebemos serem insuficientes para romper com este conformismo e incapazes para instigar lutas coletivas em prol da conquista de melhores condições de vida. Aliás, a participação dos moradores não passa de uma colaboração em ações em que os líderes comunitários julgam ser importantes, ou seja, as necessidades e ações não são decididas em processo coletivo. Com base em Demo (1996), compreendemos que isso é um reflexo da “pobreza política” da comunidade, o que significa que os moradores vivem na condição de massa de manobra, de objeto de dominação e manipulação, de instrumento a serviço dos outros.

Indicativos teórico-metodológicos para um lazer relacionado à saúde

É fato que as pessoas adoecem e morrem como consequência das relações que estabelecem com outras pessoas e com a natureza, e como resultado de suas necessidades, sejam elas econômicas, sociais, culturais ou educacionais. Partindo do entendimento de que a melhoria da saúde está condicionada à melhoria das condições de vida e à equidade nas relações de poder estabelecidas, a Promoção da Saúde preocupa-se com a superação das desigualdades sociais, sendo que, neste processo, a população é uma parceira fundamental (LEFEVRE e LEFEVRE, 2004).

Com esta orientação, desde a década de setenta, o movimento brasileiro da Educação Popular em Saúde, mediante a convivência com as alegrias e os sofrimentos humanos, vem reorientando as práticas da saúde para uma atuação mais global frente aos problemas encontrados. Utilizando-se da pedagogia crítica de Paulo Freire, estabelece novos vínculos entre o conhecimento do campo da saúde e

o pensar e fazer cotidiano da população. Vínculos que buscam trabalhar pedagogicamente as pessoas e grupos, promovendo sua capacidade de análise crítica da realidade para aperfeiçoar estratégias de luta e enfrentamento de situações adversas, inclusive no campo político (VASCONCELOS, 1997).

Em uma análise sistemática de produções do campo de conhecimento do lazer no país, constatamos especificidades desta atuação na *Pedagogia Crítica do Lazer* (MASCARENHAS, 2004), também conhecida por *lazerania*. Fundamentada em Paulo Freire, esta concepção de lazer dialoga com as classes populares, buscando criar meios e condições para que os envolvidos reflitam sobre suas condições de vida e a sociedade mais ampla na qual estão inseridos, possibilitando-lhes não apenas o acesso, mas o entendimento do lazer como manifestação de uma cultura e como possível instrumento de ligação e mudança da realidade.

Preconizando a noção de direitos e deveres e incentivando a participação para a tomada de decisões que correspondem à organização de uma dada coletividade, seu processo pedagógico parte do saber anterior dos envolvidos. Operando com a idéia de lazer problematizador, através de um conjunto de perguntas e respostas, estabelece diálogos esclarecedores e poderosos (mediados pela atividade de lazer) *entre os envolvidos e a sua realidade, resultando na construção compartilhada do conhecimento, o qual permite identificar problemas, bem como definir e implementar soluções. Aliás, trata-se de um propósito para o qual o fenômeno esportivo certamente apresenta enorme potencial.*

O esporte, além de ser o principal conteúdo do lazer dos brasileiros (tanto como demanda da população, como oferta das políticas públicas), é capaz de mobilizar interesses e ativar a participação. Mas para isto, seu ensino não deve – prioritariamente - estar voltado para a formação de atletas ou para o desenvolvimento da aptidão física. Sendo incorporadas transformações didáticas, recomenda-se que suas formas e manifestações (como jogo, técnica de corpo, espetáculo, mercadoria etc.) sejam problematizadas, de modo a criar condições para que os envolvidos possam assumir sua posição de protagonistas na condução das atividades do lazer, as quais,

ligadas à própria realidade, podem auxiliar na transformação de outras situações que por ventura estejam interferindo na vida coletiva.

Enfim, o lazer poderá se encontrar com a saúde, na medida em que serão valorizados em termos educacionais a totalidade do ser humano, a criatividade, a liberdade, a autonomia e, sobretudo, o respeito aos limites e possibilidades dos participantes. Nesta perspectiva, atuar sobre elementos da cultura corporal relacionando o lazer com a saúde implica em orientar a relação teoria e prática para outras dimensões humanas, dificilmente tocadas na visão restrita de saúde vinculada à melhoria orgânica.

O Futebol mediando a relação lazer e saúde no Bairro Lagoa

Nosso trabalho de campo coincidiu com o ano da Copa do Mundo de Futebol da Alemanha, quando os apelos da mídia embalavam ainda mais o sonho das crianças que acreditam na mudança de suas condições de vida através de um possível (ainda que difícil) sucesso no futebol.

Sendo assim, e diante dos indícios da pobreza política identificada na comunidade, oferecemos o ensino do futebol para as crianças ali residentes, buscando criar estratégias auxiliares para a aquisição de uma consciência política capaz de reivindicar melhores condições de vida e saúde no bairro. Contudo, da mesma forma que tínhamos este objetivo, era óbvio que não poderíamos esquecer que as crianças tinham os seus próprios: aprender a jogar futebol, para, quem sabe, um dia tornarem-se jogadores profissionais. Com base em Freire (1996), compreendendo e sem negar este sonho, é óbvio que também propiciamos o ensino de regras, técnicas e táticas dessa modalidade.

Vale frisar, no entanto, que este ensino não se pautou na simples reprodução do esporte de rendimento, mas pela incorporação de transformações didáticas (CAPELA e MATIELLO JÚNIOR, 2005), partimos do jogo global (o jogo sendo jogado) para recuperar a história cultural tanto do esporte futebol como das crianças participantes. Afinal, nossos indicativos teórico-metodológicos recomendam o desenvolvimento de ações em torno do saber anterior dos envolvidos.

Dessa forma, depois de formada uma turma de trabalho⁵³, iniciamos um processo sócio-educativo do futebol partindo do entendimento de que para se tornar um jogador era preciso saber jogar futebol. Por isso, as ações foram problematizadas em torno do que seria necessário para o início da prática, isto é, pela indagação: *O que é preciso para jogar futebol?*

Tendo surgido respostas, tais como: *jogadores, habilidade, bola, cancha* (denominação relativa à quadra ou campo de jogo), *trave e regras*, e em consideração ao fato de que nossa pedagogia de ensino orientava-se pelo jogo jogado, na seqüência, nossa opção para discorrer sobre o ocorrido é relatar as problematizações conforme tratamos esses seis elementos acima mencionados. Nessa direção, lembramos que este processo foi desenvolvido ao longo de três meses, sendo que a ordem dos relatos não reproduz necessariamente a seqüência com que os fatos ocorreram.

Partimos da premissa de que para o jogo eram necessários os **jogadores**, neste caso considerados os protagonistas do jogo. Protagonistas que constituíram uma única turma de trabalho, rompendo então com a lógica do esporte de rendimento que reproduz hierarquias em torno das habilidades e condiciona a divisão de turmas em aspectos etários, separando artificialmente os coletivos em categorias (fraudinha, mirim, infantil, infanto-juvenil etc.).

Nesta opção, em que crianças mais habilidosas e/ou mais fortes jogavam junto a outras de condições diferentes, eram possíveis trocas de experiências e valorização de outros aprendizados. Em nossa concepção, neste trabalho, havia “gente formando-se, mudando, crescendo, reorientando-se, melhorando, mas, porque gente, capaz de negar os valores, de distorcer-se, de recusar, de transgredir” (FREIRE, 1996, p. 144). Enfim, reconhecemos os envolvidos⁵⁴ como

⁵³ A turma foi formada com convites feitos em visitas às residências próximas à quadra esportiva do bairro (local de desenvolvimento da escolinha). Convites, que na seqüência das atividades, foram estendidos (pelas próprias crianças que já participavam da escolinha) para crianças que residiam em lugares mais afastados da quadra.

⁵⁴ Participaram 18 crianças com idade entre 8 e 17 anos, sendo que todas foram autorizadas a participar do projeto através da assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por parte de pais ou responsáveis. Projeto número 088/2006 – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – UFSC.

sujeitos sociais e históricos que poderiam conviver juntos num mesmo projeto e com vistas a participarem coletivamente da construção de *uma outra sociedade* (a princípio apenas esportiva, mas com muito potencial para expandir-se).

Se havia jogadores, é fato que eles ali estavam para demonstrar ou desenvolver suas habilidades para o jogo. Por isso, era consenso de que a **habilidade** poderia vir com a frequência nas aulas e a participação em suas atividades, que ocorriam através do jogo jogado, ou seja, não eram realizadas atividades isoladas e voltadas, por exemplo, para que as crianças desenvolvessem o fundamento do chute ou do cabeceio em situações artificiais (simulação de jogadas que simplificam o jogo).

Outra questão que a princípio representa obviedade, é que, para a prática do jogo de futebol, tal como concebido tradicionalmente, faz-se necessário o uso de uma **bola**. Buscando refletir a respeito da carência social própria daquele contexto, discutimos a inexistência desse material em nossas atividades. Sendo assim, duas bolas oficiais de futsal foram ofertadas pelo próprio pesquisador. Embora pareça pouco, por serem novas e de boa qualidade, indiscutivelmente este foi um diferencial do projeto, afinal, não era o fato de ser uma escolinha para crianças empobrecidas que justificaria a utilização de materiais com baixa qualidade, tal como normalmente ocorre nas ações que Matiello Júnior (2005) chama de *pedagogia do improviso*. Para este autor, estas trazem como argumento um suposto estímulo à criatividade, porém o que ocorre é a enganação, pois a criatividade é uma forma de intervenção na realidade, não devendo se caracterizar como adaptação permanente e orientada pelo improviso.

E se havia bola para iniciar o jogo, da mesma forma havia uma **cancha** (a única quadra esportiva pública do bairro). O problema é que ela estava em péssimas condições, principalmente por estar tomada pelo mato. Como alternativa, organizamos um mutirão para limpá-la, pois se ainda não era possível usufruir de uma quadra em ótimas condições de conservação e se o Poder Público não se preocupava em limpá-la, não seria por esse motivo que as atividades seriam desenvolvidas em local sujo, desarrumado, enfim, desestimulante.

Com a quadra limpa, agora já poderíamos de fato iniciar o

jogo. Mas antes era necessário conhecer as **regras** que seriam seguidas. Demonstrando o desejo de reproduzir as regras do futebol profissional, quando questionadas sobre estas, apesar de as conhecerem, as crianças não supunham como elas foram elaboradas, e sequer faziam idéia de como o esporte surgiu.

Assim, além de estratégias que considerassem a história cultural tanto da prática do futebol como das próprias crianças, estimulamos a elaboração do Estatuto da Escolinha de Futebol da Lagoa, no qual definimos coletivamente as regras tanto para o funcionamento da escolinha como para o desenvolvimento dos jogos de futebol.

Definidas as regras, finalmente era possível partir para o objetivo do jogo: marcar gol. Infelizmente, isso só era possível em um lado da quadra, já que no outro, segundo informações das crianças, a trave foi retirada pelo morador da residência que fica defronte à quadra, como medida para proteger sua residência das constantes bolas que a atingiam.

Como alternativa, com auxílio de pedaços de madeira, uma **trave** foi improvisada, porém, como ela não fora bem fixada, em seus constantes balancios, ao mesmo tempo em que impedia a realização de alguns gols, facilitava outros. Foi a partir de discussões geradas com aqueles fatos que aproveitamos para familiarizar as crianças com importantes documentos (Constituição da República Federativa do Brasil, Constituição do Estado do Paraná e Lei Orgânica do Município de Irati) e demonstrar o amplo leque de direitos e deveres conquistados historicamente por pessoas como elas.

Dessa forma, iniciamos um processo de capacitação para o exercício da cidadania (um dos objetivos da Promoção da Saúde), e no qual se inclui a elaboração de ofício reivindicando uma trave para a quadra, o qual foi entregue pessoalmente ao responsável pelo setor de esporte e lazer da Prefeitura Municipal de Irati. Depois de sua entrega, realizamos constantes visitas ao referido setor, com o intuito de obter informações sobre aquela reivindicação, bem como para demonstrar que nossa mobilização somente seria interrompida quan-

do atingíssemos nossos objetivos. Com isso as crianças eram esclarecidas de que apesar de legalmente todos serem portadores de inúmeros direitos (moradia, alimentação, educação, trabalho, saúde, lazer etc.), muitas vezes estes são respeitados apenas quando a população se impõe e se auto-determina como sujeito construtor da história (DEMO, 1996).

Apesar de o tempo passar e aquela reivindicação não ser atendida, os jogos continuavam. Nestes, lidávamos permanentemente com a individualidade sobrepondo-se à coletividade, surgindo freqüentemente conflitos, tais como as disputas pelo direito de cobrança de pênaltis. Isto era de se esperar, na medida em que os processos de formação de consciência não se dão de forma linear e mecânica, e também porque é compreensível que entre crianças com poucas oportunidades, haja vontade desmedida com vistas à própria superação.

Além de auxiliar na superação de conflitos como este, procuramos mediar os conflitos que observávamos no cotidiano do bairro, como, por exemplo, o mal-estar gerado entre os usuários da quadra e o morador que retirou uma das traves. Procurando-o para uma conversa, evidenciamos a importância da união dos moradores para conquistar melhorias não apenas para a quadra, mas também para o bairro. Como resultado, um abaixo-assinado foi elaborado para reivindicar a reforma da quadra. Este documento, após receber apoio de diversos moradores, durante a inauguração da sede da Associação do bairro e por intermédio do presidente desta entidade, chegou às mãos do Prefeito. Ali, publicamente, ele se comprometeu a olhar “com carinho” para aquela reivindicação.

Vale dizer que, no mesmo dia, ele esteve na quadra para averiguar a sua situação e, no dia seguinte, na página da internet da administração municipal, foi veiculada a notícia de entrega deste documento. Esta notícia também foi veiculada por uma rádio local, e ao ser ouvida por algumas crianças do projeto, as deixou impressionadas quanto ao poder que um documento como este tem, bem como a sua repercussão, independente se as reivindicações seriam conquistadas imediatamente ou se levaria um certo tempo. E pela aproximação da escolinha (e das crianças) com a Associação, garantiu-se que

na seqüência seus líderes assumiriam a responsabilidade por cobrar as devidas melhorias na quadra.

Conclusão

Seria utópico acreditar que em um trabalho realizado em apenas três meses pudéssemos melhorar as condições de vida da comunidade. Contudo, por menores que fossem nossas contribuições, entendíamos que elas seriam muito válidas, principalmente se conseguíssemos nutrir a população com experiência política concreta e bem-sucedida.

Nesse sentido, a partir de situações pedagógicas que problematizaram a falta de elementos materiais para a prática do futebol, dentro dos nossos limites⁵⁵, contribuímos para o fortalecimento de uma ação coletiva e solidária, o que representa um alento para a superação do individualismo que rege as lutas diárias pela sobrevivência da população na sociedade. Com a preocupação de sempre *ter* mais, as pessoas vêm desconhecendo o sentido de *ser* mais humanas. Por isso, a maioria dos problemas tende a ser individuais e não coletivos.

Assim, para finalizar, e em atenção ao fato de que este texto busca fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social, pode-se dizer que nesta forma alternativa de conceber lazer e saúde busca-se estabelecer novas relações entre as pessoas (pesquisador e sujeitos), e entre estas e a natureza. Afinal, mesmo que a sociedade ainda não tenha sido transformada em sua lógica de exploração, faz-se necessário construir novas possibilidades para formação de uma consciência que a efetive.

⁵⁵ Até a redação final da dissertação, em dezembro de 2006, as reivindicações não tinham sido atendidas. Porém, durante a continuidade do projeto, a quadra foi reformada no início de 2008.

Referências bibliográficas

- BACHELADENSKI, Miguel Sidenei. *(Re) significações do lazer em sua relação com a saúde em comunidade de Irati/PR*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2006.
- BREILH, Jaime. *Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- BREILH, Jaime (org.). *Informe alternativo sobre la salud en América Latina*. Quito, Equador: Somos Punto y Línea, 2005.
- CAPELA, Paulo Ricardo do Canto; MATIELLO JÚNIOR, Edgard. El deporte y la liberación humana. In: BREILH, Jaime (org.). *Informe alternativo sobre la salud en América Latina*. Quito, Equador: Somos Punto y Línea, 2005. p. 270-275.
- CAMPAÑA, Arturo. Em busca da definição de pautas atuais para o delineamento de estudos sobre condições de vida. In: BARATA, Rita Barradas (Org.). *Condições de vida e situação em saúde*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1997, p. 115-165.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 33. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- DECLARACIÓN DE CUENCA. *Motrivivência*, a. 17, n° 24, p. 173-182, junho, 2005.
- LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. *Promoção de saúde: a negação da negação*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.
- MASCARENHAS, Fernando. *Lazer como prática de liberdade: uma proposta educativa para a juventude*. 2. ed. Goiânia: UFG, 2004.
- MATIELLO JÚNIOR, Edgard. O esporte e a (de)formação política na educação física: um ponto de vista. *Corpoconsciência*, v.9, n.2, p. 11-21, 2005.

PAIM, Jairnilson Silva. Abordagens teórico-conceituais em estudos de condições de vida e saúde: notas para reflexão e ação. In: BARATA, Rita Barradas (Org.). *Condições de vida e situação em saúde*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1997, p. 7-30.

PAIM, Jairnilson Silva; ALMEIDA FILHO, Naomar. *A crise da saúde pública e a utopia da saúde coletiva*. Salvador: Casa da Qualidade, 2000.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. *Educação popular nos serviços de saúde*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

CATEGORIA 2
MONOGRAFIAS DE
GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO

REGIÃO CENTRO-OESTE

O ESPORTE COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL: um estudo na Vila Olímpica do Conjunto Ceará

Ana Amélia Neri Oliveira⁵⁶

Dr. Nicolino Trompieri Filho (Orientador)

Resumo: O presente artigo propõe-se a apresentar elementos para a construção de um pensamento sobre o esporte e as políticas públicas de esporte como pressuposto para a inclusão social, tendo com referência o esporte como um direito social. Para tanto, utilizou-se os aportes teóricos e os resultados da pesquisa intitulada “o esporte como instrumento de inclusão social: um estudo na Vila Olímpica do Conjunto Ceará” que enfocou a influência das ações de esporte na inclusão social de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Esporte; Inclusão social; política pública; esporte de rendimento.

Introdução

Na área do esporte, as políticas públicas apontam para a necessidade de uma nova perspectiva para tal manifestação como prática social, pautada nas necessidades do contexto social em que se fazem necessárias. Desta forma, este trabalho parte da compreensão do esporte como um direito social, garantido por meio de políticas sociais. Então, faz-se necessário pensar a dinâmica social imposta pelo sistema político e econômico vigentes no país e, neste contexto, a responsabilidade do Estado na consolidação do direito ao esporte.

Nesta direção, acredita-se que a construção de um pensamento sobre a relação entre esporte, políticas públicas e inclusão social perpassa pela educação física/esportes/lazer enquanto área de intervenção político-pedagógica e de produção do conhecimento.

⁵⁶ Mestranda em Educação Física pela Universidade de Brasília, especialista em Esporte escolar Universidade de Brasília. Professora do Governo do Estado do Ceará. Contato: ananerief@gmail.com

Deste modo, procurou-se apontar possibilidades para a construção de um novo olhar para as políticas públicas de esporte que têm em seus pressupostos a inclusão nas diferentes esferas da sociedade.

Vale destacar que as possibilidades aqui apontadas foram consubstanciadas como resultado de uma pesquisa que investigou a influência das ações do esporte na inclusão social de crianças e adolescentes da Vila Olímpicas do Conjunto Ceará na cidade de Fortaleza-CE, realizada no período de dezembro de 2006 a maio de 2007.

A pesquisa supracitada foi referenciada por um viés qualitativo e quantitativo, e consistiu na realização de um estudo de caso, uma pesquisa documental e um levantamento bibliográfico, que teve como técnica de investigação um questionário fechado aplicado em 100 alunos e um questionário aberto aplicado em 04 agentes de esporte/lazer e um coordenador de esporte/lazer. Sumariamente, os resultados da pesquisa mostraram que as ações de esporte na Vila Olímpicas do Conjunto Ceará reproduzem os princípios do esporte de rendimento. Portanto há um descompasso entre as intenções materializadas nos documentos norteadores do programa e as ações desenvolvidas pelos agentes esporte/lazer.

O esporte para além de sua prática

Para se refletir a temática do esporte em sua relação com as políticas públicas e a inclusão social é preciso conhecer suas raízes sócio-históricas. Sendo assim, optou-se por evidenciar o esporte moderno, por compreender que esta abordagem permite significar esta reflexão.

Salienta-se que o esporte moderno resultou de um processo de modificação, poder-se-ia dizer, de “esportivização de elementos da cultura corporal de movimento das classes populares inglesas, como os jogos populares” e, também, “de elementos da cultura corporal de movimento da nobreza inglesa” (BRACHT, 2005, p. 13). Enfim, o esporte moderno é produto de profundas transformações produzidas na Europa, sobretudo na Inglaterra. Foi neste país que o esporte assumiu suas características básicas, ou seja, “competição, rendimento físico, *record*, racionalização e cientificização do

treinamento”. Com tais características, o esporte tornou-se um “fenômeno” e “tomou como de assalto o mundo da cultura corporal de movimento, tornando-se sua expressão hegemônica, ou seja, a cultura corporal de movimento esportivizou-se” (idem, 2005, p. 15).

No final do século XIX, os esportes modernos são exportados e adaptados em outros países. A difusão do esporte pelo mundo acontece rapidamente, principalmente pelo caráter competitivo que o esporte apresentava.

No Brasil, o início da esportivização ocorreu na metade da década de 40, período em que a educação física foi influenciada pelo método desportivo generalizado, este procurava agregar o conteúdo esportivo à educação física.

No período do regime militar no Brasil, o esporte tornou-se a razão de ser do Estado, nessa época foi criada uma regulamentação específica para o esporte centrada no desenvolvimento da aptidão física. A época, o esporte foi utilizado como meio e fim da educação física, estando a serviço do sistema esportivo vigente.

Analisando as raízes sócio-históricas do esporte moderno ver-se que o seu desenvolvimento implicou num aperfeiçoamento de suas práticas. Conseqüentemente, as características do esporte foram modificadas, daí que a maioria das definições encontradas na literatura tem como característica principal a competição e o rendimento. Dentre os autores que pensam o esporte no Brasil, Bracht (2005, p. 14) revelar que “o esporte é uma atividade corporal de movimento com caráter competitivo [...]”. A competição e o rendimento são traços marcantes mesmo naquelas definições em que autores associam diretamente o esporte ao jogo e ao lazer. Corroborando este pensamento, Betti expressa que:

“o esporte é uma ação social institucionalizada, composta por regras, que se desenvolve com base lúdica, em forma de competição entre dois ou mais oponentes ou contra a natureza, cujo objetivo é, por meio de comparação de desempenhos, determinar o vencedor ou registrar o recorde”. (1997. p. 19)

Deste modo, o caráter lúdico do esporte deu lugar a competição exacerbada e a busca do rendimento máximo. Apoiando-se em Huizinga (2001, p.180), “o jogo foi um ingrediente valioso no esporte, tão valioso que, quando o esporte perdeu este elemento específico, separou-se da cultura e passou a ter pouca dignidade ou validade para a humanidade”.

Pelo exposto, é possível compreender a razão pela qual o esporte de rendimento vem exercendo uma maior influência na área da educação física/esporte no país. Com a intenção de dialogar com esta realidade, no sentido de propor a construção de novas possibilidades para o esporte para além uma prática baseada nos parâmetros do rendimento, que toma o esporte como prática social, apoiado-se em Castellani Filho ao expressar o seguinte pensamento:

“quando digo que o esporte e o lazer são entendidos como práticas sociais quero dizer que eles se traduzem como atividades humanas construídas historicamente com a intenção de dar respostas às necessidades sociais, identificadas pelos que fazem a história do seu tempo a partir das múltiplas determinações das condições neles presentes” - dentro de uma visão crítica e reflexiva, atrelada um novo projeto de sociedade (2007, p.9)

Uma prática social atenta às mudanças e contradições presentes na sociedade e articulada com as diferentes instituições, movimentos e atores sociais. Tendo em vista avançar no tocante a criação de estratégias teórico-metodológicas que dêem conta de subsidiar as políticas de esporte, de modo coerente com o discurso do esporte com prática social e política, e do homem, com ser histórico a quem cabe o esporte para promover a inclusão, pelo exercício democrático da cidadania.

O esporte no cenário brasileiro

Sabe-se que “o esporte é em praticamente todas as sociedades, uma das práticas sociais que reúne a unanimidade quanto a sua legitimidade social”. Sendo tomado também com um campo de disputa política e ideológica, representado por diferentes atores e insti-

tuições sociais. Com isto, observa-se o esporte é tomado sob vários enfoques que são determinados pelos interesses e vontades dos grupos que estão no poder em cada governo. Portanto, faz-se necessário conhecer o esporte em suas diferentes manifestações e o cenário no qual ele foi idealizado no Brasil. (BRACHT, 2005, p. 10).

Neste contexto, a Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro (1985) instituída pelo presidente José Sarney, sugeriu diferenciar o conceito de esporte em três manifestações: desporto-performance⁵⁷; desporto-participação⁵⁸ e desporto-educação⁵⁹. Esses conceitos foram amplamente aceito, inclusive pela Constituição Federal de 1988, que traz no artigo 217 o seguinte enunciado: “os recursos públicos devem ser destinados preferencialmente ao esporte educacional”.

A partir de 1990, o governo federal passou a atribuir um novo sentido às políticas de esporte, entretanto, alguns estados prosseguiram suas inovações na área de modo independente. Posteriormente, o desporto é reconhecido em suas diferentes manifestações como atividade predominantemente física e intelectual.

No governo do presidente Itamar Franco, o decreto 981/1993 que regulamenta a Lei 8.672/1993 passa a reforçar a conceituação de esporte educacional no Brasil. Em 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso cria o Ministério Extraordinário dos Esportes e o Instituto Nacional de Desenvolvimento dos Desportos – INDESP, uma autarquia criada no âmbito daquele ministério. O objetivo principal deste governo para o período de 1996 a 1999 era utilizar o esporte como instrumento para a elaboração e desenvolvimento de políticas voltadas para a educação, saúde, ali-

⁵⁷ Desporto educacional, através dos sistemas de ensino e formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e o lazer;

⁵⁸ Desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e na preservação do meio ambiente;

⁵⁹ Desporto de rendimento, praticado segundo normas e regras nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do país e estas com outras nações. (Lei 8.672/1993, capítulo III, art. 3º).

mentação e cidadania dos segmentos sociais definidos como prioritários em seus programas. Neste governo foi criado o programa Esporte Educacional, que tinha a finalidade de garantir a prática do esporte, prioritariamente a crianças e adolescentes, como processo de desenvolvimento e formação da cidadania, como meio de educação.

Este programa Esporte Educacional foi estruturado em dois subprogramas, a saber: Esporte Educacional na Escola e Esporte Educacional na Comunidade. Como uma das ações do subprograma Esporte Educacional na Comunidade foi criado o projeto Esporte Solidário que tinha como objetivo “o desenvolvimento de ações educativas, integradas a outras formas de atendimento pessoal e social de crianças e adolescentes”. Diante disto, nota-se claramente que o esporte, apesar de ser pensado a partir de uma perspectiva social e educacional, adquire uma importância secundária, de auxiliar políticas de outras áreas apontadas como prioritárias. (BARBIERI, 1996, p. 14).

Notadamente, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o esporte conquista papel de destaque na conjuntura política nacional, sendo criadas no âmbito deste governo: a Secretaria Nacional de Esporte Educacional - SNEE, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer – SNDEL e a Secretaria Nacional de Esporte de Rendimento - SNER. *Como se pode observar, a divisão destas secretarias ainda é feita conforme as diferenciações determinadas pela Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro de 1985. Entretanto, não se pode deixar de reconhecer os avanços na área do esporte neste governo, sobretudo como a criação do Programa Segundo Tempo e Programa Esporte e Lazer da Cidade que agregaram possibilidades para a consolidação do esporte e do lazer como um direito social.*

Feitas as devidas considerações, observa-se que os ideais de esporte surgidos no cenário brasileiro tratam as diferentes manifestações do esporte a partir de um determinado de um conjunto de ações definidas como prioritárias num governo, estas ações estão atreladas aos interesses de grupos que possuem o controle hegemônico do setor esportivo.

Esporte & políticas públicas: uma prática possível

Durante muito tempo no Brasil o esporte foi utilizado como mecanismo para aquisição de objetivos distantes do real sentido do esporte como prática social, sendo constantemente utilizado com estratégia de propaganda de governo, tratado sob um enfoque fragmentado e secundário, precisando estar vinculado a mazelas sociais para justificar sua existência. Como retrata Zingoni,

“as políticas públicas de esporte [...] em nosso meio, muitas vezes, ainda são traduzidas como políticas de atividade, de doação de material esportivo ou de cessão de equipamentos específicos, sem, contudo, haver a preocupação com a participação humana, que é a vida desses equipamentos. Aliado a isso, ainda encontramos nas Secretarias de Esportes a “cultura” dos eventos passageiros, elitistas, discriminatórios e onerosos, sem reflexos sociais contínuos e que reforçam as desigualdades sociais; a valorização do esporte rendimento; a banalização do lazer; a política clientelista e de privilégios” (1998, p.34).

A partir da década de 80, a educação física inicia uma discussão em suas diferentes áreas de conhecimentos, haja vista a necessidade de sua compreensão com prática social. Nesta época era crescente a necessidade de se estabelecer uma discussão política sobre os paradigmas de interesse popular para o esporte, atrelada a um novo projeto de sociedade.

Na década de 90, diante de um cenário político e social que também exigia uma redefinição das políticas públicas para a área do esporte no país, a fim de dinamizar a luta democrática pela garantia e ampliação dos direitos sociais e o acesso das camadas populares ao esporte, que o esporte começa a ser evidenciado no âmbito do governo federal.

Contudo, é no governo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o esporte é tratado como demanda social e conquista força política no cenário nacional, especialmente após a criação do ministério do esporte, a época “acreditava-se que a criação de uma pasta ministerial para tratar do esporte propiciaria a ampliação do debate sobre esse tema, contribuindo para legitimar a discussão e conferindo ao esporte,

bem como ao lazer, um redimensionamento”. Neste universo o esporte é reconhecido como objeto de reivindicações populares, como questão de cidadania, de participação popular, de democrática e de superação de problemas sociais (SUASSUNA, 2007, p. 29).

Diante deste novo modo de pensar as políticas de esporte no Brasil, se imagina que os programas/projetos sociais na área do esporte devem intervir de modo a atender a necessidade de ampliação do diálogo entre poder público e população, através da criação de mecanismo que culminem com uma ampla participação social, tendo em vista ampliar e intensificar o processo de cooperação com o governo na formulação, implantação e gerenciamento das políticas de esporte.

Neste novo tempo de democracia, a participação comunitária é essencial e requer um comprometimento constante de seus representantes. Além disto, é importante a maestria dos gestores públicos com qualificação técnica e sensibilidade para dialogar com diferentes atores sociais, devendo estar atentos as diversas formas de linguagem e expressão de idéias e reconhecendo a importância das reivindicações e do saber popular. Há ainda, a necessidade de uma reestruturação do modo de organização e gerenciamento do trabalho no setor público, insistindo na sua desburocratização e na realização de intervenções mais eficazes, para o desenvolvimento de programas/projetos sociais mais amplos e contínuos. Assim, faz-se necessário o exercício das dimensões fundamentais da qualidade política, ou seja, “a representatividade, a legitimidade, o envolvimento de todos na participação de base e nos planejamentos participativos auto-sustentados, na realização de diagnósticos, na formulação de estratégias e organização das ações políticas” (PINTO, 1998, p. 56).

Esporte & inclusão social: construindo possibilidades

Nos últimos anos, o tema da inclusão social tem adquirido ampla visibilidade e importância nas discussões e ações que permeiam o esporte nas gestões dos governos de caráter popular e democrático no país. Sendo um dos principais pressupostos para a criação de programas/projetos sociais na área do esporte.

Neste contexto, entende-se que inserir os excluídos na sociedade não pode ser sinônimo de inserção no sistema, mas, deve apon-

tar para a busca da ampliação democrática e construção de uma identidade coletiva que aponte para o rompimento de privilégios individuais e de grupos de uma determinada classe social. Logo, atuar na perspectiva da inclusão é uma tarefa árdua que requer bastante esforço e crença na idéia de que através de ações no âmbito da coletividade é possível se construir algo melhor para as camadas populares.

Cabe então esclarecer, que pensar o esporte a partir de uma política que tem como pressuposto a inclusão, é pensar numa “proposta política que não seja excludente e que proporcione a inserção da maioria da sociedade em espaços possíveis para o desenvolvimento do [...] esporte com a característica popular”, um esporte ensinado através de práticas de viés progressista que possibilitem o desenvolvimento da criticidade do aluno, instigando-o a reflexão e ação em seu contexto histórico, social, econômico e político, de modo a estimular o auto-conhecimento do aluno como ser social.

Mas para que esta premissa se materialize é essencial que o agente de esporte/lazer tenha como práxis pedagógica uma abordagem crítica que luta para fazer do esporte uma prática social, a partir de um fazer coerente e compromissada com uma política que busca a superação das desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, possibilite o desenvolvimento da autonomia das comunidades no seu fazer esportivo (OLÉIAS, 1999, p. 65).

O agente de esporte/lazer que assume o compromisso de ser um educador não pode de forma alguma tratar o conteúdo de ensino de forma simples e mecânica, negando realidades e responsabilidades sociais e de formação de cidadãos emancipados. No contexto da pedagogia Freiriana,

“não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, á sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos ‘conhecimentos de experiência feitos’ com que chegam a escola. O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola” (1996, p. 64).

É também para a prática de esporte/lazer. Do contrário, cai-se em equívoco, pois se esta carregando o aluno apenas de conhecimentos técnicos e alienantes. Para que isto não ocorra, o agente de esporte/lazer precisa compreender que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”, a partir da realidade presente no contexto de intervenção (FREIRE, 1996, p.7). O professor que ensina esporte na perspectiva do rendimento não percebe o processo de desumanização que envolve os rituais para a sua produção, portanto:

“transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita à natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio a formação do educando. Educar é substantivamente formar” (idem, 1996, p. 32).

Formar o cidadão protagonista que compreende os determinantes de seu contexto social. Silva & Silva (2004, p.23) em seus estudos acerca do lazer, entendem o homem como um ser socialmente protagonista quando este, “se distancia cada vez mais dos outros animais na medida em que constrói a história por meio de sua participação coletiva e intencional”. Completando esta idéia, entende-se que este protagonismo é materializado na vivência de novos tempos pautadas em novas práticas, de cunho emancipado. Caso contrário, a inclusão no e pelo esporte será mera utopia.

Considerações finais

Cumpra, diante das possibilidades aqui apresentadas, insistir na abordagem do esporte como uma prática social atenta às mudanças e contradições presentes na sociedade, e também como um direito social materializado por meio de políticas sociais.

Não obstante, é preciso compreender que as políticas sociais são reflexos de múltiplas determinações presentes na sociedade. Por isso, ver-se que muitas das ações de esporte desenvolvidas nos programas/projetos sociais que têm como pressuposto a inclusão social, na verdade apenas reproduzem em suas práticas o esporte de rendimen-

to, alheias a realidade social dos diferentes contextos de intervenção. Isto contribui para a existência de um descompasso entre a proposta político-pedagógica que subsidiam tais ações e a práxis pedagógica dos agentes de esporte/lazer. É importante destacar alguns fatores que contribuem para o agravamento deste quadro, a saber: formação acadêmica deficiente frente a necessidade de atuação em programas/projetos sociais; ausência de acompanhamento contínuo e sistemático nas intervenções pedagógicas; escassez de oportunidades de cursos de extensão universitária e/ou formação em serviço; ausência de planejamentos participativos centrados na reflexão, discussão e avaliação das ações planejadas; e ausência de espaços de diálogo entre a gestão do programa, a coordenação, os agentes de esporte/lazer.

Outro fator limitante para a materialização das políticas públicas de esporte é o paradoxo existente entre as intenções e as ações dos gestores no âmbito das secretarias de esporte/lazer que não conseguem executar as ações planejadas por dificuldades na liberação de recursos ou, até mesmo, por falta destes. Há também que considerar as arenas de disputas existentes no interior destas secretarias, onde prevalecem os interesses dos grupos que detêm o poder hegemônico e que muitas vezes utilizam o esporte como mecanismo de manobra e controle da população excluída.

Diante destas considerações, acredita-se que os programas/projetos sociais como difusores de políticas públicas de esporte/lazer de inclusão nas diferentes esferas da sociedade devem ser alicerçados por práticas inclusivas, acessíveis a todas e a todos que vivenciam o esporte como prática social, para que o esporte como instrumento de inclusão não seja visto como um sonho, mas, como uma realidade.

Referências bibliográficas

BARBIERI, Cesar Augustus Santos. O eco de um gol. In: Cesar Augustus S. Barbieri; Paulo Cabral de Oliveira; Renato Medeiros de Moraes (Org.). *Esporte educacional: uma proposta renovada*. 1 ed. Recife: UPE, ESEF, 1996, v. 1, p.13-30.

BETTI, Mauro. *Violência em campo: dinheiro, mídia e transgressão às regras no futebol espetáculo*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. 3ª ed. – Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

CASTELLANI FILHO, Lino (Org). *Gestão pública e política de lazer a formação dos agentes sociais*. Campinas: Autores Associados, 2007.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. *Projeto Velas do Ceará - esporte solidário*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1996.

HUIZINGA, J. *Homo ludens*. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

OLÉIAS, Valmir José. Políticas públicas esportivas no neoliberalismo. In: *Motrivivência*, n. 12, p. 66-76, mai., 1999.

PINTO, Leila Mirtes Santos Magalhães. Belo Horizonte. Políticas públicas de esporte e lazer: caminhos participativos. In: *Motrivivência*, n. 11, p. 47-68, set., 1998.

SILVA & SILVA, Jamerson Antônio de Almeida e Katharine Ninive Pinto. *Círculos populares de cultura, esporte e lazer: fundamentos da educação para o tempo livre*. Recife: Bagaço, 2004.

SUASSUNA & AZEVEDO, Dulce Maria F. de A. O Ministério do Esporte e as políticas para o esporte e lazer. In: Dulce Maria F. de A.; Aldo Antônio (Orgs.). *Política e lazer: interfaces e perspectivas*. Brasília: Thesaurus, 2007, p. 13-40.

ZINGONI, Patrícia. Políticas públicas de esporte e lazer: da congestão à cogestão. In: *Motrivivência*, n. 11, p31-46, set., 1998.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR INDÍGENA: O Programa Segundo Tempo e sua importância na revitalização dos jogos Tradicionais das Crianças do Povo Baré na Escola Municipal de Terra Preta – Rio Negro – Manaus/Amazonas

Jhones Rodrigues Pereira⁶⁰

Dr. Paulo Henrique Azevedo (Orientador)

Resumo: Esta pesquisa mostra a importância da inserção do Programa segundo Tempo na revitalização dos jogos tradicionais das crianças Baré, da Comunidade Indígena Terra Preta - Manaus/ Amazonas. Analisa a forma como o Programa pode contribuir para a inclusão social dessas crianças em esportes praticados por determinada comunidade. Aborda a relevância de se revitalizar e manter os jogos tradicionais desse povo, como forma de contribuir para a preservação dos saberes milenares indígenas; além de proporcionar às crianças e adultos, constante divertimento e convívio social prazeroso e harmonioso. A condução metodológica da investigação partiu da análise de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, cujas técnicas de pesquisa foram: roteiro aberto (questionário) de entrevista; observação participante e o registro de observações a respeito do cotidiano da comunidade. Para registrar os dados coletados foram utilizados os seguintes instrumentos: gravador e diário de campo. O trabalho apresenta ainda o lúdico indígena, os jogos tradicionais e não tradicionais da etnia e a inclusão social que o Programa Segundo Tempo poderá abranger. Os resultados evidenciam que o Programa como Política Pública e articulado as comunidades indígenas contribuirá de forma significativa para a revitalização do patrimônio material e imaterial dos Povos Indígenas.

Palavras-chave: Jogos Indígenas; Lúdico Indígena; Educação Física Indígena; Políticas Públicas Indígenas.

⁶⁰ O autor do artigo é professor do Núcleo de Educação Escolar Indígena da Secretaria Municipal de Educação de Manaus – SEMED/AM; Conselheiro Regional de Educação Física 8ª Região: Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima – CREF 001114 G/ AM; Professor Assistente da Universidade do Estado do Amazonas. Contato: jhones_pereira@hotmail.com

1. Introdução

A variedade de grupos étnicos na cidade de Manaus, com uma estimativa de 20.000 a 30.000 pessoas (Coordenação das Organizações Indígena da Amazônia Brasileira – COIAB) com história, saberes, culturas, línguas próprias, remete-nos a pensar na riqueza sociocultural advinda dessas culturas tradicionais. Tais conhecimentos, filosofias e ciências foram construídos ao longo de milênios, com alto grau de criatividade e sensibilidade de seus membros. Cada povo desenvolveu experiências particulares quanto a suas organizações sociais, econômicas e políticas. Suas formas de ver e pensar o mundo, a humanidade, a vida, a morte, o tempo, o espaço, o lazer e os mitos são próprios e específicos. Isso tudo é herança de gerações anteriores e que estão sempre em constante construção, (re) elaboração, criação e desenvolvimento.

A busca por melhoria na qualidade de vida tornou-se necessária em função da situação de contato enfrentada ao longo da história do Brasil. Destituídas de suas condições naturais, esses povos tiveram que se adequar aos novos tempos, aos novos espaços, buscando alternativas de sobrevivências, hora assumindo identidades genéricas (caboclo, ribeirinhos, peões), ora migrando para os centros urbanos dos municípios, enfrentando situações sub-humanas de sobrevivência (subempregos, prostituição), sofrendo toda ordem de preconceitos e discriminações.

Dessa forma é preciso considerar que na elaboração de projetos esportivo-educacionais para essa população, tenham como princípio a manutenção de dispositivos e meios legais que garantam o oferecimento de políticas públicas na área do esporte e lazer que valorize a cultura e as tradições dos povos indígenas.

É necessário tentar descobrir junto aos alunos os significados culturais daqueles jogos, danças, lutas e brincadeiras e, portanto, refletir sobre os motivos pelos quais essas práticas foram “abandonadas”. A Educação Física Escolar Indígena poderá sistematizar os conhecimentos tradicionais dentro da cultura corporal de movimentos agregando valores dos conhecimentos do domínio do comportamento humano: cognitivo, psicomotor e afetivo-social (PIAGET, 1989), servindo também, para divulgar os aspectos corporais das

culturas indígenas para a sociedade brasileira, como também, estimular a troca de conhecimentos e técnicas dos povos indígenas entre si.

2. Objetivos

Revitalizar e valorizar, com o apoio do programa Segundo Tempo, à cultura corporal de movimentos das crianças do Povo Baré na Escola Municipal de Terra Preta – Rio Negro no Município de Manaus, através de atividades lúdicas, jogos, danças, cantos e rituais próprios da etnia;

Mostrar a importância do Programa Segundo Tempo como forma de inclusão social nas práticas esportivas formais e a revitalização das atividades físicas naturais dos Povos Indígenas.

3. Revisão da literatura

A Educação Física, nos últimos anos, atingiu grau de importância fundamental entre as ciências. À medida que os conhecimentos científicos avançam, o acompanhamento das descobertas de novas tecnologias se torna imprescindível. Fala-se muito em inclusão social, sendo necessário que a ciência Educação Física esteja renovada em seus conteúdos para conceber tal realidade. Em nossos estudos, a inclusão das minorias⁶¹ em programas esportivos educacionais compreende uma das nossas metas. Ainda mais quando se trata das populações indígenas do Estado do Amazonas que concentra o maior número de índios do Brasil (IBGE, 2008).

Nessa perspectiva, Meliã⁶² (1979), proporciona-nos em suas pesquisas, a visão de mundo indígena, partindo suas observações educacionais de dentro da aldeia guarani, vivendo o cotidiano e participando das manifestações culturais desse povo. Para que outrora a sociedade envolvente possa entender um pouco do que é específico,

⁶¹ Neste caso, estamos falando das populações indígenas. Populações estas que historicamente foram obrigadas a se inserir nesta nomenclatura devido aos preconceitos recebidos pela sociedade envolvente. Além, de em muitos casos, não assumirem mais a identidade indígena.

⁶² Ver. MELIÃ, Bartomeu. *Educação indígena e alfabetização*. São Paulo. Ed. Loyola. 1979.

diferente e multicultural. Jurema⁶³ (2001), em contraposição a Melià, mostra uma visão do mundo indígena vista pela sociedade envolvente de uma forma mitológica, pura, intocada, ou seja, uma visão de fora para dentro da aldeia.

Os módulos da especialização⁶⁴ utilizados como reforço complementar, relatam de forma objetiva, a clareza da inclusão social. Por que não pensar um Programa Segundo Tempo Indígena? Ouvir e respeitar as suas especificidades e diferenças?

A base legal está no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - RCNEI, na Constituição Federal em seus artigos 215, 216 e 217, e na Lei diretrizes e Bases da Educação no artigo 78, parágrafos e a resolução N^o. 11/ 2001/ CEE/ AM. Todas essas fundamentações jurídicas beneficiam essas populações.

Em se tratando de movimento corporal, Piaget⁶⁵ sintetiza os domínios do comportamento humano: cognitivo, afetivo e psicomotor afirmando que o ser completo controla esses comportamentos. Diferentemente de Piaget, Vygotsky⁶⁶, considera que o desenvolvimento psicomotor ocorre ao longo da vida. Diz que o sujeito não é ativo nem passivo, mais interativo.

Parafraçando Freire⁶⁷, quando se trata de liberdade no pensar, no produzir, em ser feliz, não há outras pessoas, se não os indígenas para confirmar tal teoria. Para as populações indígenas ter liberdade no pensar, no agir, no fazer é fundamental para as atividades cotidianas.

3.1 As manifestações lúdicas Baré

Na história da humanidade, não se conhece bem quando o jogo surgiu entre os seres humanos. Para a comunidade científica foi necessário que o ser humano tivesse desenvolvido métodos diferenciados de ensinar e aprender a jogar.

⁶³ ⁶⁴ Ver. JUREMA, Jefferson. *O universo mítico-ritual do povo Tukano*. Manaus. Ed. Valer. 2001.

⁶⁵ Ver. Referências Bibliográficas: MÓDULOS: 1-Esporte e Sociedade; 2-Dimensões Pedagógicas do Esporte; 3-Jogo, Corpo e Escola; 4-Manifestações dos Jogos; 5-Manifestações dos Esportes.

⁶⁶ Ver. PIAGET, J. *A psicologia da criança*. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil. 1989.

⁶⁷ Ver. VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo. Martins Fontes. 1984.

No brincar estão incluídos os jogos, brinquedos e divertimentos, a conduta daquele que joga, brinca e se diverte. Por sua vez, a função educativa do jogo oportuniza a aprendizagem do indivíduo, seu saber, seu conhecimento e sua compreensão de mundo.

O jogo passou a ser ao *Homo Ludens*⁶⁸, um excelente instrumento para auxiliar no desenvolvimento do planejamento, estratégias, julgamento, etc., de uma maneira prazerosa. Segundo Nilda Neves (citada por Rocha Ferreira, 2005), “o jogo reside em sua intensidade, fascinação e capacidade de excitar, expressa pela incerteza e pelo acaso. Estão presentes nas histórias infantis, nos mitos, nos rituais sagrados nas atividades de passatempo”.

Para Rocha Ferreira, nos jogos tradicionais indígenas permeia os mitos, os valores culturais, um mundo material e imaterial de cada etnia. Os jogos, portanto, foram criados pelos povos e alimentados pelo “imaginário” e o “faz-de-conta”, tendo sua difusão através do contato e (re) significados com as transformações das civilizações e sociedades.

Na sociedade indígena, cada etnia tem sua maneira de expressar a cultura corporal de movimentos (RCNEI, 2005). O povo Baré da comunidade Terra Preta entende que o lúdico⁶⁹ “... é o comer o tomar banho de rio, caçar, dançar, pescar, é tudo que está aqui. Faz relação com o trabalho... Agente trabalha sério, mas ensina para o parente como trabalhar com gosto, brincando, isso é bom” (Depoimento do professor indígena, Jonas Aleixo). É no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva. A criança comporta-se de forma mais avançada do que nas atividades da vida real, tanto pela vivência de uma situação imaginária, quanto pela capacidade de subordinação às regras (VYGOTSKY, 1984).

A criança pode trazer para o plano da representação mental tudo aquilo que vir nas experiências práticas. Trazer essas experiências para a imaginação, contudo, cria problemas, pois ela não pode simplesmente ter as imagens na mente, é preciso coordená-las, inter-

⁶⁸ Ver. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (coleções de leitura). São Paulo. 27ª ed. Paz e terra. 1996 (2003).

⁶⁹ Ludens: em latim brincar, jogar.

namente, até que ganhe coerência, lógica, inteligibilidade, passando a ser fonte de reflexões, de compreensões, de criações. Esse trabalho todo é cumprido com bastante dificuldade, mas, ao mesmo tempo, a criança exercita esse empenho de imaginação, jogando com os dados de representação (PIAGET, 1978).

Possivelmente é o jogo um dos elementos mais importantes da educação indígena. Sabe-se que a criança aprende brincando. A originalidade é que o índio, já desde pequeno, brinca de trabalhar. Seu brinquedo é, conforme o sexo, o instrumento de trabalho do pai ou da mãe. O índio, que brincar de trabalhar, depois vai trabalhar brincando (MELLÀ, 1979, p.19).

A relação entre ludicidade e o trabalho são fatores importantes para a educação étnica infantil, tendo em vista que “o seu jogo é brinquedo, não lhe deu ilusões, que depois a vida lhe negará. Pequenos arcos e flechas nas mãos de um menino ou pequenos cestos dependurados da cabeça de uma menina, que vai com a mãe buscar mandioca na roça”, nos mostra a riqueza explorada por essa relação. Piaget (1977), explica esta relação afirmando que o ser humano completo domina seus comportamentos.

Na sociedade indígena Baré de Terra Preta chamou atenção à maneira em que as crianças gozam de grande liberdade nos seus movimentos, fazendo o que bem querem, sem que os adultos se imponham dando-lhes correções ou proibições. Por outro lado, as mesmas não dão motivo de aborrecimento aos pais ou a outros membros da comunidade. O que não quer dizer que as relações entre eles sejam tensas ou tristes. O adulto brinca com a criança e a criança brinca com o adulto.

A autonomia que é dada às crianças indígenas é sinal de respeito à formação do sujeito adulto. Nesta citação de Freire, ousou trocar as palavras “professor” e “educando”, por índio adulto e criança indígena, para melhor compreensão: “O índio adulto que despreza a curiosidade da criança indígena, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem... O índio adulto que ironiza a criança indígena, que minimiza que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de rebeldia legítima,... transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência”.

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.

Durante a situação de contato dos povos indígenas com a sociedade envolvente os esportes começaram a fazer parte do gosto e do prazer indígena.

Na comunidade Terra Preta existe um campo de futebol com medidas oficiais que é utilizado todas as tardes para a prática esportiva do futebol. Além do futebol⁷⁰, outros esportes foram introduzidos no lazer indígena Baré: o voleibol, o basquetebol, e o tênis de mesa.

Neste sentido, poderemos nos próximos tópicos, sustentar a hipótese de fazermos o Programa Segundo Tempo Indígena – P.S.T.I., contemplando as modalidades esportivas e os jogos tradicionais indígenas, respeitando a especificidade e a alteridade⁷¹ de cada povo.

Durante a pesquisa, criamos dois conceitos para melhor explicar a temática proposta nos estudos aplicados à comunidade indígena de Terra Preta:

- **Atividades físicas étnicas (naturais):** são todas as atividades físicas executadas pelos índios da etnia de forma lúdica, ou por sobrevivência, de maneira que a característica principal seja o jogo informal, incluindo-se o canto, a dança, a confecção de artesanato, as pinturas corporais, o conto de histórias cotidianas, as brincadeiras e jogos étnicos, os mitos e os rituais. São exemplos: Arco e flecha, Zarabatana ou Karauatana (Nomenclatura Baré), nadar, andar, correr, pular, saltar, trepar em árvores, etc.), Banhos de rio: Saltos de árvore ou da prancha (Cupim bola – forma de bola; Ouyia: de cabeça; Pira-pucu: em

⁷⁰ A palavra lúdico vem do latim *ludus* e significa brincar.

⁷¹ Há pesquisas indicando que o futebol já existia nas populações indígenas antes mesmo de sua regulamentação.

pé); Além das práticas cotidianas encontramos, também, o Ritual Dabucuri⁷²: manifesta fartura e congraçamento entre os membros da comunidade indígena. “A consagração das realizações sociais de um povo” (JUREMA, 2001).

- **Atividades físicas interétnicas (esportes ou etnodesporto⁷³):** São todas as práticas esportivas adquiridas, a partir do contato com a sociedade envolvente: futebol, voleibol; foram citados durante a pesquisa e despertam curiosidade e anseio pelo aprendizado dos comunitários. O basquetebol, o tênis-de-mesa, o handebol estão entre os preferidos.

4. Metodologia

O desenvolvimento do trabalho se deu em contato constante com a comunidade indígena, pois está entendido que não só a pesquisa bibliográfica é importante, como também a pesquisa de campo dentro dessa perspectiva.

A população trabalhada está localizada a margem esquerda do Rio Negro, denominada comunidade Indígena de Terra Preta – Rio Negro no Município de Manaus, onde residem aproximadamente 138 índios da etnia Baré (Núcleo de Educação Escolar Indígena – NEEI/ Manaus, 2005). Foram escolhidas inicialmente 30 crianças deste povo com idades de 12 a 15 anos.

A metodologia inicial previa que a seleção da amostragem se daria da seguinte forma: probabilística aleatória simples (MARCONI & LAKATOS, 2002). Este tipo de amostragem facilita a análise de dados e cálculo de erros, requerendo o mínimo de conhecimento

⁷² Ser o outro, colocar-se ou constituir-se no lugar do outro... Aristóteles considerou que a distinção de um gênero em várias espécies e a diferença dessas espécies na unidade de um gênero implica uma **alteridade** inerente ao próprio gênero: isto é, uma **alteridade** que diferencia o gênero e o torna intrinsecamente diverso (met., X, 8, 1.058 a 4 ss). Do conceito de **alteridade** valeu-se Plotino para assinalar a diferença entre a unidade absoluta do primeiro princípio e intelecto, que é sua primeira emanção: sendo o intelecto ao mesmo tempo pensante e pensado, intelecto enquanto pensa, ente enquanto é pensado, é marcado pela **alteridade**, além de sê-lo pela identidade. (enn., V, I, 4). (ABBAGNANO, 2003, p. 34/5).

⁷³ Também denominado de DABAKURI pelos linguistas.

antecipado da população; Para o levantamento dos dados, a princípio, seriam utilizados os métodos: Ficha diagnóstica, questionário, aula prática (conforme a realidade local), entrevistas com anciãos, pajés, etc., recursos audiovisuais (máquina fotográfica, rádio gravador) e observações tendo em vista a tornar válido, fidedigno e padronizada a pesquisa.

Para cada instrumento de coleta de dados utilizamos 02 a 03 horas. A programação seguiu o seguinte roteiro: Aula 01: Aplicação do questionário (modificado); Aula 02: Atividades práticas (lúdicas) elaboradas, após a avaliação do questionário (modificado); Aula 03: Entrevista não-estruturada com o professor indígena da comunidade, o pajé e cinco crianças da etnia Baré (modificado); Os dados foram aplicados em visitas à comunidade indígena seguindo as datas do cronograma de trabalho.

Os dados seriam analisados conforme tabulação formatada em média (MARCONI & LAKATOS, 2002), ou seja, após os alunos responderem ao questionário, os resultados poderiam ser comparados em média, a fim de se compreender a importância da revitalização dos jogos tradicionais. Da primeira até a última resposta, os resultados passariam a gráficos para comprovar esta constatação. O gráfico utilizado seria o de superfície retangular.

4.1 Mudanças metodológicas

A comunidade indígena fez algumas considerações acerca da execução dos procedimentos metodológicos, sugerindo alterações que contribuíram acintosamente para a construção do trabalho.

Uma das primeiras modificações contemplou a mudança do método da pesquisa, passando de quantitativo ao método qualitativo.

Dentro desta perspectiva, a observação participante, a entrevista não estruturada e a conversa informal com um determinado grupo, tornaram-se necessários para se conseguir “captar, interpretar e redigir as informações dos resultados” (Módulo 6 – Monografia, 2005).

O processo de mudança foi importante para o amadurecimento das questões propostas pela pesquisa, respeitando assim, os

princípios da multietnicidade, pluralidade e diversidade cultural dos Povos Indígenas (RCNEI, 2005, p. 22).

As modificações sugeridas foram as seguintes:

1. O questionário: a comunidade sugeriu que não só as crianças, como também, os adultos respondessem as questões propostas juntas. Não foi permitido escrever as respostas. A coleta dos dados se deu a partir da entrevista não-estruturada com a utilização de gravador de voz para registro das respostas.

2. Recurso áudio-visual: permitiram registro fotográfico, a gravação da entrevista em rádio gravador, mais não foi possível a filmagem.

3. A aula: deu-se em torno de grande confraternização e alegria entre adultos e crianças.

Na amostragem da população a proposta da pesquisa era escolher 30 crianças. Até foram escolhidas, mais os adultos interagem no plano amostral fazendo com que as gerações trocassem idéias, motivando assim, o alcance dos objetivos estabelecidos no trabalho.

5. Análise descritiva

O Programa Segundo Tempo: o esporte e a escola no mesmo time

Em 2003, o Ministério do Esporte elaborou o Programa SEGUNDO TEMPO, regimentado por meio da Portaria nº. 96 de 02 de dezembro de 2004, regulamentado e implementado pela Portaria nº. 032 de 17 de março de 2005, objetivando democratizar o acesso à prática esportiva por meio de atividades a serem realizadas no contra-turno escolar, de caráter complementar, com finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento de crianças e adolescentes, principalmente em situação de vulnerabilidade social, portadores de necessidades especiais e jovens que estão fora da escola, no sentido de possibilitar a sua inclusão no ensino formal.

Essa é uma tarefa de grandes dimensões, porque passa pela mudança de conceito sobre o papel que a atividade esportiva e de lazer desempenha em nossas vidas. Trata-se de quebrar mitos e pre-

conceitos e de assegurar maior transparência e participação popular no processo de gestão esportiva e de lazer.

O Esporte é conhecido pelos benefícios que traz ao desenvolvimento humano, na contribuição para a formação física e intelectual. Estabelece conceitos de liderança, trabalho em equipe e disciplina, que são estimulados desde a infância, de maneira a formar indivíduos mais solidários e com sentido de cooperação. Pode trazer solidariedade, autoestima, respeito ao próximo, facilidade na comunicação, tolerância, sentido do coletivo, cooperação, disciplina, capacidade de liderança, respeito a regras, noções de trabalho em equipe, vida saudável, entre outros. E pode auxiliar no combate a doenças, evasão escolar, uso de drogas, criminalidade e assim. Também é um componente fundamental na afirmação da identidade nacional, fator de unidade em nossa diversidade cultural. Ou seja, é uma riqueza que se soma aos nossos recursos naturais, aos valores culturais, ao jeito do brasileiro.

Como princípios norteadores do programa segundo tempo destacamos a democratização da prática cultural do esporte, além de promover a inclusão social e educacional, assegurando o desenvolvimento humano. Poderá ajudar a reduzir as situações de risco social de crianças e adolescentes, diminuindo os índices de evasão e repetência escolar, promovendo a geração de emprego e renda.

No Estado do Amazonas o Programa Segundo Tempo conta com o apoio da Secretaria Estadual de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC, Secretaria Estadual de Juventude Esporte e Lazer – SEJEL (26.913), Secretaria Municipal de Educação de Manaus – SEMED, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Manaus (23.265) e Prefeituras do interior do Estado perfazendo um total de 50.178 crianças e adolescentes atendidas pelo Programa⁷⁴.

5.1 O Programa Segundo Tempo Indígena – P.S.T.I.

Um dos princípios do Programa é a inclusão social, compreendida como possibilidade de garantir o acesso aos bens sociais de esporte e lazer, aos segmentos sociais, sem discriminação de classe, etnia, raça, religião, gênero, nível sócio-econômico determinando que

⁷⁴ Ver tese de doutorado de FASHEBBER, Ronaldo. UNICAMP.

“é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um”. (art. 215 e 217, CF).

Nossas investigações nos levaram a sugerir a (re) significação de algumas diretrizes do Programa Segundo Tempo, passando este a se chamar Programa Segundo Tempo Indígena – PSTI, incentivando a prática das modalidades esportivas (atividades físicas interétnicas) e valorize a manifestação das atividades físicas étnicas dos Povos Indígenas.

A União “desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa”, para a população indígena, proporcionando “aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências”, garantindo assim, “o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.” (art.78 – LDBEN – 9394/96).

As diretrizes do Programa Segundo Tempo visam “implantar Programas e Projetos que alcancem o público das crianças e dos adolescentes no país, de cultura específica como os povos indígenas, quilombolas, e que abordem temáticas comuns ao esporte, como a capoeira, as danças culturais, entre outras atividades de criação nacional.” (Programa Segundo Tempo, 2003).

Nesta direção, serão apresentadas abaixo, as modificações pertinentes para que o Programa possa ser (re) significado, ganhando assim um caráter étnico:

1 – Das modalidades: acrescenta-se as duas modalidades esportivas (coletivas e uma individual), as atividades físicas étnicas específicas e diferenciadas de cada Povo (arco e flecha, zarabatana, canoagem, nado, entre outros).

2 – Da monitoria: ao invés de estagiários de Educação Física, o professor indígena da comunidade que desenvolverá as atividades físicas e esportes. Receberá formação do P.S.T. e formação nas modalidades esportivas pelo supervisor de núcleo, professor de Educação Física. O professor indígena e o professor de Educação Física poderão (re) significar as modalidades esportivas e sistematizar as atividades físicas étnicas, fazendo com que a “liberdade de aprender,

ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (art.206, II), possam ser respeitados dentro de sua especificidade étnica e diversidade cultural.

3 – Todas as outras orientações obedecerão aos critérios estabelecidos no Programa Segundo Tempo, desde que a comunidade indígena participe da implantação do programa.

6. Considerações finais

A convivência cotidiana com o Povo Baré, contribuiu acintosamente aos estudos, pois nos trouxe possibilidades de apreender e (re) significar alguns conceitos da Educação Física de forma lúdica, como também, humildes e sinceras respostas para vários questionamentos feitos no transcórre do trabalho.

A (re) significação de conteúdos, ditos formais, que crianças e adultos dão para as manifestações culturais – os jogos - alimenta o imaginário e o “faz-de-conta”, saudáveis nesse processo próprio de ensino aprendizagem, que outrora as situações de contato teimam em difamá-la.

Para este tipo de população excluída do processo de transformação da sociedade de pedra, o anseio, o desejo, a vontade de querer saber mais um pouco sobre os conceitos que a sociedade envolvente criou, cria e impõe, para que possam se “defender” das cobiças e vaidades em que a todo o momento estão expostos, nos mostra o quanto é importante respeitar os saberes tradicionais indígenas, o multiculturalismo, a interculturalidade, o respeito à alteridade. A ponto de relatar que será muito importante revitalizar esses patrimônio milenar e mostrar para a sociedade em geral a verdadeira identidade amazônica.

O Programa Segundo Tempo (re) significado pela população indígena Baré de Terra Preta, contribuiu de forma significativa para a revitalização e valorização das manifestações culturais, destacando aqui os jogos tradicionais.

Para que o P.S.T. tivesse relevância perante a comunidade indígena foi necessário apreender conceitos e formas próprias de ensinar e aprender que são natos dos Povos Indígenas.

Nesse sentido, coube estabelecer estratégias que pudessem

fazer os envolvidos entender as diretrizes de funcionamento do Programa de forma benéfica e que pudesse contribuir no convívio social dos mesmos.

Dentro das estratégias procuramos, inicialmente, explicar os procedimentos de atuação do Programa. No segundo momento, procuramos ouvi-los, que em nossa opinião, a parte mais importante na consolidação prática da ação esportiva e cultural.

Os processos próprios de ensino-aprendizagem da comunidade indígena de Terra Preta trouxeram relevantes contribuições para a melhor consecução do trabalho, não meramente ficou acordado (re) significar conceitos e metodologias oficiais, a ponto de surgir, a idéia de fazer o Programa Segundo Tempo Indígena (RCNEI, 2005).

Nesta direção, criamos o Programa Segundo Tempo Indígena – P.S.T.I., que manifesta a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” próprio de cada etnia (art. 206, II, C.F.)⁷⁵.

Momento este, que justifica a relevância da atuação dos princípios do Programa em articulação com as comunidades indígenas. Daí, surgindo conceitos como a classificação das atividades físicas em étnicas e interétnicas, valorizando e respeitando as tradições e saberes milenares indígenas, como também, utilizando os jogos formais (futebol e voleibol) para contribuir nesse processo de educação através do respeito à diferença (alteridade).

A pesquisa consentiu um envolvimento, não apenas técnico, mais, acima de tudo, humano, enfatizando e relembrando problemas sociais enfrentados pelas populações indígenas, historicamente excluídas das ações populares de investimentos em políticas públicas, vivenciando todo o tipo de preconceito, sendo sua cultura difamada e tratada como folclore.

O Programa Segundo Tempo poderá agir como um meio para revitalizar e valorizar a cultura corporal de movimentos desses povos, mostrando a sociedade em geral que as populações indígenas merecem o reconhecimento de seu modo de viver, de suas ciências, de seu lazer, de sua forma de educar, e principalmente, ser reconhe-

⁷⁵ Fonte: <http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/default.jsp>

cido como sujeito transformador do processo político e cultural da sociedade brasileira.

7. Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Leonizia Santiago. *As políticas públicas para a educação escolar indígena (1989 – 2003)*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Amazonas/PPGE/FACED. Manaus, 2004.

BRASIL./MEC. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas*. Brasília: MEC/SEF, 2005.

_____/MEC. *Referenciais para a formação de professores indígenas*. 2. ed. Brasília: MEC/ SECAD, 2005.

_____/MEC. *Educação escolar indígena: as leis e a educação escolar indígena*. Organizado por Luis Donizeti Benzi Grupioni. 2. ed. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda (Orgs.). *Leitura e escrita em escolas indígenas: encontro de educação indígena no 10º COLE-1995*. Campinas: ALB: Mercado de Trabalho, 1997.

FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas técnicas para o trabalho científico*. nova ABNT. 13ª ED. Porto Alegre, 2004.

FOIRN/ UNIRT. *A mitologia dos antigos Dessana – Kehiripõrã/ Tõrãmu Kehirie Umusi Pãrõkumu*. São Gabriel da Cachoeira /Am. FOIRN/ UNIRT, 1995.

VEIGA, Juracilda; ROCHA FERREIRA, Maria Beatriz (Orgs.). *Anais do 6º Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas (VI ELESÍ): Desafios Atuais da Educação Escolar Indígena*. Campinas, S.P.: ME/ NCEI/ SNDEL/ ALB, 2005.

KAMBEBA, Raimundo Cruz da Silva; BONIN, Iara Tatiana (Orgs.). *Aua Kambeba: a palavra da Aldeia Nossa Senhora da Saúde*. Brasília/D.F.:UNB/ CIMI/UNICEF, 1999.

KISHIMOTO, Tizuko Mochida. *Jogos infantis*. Petrópolis. Rj: Vozes, 1993.

MELLO, Luiz Gonzaga de. *Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUNDURUKU, Daniel. *Sobre piolhos e outros afagos: conversas ao pé da fogueira sobre o ato de educar (se)*. São Paulo: Callis, 2005.

MUSSOLINI, Gioconda. *Ensaio de antropologia indígena e Caiçara*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.

ORIGEME OBJETOS. (ong). *Artigo: jogos indígenas*. www.jogosindigenasdo.brasil.art.br/port/projeto.asp.

REZENDE, Justino Sarmiento (Índio Tuyuca). *Um dia de minha infância (relatos)*. Campo Grande, M.S., 2005.

ROCHA FERREIRA, Maria Beatriz. *Jogos e esportes sociedades indígenas: Kaingang e Kadiwéu*. Apresentado na VI Semana de Alfabetização – Alfabetização e Desenvolvimento Humano. Educação de Jovem e Adulto – “EJA e Cultura local”. São Paulo, 2005.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi (Orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SILVA, Rosa Helena Dias da, BONIN, Iara Tatiana. *Pedagogia e escola indígena, escola e pedagogia indígena*. Mesa redonda – 15º COLE: Congresso de Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas. Campinas: Unicamp. 2001.

STRAUSS, Claude Levi. *Antropologia estrutural*. 5. ed. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1996.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/ CEAD. *Esporte e sociedade*. Mód. 1. Renato Sampaio Sadi et al (Org.). Brasília: CEAD, 2004.

_____. *Jogo, corpo e escola*. Mód. 3. Comissão de Especialistas de Educação Física (Org.) (Ministério do Esporte). Brasília: CEAD, 2004.

ANÁLISE DO PELC NO MUNICÍPIO DE PERIQUITO/MG: o ponto de vista de uma comunidade usuária

Cláudio Gualberto⁷⁶

Dra. Meily Assbú Linhales (Orientadora)

Resumo: Este artigo foi fundamentado na pesquisa realizada como pré-requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Lazer” UFMG, tendo como objeto de estudo o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC, de iniciativa do Ministério do Esporte, Governo Federal. O Programa Esporte e Lazer da Cidade tem como objetivo focal contribuir para a democratização do acesso ao esporte e ao lazer, na qualidade de direitos sociais. A pesquisa procurou investigar as condições em que iniciativas do poder público federal têm conseguido chegar aos municípios de menor porte e geograficamente distante dos grandes centros urbanos e se estas iniciativas provocam de fato, alterações no cenário dessas comunidades. Na investigação foi analisado o processo de implantação e funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer e seus possíveis resultados nestas comunidades, na perspectiva do direito social e uma política pública de esporte e lazer.

Palavras-chave: Esporte. Lazer. Direitos Sociais. Políticas Públicas.

Lazer como Direito Social

O atual cenário mundial tem sido fortemente marcado por sucessivas e rápidas mudanças de toda ordem. Essas mudanças, com maior ou menor intensidade tem determinado novos olhares, novas formas de pensar e de agir das pessoas, sejam estas, ocupadoras de áreas urbanas ou rurais. A globalização, um dos termos mais utilizados para demarcar o atual cenário mundial, em termos sociais, econômicos, políticos e culturais, tem feito eclodir a expansão de idéias

⁷⁶ Profissional de Educação Física, Especialista em Lazer (UFMG, 2008), Membro do Grupo Nacional de Formadores PELC e Coordenador Geral do Programa Esporte e Lazer da Cidade (Consórcios PELC – Região Centro-Leste de Minas Gerais). Autor de artigos relacionados ao esporte e lazer como promotores de inclusão social e lazer e animação cultural. Contato: profclaudiogualberto@gmail.com

e a revisão de conceitos e que implicam em um repensar sobre inúmeras questões, dentre as quais o próprio capitalismo, considerando este, um “elemento fundamental para a compreensão dos encaminhamentos seguido pelo lazer, pelo trabalho e pela educação em nossa sociedade nos dias de hoje.” (WERNECK, 2000, p.45).

Novos olhares e novas atitudes acredito serem importantes, por parte da sociedade contemporânea, na perspectiva do redimensionamento e da valorização do esporte e do lazer, face à indubitável influência que ambos exercem sobre o cenário social e sua dialogicidade com outros setores dessa sociedade como, educação, saúde, assistência social, arquitetura, geografia, urbanismo, sociologia, filosofia, história, política e outras.

A sociedade contemporânea traz na sua essência as marcas do período pós Revolução Industrial, dentre as quais, a centralidade e supervalorização do trabalho, afirmação da lógica capitalista nas relações estabelecidas e até mesmo a redução do tempo livre do homem em decorrência da necessidade crescente da produtividade.

A cidade que temos hoje, a degradação do tecido social e suas mazelas são resultados também da influência do capital sobre o comportamento humano. Todas essas mudanças decorrem da concentração do capital e evidenciada exploração da força de trabalho do homem. Viver numa sociedade regida pelos ditames do capitalismo é o preço que o homem vem pagando desde a já mencionada Revolução Industrial.

Buscar o ponto de equilíbrio nesta sociedade pautada pelo capitalismo crescente, resgatando a humanização das relações humanas, o que deveria ser algo notório e implícito é o grande desafio de homens e mulheres, governos e sociedade civil. No meu entendimento um dos pilares desta busca é a re-significação da inserção do trabalho na vida das pessoas, que precisam encontrar um caminho que as liberte da centralidade do/no trabalho. Na visão de alguns estudiosos contemporâneos, o lazer é uma conquista pós Revolução Industrial, mesmo que tendo uma relação direta com o trabalho, mas uma relação mais tênue, mais comprometida com os interesses desvinculados ao tempo e espaço laboral (WERNECK, 2000 e MELO, 2001).

Considero que como resultado de toda a “transformação social” determinada a partir da Revolução Industrial o homem encontra-se refém de um regime escravocrata de trabalho, e segundo Russel (2002) não mais trabalhando somente o suficiente para sua sobrevivência e satisfação de suas necessidades básicas, mas se prontificando a favorecer os interesses dos “detentores do capital”. Os índices de produção capitalista superam em muito a real necessidade de consumo, mesmo que este consumo seja a todo tempo e forma estimulado pela sociedade capitalista, pelos mais diversos veículos de comunicação.

Para Cury (2006), na sociedade contemporânea a questão do direito, seja ele civil político ou social, vem ganhando significativos espaços, contribuindo para novas possibilidades em vários segmentos, tudo isso decorrente das transformações às quais a contemporaneidade tem sido submetida a todo tempo e de forma cada vez mais rápida e abrangente.

No Brasil, somente a partir da Constituição de 1988, esporte e lazer passaram a ter *status* de direito social, o que fez com que esses dois importantes elementos da cultura brasileira, desde então passasse a ocupar cada vez mais espaços dentro das propostas de políticas públicas do Estado Brasileiro. No entanto, na realidade acredito que o Brasil venha caminhando lentamente na proposta de intervenção do Estado na organização de Programas de esporte e de lazer que cheguem de fato ao cidadão brasileiro, sobretudo, àqueles menos providos financeiramente e sem condições de custear o acesso a iniciativas privadas de esporte e de lazer. Quando me refiro ao termo intervenção o faço numa perspectiva muito mais ampliada, que compreenda desde o processo de diálogo com a comunidade, a formulação de política para o segmento, implementação e monitoramento das ações. Neste sentido parece-me que há muito ainda por fazer, quando o foco é a construção de uma política pública de esporte e lazer para o País.

Se considerarmos o lazer, assim como educação, a saúde, o trabalho, a moradia, como direitos sociais, assegurados na chamada “Constituição Cidadã” de 1988, temos que também considerar ser dever do Estado a implementação de políticas públicas que possam contri-

buir para a democratização do acesso não-precarizado a esse direito. Também importante não secundarizar a influência de outros aspectos sociais no que tange a garantia do acesso ao lazer como direito social: “num contexto caracterizado pelo desemprego, pela injusta distribuição de renda, pelo analfabetismo, pela exploração da mão-de-obra infantil, pela violência, pela pobreza, pela fome e pela miséria da maioria.” (WERNECK, 2000, p. 69).

Que tipo de intervenção é possível propor diante dos contraditórios que demarcam uma sociedade de tantas e tamanhas desigualdades? Seria possível pensar um lazer para além da “simples diversão e entretenimento a serem consumidos, como fuga dos problemas e como um meio de compensar as frustrações cotidianas?” (WERNECK, 2000, p. 69).

A precariedade com que o Estado tem tratado não somente o lazer, mas também outras necessidades do cidadão e da coletividade nos autorizam a afirmar ainda uma ineficácia desse Estado no provimento dos direitos sociais aos seus cidadãos, muito embora seja necessário não deixar de reconhecer, os avanços nos últimos anos, mesmo que muito discreto ou sutil. Associada a essa ainda precariedade por parte do Estado em relação ao lazer, onde boa parte dos governos o coloca hierarquicamente como uma possibilidade supérflua e não necessária ao cidadão, tem-se ainda seu uso político indevido, e a meu ver particular, muitas vezes até imoral e antiético, vinculado a iniciativas de cunho meramente eleitoreiro (LINHALES, 2001). Em um País com dimensão, territorial e populacional, tão extensas, num convívio contaminado por extrema pobreza, ou mesmo condições de miserabilidade, má distribuição de renda e quadros deploráveis de exploração da vulnerabilidade social, esta é uma prática das mais comuns, até mesmo em virtude das dificuldades que o Estado possui de criar e fazer funcionar mecanismos de controle e que coíbam estas práticas repugnáveis e que tantos danos promovem na sociedade brasileira.

Um dos males provocados à sociedade brasileira por estas práticas é a recorrência de intervenções utilitaristas do esporte, muitas vezes colocado por oportunistas eleitores como o “Salvador da Pátria”, capaz aniquilar as mazelas sociais acumuladas por anos e anos, como resultado de sucessórias práticas alienadoras e

destrutivas do tecido social. Nesta perspectiva, dialogo com Linhales (2001) que afirma ser muito comum, especialmente com relação ao esporte, “ações de governo [ganhare]m refinados contornos utilitários: esporte para combater a violência, para reduzir o consumo de drogas, para manter as crianças na escola, para melhorar a saúde da população, para ser feliz...” (LINHALES, 2001, p. 31-32).

Reiterando ser dever de o Estado prover acesso não-precarizado do cidadão aos seus direitos sociais e tendo o lazer como um destes direitos, entendo ser papel dos governos, em qualquer uma de suas esferas, propor, elaborar e implementar políticas públicas para este setor. E ainda, são muito raros os exemplos de governos que de fato atribuem disciplina e seriedade no trato do lazer, numa abordagem contextualizada que temática requer. Na maioria das vezes o que se percebe, novamente numa aproximação com Linhales (2001), é uma série de intervenções desconexas, ações e projetos meramente assistencialistas, em detrimento à implementação de uma política pública articulada e que garanta o acesso e exercício do lazer, como direito social.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC

Com a criação em janeiro de 2003 do Ministério do Esporte⁷⁷, o Governo Federal sinaliza alteração no trato do esporte e do lazer como uma área carente de uma singularidade na estrutura de governo, o que então ainda não ocorrera na esfera federal. O novo Ministério torna-se responsável pela tarefa propositiva de construção da Política Nacional de Esporte, bem como passa a se apresentar como um canal de reivindicação da garantia do acesso ao esporte em suas diferentes formas de manifestações: esporte de rendimento, de participação ou recreativo e o esporte educacional. Para cada qual, a estrutura organizacional do Ministério do Esporte, se posiciona de modo direto, devendo para isso fomentar o desenvolvimento do esporte de rendimento, assegurar condições favoráveis para o esporte educacional, bem como contribuir para a promoção da inclusão social, mediado por vivências esportivo-recreativas e de lazer.

⁷⁷ Disponível no site institucional: www.esporte.gov.br

Reconhecer diferentes possibilidades de manifestações esportivas e propor programas específicos para cada qual, parece-me ser uma tentativa de assegurar o que constitucionalmente está previsto desde 1988, ou seja, que o cidadão brasileiro tenha acesso ao esporte e ao lazer, como direitos sociais.

No lazer, as manifestações culturais, esportivas, despojadas de sentido performático, se apresentam como possibilidade de serem vivenciadas por todos que as acessam, seja sob a forma de sua prática, seja na de fruição do espetáculo, seja naquela em que o conhecimento de seu significado e de seu lugar em nossa cultura justifique os interesses pelos quais as pessoas precisam delas se apropriar. É em sua dimensão recreativa que o esporte explicita seu potencial como vetor de inclusão social, com seu sentido lúdico, expressão de festa, de alegria. Mesmo nessa amplitude ampliada das dimensões do esporte e do lazer, seria possível pensar em transformações sociais exclusivamente por intervenções esportivas e de lazer?

Acredito que o esporte não abarque em si todas as possibilidades e interesses do lazer. Se compreendido como tempo e espaço de vivências lúdicas e de apropriação da cultura, o lazer deve contemplar mais que um único, além das manifestações esportivas tradicionais ou institucionalizadas. Atrelados aos interesses físico-esportivos mais próximos do esporte tradicionais, deve-se observar o atendimento de outros reconhecidos interesses do lazer, como os interesses artísticos, manuais, intelectuais e sociais. A interface entre estes interesses diversos, de uma maneira ou de outra, refletem, cada um a seu modo, a forma como nós vivemos e produzimos a nossa vida.

Tratar o esporte e o lazer como instâncias de emancipação e desenvolvimento humano é um dos princípios norteadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade, procurando contribuir para expansão do Ministério do Esporte, por intermédio de um conjunto de políticas sociais que se propõe fazer alcançar os mais distantes pontos deste país. E para que essas ações, projetos e programas se concretizem uma série de medidas passaram a ser implementadas, dentre as quais, a implantação e funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer.

De acordo com o Manual de Orientação do Programa Esporte e Lazer da Cidade a implantação e funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer visa promover o desenvolvimento de atividades esportivas recreativas e de lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência para garantir os direitos sociais de acesso ao esporte e ao lazer por parte da população, notadamente aquela em situação de vulnerabilidade social. Buscando ocupar a infra-estrutura local existente, a proposta é sistematizar programas de animação para os espaços públicos e privados, como praças, campos e quadras comunitários, ginásios, estádios, centros de convivência, salões paroquiais e outros espaços, nas áreas urbanas ou rurais transformando-os em pontos de encontro destas comunidades.

O formato para implantação dos núcleos de esporte recreativo e de lazer tem como base argumentativa as experiências de políticas sociais no âmbito do esporte e do lazer desenvolvidas a partir dos anos 80 por administrações públicas do campo popular. Os núcleos devem ser tornar espaços de convivência social, onde as mais diversas manifestações esportivas e de lazer são elaboradas e desenvolvidas em parceria com as comunidades. O funcionamento dos núcleos, oportunizando as manifestações vivenciais esportivo-recreativas, culturais, artísticas, intelectuais, manuais e sociais devem observar princípios norteadores, sobretudo, a gestão participativa. Este processo de gestão participativa deve ser mediado pelos agentes comunitários locais, de perfil articulador social, com nata legitimidade intervencional junto à comunidade e com uma formação preferencialmente multiprofissional.

Concretizar esta medida e fazer com que ela se aproxime do cidadão brasileiro é sem dúvida nenhuma o grande desafio. A implantação e funcionamento dos núcleos de esporte recreativo e de lazer desde 2004 têm sido realizados com caráter de descentralização das ações, por intermédio de celebração de convênios do Ministério do Esporte com instituições governamentais, organizações privadas sem fins lucrativos, associações de municípios juridicamente constituídas e associações comunitárias, dada a impossibilidade estrutural desse Ministério se fazer presente diretamente em todo o território nacional.

As atividades oferecidas aos participantes são elaboradas com base nos interesses locais, sendo organizadas de modo sistemático, em dias e horários regulares e assistemático, no formato de intervenções pontuais, como eventos e têm a pretensão de contemplar idosos, adultos, jovem-adultos, adolescentes, crianças e pessoas com deficiência, com frequência contínua ou eventual. O monitoramento das atividades é realizado pelos agentes comunitários, qualificados como principais responsáveis pela organização e mobilização popular.

Programa Esporte e Lazer da Cidade – metodologia consorciada⁷⁸

É importante pensar em inclusão social, tendo como vetores o esporte e o lazer, mas, desde que não algo isolado, ilhado tido como uma intervenção salvacionista ou utilitarista. Também é fundamental a articulação do esporte e do lazer com outros setores, favorecendo possível minimização de algumas das condições de injustiça, desigualdade, exclusão e vulnerabilidade social que incide sobre significativa parcela da população brasileira. Para a formulação de políticas públicas para o esporte e para o lazer é condição primordial, sua sintonia com outras políticas setoriais. Portanto, nesta perspectiva, inclusão social, significa promover e garantir o acesso ao esporte, ao lazer, à educação, à saúde, à segurança pública e outros bens sociais de modo qualificado e igualitário a todos e todas, inclusive àqueles historicamente aliados de todo este processo.

Outro fator a ser considerado no processo de construção de políticas públicas para o setor é o reconhecimento e a valorização da participação popular e gestão democrática, reforçando a inserção na agenda popular, de ações reivindicatórias por políticas públicas de esporte e lazer, como condição essencial para a legitimação da ação do governo no enfrentamento das questões relacionadas ao universo esportivo nacional.

No sentido de suprir a carência de políticas públicas para o

⁷⁸ GUALBERTO, Cláudio. Gestão do projeto. In: *Brincar, Jogar, Viver*. Programa Esporte e Lazer da Cidade. V.1 p. 119-126.

esporte e o lazer, a efetivação de iniciativas como o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC podem se constituir numa importante contribuição na perspectiva de construção destas políticas, e não tão somente mais um programa de governo, ilhado e temporário. Como gestor do PELC desde seu lançamento, tenho observado como em qualquer proposta de implantação e funcionamento de um Programa, alguns aspectos negativos e outros diferenciais significativos, como por exemplo, a centralidade de suas principais ações na democratização do esporte e do lazer, como direitos sociais e não para ser mais uma das “escolinhas de esporte”, onde prevaleça o talento, a qualidade da motricidade das pessoas, mas sim, a participação, o componente lúdico da intervenção, além da criticidade e participação direta na construção do Programa.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade surgiu em 2003 e por se tratar de uma nova proposta, o PELC foi “testado” em dez municípios brasileiros, no sentido de verificar quais os resultados iniciais e quais as implicações de replicação do Programa em outros municípios. Naquele momento utilizando da observação de administrações municipais já com um histórico de desenvolvimento de práticas esportivas focadas no direito social e cuja participação popular constituía seu diferencial o Ministério do Esporte celebrou convênio de 10 meses, como “projeto-piloto”. Em Minas Gerais o “município-piloto” foi Ipatinga, localizado na Grande Região Metropolitana do Vale do Aço. Por um período de 16 anos, compreendidos entre 1989-2004, a cidade era administrada pela chamada “administração pública democrática”, onde sempre se discutiu com a população a definição das prioridades para uso de parte dos recursos públicos, o denominado orçamento participativo.

Mesmo que ainda restrito ao modelo padrão de convênio que atende isoladamente uma única administração pública, por intermédio de um convênio celebrado junto às prefeituras, e neste caso, sempre municípios de maior porte e regiões metropolitanas acredito que o Programa Esporte e Lazer da Cidade tenha sido importante como piloto, tanto o é que a sua replicação foi muito rápida com a renovação deste convênio de Ipatinga e a celebração de outros para novas prefeituras, ampliando o raio de abrangência territorial do PELC.

A partir dessa experiência, considerando a já citada afinidade político-partidária da Coordenação Nacional do PELC com os gestores do Programa em Ipatinga, o hiato político instalado no município de Ipatinga, resultado do pleito eleitoral de 2004, dificultando a continuidade do convênio anterior, bem como a proposta do Ministério do Esporte de expansão do Programa, numa tentativa de interiorizar as ações deste Ministério, em 2005 organizou-se a primeira formatação consorciada para o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. Foram reunidos 21 municípios da Região Metropolitana Vale do Aço que se articularam politicamente e por intermédio de parcerias instituídas conseguiram aprovar um novo formato de convênio, já utilizados em outros segmentos como educação, saúde e habitação – a metodologia consorciada.

Além de possibilitar a interiorização da proposta do Governo Federal chegando a municípios de pequeno e médio porte, fora dos grandes centros urbanos e regiões metropolitanas, a metodologia consorciada também trouxe a participação de outros atores sociais, parceiros do poder público, como a iniciativa privada, representada pelo Instituto CENIBRA e Terceiro Setor, representado pela Liga Ipatinguense de Esportes Especializados (LIESPE) e pela Associação de Municípios pelo Desenvolvimento Integrado (AMDI).

Mais uma vez se tem um fator de diferenciação para o processo de organização de uma política pública de esporte e de lazer: escutar diferentes segmentos da população de um país de dimensões continentais como o Brasil, conhecendo, respeitando e valorizando as manifestações locais e permitindo que crianças, adolescentes, jovens adultos, adultos, terceira idade e pessoas com deficiência possam a ter acesso qualificado ao esporte e ao lazer, como direitos sociais.

Implantação e Funcionamento do Núcleo do Programa Esporte e Lazer da Cidade, no Município de Periquito/MG.

O Município de Periquito⁷⁹ possui área territorial de 227,66 Km² localizado na Bacia do Rio Doce, Região Leste do Estado de Minas Gerais, tendo uma população predominantemente urbana

⁷⁹ Disponível no site: www.almg.gov.br

(73%) de 7.401 habitantes (IBGE, 2006) e Índice de Desenvolvimento Humano equivalente a 0,647 (752º lugar no ranking do Estado). A economia do município é sustentada nas atividades de cunhos agropecuária, extração vegetal e pesca, respondendo por 40% da geração de trabalho e renda local.

Município emancipado politicamente em 1992, Periquito tem sido administrado desde então por administrações democráticas e com forte apelo da participação popular. Várias intervenções em setores diversos puderam ser observadas ao longo dos anos nos segmentos da saúde, educação, habitação, assistência social e outras áreas de interesse público.

Quando da fundação da Associação de Municípios pelo Desenvolvimento Integrado – AMDI, tendo como Presidente o Prefeito Municipal de Periquito – Senhor Nereu Nunes Pereira, o município passa a integrar o consórcio que pleiteia junto ao Ministério do Esporte a implantação do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. Pela primeira vez, assim como a maioria dos 21 municípios que participam da iniciativa, a comunidade periquitense tem condições de acessar uma política pública de esporte e de lazer desenvolvida pelo Governo Federal. A expectativa se reverte numa procura muito grande pelas atividades oferecidas no núcleo do Centro de Convivência, na sede do Município e nos subnúcleos, nos distritos rurais, referendando a proposta estrutural da metodologia consorciada: atender pequenos e médios municípios, possibilitando acesso das populações domiciliadas, nas áreas urbanas e rurais.

A implantação dos núcleos e subnúcleos de esporte recreativo e de lazer, na sede de Periquito e nos Distritos de Pedra Corrida, Serraria e São Sebastião do Baixo – áreas rurais do Município, pelos vinte meses de vigência do convênio favorecer a participação mais de 400 pessoas, entre idosos, pessoas adultas, grupos organizados de mulheres, pessoas com deficiência, adolescentes e crianças, em oficinas regulares e eventuais de atividades esportivas, culturais, recreativas, sociais e lazer, em geral. Além disso, nas próprias comunidades atendidas, foram geradas oportunidades de geração local de ocupação e renda, para os bolsistas remunerados pelo Programa, contribuindo para a economia local.

Atividades como caminhada orientada, ginástica, alongamento, dança sênior, trabalhos manuais, modalidades esportivas diversas, circuitos de recreação, brincadeiras de rua, cantigas de roda eram oferecidas em média entre 2-3x/semana, com duração média de sessenta minutos, sempre no núcleo-referencial (Centro de Convivência na sede do Município) e nos subnúcleos das comunidades rurais, já mencionadas.

O PELC em Periquito/MG: o que é descortinado pela comunidade usuária

No decorrer das últimas décadas, as discussões sobre as políticas públicas de lazer vêm ganhando destaque como temática ligada aos debates sobre cidadania, participação popular, reivindicações sociais e como uma possibilidade de contribuição na superação das desigualdades sociais. Em geral, as discussões sobre as políticas de lazer emergem agregadas aos projetos anunciados e desenvolvidos para o setor esportivo. No entanto, a participação popular nas ações governamentais de esporte e de lazer ainda é pequena, já que essas questões se apresentam, ainda, em posições secundárias frente a outras esferas da vida social, como a educação, a saúde, a moradia, o saneamento, etc.

A abordagem da pesquisa proposta foi qualitativa, implicando num estudo de caso que teve como um núcleo do PELC, ainda não submetido a uma análise sistematizada desde sua implantação. Também foram analisadas as possíveis implicações para as comunidades sobre as quais incidem suas ações e para as políticas públicas de esporte e de lazer.

Para a realização do estudo de caso acerca da implantação do PELC no Município de Periquito/MG, a coleta dos dados se deu por meio de entrevistas com 24 pessoas ligadas às atividades do Programa neste município, sendo líderes, agentes comunitários e participantes das atividades sistemáticas ou assistemáticas, respeitados recortes quanto ao gênero, faixa etária, tempo de participação no Programa e localização dos núcleos e subnúcleos, na sede do município e nos distritos de São Sebastião do Baixio, Serraria e Pedra Corrida. Em sua maioria, os entrevistados possuem Ensino Fundamental in-

completo e apenas, 15% cursaram até o ensino médio ou estão cursando o Ensino Superior.

Os dados obtidos nas entrevistas foram inicialmente transcritos na íntegra, mantendo-se preservados os dizeres dos entrevistados, sem qualquer alteração. Posteriormente esses dados foram agrupados por eixos de análises. A análise das respostas buscou abordar diferentes temas relativos aos procedimentos de implantação do Programa e a realização de políticas de lazer.

Os entrevistados tiveram seu anonimato mantido, sendo identificados apenas por caracteres alfabéticos iniciais de seus nomes. Todavia, considerou-se necessário o registro do lugar de participação dos entrevistados no núcleo do PELC.

Conclusões e considerações finais

Desenvolver esta investigação possibilitou novos olhares sobre este PELC, que até então não houvera sido submetido a uma análise de natureza similar. Aproximar-me como pesquisador do usuário do Programa – por mim gestado em uma das comunidades, onde ele esteve implantado – me fez refletir sobre alguns pontos que resumidamente destaco a seguir, como reflexões importantes acerca do Programa.

A comunidade adotada como amostragem, evidencia um distanciamento nítido entre a adesão ao Programa e o seu entendimento pleno sobre uma política pública de esporte e lazer. Pontos importantes como origem, objetivos, metas, atores envolvidos e até mesmo, de que modo este Programa chegou até aquela população não estão claros para seus usuários entrevistados. Daí posso afirmar um sentimento de não-pertencimento daquela comunidade em relação ao Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. Neste sentido, se apresenta como importante o desenvolvimento de um conjunto de estratégias de sensibilização dos usuários antes, durante e mesmo após a vigência do convênio, tornando-os mais bem informados em relação ao Programa.

Mesmo sem o pleno entendimento de aspectos importantes referentes ao Programa, os usuários entrevistados são quase que unânimes em reconhecer a importância de iniciativas desta natureza pelo

Poder Público e suas contribuições para a comunidade. Este reconhecimento, no entanto, não inibe algumas fragilidades da estrutura do Programa, destacando-se sobremaneira, a insatisfação dos usuários com a descontinuidade das ações.

Neste ponto a alternativa talvez possa estar no caminhar dos municípios para a sua autonomia quanto a uma política local de esporte e lazer, tendo nas possibilidades de convênios, uma alternativa de complementação de suas ações próprias e não uma intervenção pontual, eventual e distanciada da proposta municipal de política pública de esporte e de lazer.

Em um País como o Brasil, com um dos índices mais desiguais de distribuição de renda muitos são os reflexos sobre o cenário social, sobretudo, nas camadas menos favorecidas, que têm que lidar com o comprometimento do acesso a direitos sociais como educação, saúde, saneamento básico, habitação, segurança pública, esporte, lazer e outros direitos sociais. Especialmente porque o Estado tem mostrado severas dificuldades de garantir ao cidadão brasileiro. Transformar a sociedade atual não é um processo fácil, tampouco imediato. Vivemos em uma realidade social construída com base na elitização de alguns direitos, o que resulta numa grande maioria de brasileiros, que sequer sabem escrever o próprio nome.

A construção de um novo modelo de sociedade brasileira passa obrigatoriamente pela construção de novos olhares e possibilidades de acesso aos direitos sociais – por parte de todos os seus cidadãos. Além disso, é preciso considerar melhorias em outros setores estruturais do país, não delegando unicamente ao processo educacional presente no esporte e no lazer a missão de transformar essa sociedade de hoje, elitista, excludente, preconceituosa e que apresenta índices relacionais nada humanísticos. Todo esse quadro tem feito eclodir em velocidade frenética e até preocupante, um conjunto de ações resultantes da organização da sociedade civil, por intermédio das tidas organizações não-governamentais – ONGs.

A pesquisa realizada nos indica que tão importante quanto a implementação sistemática de projetos sociais cujo objetivo sejam favorecer práticas esportivas, culturais e de lazer em geral, é o desenvolvimento de uma rotina de monitoramento e avaliação das ações

propostas. Esta rotina dará ao gestor uma visão observada do outro lado, a visão do participante. Daí a importância do envolvimento dos diversos atores, de todos os níveis e lugares, para que os subsídios coletados possuam uma representatividade significativa para os participantes e para os gestores, oferecendo contribuições importantes para a manutenção e melhorias contínuas dos projetos sociais.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do BRASIL: promulgada em 5 de outubro de 1998. – 16 ed., Atual. e Ampl. São Paulo: Saraiva 1997. – (Coleção Saraiva de Legislação).

GUALBERTO, Cláudio. Gestão do Projeto. In CARVALHO, Nelson Marcelino e FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida (Org.). *Brincar, jogar, viver. Programa Esporte e Lazer da Cidade*. V. I. Ministério do Esporte. Brasília, DF, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Lúdico, Educação e Educação Física*. 2. ed. Ujuí, RS: Unijuí, 2003. – (Coleção Educação Física).

DUMAZEDIER, Jofre. *Empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1999.

_____. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva: SESC, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. – 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 1986.

ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú (Org.). *Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. 1. ed. – Belo Horizonte. MG. Editora UFMG, 2006.

LINHALES, Meily Assbú. Jogos da Política, Jogos do Esporte: Subsídios a reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In CARVALHO, Nelson Marcelino. *Lazer e esporte: políticas públicas*. 2. ed. – Campinas. SP: Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. *Lazer e educação*. 10. ed. – Campinas, SP: Papyrus, 1987.

_____. (Org) *Lazer e esporte: políticas públicas*. 2. ed. – Campinas. SP: Autores Associados, 2001.

_____. (Org.) *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras* – Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MELO, Victor Andrade de e ALVES JUNIOR, Edmundo Drummond. *Introdução ao lazer*. - Barueri, SP, Manole, 2003.

MELO, Victor Andrade de. *Lazer e minorias sociais*. – São Paulo: IBRASA, 2003.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. UFMG/CELAR-DEF/UFMG, Belo Horizonte, 2000.

MENINAS E MENINOS DA SERRA: as oficinas de esporte/lazer do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento⁸⁰

Leonardo Toledo Silva⁸¹

Dra. Claudia Mayorga (Orientadora)

Resumo: O objetivo deste trabalho foi conhecer e analisar as relações entre Gênero e Lazer na oficina de esporte/lazer do programa Agente Jovem implementado no Aglomerado da Serra, localizado em Belo Horizonte/MG. Para alcançar tal objetivo foi necessário fazer uma discussão teórica sobre alguns temas, a saber: juventude, políticas públicas, gênero e lazer. Trabalhou-se com dois enfoques metodológicos: pesquisa participante e aplicação de questionário. Entre os resultados encontrados identificou-se que no grupo investigado, as meninas valorizam os estudos e os meninos o trabalho; elas praticam atividades de “cultura” e eles esportivas. Identificou-se também que a postura do educador pode definir como meninas(os) agem e se relacionam. Percebeu-se que os meninos ocupam mais espaços nas oficinas de esporte e lazer. Embora gênero seja uma categoria importante de exclusão, concluiu-se que não é a única categoria que define a participação. Meninas(os) excluem e são excluídas(os) não somente entre os gêneros, mas no mesmo gênero, a partir de outras categorias sociais.

Juventude e políticas públicas

O enfoque que nos interessa dar a este trabalho considera a juventude como categoria social, construída histórica, cultural e socialmente. Segundo Parizotto e Tonelli (2005), essa perspectiva é vista como uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a eles atribuídos.

⁸⁰ Este artigo é parte da monografia de conclusão do Curso de Especialização em Lazer – UFMG, 2008.

⁸¹ Formado em Educação Física (Bacharelado/licenciatura plena), pelo Centro Universitário de Belo Horizonte Uni-BH. Especialista em Gestão de Políticas Sociais, PUC Minas. Especialista em Lazer, UFMG- EEEFTO. Assessor Técnico do Instituto Brasil Igualdade Social. Técnico de Esporte/Lazer do Programa Criança Esperança (Rede Globo, Unesco, PUC Minas e PBH). Contato: leotoledos@yahoo.com.br

Para a mesma autora, a juventude é uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muitas diferenças na realidade diária, devido à combinação com outras situações sociais, como as diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como as distinções de etnia e de gênero. Podemos ainda acrescentar distinções de religião, orientação sexual e classe econômica...

O Brasil possui leis⁸² que reconhecem o jovem como sujeito de direitos - civis, políticos e sociais (MARSHALL, T.H., 1967) - e deveres. Assim como os adultos, os jovens e as crianças são cidadãos, sendo a eles garantidos políticas públicas.

As políticas públicas são instrumentos de gestão do bem público que o governo define e opera em nome da população (BOBBIO, 1995). Entendendo política pública como uma política social, Vilallobos citada por Zingoni (2001) apresenta o conceito de política social do comitê social de Ministros do Chile:

“conjunto de medidas e intervenções sociais que são impulsionadas a partir do Estado e que têm como objetivo melhorar a qualidade de vida da população e conquistar crescentes níveis de integração social, especialmente dos grupos socialmente excluídos, nas diversas dimensões pelas quais se expressam a sua exclusão (econômica, política, territorial e/ou cultural)” (2001, p. 48).

Mas quando abordamos a temática juventude e cidadania, não é difícil ouvir assertivas de que o jovem que pratica esporte não se envolve com drogas e crimes. Ao esporte e ao lazer são creditadas funções de controle e disciplinamento da juventude. Contudo, programas de esporte e lazer, por si, não darão conta da resolução de todos os problemas sociais vivenciados por jovens e suas famílias. Aliás, o esporte e lazer não podem ser tratados como a solução de problemas que requerem ações de ordem política muito mais incisivas do que simplesmente a criação aleatória de programas de esporte e lazer. A não ser que se pretenda justamente o contrário: o

⁸² Destacamos aqui a Constituição Federal do Brasil e o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

ocultamento da real gênese desses problemas que, supostamente, se tenta enfrentar. (MELO, 2005).

Observa-se que as ações desenvolvidas pelo poder público neste setor, historicamente restringem-se a práticas esporádicas, improvisadas e desarticuladas das demais ações do governo. Por isto, Pinto (1997) acredita na necessidade de buscar a autonomia e conscientização das comunidades sobre os limites e possibilidades e a importância do Esporte e Lazer para sua qualidade de vida. E com isto estimular uma co-gestão de projetos que beneficiem a população.

Para Marcellino (2001), falar de política de Lazer significa falar não só de uma política de atividades, mas significa falar em redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, e, portanto, numa política de reordenação do tempo, numa política de reordenação do solo e finalmente, numa política de formação de quadros, profissionais e voluntários para trabalharem de forma eficiente e atualizada. Assim, colocar o tema do lazer na agenda pública implica também fortalecer o debate sobre o direito ao lazer e suas relações com outras questões sociais.

Gênero e lazer

Devemos destacar a juventude brasileira com suas desigualdades e diversidades, ou seja, o que significa ser jovem, de classes econômicas variadas, de diversas religiões..., quais os comportamentos se esperam deles(as) em um determinado local, em uma determinada situação.

Henriques (2006) acredita que as diferenças entre homens e mulheres não são apenas de ordem física ou biológica. Falar de gênero é falar das características atribuídas a cada sexo pela sociedade e sua cultura. A noção de gênero, portanto, aponta para a dimensão das relações sociais do feminino e do masculino. A compreensão do conceito de gênero possibilita identificar os valores atribuídos a homens e mulheres bem como as regras de comportamento decorrente desses valores.

Para Louro (1997), os gêneros se produzem nas e pelas relações de poder. Homens e mulheres não são construídos apenas de

mecanismos de repressão ou censura, eles (as) se fazem, através de práticas e relações que instituem gestos, formas de falar e de agir... O poder não apenas nega, impede, coíbe, mas também “faz”, fabrica corpos dóceis, induz comportamentos.

As diferenças entre meninas e meninos certamente não são naturais. Os jogos e as brincadeiras podem revelar como as relações de gênero entre as crianças vão sendo construídas e, ao mesmo tempo, fabricam meninas, meninos, homens e mulheres (AUAD, 2006).

Lazer: uma forma de expressar o corpo construído.

O Lazer, nos dias atuais está, essencialmente, compreendido em duas correntes antagônicas: uma em que aparece como entretenimento, mercadoria a ser consumida, ajudando a suportar o peso de uma sociedade injusta. E a outra tendência o compreende como algo gerado historicamente em nossa sociedade, e que dela emerge, podendo na sua vivência, gerar também valores questionadores da própria ordem (MARCELLINO, 2001).

Na perspectiva utilitarista, as vivências lúdicas têm sido muito usadas como mercadorias, ou seja, uma visão funcionalista do Lazer, que prega a importância da preservação da ordem estabelecida, sendo válvula de escape dessa própria ordem social vigente, dando forma para o que se chama de “anti-lazer”, que é o lazer mercadoria, o simples entretenimento e diversão, no sentido de distrair, de desviar a atenção (MARCELLINO, 2001).

O mesmo autor, em 1998, além de conceituar o Lazer como “cultura, compreendida em seu sentido mais amplo, vivenciada, praticada ou fruída no seu tempo disponível das obrigações profissionais, escolares e sociais, combinando os aspectos tempo e atitude e tendo como traço definidor o caráter desinteressado dessa vivência” (p.38); o considera como fator indicador de desenvolvimento, ligado a um estilo de vida não conformista, mas crítico e criativo, e que contribui para o questionamento da ordem vigente, apontando alternativas para a situação em que vivemos.

Pinto (1998) conceitua Lazer como uma “vivência privilegiada do lúdico isto é, do jogo, da brincadeira, do brincar, do brinquedo e da festa”. A mesma autora diz que:

“Ao assumirmos a ética lúdica fundada no princípio do prazer como conquista do exercício da liberdade, destacamos a igualdade como outro princípio implícito na realização do lazer. Prazer, liberdade e igualdade remete-se à consideração do outro como categoria fundamental do jogo lúdico, jogo traçado e vivido pelas trilhas dos direitos iguais de posse e partilha de desejar, arquitetar, decidir, organizar, agir e saborear o processo/produto e o conteúdo/forma do jogo (PINTO, 1997, p.23)”.

Como um dos elementos constitutivos da cultura, a vivência lúdica integra os modos de vida pelos quais, historicamente, os sujeitos e grupos constroem referências variadas do mundo, expressando-se por meio de diversas possibilidades de linguagem – oral, escrita, gestual. E, essas experiências, basicamente, são constituídas pelo prazer construído pela trilha da liberdade.

Para o lazer ser uma possibilidade de questionamento e resistência à ordem social deve-se primeiramente transformar a realidade da sociedade. Assim, no que se refere ao trabalho aqui apresentado, acreditamos que um caminho importante para uma educação baseada na liberdade, é a alteração da proposta pedagógica da aula de educação física, que muitas vezes reproduz o modelo do esporte de alto-rendimento que é muito divulgado e estereotipado pela mídia.

Metodologia

O Aglomerado da Serra é o maior aglomerado de vilas da região Metropolitana de Belo Horizonte. É composto de 7 vilas, localizadas na região Centro-Sul, onde residem 45 mil pessoas, sendo 8 mil adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos. Essa comunidade convive com alto grau de vulnerabilidade. Nesse Aglomerado é desenvolvido um enorme número de projetos sociais de promoção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes, dentre eles o Programa Agente Jovem.

Segundo PBH (2004), o Programa Agente Jovem é um Programa do Governo Federal, gerenciado pela Prefeitura de Belo Horizonte que atende em cada núcleo 25 jovens na faixa etária compreendida entre 15 e 17 anos nas seguintes situações:

1- “Que, prioritariamente, estejam fora da escola; 2-Que participem ou tenham participado de outros programas sociais (medida que dá cobertura aos adolescentes e jovens oriundos de outros Programas, como o da Erradicação do Trabalho Infantil); 3-Que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; 4-Que sejam egressos ou que estejam sob medida protetiva ou socioeducativa; 5-Oriundos de Programas de Atendimento à Exploração Sexual Comercial de menores”.

São realizadas atividades de arte, esporte/lazer e oficinas temáticas: voltadas ao crescimento pessoal, formação para a cidadania, ampliação de trocas culturais e intergeracionais, acesso à tecnologia, estabelecendo compromisso do jovem quanto à sua permanência no sistema de ensino.

Para realizar a pesquisa optamos pela pesquisa participante, que segundo Hall citado por Demo (1999), é descrita de modo mais comum como uma atividade integrada que combina investigação social, trabalho educacional e ação. Suas características são:

1- “O problema se origina na comunidade; 2- A finalidade última da pesquisa é a transformação estrutural fundamental e a melhoria de vida dos envolvidos. Os beneficiários são os trabalhadores ou povo atingido; 3- É um processo coletivo; 4- A pesquisa participante envolve a comunidade no controle do processo inteiro de pesquisa⁸³; 5- A ênfase da pesquisa participante está no trabalho com uma larga camada de grupos explorados ou oprimidos; 6- É central para a pesquisa participante o papel de reforço à conscientização no povo de suas próprias habilidades e recursos, e o apoio à mobilização e à organização. 7- É uma experiência educativa”.

O que mais nos interessou nessa metodologia foi a ênfase na ligação entre teoria e prática, entre o conhecer e agir, entre pensar e intervir. Sobre essa ligação Demo (1999) escreve:

⁸³ Variam a extensão e a natureza da participação. No caso ideal, a população participa do processo inteiro: proposta de pesquisa, coleta de dados, análise, planejamento, e intervenção na realidade.

“não podemos sacrificar a teoria em nome da prática, nem a prática em nome da teoria. Nada faz tão bem à teoria como sua prática, e vice-versa. A prática, por estar exposta a todas as fragilidades históricas naturais, não deixa de ser importante, assim como a teoria, por ser uma construção abstrata, não é inutilidade vazia. (DEMO, p. 109-110)”.

Optamos também em trabalhar com outro enfoque metodológico: o questionário que, segundo Richardson et al (2007), cumpre pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social. O mesmo foi aplicado durante dois encontros da oficina e ao mesmo tempo em que alguns jovens respondiam ao questionário⁸⁴ outros realizavam atividades. Coletamos 50 questionários dos quais 26 eram meninas e 24 meninos, o restante do grupo (50 jovens) não compareceram nos dias em que o questionário foi aplicado.

Consideramos que a pesquisa participante realizada nas oficinas de esporte/lazer nos deu elementos importantes para elaborar as questões do questionário, bem como para analisá-las.

Análise de dados

Meninos e meninas da Serra: quem são?

De acordo com o questionário, 21 dos jovens que responderam ao questionário, possuem 16 anos, 15 possuem 17 anos e 14 possuem 15 anos. 43 deles estudam e entre os que não estudam 04 já concluíram o ensino médio e 03 não se matricularam. 09 estudam em escolas municipais e 34 em estaduais. 11 estão no 1º ano do ensino médio, 18 no 2º ano, 09 na 8ª série do ensino fundamental, 05 na 7ª série e 01 na 4ª série. No campo escolar chama a atenção que entre as mulheres 04 já terminaram o ensino médio e 15 estão no 2º ano do ensino médio. Ou seja, no grupo investigado, as meninas possuem escolaridade mais avançada.

Quando se perguntou sobre atividades de trabalho, identificou-se que 39 não trabalharam e 11 já trabalharam nos mais diversos

⁸⁴ Apenas seis jovens de cada vez respondiam o questionário o que garantia o andamento normal da oficina e observação da mesma.

locais (restaurante, servente de pedreiro, lava-jato, salão de beleza e como babá). Dos que trabalharam nota-se que os meninos fazem o trabalho mais relacionado à vida pública e também trabalho braçal (servente de pedreiro, lava-jato) e as meninas realizam atividades mais relacionadas à vida privada (babá, salão de beleza). Em todos os casos de jovens que já haviam trabalhado, as atividades realizadas foram informais e temporárias.

Todas essas práticas e linguagens constituíam e constituem sujeitos femininos e masculinos; foram – e são – produtoras de “marcas”. Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordinada, nega ou recusa outras identidades e práticas; outras vezes, contudo, essas instâncias disponibilizam representações divergentes, alternativas, contraditórias. A produção dos sujeitos é um processo plural e também permanente (LOURO, 2001)

Quanto à religião dos jovens, 27 se declararam como católicos, 16 evangélicos e 07 outras (colocaram nenhuma, sendo que 06 meninos e 01 menina). Embora a religião seja um forte componente na relação com o lazer, nenhum dos jovens que responderam ao questionário deixa de fazer atividade ou possui alguma restrição de atividade por causa da religião.

Na pergunta sobre cor, foram utilizadas as categorias do IBGE: 05 declararam cor branca, 13 preta, 28 Parda, 03 amarela e 01 não respondeu. Na convivência que tivemos não identificou-se traços de discriminação religiosa nem por cor da pele entre os participantes, mas tal fato não caracteriza a ausência dessas discriminações. Segundo Castro (2001) os jovens sentem-se discriminados por várias razões: por serem jovens, pelo fato de morarem em bairros da periferia, pela aparência física, a maneira como se vestem, por falta de trabalho, pela condição racial...

Quanto à renda familiar 10 não sabem o valor, 24 responderam até 01 salário mínimo e 16 de 01 a 03. O que podemos notar é que muitos jovens não querem dizer sobre a renda familiar com medo

de perderem a bolsa ou outros benefícios. Nota-se que na grande maioria a renda é de um salário mínimo, confirmando a realidade de desigualdade social entre moradores de vilas e favelas.

Para a pergunta: você participa de atividades de esporte/lazer na sua comunidade? 13 meninas disseram que sim, as atividades expressadas são futebol, vôlei e dança. Já entre os meninos 12 responderam que praticam futebol, dentre esses, 02 praticam também vôlei. Na pergunta: você participa de alguma atividade cultural na comunidade? 12 meninas afirmaram realizar atividades: percussão; coral; dança; grafite. Já os rapazes, apenas 03 realizam atividades: hip hop e dança. Dos jovens que responderam ao questionário 10 meninas e 01 menino participam de outros projetos.

Na questão: porque o programa Agente Jovem é importante, cite três motivos, várias respostas nos chamaram a atenção⁸⁵: “para tirar os jovens das ruas”, “para tirar das drogas”, “para aprender mais”, “para aprender a dançar”, “para não fazer coisa errada”, “fazer muita amizade”, “me ensina a viver e a crescer”, “para o aprendizado e lazer”, “a bolsa e o lanche”, “arrumar um trabalho”, “discutir os problemas da sociedade”, “ocupação do meu tempo”, “passar o tempo”.

Destacamos que muitos estão ali por conta da bolsa e por acharem que o programa, por si só, irá garantir a retirada dos jovens da rua, a diminuição da violência e não permitirá o uso de drogas, quando na verdade sabemos que precisamos de uma reorganização do sistema social, econômico e cultural. O que se observa entre os jovens é que de alguma maneira reproduzem uma visão funcionalista do Lazer sendo válvula de escape, dando forma para o que se chama de “anti-lazer”.

Mas identificou-se também muita vontade de aprendizado, sociabilidade e diversão como pontos positivos do programa. Concordando com o que Müller (2002) nos diz, o Lazer acontece no tempo disponível das pessoas e dentro de uma experiência, de forma gratuita e rica em ludicidade, e essas atividades possuem funções importantes como de diversão pura, onde o eu e a experiência vivida

⁸⁵ As respostas que se seguem foram escritas pelos jovens.

são uma coisa só; de descanso ou recuperação das energias gastas nas atividades cotidianas e de desenvolvimento integral da pessoa e da sociedade: o ser evolui dentro e com a comunidade.

As principais atividades que os jovens realizam no momento de lazer, na sua maioria, estão voltadas para as atividades físico-esportivas: “jogar futsal, soltar papagaio”, “futebol e vôlei”, “jogar futebol e andar de bicicleta”.

É importante citar que diversas atividades são relatadas pelos jovens e não estão vinculadas aos conteúdos físico-esportivos: “namoro, assisto TV, vou à casa de colegas”, “dançar, percussão”, “grafite, sair com os amigos”, “bordados e dançar”, “ler”, “vou a igreja, durmo”, “cuidar da minha filha”, “tocar flauta, estudar”, “arrumar casa, ajudar minha mãe”, “jogar vídeo game”.

Nota-se que nas respostas dos meninos, estes relatam realizar jogos e atividades em quadras e ruas, já as meninas em atividades voltadas para o lar, neste sentido já sabemos que os motivos para isso ocorrer são de ordem cultural e social e dizem respeito às relações de gênero. Além disso, Sousa (1999) nos diz que, a partir dos anos 30 na Educação Física, a mulher manteve-se perdedora porque era um corpo frágil diante do homem. Todavia, era por “natureza” a vencedora nas danças e nas artes. Aos homens era permitido jogar futebol, basquete e judô, esportes que exigiam maior esforço, confronto corpo a corpo e movimentos violentos; às mulheres, a suavidade de movimentos e a distancia de outros corpos, garantidas pela ginástica rítmica e pelo voleibol.

As oficinas de esporte e lazer do Programa Agente Jovem

Na pesquisa realizada, observamos duas oficinas que ocorreram às segundas-feiras, uma na parte da manhã e a outra na parte da tarde, sendo que em cada oficina os educadores eram diferentes (ambos estudantes de Educação Física). Cada oficina contava com a participação de 25 jovens.

Na oficina da manhã (oficina 1) as meninas (os) realizam as atividades conjuntamente. O educador explica a atividade do dia, na qual todos fazem juntos, em seguida é dado um tempo, de mais ou menos 40 minutos como atividade livre, no qual os jovens resolvem

o que querem praticar. As roupas não são decotadas, a maioria está de tênis, não se vê brincos grandes ou maquiagens.

Na oficina da tarde (oficina 2) a opção do educador e do grupo foi realizar uma hora com os meninos e uma hora com as meninas. Quem não estivesse praticando a atividade na quadra estaria assistindo ou jogando jogos de tabuleiro, ou poderia optar em ir embora e/ou chegar mais tarde. Neste grupo as roupas são decotadas, chinelos, brincos e pulseiras e muita maquiagem. Percebe-se que as meninas se vestem e se comportam para serem observadas pelos garotos.

Essas diferentes oficinas têm uma explicação, pois para Louro (1997), homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas).

Nos dois primeiros dias de observação a oficina 1 teve a modalidade de futsal no primeiro momento, no qual todos participavam. Podíamos ouvir uma ou outra brincadeira (por parte dos meninos) “chuta mais forte, parece uma menina, oh!!! É uma menina”, “como ela é boa, até parece homem”, sempre que existia algo do tipo o educador intervinha no sentido de demonstrar que todos tinham direito em praticar o jogo, e de ser ali um momento prazeroso.

Na atividade livre, 4 meninas (as mais habilidosas no futsal) ficavam com os meninos, as demais jogavam queimada em outro espaço. Os meninos, independente da habilidade, ficavam no futebol, mas quando estavam esperando o seu momento de jogar, muito raramente jogavam um pouco de queimada. Aqui podemos notar que a imagem do esporte se associa à imagem de um homem forte, violento e vitorioso. Essas imagens reproduziam e produziam simultaneamente identidades esportivas e de gênero, determinando, em grande parte, as relações estabelecidas entre os jogadores (ALTMANN, 1998), o que podemos notar é uma relação de poder e conquista de espaço.

Na oficina 2 o tema era o mesmo: primeiro jogavam as meninas e enquanto isso os meninos que estavam na arquibancada faziam “zuação” o tempo todo, atrapalhavam as meninas, tiravam a atenção

delas e gritavam. Dentro de quadra não se ouvia nenhuma frase como o do grupo da oficina 1, apenas umas reclamando da outra, “toca certo”, “ai minha canela” coisas desse tipo.

Quando chegou a vez dos meninos, as meninas não ficaram e cada uma tinha um motivo: “vou olhar menino”, “vou buscar meu irmão na creche”, “tenho que arrumar a casa”. Algumas questões podem ser levantadas a partir desse fato: essas obrigações são de responsabilidade dessas jovens? Porque os meninos podiam chegar mais cedo? As atividades pós-oficina não são interessantes? Sabemos que na nossa cultura atual o futebol é vinculado ao gênero masculino, além disso, podemos notar uma distinção entre ser homem e ser mulher neste grupo, pois as meninas são responsáveis pelas atividades do lar, abrindo mão de vivenciarem outros momentos de lazer.

Sempre que encerrava a atividade os educadores comentavam o dia e falavam o que haveria no próximo encontro. Sendo assim, ambos propuseram para o encontro três e quatro oficina de vôlei, vejamos o que ocorreu.

Na oficina 1 os jovens chegaram com disposição para aprender, as brincadeiras em relação às primeiras aulas (de futsal) não existiam. Quando encerrou a atividade obrigatória e começou o tempo livre todos quiseram continuar no jogo de vôlei, com exceção de dois que queriam jogar futebol, mas foram convencidos (pelo educador e outros jovens) a continuarem no vôlei.

Na oficina 2 as coisas não ocorreram da mesma forma. Primeiramente, das 4 meninas que gostam de futebol 3 não comparecem, e a que compareceu ficou o tempo todo atrás das amigas com os braços cruzados. Os meninos que chegavam antes e ficavam “zuando”, neste dia iam chegando pouco a pouco, se aproximavam do educador e pediam para participar com as meninas, o educador concordava. Os meninos sempre que podiam utilizavam técnicas de futebol dentro do jogo de vôlei.

Dentro de quadra percebeu-se prazer, descontração. Quando começou a atividade destinada aos meninos, e as meninas mais uma vez foram embora, eles começaram a atrapalhar, dizendo que aquilo não era atividade para homens e que prefeririam futebol. Depois de

muita conversa entraram em acordo e conseguiram desenvolver 20 minutos de vôlei e o restante de futsal.

Concordando com o que Sousa (1999) nos diz: que essa imagem do esporte continua afastando as mulheres de sua prática e percebe-se também que a separação das atividades esportivas para meninos e meninas acaba fortalecendo essa imagem. Também nas escolas as quadras esportivas são normalmente ocupadas por meninos durante o recreio e horários livres, o que, até certo ponto, demonstra que eles dominam esse universo. O que se observa neste quadro é que muitos educadores não possuem uma capacitação que possibilite que os mesmos considerem as questões de gênero na sua prática educativa. Tampouco trabalham a partir de uma proposta pedagógica clara e objetiva para as oficinas de esporte/lazer; Ou seja, cada um monta a sua estrutura de trabalho fazendo o que julga mais certo e às vezes mais fácil, prática essa que da margem ao não questionamento de exclusões e discriminações que acontecem dentro da própria oficina.

Considerações finais

Quando propusemos esse estudo, sabíamos que o tema de políticas públicas, gênero, lazer e juventude era muito amplo e de forma alguma foi nossa pretensão esgotar todo o assunto. Contudo, tal estudo nos levou a algumas conclusões importantes e nos indicou a necessidade de continuarmos aprofundando essa reflexão que parece muitas vezes estar tão longe das práticas cotidianas dos programas sociais e esportivos com jovens.

Pudemos notar que no grupo investigado, as meninas dão mais valor aos estudos e os meninos ao trabalho. Notamos que dentro do campo do trabalho os meninos estão vinculados a trabalhos braçais no mundo público e as meninas a tarefas do lar, vinculando-se uma vez mais, à vida privada. Acompanhando essa lógica as meninas praticam mais atividades de cultura enquanto os meninos praticam atividades esportivas mostrando mais uma vez que nessa comunidade as atividades braçais (físico-esportivo) são representadas como algo mais relacionado aos meninos e as tarefas “intelectuais” (artecultural) destinadas às meninas. O relacionamento e a participação

entre meninos(as) é marcada pelas questões de gênero, mas também depende da atividade realizada.

A postura do educador é uma referência que interfere de forma significativa na forma como meninas (os) agem e se relacionam. Quando ele impõe e demonstra que é possível que a oficina funcione com meninos (as) jogando e conversando uns com os outros, todos aceitam e conseguem refletir sobre aquele momento. Mas sabemos que as relações de poder e desigualdades de gênero são reproduzidas em outros espaços sociais e de socialização de meninos (as) e quebrar essa lógica é algo bastante complexo e que exige um trabalho conjunto. Contudo, se o educador está atendo a essa dinâmica e consegue propor temas de reflexão e discussão, já temos um espaço importante que aponta para a transformação social.

Notamos uma associação do esporte à masculinidade, e que esta varia de acordo com a modalidade esportiva; nas oficinas de esporte/lazer, o futebol era um esporte considerado masculino e as imagens dos jogadores, independente de serem meninas ou meninos, eram associados à masculinidade, à imagem de um homem forte, violento e vitorioso.

Outro ponto observado é que, para muitos meninos, a oficina de esporte/lazer deveria ser sinônimo de aula de futebol, e, quando o educador não atendia ao seu desejo eles encontravam uma maneira alternativa de fazê-lo, “burlando o sistema”, ocasião observada durante as aulas de vôlei.

Entendemos que o gênero não é a única categoria que define a participação nos esportes, jogos e brincadeiras; a habilidade, a força, etc. são justificativas para exclusões na oficina. Meninos (as) excluem e são excluídos não somente pelas relações de gênero, mas devido a outras categorias sociais. Nesse caso é importante ressaltar que as relações de gênero, do modo como estão organizadas em nossa sociedade, são uma máquina de produzir e reproduzir desigualdades. Ao considerar as relações de gênero como socialmente construídas, percebemos que uma série de características consideradas “naturalmente” femininas ou masculinas corresponde às relações de poder. As relações vão ganhando a feição de “naturais” de tanto serem praticadas, repetidas e recontadas. Tais características

são, na verdade, construídas, ao longo dos tempos, segundo o modo como as relações entre o feminino e o masculino foram se constituindo socialmente na sociedade.

Como educadores temos dois grandes desafios: o primeiro se refere à necessidade de trabalhar os jogos e as brincadeiras com turmas mistas sem reproduzir os efeitos de discriminação por gênero, mostrando e criando opções de garantir o direito ao lazer a todos, pois as diferenças entre meninas(os) certamente não são naturais e são muitas vezes, justificativas para sustentar as relações de desigualdade. Os esportes, os jogos e as brincadeiras podem revelar como as relações de gênero entre os jovens do aglomerado estão sendo construídas e, ao mesmo tempo, fabricam meninas(os), homens e mulheres. É importante notar que apenas misturar meninos(as), sem propor atividades que promovam a ruptura com as tradicionais e hierarquizadas relações de gênero em nada contribui para o término das desigualdades.

O segundo desafio é a construção de oficinas que ampliem o repertório de atividades do lazer, favorecendo que o indivíduo aprenda e desvenda, de forma crítica, os discursos difundidos ultrapassando um nível conformista para níveis críticos e criativos, questionando a ordem social, cada vez mais excludente. Não se trata de abolir um ou outro padrão cultural que se construiu ao longo de toda a historicidade, mas sim, perceber e dar oportunidade que se perceba a possibilidade de novos olhares sobre estas manifestações e que se reflita com criticidade. Tal fato pode contribuir para um processo de se educar homens e mulheres para as sensibilidades, para que possam compreender melhor a relação consigo mesmo, com o outro e com o mundo.

Nota-se que os educadores necessitam de uma formação continuada⁸⁶ e mais qualificada, pois uma das dificuldades encon-

⁸⁶ As observações nos indicam a importância e necessidade de formação continuada para todos os educadores independente da formação acadêmica, no sentido de se favorecer ações na área desenvolvida, em programas como o Agente Jovem acreditamos ser importante não apenas a qualificação acadêmica devida, mas a estruturação de um processo continuado de qualificação, com a participação em cursos de aperfeiçoamento, atualização, extensão, especialização *lato e strictum sensu*, congressos, seminários, simpósios, encontros e oficinas temáticas.

tradas pelos educadores é a proposta de trabalhar com turmas mistas ou separadas, conforme outros estudos (ALTMANN, 2008). A tradição de manter grupos separados por sexo e a dificuldade em trabalhar com turmas mistas é uma realidade vista no Brasil e em outros países que desenvolveram a Educação Física sobre a base de linhas evolutivas diferentes segundo os sexos, com metas e objetivos distintos entre homens e mulheres. E que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome tem a obrigação de formular as diretrizes do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, oferecendo uma proposta pedagógica para as oficinas, pois as mesmas muitas vezes somente reproduzem o modelo do esporte de rendimento que já é muito divulgado e estereotipado em diversos espaços sociais. Tal opção acaba repassando para as vivências de lazer do dia-a-dia, sem que aumente as opções de vivências e repertórios, diminuindo as alternativas de lazer e a discussão sob o gênero.

E por ultimo, mas não menos importante, acreditamos que o Programa Agente Jovem é uma oportunidade de divertimento, mas, sobretudo de desenvolvimento. Desenvolvimento da criatividade e afetividade, oportunidade de humanização e socialização das relações. Diferentemente do que pensam muitas pessoas, que consideram o lazer como uma mercadoria de consumo, como um tempo livre a ser ocupado com atividades de entretenimento, em geral dirigidas e vendidas. Por isso, o esporte/lazer são veículos privilegiados de educação para o desenvolvimento de valores como cooperação, autoconhecimento, socialização, ética, estética e hábitos saudáveis.

Com essas últimas palavras encerramos nosso trabalho com a certeza de ter realizado não um fechamento, mas um ponto de partida para outros estudos sobre gênero, lazer, juventude e políticas públicas.

Referências bibliográficas

ALTMANN, H. *Rompendo fronteiras de gênero. Marias (e) homens na educação física*: Faculdade de Educação da UFMG, 1998.110 p. (Dissertação, Mestrado em Educação)

AUAD, D. *Educar meninos e meninas: relação de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2006.

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO G. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995. v.1, p.319-329.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. 4 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003. 119p.

DEMO, P. Elementos metodológicos da pesquisa participante. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 3 ed. 1999. 104-130p.

CASTRO, M. G. *Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes*. Disponível em:

http://fmet.terra.com.br/paineis/mary_castro.pdf acessado em 06 dez. 2006.

HENRIQUES, C. H., et al. *Corpo, gênero e lazer: relações e influências*. In: Seminário "O Lazer em debate", 7, 2006, Belo Horizonte. Coletânea... Belo Horizonte:UFMG/DEF/CELAR,2006.p309-316

IBGE. Censo 2000. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/censo/> > acessado em 14 fev. 2007

LOURO,G.L. A construção escolar das diferenças. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 9, 1997, Belo Horizonte. *Coletânea...* Belo Horizonte: UFMG/EEF/CELAR, 1997. p. 21-37.

_____. *Gênero, sexualidade e educação*. 4 .ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARCELLINO N.C. Lazer: concepções e significados. *Licere*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.37-43, 1998.

_____. Políticas e lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, N.C. (Org.). *Lazer e esporte: políticas públicas*. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 5-22.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro. Zahar, 1967.

MELO, M. P. *Esporte e juventude pobre: política pública de lazer na Vila Olímpica da Maré*. Campinas: Autores Associados, 2005.

MÜLLER, A. Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma idéia. In: MÜLLER A., DaCOSTA, L. P. (Orgs.). *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. p. 9-40.

PARIZOTTO, A.P.A.V; TONELLI, M. J. F. Juventude: desafiando a definição predominante através dos tempos. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v.23, n.41. p. 91-92, abr./jun.2005.

PBH. *Avaliação do programa para jovens*. Secretaria Municipal de Assistência Social, Gerência de Proteção Especial. Belo Horizonte, 2004.

PINTO, L. M. S. M. A diversidade cultural no lazer. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 9, 1997, Belo Horizonte. *Coletânea...* Belo Horizonte: UFMG/EEF/CELAR, 1997. p. 21-37.

_____. Políticas públicas participativas: caminhos participativos. *Revista Motivivência*, Florianópolis, v.10, n.11, p.47-68, set./1998.

RICHARDSON, R.J. (et. al). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas. 3.ed, 2007.

SOUSA, E. S. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. *Cadernos CEDES*, a. XIX, n. 48, ago. 1999.

ZINGONI, P. A descentralização e novos desafios para a política pública de Lazer em Belo Horizonte. *Cinergis*, Santa Cruz do Sul, v.2, n.1, p. 45-72, jan/jun 2001.

COMO TRANSFORMAR UM OBSTÁCULO EM OPORTUNIDADE

Projeto social BOMBOM: Bom de Bola, Melhor na Escola!

Neimar Anunciação Gonçalves⁸⁷

Ms. Leda Maria R. Bittencourt Faria (Orientadora)

Resumo: Este artigo contém informações referentes ao surgimento e evolução de um projeto social, cujo tema foi tratado por Gonçalves (2007). Também segue uma das recomendações da Monografia, onde na oportunidade foram sugeridos futuros trabalhos que pudessem investigar, em longo prazo, as conseqüências da continuidade do projeto social BomBom: Bom de Bola, Melhor na Escola. Portanto, as informações a seguir revelam informações importantes, onde através do encontro de oportunidade e competência, consegue-se firmar parcerias para a sustentação de idéias e projetos bem estruturados, sólidos, concisos e promissores. Outro assunto abordado, e não menos importante, é quanto à elaboração de propostas e a captação de recursos para a continuidade de um projeto. Este trabalho traz informações acerca da metodologia utilizada para se chegar aos resultados, que são surpreendentes e revelam aspectos da continuidade do projeto e as suas parcerias alcançadas, bem como uma reflexão crítica a respeito das dificuldades e as perspectivas no cenário do Terceiro Setor.

Palavras chave: Parcerias, Oportunidades, Competências, Sustentabilidade, Indicadores.

Introdução

Para um melhor entendimento deste artigo, cabe um posicionamento para a conexão entre o surgimento do projeto, a con-

⁸⁷ Graduado em Administração de Empresas pela UNIPAC - Universidade Presidente Antônio Carlos. Atua como Coordenar de Fiscalização Tributária e voluntário da Associação Comunitária de Padre Viegas. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração de Empresas. Coordena o Projeto Bombom-Bom de Bola, Melhor na Escola, atuando principalmente nos seguintes temas: empreendedorismo, educação, inclusão digital, sustentabilidade e voluntariado. Contato: neimargoncalves@yahoo.com.br

cepção da Monografia, Gonçalves (2007), e finalmente agora uma reflexão mais aprofundada percorrida neste texto, através de uma abordagem acerca da necessária continuidade de um projeto social. Além das formas, caminhos e dificuldades de se conseguir parcerias, a análise e identificação de oportunidades, e as competências necessárias para materializar esse processo. Sendo assim, faz-se necessário um esclarecimento sobre quando? Como? Onde? Quem? Quanto? Questionamentos que serão esclarecidos a seguir.

Diante disto, a necessidade de criar faz com que o ser humano se adapte, principalmente quando vê as suas necessidades básicas ameaçadas. E em meio à dissonância e à adversidade, algumas propõem novas alternativas. Foi o que ocorreu no início do projeto, conforme corrobora Gonçalves (2007) quando, diante de um problema de saúde de um aposentado da “melhor idade”, decidiu-se proceder à inserção do mesmo através da sua participação na coordenação de um projeto social.

O projeto BomBom atingiu vários objetivos, desde o primeiro, que era recuperar a saúde de uma pessoa aposentada, até a recuperação de adolescentes “rebeldes”, passando pela inclusão digital e a capacitação de crianças e jovens através de oficinas de leitura, teatro e artesanato, que caracteriza a possibilidade de gerar sustentabilidade. Na verdade, o que ocorreu foi uma reação imediatista, e por uma agradável coincidência, foi como se de repente, a partir da posse de um limão azedo e amargo em mãos, adicionasse um pouco de açúcar e assim fabricasse uma refrescante limonada.

Neste caso, o resultado causa/efeito foi imediato. Se para cada ação tem-se uma reação, essa última, não teve inicialmente um planejamento, mas através do amadurecimento das idéias, da capacitação e da busca por conhecimentos e por oportunidades, os resultados estão acontecendo.

De acordo com Drucker (1997), para uma organização sem fins lucrativos funcionar bem, ela requer quatro coisas: um plano, marketing, pessoas e dinheiro. Apesar do atropelamento dessa seqüência proposta por Drucker (1997), hoje fica fácil dar essa receita em outras palavras: capacitação, mais conhecimento, mais oportunidade, é igual a sucesso!

Desenvolvimento

A vida, em determinados momentos, às vezes presenteia a alguns, e às vezes castiga a outros, e leva a reflexão quando apresenta uma pedra no caminho. Para os visionários e empreendedores a pedra é uma oportunidade, já para os pessimistas e negativistas, uma ameaça. E como saber identificar? Essa resposta está dentro de cada um, e assim como a necessidade se transforma na mãe da invenção, cada um deve fazer da sua vida aquilo que quer de melhor para si, e da melhor maneira.

E nesse processo de ação/reação, diante de um obstáculo, é preciso que as reações representem e exponham aquilo de que o coração está cheio. Não basta fazer um teatro para enganar a si mesmo e a outros, mas é necessária uma vontade genuína de querer mudar a realidade. E, assim é que nascem as grandes transformações. Portanto, se o trabalho é desenvolvido com afinco, alcança-se mais do que resultados positivos, conseguem-se reconhecimentos.

Ainda considerando o processo de ação/reação, cumpre frisar que a questão do marketing, é apontada e sugerida por Drucker (1997), como um dos fatores primordiais. Dessa forma, sugere-se aqui um termo que representou a primeira manifestação de marketing durante a concepção do projeto BomBom, que chamo de “Marketing Introspectivo”. É como se a mente estivesse a todo o momento fazendo propaganda de você mesmo. Era a motivação que culminava na inspiração, que por várias vezes, fizeram com que a partir dessa agradável insônia durante as madrugadas, fosse concebido esse projeto.

Então, é fundamental falar da importância de uma comunicação eficaz e da troca de idéias com as pessoas, e ser humilde para saber ouvir críticas e pedir um conselhos. Outra aprendizagem é que quando o propósito é o benefício mútuo, é preciso contar com uma equipe comprometida e alinhada com os objetivos e metas em comum.

De certa forma, essa turbulência de pensamentos foi uma característica fundamental para a efetiva concretização de uma determinada meta, o que torna esse “Marketing Introspectivo”, um carro-chefe nesse processo, direcionando mente e corpo, através de idéias e atitudes, para a materialização dessas ações.

O que foi identificado durante a execução do projeto BomBom, é que existem, na comunidade de Padre Viegas – Mariana – MG, onde o projeto é desenvolvido, pequenos indícios de problemas sócio-culturais que se caracterizam pelas atitudes de determinado grupo de crianças. Identificou-se que este determinado grupo refletia a realidade de um convívio familiar sem uma estrutura adequada, com problemas psicológicos, alimentares e com a base familiar desestruturada, com más condições de higiene pessoal e deficiência no contato e acompanhamento dos pais. A partir disso, aumentava ainda mais a necessidade e a responsabilidade de fazer do projeto BomBom uma ponte entre a família, a escola e a comunidade. Na realidade, o propósito de projetos como esse deve ser o de usar os vários meios materiais e imateriais possíveis, para gerar indicadores e identificar indícios de futuros problemas, bem como tratá-los com medidas preventivas.

O esporte atrelado à educação passou a ser o foco de atuação do projeto e, é muito dignificante poder mudar a realidade de uma comunidade e proporcionar meios de integração e capacitação de uma classe social sem condições de acesso ao mundo digital e a um curso de teatro, por exemplo. As crianças de hoje, que crescerem sem o acesso ao mundo digital, concorrerão no futuro de forma desleal com jovens que tiveram esse acesso. Da mesma forma, que a capacitação de adultos, que não têm acesso ao computador, colabora para que possam agora vislumbrar um futuro melhor.

Seguindo o dito popular “é importante dar o peixe, mas torna-se fundamental ensinar a pescar” faz-se necessário oferecer aos jovens oportunidades, para que fiquem longe das drogas e de outros vícios, e, uma das coisas que a sociedade não pode deixar de conceder são oportunidades. E para fornecê-las, é preciso saber dos anseios e desejos do público alvo. Isto é, identificar as atividades que terão uma aceitação e que, conseqüente, trarão um resultado positivo para os envolvidos. E essa identificação foi feita através de uma pesquisa, onde as atividades foram desenvolvidas alinhadas com os resultados obtidos nessa pesquisa, de acordo com Gonçalves (2007).

Nessa linha de pensamento, para “ensinar a pescar” é preciso investir na capacitação da equipe, proporcionando melhorias nas

habilidades e competências de coordenadores e voluntários. Pois nesse processo, é através de um clique no computador, ou durante atividades esportivas com bola, ou ainda nas aulas de teatro, que as crianças sempre vão fornecer os indícios, caminhos e expor os problemas. É um “feedback” natural, que precisa ser observado a todo o momento.

O esporte, por si só, traz várias características muito importantes: forma imparcial de integração; ajuda no desenvolvimento físico; disciplina e responsabilidade; trabalho em equipe; etc. E, sem sombra de dúvidas, um grupo de pessoas experientes e que trazem consigo essas características, são as pessoas da “melhor idade”, que na maioria das vezes, são sempre solícitos, e pouco utilizados para essa finalidade. É, de fato, confirmado que a integração dessa fatia da população em atividades voluntárias colabora profundamente para a melhoria da sua saúde, da auto-estima e acaba por também reintegrá-los, canalizando as suas habilidades para a participação em projetos sociais.

Metodologia

De acordo com Vergara (2005), quanto aos fins, a metodologia utilizada se enquadra na categoria intervencionista. Quanto aos meios de investigação a mais adequada foi a pesquisa-ação:

“A investigação intervencionista tem como principal objetivo interpor-se, interferir na realidade estudada, para modificá-la. Não se satisfaz, portanto, em apenas explicar. Distingue-se da pesquisa aplicada pelo compromisso de não somente propor resoluções de problemas, mas também de resolvê-los efetiva e participativamente.”

Fazer uma intervenção significa mudar uma realidade, mudar os rumos da história. É preferir ser um herói morto a um covarde vivo. Os frutos que são colhidos com projetos como estes só são colhidos em longo prazo. E, mesmo que não se consiga formar grandes atletas, com certeza os jovens no futuro serão grandes homens. Por isso, torna-se necessário o estabelecimento de metas arrojadas, porque mesmo que não se consiga alcançá-las por completo, quando se fica estagnado é que não se vai a lugar algum.

Como se trata de sociedade, a pesquisa-ação, de acordo com Vergara (2005) é um tipo particular de pesquisa participante e aplicada, que supõe intervenção participativa na realidade social. Portanto, conforme citado na introdução, será exposto o conteúdo que ajudará a responder algumas perguntas: quando? Como? Onde? Quem? Quanto?. Além de conter informações em conformidade com processo de ação/reação, diante de um obstáculo.

A nossa sociedade é muito assistencialista e acostumada em apenas propor resoluções de problemas, quando o que tem que ser feito é arregaçar as mangas e ir à luta, largar mão do papel e “por a mão na massa”. Quando há o envolvimento da sociedade, é preciso se apropriar da idéia para, realmente, resolver os problemas de forma efetiva e participativa. Portanto, uma atitude que precisa ser tomada, neste cenário, é cuidar para que os idealizadores evitem a procura pelo aplauso e o reconhecimento próprio, e trabalhem conscientes da essência da palavra equipe.

Um ponto fundamental para o sucesso de uma idéia é o “Networking”. Expor as metas e objetivos estabelecidos para uma rede de contatos é primordial e quanto mais pessoas estiverem comentando os propósitos de um projeto, maiores serão as chances de se conseguir parcerias. Mas, o que também pode ajudar é sempre buscar nesses contatos um “feedback” sobre essas idéias. Pois, às vezes vale mais ouvir uma crítica de uma pessoa de confiança do que um “tapinha nas costas” de alguém que não entende aonde você quer chegar. Por isso, ter uma rede de contatos com pessoas inteligentes e empreendedoras, colabora positivamente quando se utiliza dessa troca e experiências para melhorar as habilidades, aumentar as experiências e, conseqüentemente, aumentar as oportunidades de crescimento.

Quando começar um trabalho social? Esse é o tipo de pergunta que um empreendedor não saberia responder se não lhe fosse apresentado um desafio. É um tipo de pergunta que vários gestores públicos sabem responder, e apesar de ser um tipo de trabalho necessário, ainda assim, muitos deles preferem trabalhar corretiva e não preventivamente. Cumpre destacar, que faltam políticas públicas que visem garimpar essas boas idéias, pois saber onde são geradas as ne-

cessidades já se torna um grande passo para ações de sucesso. Porém, um grande erro é deixar que um projeto social se torne um empreendimento alvo de politicagem, sendo usados como alavanca para a promoção e beneficiamento próprio. Perdendo, dessa forma, a sua essência.

Geralmente, quando se sente na pele a dor, surge junto com essa dor uma idéia para evitar o sofrimento. Realmente as pessoas não foram treinadas para ter idéias em meio à crise. Mas então, por que é que sempre alguém acaba lucrando com a crise? Muitas vezes falta coragem para acreditar na própria capacidade. E quando se passa a acreditar naquilo que se pode fazer, consegue-se adquirir uma vontade interna que canaliza as forças positivas, tornando a idéia real, antes mesmo de sua concepção.

Como começar um trabalho social? Essa pergunta já é mais fácil de responder, e ao contrário daqueles que acham que começa no começo, muitas vezes é ao contrário, começa-se no fim. Quando parece que chegou o fim, então só depende de cada um: ou “chupa-se o limão ou faz-se uma limonada”; ou aproveita-se o vento e ergue-se a vela; ou perde-se o vento com medo da tempestade. Quem se aventura por esses caminhos tem que conhecer bem profundamente uma palavra chamada sonho. E quem não sonha junto, não soma. Quando se sonha, se conhece uma realidade que não se vê, mas chega-se antes num futuro que só quem sonha sabe como chegar.

Geralmente, um projeto social só se concretiza porque já se sabe o caminho a ser percorrido. Quando a vontade é verdadeira, o corpo só age e a boca só profere aquilo de que está cheio o coração. Quando se envolve nesse cenário, observa-se que até a linguagem fica um tanto quanto poética. E, como que numa rima, a paciência e a serenidade, se somam à prudência, de quem quer encontrar sempre a melhor palavra para expressar a sua idéia.

A pressa é um erro muito comum. Não se pode confundir pressa com correria e nem ação com movimento. Apesar de ser um pouco confuso, o entendimento da diferença do significado dessas palavras deve ser claro. É realmente importante fazer com que muitos acreditem que o empreendimento é verdadeiro, mas nesse caso: devagar se vai ao longe. E, dessa forma, duas virtudes

devem ser as características fundamentais: a paciência e o comprometimento.

Onde começar um trabalho social? A primeira resposta é: dentro do seu coração. Essa é a terra mais fértil para fecundar essa semente. O Mundo está cheio de pessoas com boas intenções e que estão loucas para ajudar, mas o grande erro é que estão esperando alguém pedir a sua ajuda. Nesse sentido, Nelson (2003) orienta que toda necessidade é uma oportunidade que pode ser resolvida de forma criativa, e que a energia com que você vê a sua idéia não é a mesma que as outras pessoas sentem. Dessa forma, diante de uma idéia vão surgir necessidades que não se pode querer resolver sozinho, mas é preciso formar um exército que lute junto pelos mesmos ideais.

A resposta da pergunta anterior ajudou na criação do Projeto BomBom. Pois foi a partir de uma mudança brusca e inesperada, na saúde de um aposentado e pai de família, que se descobriu a resposta da primeira pergunta. Sabia-se quando deveria ser feita alguma coisa. Aquele era o momento ideal. A segunda interrogação era acerca de como começar. No entanto a resposta logo veio. Naquele momento persistia a necessidade de mudar a realidade de um lar e para isso deveria ser envolvida e mudada a realidade de uma comunidade. Comunidade que se chama Padre Viegas, com cerca de 1500 habitantes, localizada ao norte da cidade de Mariana-MG, precisamente a dez quilômetros de distância da primeira capital de Minas Gerais, no sentido da BR 262.

Oportunidades para empreender encontram-se a todo o momento e em toda parte. Assim como o corpo humano dá vários sinais de que precisa de ajuda, pode-se fazer uma analogia com uma empresa, pois ela também está cheia de sinais de que algo não anda bem. Será que estes sinais são observados? Podem-se citar vários exemplos, a começar com uma simples pergunta: quantas vezes se vêem uma sala com luz acesa e sem ninguém dentro? Quantas vezes se imprimem uma folha para depois ver que tinha um erro e ter que reimprimir? Quantas vezes se deixam ou já se viu a torneira da pia do banheiro pingando? É o sangue da natureza vazando bem debaixo dos olhos humanos!

Será que sabemos quantas toneladas de alimento se jogam no lixo por dia, e quantas pessoas poderiam se alimentar dele?

Portanto, assim como a empresa, o ambiente e também o corpo dão vários sinais de que alguma coisa não está bem. Às vezes são ignorados por comodidade, por orgulho, por vaidade. Dessa forma, após esses questionamentos, mudar aquilo que incomoda, às vezes é uma oportunidade de fazer alguma coisa, é uma chance que a vida concede, de questionar o óbvio e pensar global e sistematicamente, com foco na sustentabilidade.

Quem faz um projeto social? Para responder essa pergunta, faz-se necessário o entendimento da palavra equipe. Por mais que um jogador se destaque, a equipe só será campeã se estiver unida. Da mesma forma, num projeto social, o que importa é que quem fizer, faça bem feito o que sabe fazer de melhor, em prol da coletividade. Nesse sentido, uma característica fundamental na elaboração e funcionamento de projetos sociais é a participação efetiva de lideranças comunitárias. A equipe que vence, pode ter um destaque, mas é desconhecida uma equipe vencedora que não tenha um líder que saiba orientar, prever erros, corrigir defeitos, elaborar estratégias, incentivar os desanimados, ignorar os incrédulos e acreditar no resultado.

Quanto custa um projeto? Atualmente não é difícil conseguir parcerias. Basta apenas saber elaborar um projeto, mostrar a necessidade do investimento, estabelecer indicadores e mostrar as contrapartidas para os investidores. Apesar da questão do dinheiro ser posta em quarto lugar, atrás da definição da idéia, da organização das pessoas e do marketing, segundo Drucker (1997), quando a idéia é realmente viável o dinheiro aparece e consegue-se firmar muitas parcerias. Inclusive, o cenário empresarial caminha para uma tendência de empresas que produzem com responsabilidade social, onde além de produzir respeitando o meio ambiente, ainda buscam através de parcerias em projetos sociais, um fortalecimento do seu marketing.

Observa-se que essa idéia está em consonância com Gomiero (2001): “muitas empresas estão destinando uma fatia do seu orçamento para ações de responsabilidade social...”. Ainda essa tendência é confirmada pelas informações disponíveis no site ABNT (2009):

“O surgimento de movimentos dirigidos aos interesses diversos dos consumidores impõe nas organizações a necessidade de se atualizarem frente a este contexto. Certamente as organizações que possuem posicionamento ético melhoram sua imagem pública gradativamente, alcançando maior legitimidade social.”

Se estivesse tratando de uma empresa privada, a questão do custo deveria ser analisada pelo benefício que o dispêndio financeiro proporciona, em numerários. Mas, no caso de projetos sociais fica difícil mensurar, principalmente no curto prazo, os retornos previstos, pois se trata de um bem intangível: as pessoas. Por isso, projetos sociais de sucesso devem se basear no “empreendedorismo social e na filantropia de alto rendimento”, segundo Melo Neto e Froes (2001), que reforçam que as empresas podem contribuir para a solução do problema da pobreza, alterando o padrão de atuação social de assistencialista para o social desenvolvimentista. Mas para isso, o gestor social precisa adequar o seu foco de atuação para justificar essa mudança. Dessa maneira, dá-se o peixe, mas também se ensina a pescar.

Sendo assim, dentre as várias atividades, um item que se destaca é a construção e manutenção do site www.projetobombom.com.br, pois no Terceiro Setor, a comunicação eficaz torna-se um meio de divulgação e também de captação de recursos. Também se destaca a compra e manutenção de computadores para aprendizagem de informática, a manutenção de internet gratuita para a comunidade, o curso de reciclagem com a venda de produtos artesanais, compra e manutenção de materiais esportivos para as crianças e oficina de futebol, transporte gratuito para jogos, teatros e eventos na região, compra de material circense e aulas de teatro, edição anual que premia os (as) garotos (as) BomBom do ano, com quesitos de notas, frequência, comportamento e disciplina. Sendo assim, a metodologia deste projeto é a base para responder essas perguntas: quando? Como? Onde? Quem? Quanto?.

Resultados

Com relação aos resultados, eles traduzem uma idéia baseada na frase que é de um autor desconhecido: “seja tudo que desejas, até não haver desejo que já não seja realidade!”

Conforme mencionado anteriormente, o Projeto Bom de Bola Melhor na Escola surgiu em 2005, e após a elaboração mais estruturada do projeto, ele foi aprovado pela Prefeitura de Mariana-MG em 2006, através de Lei de Incentivo à Cultura. Nem todas as Prefeituras adotam essa Lei, algumas constituem um fundo Municipal que é destinado à manutenção de projetos, que geralmente são selecionados e acompanhados pela secretaria competente. Por esse motivo, um dos caminhos para se conseguir apoio é ficar atento às informações de órgãos e entidades públicas, além de se interar da legislação. Quem quer colher, tem que semear onde a terra é fértil!

A mídia, nas suas diversas formas, dispõe de várias opções para quem quer tornar sua idéia visível. A propaganda é a alma do negócio. Mesmo que alguns concursos não disponham de recompensas financeiras, estes dão visibilidade à causa. Sendo assim, participei e conquistei o 1º lugar no Concurso Eu Acredito - Cidadãos do Mundo, do Jornal Hoje em Dia de Belo Horizonte, em outubro de 2007. E, conforme citado anteriormente, fazer contatos é muito importante no Terceiro Setor. Através do “Networking” cria-se uma rede de relacionamento onde se fala a mesma linguagem e faz-se da troca de informações uma oportunidade para crescimento. É através de prêmios como este que as pessoas que participam e coordenam esses projetos ganham força para continuar os trabalhos.

Um dos objetivos de um projeto deve ser a eliminação da velha desculpa negativista: ninguém me deu oportunidade. E reconhecer publicamente essas iniciativas é alimentar o “Marketing Introspectivo” com o que há de mais simples e eficaz: massagear o ego de uma pessoa. É dizer: você fez um bom trabalho, continue assim. É aplaudir uma atitude. Portanto, em dezembro de 2007 a Câmara Municipal de Mariana-MG concedeu Moção de Aplauso ao projeto, pelos trabalhos feitos em prol da comunidade. Foi realmente emocionante, pois no dia da entrega da Moção de Aplauso a cria e criatura estavam juntas: O Sr. Antonio, que vencera os problemas de saúde agora estava recebendo um diploma por ajudar num projeto que foi criado para ajudá-lo a vencer os problemas de saúde. Uma grande emoção tomou a platéia, que numa simples, porém grandiosa

aclamação aplaudiu-o de pé, reconhecendo-o como figura ilustre e agente de transformação da sociedade.

Alinhado às idéias de Gomiero (2001), realmente o projeto BomBom tem conseguido vários patrocínios, que proporcionaram a execução de várias atividades e o alcance de vários objetivos. Uma dessas parcerias foi firmada em fevereiro de 2008, com a conquista do 1º lugar no concurso / patrocínio social da Unimed Inconfidentes. Um item que foi observado no período de envio da proposta foi estabelecer objetivos claros, com metodologias replicáveis e formas de medir e avaliar os resultados, além da contrapartida para o patrocinador.

Grande parte desse sucesso é resultado da persistência, e da prática de um conceito muito simples: quem é visto é lembrado. Em outras palavras, é necessário mostrar a cara e fazer acontecer. Por esse motivo, o simples fato da participação em concursos, palestras, eventos, seminários, entre outros, acaba colaborando com a possibilidade de dar visibilidade a essas causas. Dessa forma, em setembro de 2008, participei e fui convidado para a cerimônia de premiação dos finalistas do Prêmio 3M de Inovação Social, em Campinas – SP, onde na oportunidade pude expor as experiências com o projeto BomBom e fazer alguns contatos, além de adquirir da organização do evento material didático relacionado às políticas de elaboração e acompanhamento de projetos sociais.

E com relação aos acompanhamentos, há de se observar que só se consegue medir aquilo que se conhece. Portanto, nos concursos e prêmios que participei muito se discutiu acerca da importância de mensurar o desempenho, medir os resultados, gerar dados estatísticos e banco de dados. E essa medição precisa levar em consideração os aspectos inerentes aos objetivos propostos, sendo que uma observação relevante é quanto ao direcionamento de indicadores para a importância da sustentabilidade e para a questão ambiental e geração de renda.

Conforme orientação a respeito de informações de prêmios, concursos e patrocínios, a internet tornou-se um veículo de informação muito acessível e foi exatamente através dessa ferramenta que em março de 2008 participei do XXIII Prêmio Jovem Cientista do

CNPq com o Tema: Educação para Reduzir as Desigualdades Sociais. Cumpre destacar, que realmente existem muitas oportunidades de captação de recursos, e em grande parte por iniciativa de políticas públicas. Por esse motivo, vale a pena fazer um planejamento estratégico voltado para a elaboração de propostas que sejam contempladas por iniciativas do governo, haja vista que o propósito do governo é exatamente este: identificar e apoiar práticas eficazes de gestão, que colaborem com as políticas públicas, seja no setor de cultura, esporte, tecnologia, dentre outras.

Outro excelente resultado, e ao mesmo tempo grande desafio para o ano de 2009, é a parceria firmada com a Samarco Mineração S/A para patrocínio do projeto BomBom. Mas existe uma grande diferença que precisa ser observada: na iniciativa privada, o planejamento dispõe de várias formas de financiamento, incentivadas inclusive pelo governo e quanto maior o risco maior o retorno. Já nos projetos sociais, aprendi que quanto maior a confiança, maior a responsabilidade de justificá-la. Porém, os financiamentos ficam fadados a busca incessante pelo apoio do governo e por parcerias com empresas que além de financiamento, também colaborem para o desenvolvimento e alcance das metas.

Com relação ao apoio do governo, vale ressaltar que no mês de dezembro de 2008 foi uma grata surpresa receber a premiação em dois concursos. No Concurso Pontos de Leitura 2008, do Ministério da Cultura fui agraciado com uma biblioteca montada, com cerca de 500 livros, e toda a estrutura para fazer desse acervo uma oportunidade para incentivar e melhorar o interesse, de crianças e jovens, em relação à leitura.

E, finalmente, fui um dos vencedores do Prêmio Brasil Esporte e Lazer de Inclusão Social 2008 do Ministério dos Esportes. Com certeza, mais do que esporte, por trás desse projeto pode-se dizer que existem vários nortes, que envolvem saúde, cultura, educação. Não se pode separar um do outro, pois na base de formação de um cidadão são pré-requisitos básicos e indispensáveis, e que infelizmente, muitos não têm acesso.

Quando um órgão como o Ministério dos Esportes se propõe a ouvir o povo, através de iniciativas como a desse prêmio, signi-

fica que as portas estão abertas para a discussão a respeito de como podemos caminhar juntos. Não adianta criar projetos de políticas públicas sem levar em consideração e sem conhecer a realidade da base da pirâmide social do Brasil, lembrando que só se consegue controlar aquilo que se conhece.

Discussão

Muito se tem discutido a respeito da legitimidade das ONGs. Na verdade, o termo atual é OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, regulamentada pela Lei 9790 de 1999. O que acontece na prática é que alguns “picaretas” usam de sua influência para se beneficiar com gestões fraudulentas e desvios de verbas públicas, através da criação de uma OSCIP. A fiscalização federal tem trabalhado para evitar esse tipo de fraude, mas o que acontece na prática é que a captação de recursos fica cada vez mais rígida, dificultando, dessa maneira, que projetos pequenos sejam executados, pois com o excesso de burocracia fica muito difícil se adequar aos pré-requisitos exigidos.

Vale lembrar também, que existe uma carência de pessoas habilitadas para elaborar projetos enquadrados nos moldes exigidos e aceitos. Desta forma, existe a consonância das idéias de Melo Neto E Froes (2001), que corroboram na conclusão de que um grande erro de alguns gestores sociais é pensar excessivamente na filantropia, e deixar de focar também na sustentabilidade. Uma idéia às vezes é muito boa, mas na hora da fundamentação e estruturação dessa idéia, muitos não conseguem obter sucesso. Contudo, é de grande relevância a iniciativa deste concurso, em divulgar os cadernos editados com base nas contribuições dos trabalhos técnicos, científicos e pedagógicos, através da Coleção Prêmio Brasil de Esporte, Lazer e Inclusão Social. Outra grande contribuição, no cenário das ações sociais, será a promoção de discussão dos trabalhos premiados em atividades de divulgação do Prêmio, para a capacitação de gestores e agentes de políticas públicas. Com essa disseminação de boas práticas, se estabelece entre esses gestores, uma troca de experiência através da necessária relação ganha-ganha.

Dessa forma, considerando que existe uma necessidade de capacitação destes gestores sociais, não se pode deixar de mencionar

a importância de uma ferramenta nesse processo: são os indicadores de desempenho. Pois, sabe-se que a grande incerteza para quem investe e incentiva é a resposta da pergunta: o que será gerado com o recurso aplicado? Por esse motivo, mensurar o desempenho, medir os resultados e gerar dados estatísticos, torna-se uma síntese para que uma boa gestão seja transparente e justifique a credibilidade de parceiros e beneficiados.

Conclusão

Diante do exposto, sabe-se que a todo o momento a vida nos apresenta várias situações, que nos fazem refletir a respeito de como enxergamos na mesma situação, uma ameaça ou oportunidade. Para tanto, o que discerni uma da outra é a escolha entre agir ou fugir da realidade. Quando se enfrenta um obstáculo, utiliza-se dos pontos fortes e aprende-se com os pontos fracos. Mas de qualquer maneira, o resultado é sempre positivo quando se descruza os braços para abraçar causas sociais.

As dificuldades servem como amadurecimento, não se consegue andar antes de engatinhar, é preciso obedecer cada etapa do processo, e agir comprometido em mudar a realidade. Lembrando do compromisso, de sempre buscar parcerias que estejam engajadas em colaborar para a mudança de uma realidade, e a criação de novas perspectivas para a sociedade.

Outro ponto fundamental é a busca constante pelo “feedback”. É extremamente importante se aproximar do público atingido. Essa resposta pode ser por meio de observação, de conversa, pesquisa, etc., mas deve servir de balizador e base para mudanças e aprimoramentos.

Mas nenhuma dessas ações será bem sucedida se não houver trabalho em equipe. Não basta querer ser um soldado herói, pois para se tornar um agente de transformação social, a palavra chave é parceria. E considerando os propósitos do projeto BomBom, temos um longo caminho pela frente e a palavra sucesso sempre vai fazer parte do nosso vocabulário, sempre com a humildade de quem ensina o que sabe, mas sempre está buscando aprender quando ensina. Usando as pedras do caminho para construir um futuro melhor.

Referências bibliográficas

ABNT. *Responsabilidade social*. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/default.asp?resolucao=1024X768>>. Acesso em 05/01/2009.

DRUCKER, Peter F. *Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas*. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

GOMIERO, Fernando. Responsabilidade social: Uma questão de sobrevivência. *Revista Brasileira de Administração*, Brasília – DF, CFA. a. XI, n. 35, dez. 2001. p. 20.

GONÇALVES, Neimar Anunciação. *Como transformar um obstáculo em oportunidade*. Monografia. UNIPAC – Itabirito – MG, 2007.

GOVERNO FEDERAL. *Lei 9790 de 1999 - Lei das Osiap*. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Disponível em:

<<http://www.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/reformasinstitucionais/sintessedalegislacao/leis/LEI%2009.790.99.pdf>>. Acesso em 09/01/2009

MELO NETO, Francisco P. de; FROES, César. *Gestão da responsabilidade corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

NELSON, Bob. *Faça o que tem de ser feito e não apenas o que te pedem*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

REGIÃO SUL

MAPEAMENTO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO NO BRASIL E A GESTÃO DESTE NO MUNICÍPIO DE ESTRELA/RS

Daiane Wagner do Couto⁸⁸
Ms. Alessandra Brod (Orientadora)

Resumo: Este trabalho é a síntese da monografia de especialização em Esporte Escolar, realizado pela Universidade de Brasília, através do Ministério do Esporte. Teve como cerne de sua pesquisa saber quais os municípios que deram continuidade ao Programa Segundo Tempo entre 2003 a 2006; identificar qual esfera administrativa com maior número de renovações, além de configurar o município de Estrela/RS como gestor contínuo no processo de renovação e os mecanismos utilizados por este para permanecer sistematicamente com o Programa Segundo Tempo. A metodologia utilizada foi à qualitativa-descritiva, tendo como base a descrição, análise e interpretação através de dois caminhos: a análise documental e a experiência de gestão do Programa Segundo Tempo no município de Estrela no período de 2003 a 2006.

Palavras chave: Políticas Públicas, Esporte, Programa Segundo Tempo.

O esporte é tradicionalmente conhecido pelos benefícios que traz ao desenvolvimento humano, na contribuição para a formação física e intelectual. Estabelecendo conceitos de liderança, trabalho em equipe e disciplina. Os quais são estimulados desde a infância, de maneira a formar indivíduos mais solidários e com sentido de cooperação. (BRASIL, 2004)

⁸⁸ Graduada em Educação Física com Especialização em Atividade Física e Saúde pela UNISC/ Santa Cruz do Sul (RS) e Especialização em Esporte Escolar pela UNB Brasília (DF); Coordenadora Geral do Programa Segundo Tempo; Coordenadora Técnica do Programa Esporte e Lazer da Cidade – Vida Saudável; Coordenadora do Departamento Central de Projetos da Prefeitura Municipal de Estrela (RS) e Professora de Educação Física do Ensino Fundamental e Médio da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. Contato: dw_dc@hotmail.com

Segundo a UNESCO (1999)⁸⁹, a cada dólar investido na área do esporte, atividade física, educação física, há uma economia de 3,2 dólares na área da saúde. Sem levar em conta, a economia nas áreas da educação, assistência social e segurança pública entre outros. Estes dados nos levam a questionar a importância do desenvolvimento do esporte como forma de promoção da qualidade de vida, inserção na sociedade e de lazer para os cidadãos.

A Educação Física Escolar, vista a priori, exclusivamente como um processo educacional deve ser valorizada por todas as áreas, como o esporte, lazer, cultura, economia, segurança, meio ambiente, assistência social, saúde, entre outras. Conjuntamente com as áreas citadas, a Educação Física Escolar promove ações importantes e relevantes na melhoria da qualidade de vida e na socialização de crianças e jovens em um processo de formação da cidadania.

Em 2003, o Ministério do Esporte, através da Secretaria Nacional de Esporte Educacional criou o Programa Segundo Tempo. Este tem como objetivo a democratização e o acesso à prática esportiva no contra-turno escolar. É de caráter complementar com a finalidade de colaborar com a inclusão social, bem estar físico, promoção da saúde e o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Desde a sua criação o Programa Segundo Tempo já atendeu a 980.038⁹⁰ mil crianças em todos os estados do Brasil e Distrito Federal, mas infelizmente ainda não em todos os municípios. O Programa Segundo Tempo é um programa de fácil implantação, pois tem como eixo principal atender as crianças em idade escolar no contra-turno deste. Quando não muitos são realizados em escolas públicas.

⁸⁹ Dados obtidos através da Declaração de Punta Del Este de 1999, promovido pela UNESCO e Organização Mundial da Saúde.

http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo_exibe1.asp?cod_noticia=196 acesso em 17 de abril de 2007.

⁹⁰ Visualização do Programa Segundo Tempo no Brasil:

<https://www.seguro.esporte.gov.br/segundotempo/visualizacaoBrasil.asp> acesso em 15 de janeiro de 2007.

Visualizando o mapeamento⁹¹ realizado pelo Ministério do Esporte constatamos que 1.481 municípios são atendidos pelo Programa Segundo Tempo em universo de 5.563⁹² municípios de todo o país mais o Distrito Federal. Destes que participam desde o primeiro ano de implantação, poucos são os que conseguem renovar sistematicamente. Os que não renovaram mais inviabilizam os participantes de usufruir e formar vínculos com este programa e de se apropriar dos benefícios que ele gera.

Objetivamos através desta exposição: mapear o Programa Segundo Tempo em todos os estados da federação e configurar o município de Estrela como gestor contínuo no processo de renovação e permanência, além de relacionar os mecanismos utilizados pelo município de Estrela para manter o Programa Segundo Tempo sistematicamente. Buscou-se identificá-lo, ou não, como uma política pública voltada para a ação social. Existe certa dificuldade em encontrar literatura específica voltada para a orientação dos gestores públicos de como construir políticas públicas eficazes, eficientes e efetivas dentro de uma ótica que busque o bem-estar do cidadão.

A metodologia do presente trabalho teve uma abordagem qualitativo-descritiva, onde não há possibilidade de generalizações, e as interferências que se produz a partir do processo investigatório se traduzem em hipótese de trabalho, se referindo ao um contexto em particular (MOLINA NETO, 1999). O cerne desta pesquisa está embasado na descrição, análise e interpretação das informações subsidiadas através de dois caminhos: a análise documental com a consulta ao banco de dados do site do Ministério do Esporte; mapa de distribuição e Visualização do Programa Segundo Tempo, onde consta todos os parceiros, ano de convênio e número de vezes que estes conveniaram ou renovaram com o Ministério para a execução do Programa Segundo Tempo de 2003 a 2006; manual de orientação e

⁹¹ Visualização do Programa Segundo Tempo no Brasil:

<https://www.seguro.esporte.gov.br/segundotempo/visualizacaoBrasil.asp> acesso em 05 de fevereiro de 2007.

⁹² Dados por estado do numero de municípios - <http://www.ibge.gov.br/estadosat> acesso em 18 de janeiro de 2007.

legislação e o relatório do tribunal de contas da União referente ao Programa do ano de 2005.

E o segundo instrumento foi a experiência da gestão do Programa Segundo Tempo no município de Estrela durante o período do ano 2003 ao ano 2006, com planos de trabalhos, mecanismos de encaminhamento, prestação de contas e gerenciamento do programa durante sua execução. As informações sobre o funcionamento do Programa Segundo Tempo no município de Estrela/RS foram experiências da própria autora deste trabalho.

Políticas Públicas Sociais

O artigo sexto da Constituição Federal estabelece que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados. Todos esses direitos são pertinentes a todas as pessoas que moram neste país.” (BRASIL, 1988).

Muitas leis já foram formatadas e implantadas durante o período em que a Constituição está em vigor, portanto, agora cabe mais aos gestores colocarem em prática, do que aos legisladores as políticas públicas da ordem social.

“A gestão social de uma política pode ser entendida como uma ação gerencial que se desenvolve por meio da interação negociada entre o setor público e a sociedade civil (Tenório 1996 apud Cunha e Cunha, 2002 p.17), o que pressupõe inter-relação constante entre o poder público, os cidadãos e as organizações que os representam. (CUNHA E CUNHA, 2002, p.17)”.

Cunha e Cunha (2002, p.18) colocam que “a gestão dos sistemas das políticas públicas sociais implicam numa relação de cooperação e complementaridade entre União, estados e municípios no desenvolvimento de ações compartilhadas com a sociedade civil, por meio de redes de serviços de atenção a população (saúde, educação, assistência social, proteção à criança e adolescente, e outras).” O órgão gestor municipal tem a responsabilidade pelo exercício das funções de planejamento, coordenação, organização e avaliação das ações

em estreita interação com os demais atores (conselhos, ONGS, prestadores de serviço e outros).

Para implantar esses sistemas de políticas públicas é necessário considerar a diversidade e a diferenciação apresentada pela realidade dos estados e municípios nos modelos de organização, nas atividades desenvolvidas, nos recursos disponíveis e na capacidade gerencial. Deve-se considerar também o quanto é importante que o processo de implementação dessas políticas seja acompanhado do desenvolvimento da capacidade técnica, administrativa, financeira e política dos gestores e dos diversos agentes que integram os sistemas. (CUNHA E CUNHA, 2002).

“As disposições legais sobre as formas de gestão dos recursos financeiros das políticas públicas sociais a serem adotadas pelas três esferas de governo consideram tanto o aspecto da descentralização político-administrativa, como também a autonomia administrativa e a agilidade do processo decisório de cunho financeiro que o sistema possibilita, além de ordenar a gestão política de forma a lhe garantir recursos necessários. (CUNHA E CUNHA, 2002 p. 20)”

Implantar um sistema de políticas públicas sociais requer criar um fundo que às mantém com órgãos fiscalizadores (conselhos municipais ou estaduais) que estão diretamente em contato com todas as ações realizadas pelos programas instalados. Cunha e Cunha (2002, p.20) ressaltam que “os fundos como instrumentos de gestão, possuem vantagens inequívocas para aqueles que assumem o compromisso com uma administração transparente, mas inevitavelmente um problema para o que permanecem na cultura da administração pública tradicional”.

O Esporte e suas dimensões

O esporte é um fator de desenvolvimento humano, contribuindo na formação integral das pessoas e na melhoria da qualidade do conjunto da sociedade, não devendo ser visto como um instrumento para solucionar ou desviar a atenção dos problemas sociais.

Socialmente, o esporte contribui no campo da solidarieda-

de, auto-estima, respeito ao próximo. Ele também é um facilitador da comunicação, tolerância, visão coletiva de cooperação, disciplina, respeito às regras e vida saudável. Contribui no combate a doenças, evasão escolar, uso de drogas, política de segurança pública entre outros. Estes possibilitam o desenvolvimento integral do ser humano em todas as suas díades de relacionamentos e em seu papel na sociedade.

O esporte também é fator econômico, pois gera emprego e renda, projetando uma dinâmica cadeia rentável. Na indústria produzem-se os materiais e equipamentos esportivos; o comércio distribui; a mídia divulga, nos eventos que ocorrem e que mobilizam centenas de pessoas, dependendo da proporção do evento, desde a sua preparação, a execução e término. Portanto, a rede na qual economicamente o esporte esta inserido é propulsor, mas pouco explorado financeiramente pela falta de valorização do esporte perante a sociedade.

Em 2000, um marco institucional para o esporte foi à criação e implantação da Comissão Nacional dos Atletas e a instituição da Câmara Setorial do Esporte esta, composta por representantes da sociedade esportiva brasileira, onde foram definidos os pontos fundamentais para a revitalização do esporte escolar a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais os quais estabelecem: a não seletividade da educação física nas escolas; a importância do princípio da inclusão; a consciência de que os esportes não devem ser privilégios de esportistas profissionais; e a valorização dos aspectos éticos e morais, proporcionando o desenvolvimento de processos de controle. (TCU⁹³, 2006)

A partir dessas considerações entendemos que a Educação Física tem a função de *Educar* para e pelo esporte e todas as suas dimensões: pedagógica, cultural corporal e inclusiva, compreendendo e transformando a realidade que nos cerca, partindo de sua especificidade que é a cultura do movimento humano.

⁹³ BRASIL, 2006. Tribunal de Contas da União – Relatório da Auditoria de Natureza Operacional executada no Programa Segundo Tempo. Acórdão número 214/2006-P.

Diretrizes do Programa Segundo Tempo

O Ministério do Esporte criado pela Medida Provisória 103 de 1º de janeiro de 2003, com a missão de “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e lazer como direitos sociais do cidadão, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano”. (BRASIL, 2004 p.05) O pensamento é de assegurar o acesso a todos, às atividades esportivas e de lazer, contribuindo assim para a redução do quadro de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social que aflige boa parte da população brasileira (BRASIL, 2004).

Este programa implantado e disseminado desde 2003, vem na tentativa de provocar mudanças de conceito sobre o papel que a atividade esportiva e de lazer desempenha em nossas vidas. Fomentando assim a necessidade de se repensar todas as ações públicas e privadas e as formas de gestão de todos àqueles responsáveis pelo esporte e lazer, tanto profissionais como gestores que há muito vem sendo relegada ao segundo plano.

O Programa Segundo Tempo constitui-se numa iniciativa do Ministério do Esporte em parceria com o Ministério da Educação, para democratizar o acesso à prática esportiva de crianças e adolescentes matriculados em escolas públicas do Brasil. Por meio de atividades esportivas no contra turno escolar, pretende-se colaborar com a inclusão social, bem-estar físico, promoção à saúde e desenvolvimento intelectual de crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade social, portadores de necessidades especiais e jovens que estão fora da escola, ampliando assim sua possibilidade de retorno à comunidade escolar. (BRASIL, 2004)

O Programa caracteriza-se pelo acesso a diferentes modalidades esportivas, através de atividades individuais e coletivas desenvolvidas sob a forma de projetos educacionais em espaços físicos escolares ou não, que possam ser utilizados pelo público alvo do programa. As atividades podem ser desenvolvidas em qualquer dia da semana, desde que estabelecidas dentro do Plano de Trabalho⁹⁴.(BRASIL, 2004)

⁹⁴ Plano de Trabalho é um instrumento integrante do processo de solicitação de recursos financeiros para implantação de Projetos e Programas de acordo com a Instrução Normativa 01/97.

Os princípios que norteiam as ações do Programa estão fundamentados no saber coletivo (co-educação), na capacidade de organização grupal (cooperação), na reflexão crítica (emancipação), a partir da realidade na qual está inserido (conscientização). Todos eles são construídos com base em uma pedagogia inclusiva levando em conta as diferenças e as potencialidades de cada participante. (BRASIL, 2004)

As diretrizes e princípios didático-pedagógicos das atividades esportivas desenvolvidas serão de forma a possibilitar: autonomia organizacional, para permitir que organizações governamentais e não-governamentais interessadas, mobilizem-se espontaneamente e congreguem os estabelecimentos públicos de educação em suas regiões de atuação para integrar-se ao Segundo Tempo; descentralização operacional, para facilitar a implantação local ou regional, de forma que o planejamento e a implantação do Segundo Tempo atendam as disponibilidades próprias das organizações ou regionais; qualidade para fomentar a melhoria da qualidade pedagógica do ensino de atividades esportivas educacionais, principalmente pela oferta contínua de capacitação, de materiais didáticos e esportivos adequados e, ainda, de acompanhamento e avaliação permanentes; segurança, para incentivar que a prática das modalidades esportivas no âmbito do Segundo Tempo aconteça com monitoramento profissional, resguardando a integridade dos alunos envolvidos no esporte educacional; liberdade de escolha, permitindo que os alunos atendidos exerçam sua liberdade de escolha ao decidir-se pela prática do esporte educacional e das modalidades oferecidas de acordo com a sua capacidade e seu interesse; democratizar a atividade esportiva, incentivando o acesso às atividades esportivas educacionais do Segundo Tempo sem quaisquer distinções ou formas de discriminação individual ou coletiva.

Mapeamento do Programa Segundo Tempo no Brasil

Uma das proposições deste trabalho foi o de mapear o Programa Segundo Tempo, atuante em todos os 26 (vinte e seis) estados do país, inclusive o Distrito Federal, durante o período de 2003 a 2006.

Após analisar todos os estados⁹⁵ inclusive o Distrito Federal,

⁹⁵ Os dados e gráficos deste trabalho constam do trabalho original.

observamos que as regiões sul, sudeste, e o estado da Bahia (Nordeste), além do Distrito Federal são os grandes propulsores do Programa Segundo Tempo no País. Com um número significativo de entidades e frequências de renovação de convênios. Aqui cabe destacar a Prefeitura Municipal de Estrela no Rio Grande do Sul que conviniu consecutivamente nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006. No Estado do Paraná, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro com três convênios nos anos de 2003, 2004 e 2006.

Na região sudeste, em São Paulo, com a Prefeitura Municipal Estância Turística de Piraju, conviniendo nos anos de 2004 (três convênios), 2005 e 2006, e Bola pra Frente uma ONG que conviniu nos anos de 2004 (dois convênios), 2005 e 2006. Em Minas Gerais com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte conviniendo no ano de 2003 (dois convênios), 2004 e 2005. No Rio de Janeiro, a entidade Rumo Certo obteve cinco convênios em 2003 (dois convênios), 2005 e 2006 (dois convênios). E no Espírito Santo com a Prefeitura Municipal de Vitória em 2004 e 2006 (com dois convênios).

Na região Nordeste, destaca o estado da Bahia através da Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana nos anos de 2003, 2005 e 2006. O Estado do Ceará com a Prefeitura Municipal de Sobral, com três convênios em 2003, 2004 e 2006. Pernambuco com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes com dois convênios em 2003, e um respectivamente 2004 e 2005. E o Distrito Federal com a entidade de Obras de Promoção de Assistência a Infância e Adolescência com três convênios nos anos de 2003, 2004 e 2005.

Analisando globalmente verificamos que somente uma entidade em todo o país, pelos dados coletados, conviniu anualmente com o Ministério do Esporte para a execução do Programa Segundo Tempo, a Prefeitura Municipal de Estrela, no Rio Grande do Sul, cabe aqui ressaltar que o SESI Nacional (Serviço da Indústria e Comércio) não entrou na análise deste trabalho, pois não configura como uma entidade pública ou privada que tem como localização um estado específico. Com a apresentação destes dados vemos que poucas são as entidades públicas e privadas que possui um olhar voltado à continuidade de um trabalho sério, uma possível política pública, ou

até mesmo estabelecendo com a continuidade do Programa Segundo Tempo uma política pública, pois só há interesse em manter e desenvolver uma ação, quando esta traz resultados, funciona e possui uma gestão que a torne uma prática sistemática e confiável perante a comunidade na qual ela é desenvolvida.

Programa Segundo Tempo no Município de Estrela/ RS

O município de Estrela está localizado no Estado do Rio Grande do Sul, inserido no Vale do Taquari, situado à margem esquerda do Rio Taquari. A Prefeitura Municipal de Estrela é a entidade gestora do Programa Segundo através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Estrela (SMEL), criada no ano de 1985. O Programa Segundo Tempo é desenvolvido desde o ano de 2004, sendo que o Projeto Navegar desde 2001, este subprojeto do Programa Esporte Solidário.

O desenvolvimento de Projetos Esportivos Educacionais entre o Ministério do Esporte e Prefeitura Municipal de Estrela iniciou-se no final do ano de 2001 com o Projeto Navegar, este um projeto que consiste na prática dos esportes náuticos de vela, remo e canoagem no contra turno escolar. Em Estrela ele é realizado no Parque Náutico do município onde consta com toda a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento do Projeto. Em 2001, no primeiro convênio atendeu 160 crianças, com duração de 5 meses, já em 2003 sua duração foi de 10 meses sendo que a cada 5 meses o projeto atendeu 160 crianças, neste mesmo ano o Projeto Navegar atendeu crianças portadoras de necessidades especiais. Além das aulas práticas o Projeto Navegar possui aulas teóricas sobre as modalidades esportivas náuticas, assim como, atendimento odontológico e palestras sobre saúde e meio ambiente, atividades extras também são realizadas como participação em eventos náuticos e em campanhas de conservação e limpeza do Rio Taquari.

Em 2004, sabendo da nova estruturação dos Programas voltados ao Esporte Educacional do Ministério do Esporte, a Prefeitura Municipal de Estrela pleiteou o Programa Segundo Tempo sendo contemplado no mesmo ano e executando pela primeira vez em Estrela. Atendendo a um público de 400 crianças distribuídas em 02

núcleos com idades em 09 a 14 anos da rede pública do município de Estrela.

Embasados nos objetivos e metodologia do Programa Segundo Tempo, além dos constantes na Proposta Técnica de 2004⁹⁶, enviado com o Plano de Trabalho, o programa ocorreu de outubro de 2004 a outubro de 2005. Durante este período, iniciou-se o processo de renovação do Programa Segundo Tempo para a execução do Projeto Navegar, pois este foi incorporado para possibilitar a sua continuidade nos núcleos que já estavam instalados antes de 2003. Assim, em setembro de 2005, o município de Estrela foi contemplado com o convênio, ocorrendo sua execução de setembro de 2005 a outubro de 2006, atendendo 320 crianças, sendo 160 crianças nos cinco primeiros meses e 160, nos últimos cinco meses. A metodologia de implantação das atividades do Projeto Navegar possui peculiaridades que o diferem do Programa Segundo, pois para a execução do Navegar as turmas podem ter no máximo 15 crianças. Quando do término do Programa Segundo Tempo/Projeto Navegar em outubro de 2005, iniciamos uma nova renovação do Segundo Tempo, sendo contemplado em dezembro de 2006 e que finalizou em fevereiro de 2008. Nesta última operacionalização do Segundo Tempo teve sua formatação diferenciada⁹⁷ atendendo 100 crianças em cada núcleo. Com esta experiência as turmas tiveram a capacidade máxima de 25 crianças oportunizando mais qualidade e permanência no Segundo Tempo.

A gestão do Programa Segundo Tempo está embasada no gerenciamento contínuo de todos os processos de pleito ao programa, execução e prestação de contas do convênio, no qual foi construída a Arquitetura de Capilaridade⁹⁸. A arquitetura de capilaridade abrange o processo e a articulação de toda uma rede de

⁹⁶ Proposta Técnica de 2004 – elaborado pela autora deste trabalho. Encontra-se nos documentos arquivados do Programa Segundo na Prefeitura Municipal de Estrela/RS

⁹⁷ Aprovado pelo Plano de trabalho do convênio 100/2006.

⁹⁸ O princípio da Arquitetura de Capilaridade está embasada no Mapeamento de Potenciais Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis (chamada pública 01 do Ministério do Meio Ambiente, 2006.) http://www.pr5.ufrj.br/historico_noticia/julho/chamadaMMA001_2006.pdf acesso em 17 de abril de 2007.

informações voltadas para uma mesma ação, tanto de pessoas como de mecanismos administrativos que propiciam uma dinâmica rede que permite com que a gestão seja concatenada com o proposto no início do processo até o seu término. Todos estes procedimentos estão a cargo do coordenador geral.

O processo de Pleito ao Programa inicia com a elaboração do projeto básico (proposta técnico-pedagógica) e o plano de trabalho (cronograma físico-financeiro de desembolso dos recursos necessários para a execução do Programa), viabilidade financeira do proponente para verificar se possui a contrapartida necessária e há a possibilidade real de execução do programa. Coleta toda a documentação básica - os condicionantes legais (documentos referentes ao conveniente) que são integrantes do processo de solicitação de recursos. Após, estabelecido o convênio entre o conveniente e concedente, o Coordenador Geral inicia o processo de implantação dos núcleos, articulando com as escolas (direção e professores) a instalação do programa, assim como, a captação dos alunos que realizarão o projeto. Conjuntamente, captam-se os recursos humanos, assim como encaminha para a licitação a compra dos outros materiais necessários para o início do Programa.

Quanto à execução esta divide em: administrativo-pedagógico e financeiro. No administrativo pedagógico conta com o apoio do supervisor, coordenador de núcleos e monitores para que o estabelecido no Projeto Básico seja realizado, assim como a articulação entre o programa e a Escola/associação onde este está inserido. Estabelece reuniões quinzenais com a equipe do Programa Segundo Tempo para verificar as boas práticas e dificuldades encontradas. Encaminha trimestralmente um relatório das atividades desenvolvidas pelos núcleos a Coordenação do Programa Segundo Tempo – Secretaria Nacional de Esporte Educacional.

No Financeiro, contratasse os recursos humanos, encaminha e controla todos os processos de compras específicos para o programa, controle de gastos, assim como já inicia a coleta dos documentos que farão parte da Prestação de Contas Financeira do convênio. Monitora as necessidades de aditamento de prazo ou readequação ao plano de trabalho e a vigência do Programa.

O Coordenador Geral Local do Programa Segundo Tempo é o elo entre o conveniente e concedente, estando ao par, de todas as orientações advindas da Coordenação Nacional do Programa. Na fase da Prestação de Contas, o Coordenador Geral realiza a prestação de contas financeira, encaminhando e demonstrando que todos os recursos repassados pela concedente e mensurados como contrapartida foram gastos de forma legal e de acordo com o pactuado no Plano de Trabalho, através do convênio. Presta contas também do objeto estabelecido no convênio, que é através de um relatório de gestão, descrevendo todos os objetivos e metas alcançadas, o número de atendimento, de que forma se processou as atividades estabelecidas, quais foram os intervenientes, os impactos gerados na comunidade enquanto do funcionamento do programa. Além de fotos e reportagem do andamento do Segundo Tempo durante sua execução.

Conclusão

Após as leituras realizadas sobre políticas públicas, o esporte e suas dimensões, assim como todos os dados coletados, analisados e apresentados, pode-se dizer que os gestores quando pensarem em suas agendas de trabalho durante o processo eleitoral, e após o pleito se assim a população definir, devem saber muito bem como conduzir de forma eficaz, efetiva e eficiente suas propostas. Pois cabe a eles o progresso e o sucesso do seu município, estado ou país. Os gestores precisam realizar um diagnóstico das necessidades e anseios da comunidade para depois elaborar com sua equipe de trabalho ações que promovam o bem estar de seus munícipes.

Por ora, sabemos que poucos são os que estão dispostos a dar continuidade a este programa; entre as esferas governamentais ou não governamentais, a municipal é a que possui maior número de convênios, comparando na proporcionalidade de municípios e conseqüentemente, de estados. Verificou-se também que os municípios são os gestores que proporcionaram uma maior continuidade ao Programa Segundo Tempo em suas localidades, podendo assim, conjecturar que nestes há uma possível política voltada para este setor. E não é o que vemos freqüentemente, pois com as trocas de

governo todas as ações anteriores são refutadas, encerradas, para iniciar um novo programa de trabalho sem dar continuidade ao que estava dando certo até o momento.

Apresentar a estrutura de gestão do Programa Segundo Tempo no município de Estrela/RS tem o intuito de socializar a prática de gerenciamento do programa. E cabe ressaltar que a função do Coordenador Geral não é única, pois ele precisa trabalhar concatenado com o gestor financeiro, jurídico e administrativo de sua instituição. Assim como ter bons profissionais ao seu lado para estar atuando com as crianças e adolescentes nos núcleos. Estes profissionais é que realmente são os agentes do Programa Segundo Tempo. São eles que diariamente, junto aos núcleos fazem com que os participantes permaneçam no programa, realizando as atividades esportivas de forma prazerosa, contribuindo assim para o seu processo de desenvolvimento social. O Coordenador Geral do programa é apenas um gestor, que propicia condições favoráveis para que o Programa Segundo Tempo continue em sua comunidade.

Analisando globalmente todo o processo das políticas públicas, e neste pontualmente a do esporte, vemos que urge desenvolver políticas públicas assentadas em planejamentos efetivos das necessidades eminentes da sociedade, pois como ressalta Figueredo e Figueredo (1996 *apud* ARRETCHE, 2001) o sucesso ou fracasso de um programa determinarão efetivamente mudanças nas condições sociais prévias da população a ser atingida pelo programa.

Reforçando o pensamento, há pouca literatura na área do esporte voltada para políticas públicas. O que há, são teorizações dos conceitos e dos porquês do esporte e do lazer como benefícios para a população, mas de fato, discussões de como se processa a tríade entre as questões técnica, administrativa e financeira de um programa ou projeto não são pontuadas e nem aprofundadas nas literaturas existentes. Faz-se necessário divulgar as boas práticas de gestão e de como elas ocorrem para socializar e serem utilizadas pelos demais. A visão dos responsáveis pelos processos administrativos difere daqueles que por de trás da janela apenas contemplam o espetáculo. Portanto, os pensadores devem aliar-se aos gestores e esses vice-versa

para colocar um pouco mais de prática a suas teorias e um pouco mais de teoria em suas práticas.

Desenvolver o Programa Segundo Tempo é cuidar não somente da criança, pois esta é o agora; mas amanhã será o adulto e mais tarde o idoso. Portanto, é propiciar ao cidadão uma qualidade de vida não apenas neste momento, mas sim, para o amanhã.

Referências bibliográficas

ARRETCHE, Marta T.S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E.M. (Org.) *Avaliação de políticas públicas sociais: uma questão em debate*. 3.ed. São Paulo: Cortez – Instituto de Estudos Especiais, 2001. 155p.

BRASIL. *Constituição*: República Federativa do Brasil – 1988. Brasília, Senado Federal/Centro Gráfico, 1988. 292p.

BRASIL, *Primeira Conferência Nacional do Esporte: esporte, lazer e desenvolvimento humano* – Documento Final – Brasília-DF, 17 a 20 de junho de 2004.

BRASIL, *Diretrizes e orientações do Programa Segundo Tempo* – Encontro de Capacitação do Programa Segundo Tempo em setembro de 2004. Brasília: Ministério do Esporte, 2004, 91p.

BRASIL, 2006, *Tribunal de Contas da União* – Relatório da Auditoria de Natureza Operacional executada no Programa Segundo Tempo. Acórdão número 214/2006-P. 2006. 51p.

BRASIL, *Instrução Normativa da Secretaria Nacional do Tesouro Nacional*, número 01 de 15 de janeiro de 1997. Brasília-DF, 1997. http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/IN1_97.pdf acesso em 17 de abril de 2007.

BRASIL, *Mapeamento de Potenciais Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis*, Chamada Pública 01 de 2006, Ministério do Meio Ambiente http://www.pr5.ufrj.br/historiconoticia/julho/chamadaMMA001_2006.pdf acesso em 17 de abril de 2007.

BRASIL, *Visualização do Programa Segundo Tempo*. Ministério do Esporte, Programa Segundo Tempo, Área restrita, <https://>

www.seguro.esporte.gov.br/ segundotempo/visualizacaoBrasil.asp, acesso em 15 de janeiro e 05 de fevereiro de 2007.

CUNHA, E.P. CUNHA, E.S. Políticas públicas. In CARVALHO, A., SALLES, F., GUIMARAES, M., UDE, Walter (ORG) *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Proex 2002. 142p.

IBGE, *População: censo demográficos*, <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000universo.php?tipo=31&paginaatual=1&uf=43&letra=E> acesso em 08 de março de 2007.

MOLINA NETO, V., TRIVIÑOS, A. N S (Org.) *A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas*. Porto Alegre: Ed Universidade UFRGS Sulina, 1999.

SAUDE EM MOVIMENTO, *Declaração de Punta Del Este de 1999*, http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo_exibe1.asp?cod_noticia=196 acesso em 17 de abril de 2007.

CATEGORIA 3
RELATOS DE EXPERIÊNCIA

REGIÃO CENTRO-OESTE

PENSANDO O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL

Ivete Figueira da Silva⁹⁹

Resumo: Este trabalho teve por finalidade apresentar o Programa Segundo Tempo como um dos instrumentos de inclusão social, contribuindo assim com o debate sobre alternativas para o enfrentamento da problemática da exclusão social que penaliza a cada dia milhares de pessoas que não têm acesso às condições mínimas de dignidade e cidadania. Destacando-se as evoluções que o Programa Segundo Tempo proporcionou e a relação entre as atividades esportivas e a inclusão social possibilitada, além do destaque aos desafios vivenciados. Por isto, a pesquisa analisou especificamente os alunos que participavam das atividades do Programa Segundo Tempo, no núcleo Nova Cidadania, localizado na comunidade de Santa Maria no Distrito Federal.

Nos últimos anos tem sido discutida aos quatro cantos do Brasil a necessidade de se fazer inclusão social que deveria ser fruto de uma política pública com destinação orçamentária, a fim de que existam mais ações que promovam a inclusão e equiparação de oportunidade a todos os cidadãos. A educação é uma condição indispensável para a efetivação dos meios para a inclusão social, entendendo que excluídos são os indivíduos com baixa escolaridade, baixa renda, com limitações físicas e idosas. No entanto deveria existir uma ação de imediato, com prioridade para crianças e adolescentes, pois são eles que formarão as gerações futuras. Através da educação o indivi-

⁹⁹ Ensino Superior-Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Administração Educacional /Empresa. Especialização em Esporte Escolar ministrado pela UNB - Universidade de Brasília. Projeto Publicado na Biblioteca da UNB – Pensando o Programa Segundo Tempo no Processo de Inclusão Social. Atua na Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do DF, na função de Coordenadora Pedagógica, Associação Cultural e Desportiva Nova Cidadania na função de Coordenadora do Programa Segundo Tempo. Contato: ivete.figueira@yahoo.com.br

duo pode tomar consciência do seu papel dentro da sociedade, tornar-se mais crítico e conhecer seus direitos e deveres.

A implantação de programas sociais como eixo de desenvolvimento exige medidas audaciosas e criativas, mas no Brasil tais medidas quase sempre foram tratadas como questões vinculadas ao assistencialismo. O Programa Segundo Tempo pode significar mudanças de comportamento, porque tem como prioridades melhorar a qualidade de vida das pessoas que habitam os bairros de periferia, garantindo a cultura, o lazer, e o esporte, buscando deixar o assistencialismo de lado. Nesse sentido, a implantação deste Programa, onde se concentra a população de baixa renda, representa ações em direção à inclusão social e à cidadania.

Este trabalho teve como objetivo geral analisar a importância do Programa Segundo Tempo no processo de inclusão social dos alunos matriculados no núcleo Nova Cidadania. Observou-se a prática cotidiana dos alunos na faixa etária entre 07 a 17 anos inscritos no Programa Segundo Tempo, e através de entrevistas foi possível ouvir a opinião e expectativas destes alunos em relação ao Programa. Foi objetivo Específico identificar o desenvolvimento das atividades realizadas no Projeto e suas contribuições para a sociedade local.

Ressalta-se que o relato não pretende solucionar os problemas existentes citados, mas a intenção é levantar o interesse para a importante reflexão sobre a relevância de tais temáticas. Para sustentação teórica deste trabalho vários livros foram pesquisados, lidos e articulados às idéias desenvolvidas.

Este estudo foi realizado no núcleo Habitacional de Santa Maria, situada entre a DF-290 a oeste, a BR-040 a leste e os núcleos rurais do Alagado e Santa Maria ao sul, a localidade mais próxima é o Gama e a Vila DVO no Distrito Federal e o Novo Gama, Pedregal e Valparaíso, no estado de Goiás. Santa Maria está rodeada pelo rio Ribeirão Alagado e Santa Maria, que dá nome à cidade. Surgiu como assentamento na década de 90, e se tornou rapidamente um conjunto urbano com características de cidade. Permaneceu como área rural do Gama até 1992, quando a Lei nº. 348/92 e o Decreto nº. 14.604/93 criou a Região Administrativa Santa Maria, que estava desprovida dos equipamentos básicos de saúde, educação, seguran-

ça, urbanização e saneamento básico. Antes mesmo de ser oficializada sua emancipação, os lotes eram distribuídos por órgãos do próprio governo, por isso, sua criação visou atender o programa de assentamento de famílias de baixa renda, em lotes semi-urbanizados.

Santa Maria é composta de área urbana, rural e militar. Na área urbana estão as quadras residenciais, as quadras comerciais e as áreas especiais. Na área rural estão os núcleos rurais e colônias agrícolas. Na área militar, estão localizados o Centro Integrado de Defesa Aérea e controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA), do Ministério da Aeronáutica e a Área Alfa, pertencente ao Ministério da Marinha.

Segundo dados da Codeplan, a cidade tem aproximadamente 120.000 mil habitantes, sendo 13,96% desses moradores na faixa etária de 15 a 19 anos e 12,91% na faixa etária de 10 a 14 anos, caracterizando uma população jovem, com apenas 1,05% da população com idade igual ou superior a 70 anos. Com a ocupação das áreas livres hoje existentes, a cidade pode atingir o número de 170.000 mil habitantes em um curto espaço de tempo.

Apesar de grande potencial de desenvolvimento pela situação geográfica estratégica, Santa Maria também apresenta diversos problemas que aumenta as diferenças sociais. Existem famílias que não atingem a renda mensal de um salário mínimo, sendo significativo o número de grupos familiares chefiados por mulheres, com prole predominantemente constituída por menores de idade. Existe um alto número de pais de família desempregados e isso acaba gerando um quadro de demandas sociais crescentes e diversificadas para as políticas públicas, de assistência social.

Em Santa Maria existem altos índices de violência infantil e juvenil, com um grande contingente de adolescentes usuários de drogas, que nas suas horas ociosas praticam os mais variados delitos, que vão desde pequenas traquinagens até a prática de crimes mais graves.

O esporte aliado a um trabalho de integração social promovido pela própria comunidade e com a participação efetiva das crianças e adolescentes e de seus familiares resulta num exercício importante de cidadania.

O Brasil é um país que já existia antes do capitalismo Europeu, mas o descobrimento definiu uma trajetória de massacres de

povos, cultura e valores. O país foi inserido no mundo como colônia de exploração, no qual resultou um tipo de economia de exploração e como consequência criou-se um tipo de economia geradora de excedente para outros países. “Sua formação social foi fundada no latifúndio e na escravidão e com a independência do país, a elite ruralista se apropria do poder”. (SOUZA, 2001, pg.228)

No século XX o país se tornou urbano, com a economia voltada para a indústria e começou as desigualdades de concentração de renda, baixos salários e as terras produtivas nas mãos dos grandes latifundiários.

A exclusão social, que aqui se montou ao longo dos séculos, almeja ser superada, mas para construir um novo cenário de inclusão é necessário investir na terra e no conhecimento, valorizar a agricultura de base familiar e quebrar os valores herdados da colonização e da escravidão. Somos uma sociedade capaz de enfrentar desafios, além de grande capacidade de inovar.

A todo o momento a vida social produz e reproduz uma multiplicidade contraditória que é responsável pela manutenção das desigualdades sociais. É preocupante como a sociedade encara essas relações, “a vergonhosa desigualdade brasileira não decorre de nenhuma fatalidade, apesar da perturbadora naturalidade com que a sociedade a encara”. (HENRIQUE, 2000, p.26)

Inclusão social diz respeito à necessidade de distribuir com justiça os benefícios que o nível de conhecimento e de recursos para o desenvolvimento atingido em nossa sociedade consegue em tese, colocar a disposição das pessoas. A mobilização que se faz pela inclusão social é sustentada pelas normas da dignidade humana que “considera a diversidade como um valor, e o respeito às diferenças como um pressuposto para a sociedade democrática.” (SILVA, 2003, p. 45).

Podemos observar que o mais importante numa proposta de inclusão social é resgatar no indivíduo o interesse em buscar seus direitos e mostrar que existem também deveres a serem cumpridos. Falar em inclusão social é reafirmar a idéia de direitos e de sujeito político, para assegurar a autonomia do indivíduo na busca de benefícios que ajudou a construir. Para que isso aconteça é preciso

aprofundar as condições de auto-reconhecimento, “ao estado cabe o papel de potencializar esse processo de auto-reconhecimento através de posturas que estimulem o aumento da tomada de consciência política e da criação de instituições que permitam o aprimoramento da participação política”. (SOUZA, 2001, p.228)

As recentes transformações nos meios e nos métodos de produção exigem cada vez mais uma maior qualificação do trabalhador que pretende ingressar no mercado de trabalho. Segundo alguns estudiosos a inserção desse indivíduo vem sendo sistematicamente prejudicada em razão da situação geral da economia brasileira, notadamente marcada por baixos índices de crescimento econômico, aumento progressivo e permanente das taxas de desemprego, estagnação da renda por habitantes e a baixa mobilidade social. Essa dura realidade traz consigo vários indicadores sociais que demonstram uma elevação crescente da criminalidade e do número de indivíduos excluídos socialmente do sistema produtivo nacional e os maiores agentes e as maiores vítimas desse ciclo de desenvolvimento são os jovens.

Como conseqüência de tal realidade surge a pobreza, que é o resultado de um modelo de desenvolvimento que necessita ser repensado e debatido. Essa discussão precisa tanto incorporar representantes de várias visões, quanto ceder a eles as informações mínimas necessárias à tomada de decisões responsáveis. É fácil falar sobre a pobreza, o difícil é realizar programas que possam amenizar e resolver tal situação, que precisa ser vivenciada para que os projetos tenham abrangência significativa. A maioria das pessoas envolvidas nestes projetos não sabe lidar com a situação de pobreza e nem com os indivíduos que se encontram nesta classe social.

As desigualdades sociais são frutos da relação contraditória existente na sociedade, manifesta-se na forma de dominação de sistema de organização social no qual uma classe produz e a outra se apropria do produto desse trabalho. Hoje alguns estudiosos buscam sustentação para afirmar que as desigualdades sociais de um país são alimentadas pelo sistema de educação e pelo sistema econômico.

Para que a sociedade possa viver harmoniosamente entre as classes é essencial que exista uma melhor distribuição de renda. O combate à pobreza deve ser feito de forma estrutural e não somen-

te com ações emergenciais. As políticas sociais quase sempre foram tratadas como questões marginais, vinculadas ao assistencialismo e isso acaba prejudicando o processo de inclusão social. Por esse lado faz-se necessário esclarecer que, “a estratégia de inclusão social supera a lógica de uma pobreza assistida e focaliza de modo estreito, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.” (SILVA, 2003, p.21).

Através da educação o sujeito passa a ser conhecedor do mundo de forma que sua inserção na sociedade pode se derivar de um processo educativo surgindo oportunidades. Segundo Souza (2001, p.241) para que “o indivíduo possa escolher conscientemente os caminhos e objetivos de sua ação, faz-se necessário que tenha estabilidade de vida e ampliação da sua consciência de mundo, exigindo-se, portanto emprego e educação”. A educação também é capaz de despertar no indivíduo a capacidade de tomar consciência de sua importância e de sua natureza dentro da sociedade e o emprego lhe garante as condições materiais de sua existência.

De acordo com o estatuto da criança e do adolescente, brincar e praticar esportes são um direito de todas as crianças. Quem tem boas lembranças da infância deve saber o quanto era bom brincar, *assim é importante estimular as atividades físicas. Esse é um papel da família, da escola, das autoridades, e da comunidade. É preciso garantir oportunidades para que os estudantes possam exercer seu direito ao esporte, ao lazer e à cultura.*

A educação física durante muito tempo era vista como uma disciplina escolar sem papel definido, tempos atrás as atividades esportivas não eram valorizadas porque não tinham conhecimento de seus benefícios, atualmente com a divulgação freqüente de suas vantagens, as pessoas estão buscando cada vez mais desenvolver algum tipo de atividade física, pois estão se conscientizando de sua importância para o desenvolvimento humano e qualidade de vida.

Alguns pais de alunos inscritos no Programa Segundo Tempo, relatam que antes de fazer atividades físicas os filhos demonstravam sempre cansaço e insegurança, mas depois que passaram a praticar atividades físicas, evidenciou melhor desenvolvimento, tanto físico como emocional.

Uma vez despertado o interesse pelo esporte surge à possibilidade de trabalhar com diversos aspectos da vida dos alunos como: alimentação, higiene pessoal, convivência social, respeito às diferenças e autoconhecimento.

Pode-se perceber que as atividades esportivas é uma disciplina responsável por criar condições para que os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos para construir instrumentos de compreensão da realidade e para participar de relações sociais cada vez mais amplas. No entanto é importante promover e organizar junto aos alunos, professores e comunidade o debate e a reflexão sobre a importância das atividades físicas numa sociedade.

A base legal do esporte escolar está na Constituição: no Art. 217. “É dever de o Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um”. No Estatuto da Criança e do adolescente no capítulo IV, art.59- “Os municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e juventude”. E também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB Nº. 9.394/96 valoriza em seus princípios as atividades extracurriculares, dentre elas o Esporte, como fator imprescindível ao desenvolvimento escolar infanto-juvenil.

A sociedade moderna vem se confrontando com os mais diversos problemas neste início de século. As guerras, a fome, a violência, as alarmantes e crescentes desigualdades sociais vêm se acirrando a cada dia, fazendo com que se busquem alternativas capazes de amenizar os efeitos destrutivos de tais problemas.

Uma parte deste trabalho procura demonstrar, ainda que precariamente, ao nível teórico, que o problema da exclusão social extrapola o âmbito do puramente educacional, buscando suas origens mais profundas em instancias mais amplas da vida e do crescimento da sociedade brasileira.

Está evidente para a sociedade que, para que esses problemas sejam amenizados, não basta apenas o investimento estatal, que é precário em países como o nosso. Além disso, trabalhando sozinho,

o Estado não conseguiria conter o aumento dessas mazelas sociais que cresce de maneira assustadora. Assim, cada vez mais algumas pessoas vêm assumindo sua responsabilidade para com a sociedade, ora desempenhando um papel de voluntário, ora liderando um movimento em defesa de uma causa social. Mas isoladamente, é difícil transformações.

O Governo tem demonstrado interesse em desenvolver programas que visam à inclusão social de pessoas, e o Programa Segundo Tempo é um exemplo. Entretanto para que eles possam ter efeitos é necessário que sejam mais bem aproveitados.

As ações e os projetos aqui desenvolvidos através do Programa Segundo Tempo são para nós, os profissionais envolvidos, mais que números ou dados técnicos, acabam por se tornar parte de nossas vidas, de nossos esforços e nossas crenças.

É notório que o Programa Segundo Tempo semeou ações construtivas, voltadas para o fortalecimento da cidadania, trata-se de mais uma parcela no somatório das atividades que fundamentam a existência de projetos que contribuem para a formação de crianças e adolescentes. Também favoreceu o desenvolvimento físico dos participantes oferecendo no cardápio, alimentação balanceada que em muitos casos era o real motivo que despertaram o interesse das crianças e adolescentes em participar das atividades oferecidas pelo Programa.

Depois de conhecer a realidade do local, e das crianças e adolescentes matriculados no Programa, começamos a desenvolver um plano de atendimentos. As atividades esportivas eram prioridades, mas sempre procuramos aproveitar os momentos esportivos para a reflexão e juntos discutir sobre temas variados.

Por se tratar de uma cidade com pouquíssimas opções de lazer, juntamente com os alunos resolvemos realizar uma festa junina. Algumas pessoas falaram que não ia dar certo porque o local era muito perigoso, quase desistimos, mas o entusiasmo dos alunos era tanto que resolvemos levar adiante. Os meninos participavam das atividades esportivas e depois seguiam para o ensaio da quadrilha, no total eram 40 pares e a cada ensaio se tornava uma festa maior, os alunos ficaram responsáveis pela arrumação das barraquinhas.

No dia da festa é claro que ficamos preocupados, mas antecipadamente enviamos ofícios para Polícia militar, Polícia civil e para o Corpo de Bombeiros solicitando a presença deles no dia do evento, esse apoio foi muito bom, pois dava mais seguranças aos participantes, e não houve nenhuma ocorrência desagradável. Era possível perceber a alegria das pessoas, as famílias estavam reunidas se divertindo, podia parecer muito simples, mas para algumas pessoas aquele era um momento de grande satisfação.

No mês de julho durante o recesso escolar organizamos uma colônia de férias, com grandes idéias, mas infelizmente, sem nenhum dinheiro. Agendamos então, passeios onde não era preciso pagar a entrada, e enviamos ofícios para as empresas de ônibus e para a administração da cidade solicitando o transporte. Neste período visitamos a redação do jornal Correio Brasiliense, o Museu de Entorpecentes na Academia de Polícia Civil, o Museu de Valores no Banco Central, o Aeroporto Internacional de Brasília, o Cine Brasília, o Conjunto Cultural da Caixa, o Clube da Embrapa, o congresso Nacional, a Presidência da República e o campo de futebol do time do Gama, onde os alunos conversaram com alguns jogadores.

Em cada um dos passeios além de oferecer lazer, procuramos mostrar aos alunos as diversas realidades existentes, tirá-los um pouco do cotidiano de violência, apresentando as inúmeras outras possibilidades que a vida oferece. É possível que muitos não vão ter a oportunidade de uma vida com tantas opções de lazer, mas a intenção é mostrar que podemos modificar a realidade social.

Em todos os locais visitados a recepção foi muito boa e recebemos muitos elogios com relação ao comportamento dos alunos, não se pode negar que em alguns casos as pessoas oriundas de bairros periféricos sofrem preconceitos. Qualquer deslize poderia resultar em julgamentos, por isso para evitar tais comentários, a forma de se comportar sempre é discutida com os mesmos, inclusive nas atividades esportivas. Esse esforço sempre vale à pena e foi comprovado por nós e pelos alunos. Já tínhamos visitado o Palácio do Planalto e devido a essa conduta adquirida, em janeiro de

dois mil e seis recebemos o convite para recepcionar o presidente da Argentina. No total foram 47 alunos do Programa Segundo Tempo, mais quatro professores e tivemos a oportunidade de participar de toda a solenidade em lugar privilegiado, e depois os presidentes do Brasil e da Argentina vieram nos cumprimentar. Foi um momento mágico, os alunos ficaram nervosos e emocionados, os fotógrafos que acompanhavam a comitiva se voltaram para nós, nos sentimos importantes, tudo ocorreu muito rápido.

Nosso objetivo é criar condições que possibilitem aos participantes do Programa Segundo Tempo, participar ativamente, no entanto é difícil fazer na prática, tendo que enfrentar um contexto tão problemático. Logo no início foi possível perceber que a realidade do local não era nada animadora, pois apresentava altos índices de violência. Diversas vezes tivemos que correr com os alunos para nos esconder de perseguições policiais, já os alunos achavam tudo normal, parece que já fazia parte de suas rotinas.

A implantação do Programa Segundo Tempo é marcada pelo objetivo de contribuir para o desenvolvimento comunitário de Santa Maria e por conseqüente, cooperar com inúmeras pessoas que se dedicam por uma vida melhor, um lar tranquilo e produtivo.

Referências bibliográficas

BETTI, Mauro. *Violência em campo: dinheiro, mídia e transgressão às regras no futebol espetáculo*. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Esporte e sociedade*. Brasília: Universidade de Brasília/CEAD, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Dimensões pedagógicas do esporte*. Brasília: Universidade de Brasília/CEAD, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Jogo, corpo e escola*. Brasília: Universidade de Brasília/CEAD, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Manifestações dos jogos*. Brasília: Universidade de Brasília/CEAD, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Manifestações dos esportes*. Brasília: Universidade de Brasília/CEAD, 2004.

DUKHEIN, Emile. *Educação e sociologia*. Paul Fauconnet {et al}. Trad. Nuno Garcia Lopes. São Paulo: Edição 70.

GENTILI, Pablo. *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise pública*. Rio de Janeiro, 2000.

HENRIQUE, Ricardo. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

LOAS - LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

SOUZA, Cira. *O Brasil e o conflito social moderno*. Brasília-DF: Instituto Tancredo, 1998.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL: Implicações do Programa “O Direito na Rua” para o Segundo Tempo

Adilson Silva Ferraz¹⁰⁰

Ana Maria de Barros¹⁰¹

Resumo: Esta pesquisa objetivou analisar as contribuições e deficiências da interação entre o programa Segundo Tempo e o programa “O Direito na Rua: Educando para a Paz e para a Solidariedade”, da Associação Caruaruense de Ensino Superior - ASCES, para a melhoria da qualidade de vida e politização das crianças e jovens da comunidade Vila Padre Inácio, estudantes da Escola Municipal deputada Cristina Tavares, em Caruaru, e participantes do Segundo Tempo. Constatamos que os alunos não compreendiam os conceitos básicos da teoria política e que é necessária uma intervenção educativa mais incisiva. A inclusão social ocorreu, mas inicialmente foi minimizada frente às dificuldades na implementação dos objetivos de ambos os programas. O programa “O Direito na Rua” cumpriu parcialmente seu objetivo de conscientização, mas foi fundamental para a implantação do Segundo Tempo, que por sua vez iniciou sua consolidação incluindo socialmente 7.879 crianças e adolescentes na Região Agreste de Pernambuco mediante os convênios 135-2005 e 390-2006, firmados entre o Ministério do Esporte e a ASCES.

1. Considerações Preliminares

A academia, em seus vários âmbitos, tem se tornado cada vez mais o local onde se perpetuam reprodutores acríticos de conhecimento que se tornam politicamente inativos perante a soci-

¹⁰⁰ Doutorando em Direito pela Universidade de Buenos Aires – UBA, mestre em Filosofia pela UFPE, professor da Associação Caruaruense de Ensino Superior – ASCES, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Escola Superior da Magistratura de Pernambuco – ESMape. Contato: adilson_ferraz@hotmail.com

¹⁰¹ Doutora em Ciência Política pela UFPE, mestre em educação pela UFPB, professora adjunta da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

idade. Infelizmente, esse fenômeno atinge não só os estudantes, mas, sobretudo, os educadores.¹⁰² Como afirma Paulo Freire, uma educação nesses moldes forma sujeitos que não desenvolveram a capacidade de criar e inovar, transformando a sua realidade. Não viemos ao mundo para ser treinados, viemos ao mundo como seres modificadores e devemos assumir esse papel no processo histórico.¹⁰³ Denunciou ainda o ensino bancário, onde o professor deposita na memória do estudante determinada quantidade de informações e através das avaliações verifica se o mesmo foi decorado. A verdadeira educação é problematizadora, desafiando o estudante a apreender constantemente a realidade e interagir com ela.¹⁰⁴ Ao estudar a experiência das crianças da Vila Padre Inácio, comunidade da periferia de Caruaru – PE, vislumbramos a possibilidade de construção de uma educação que fuja a esse padrão, que torne o indivíduo livre e ao mesmo tempo responsável pela coletividade, um agente político ativo, um cidadão. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96) foi um avanço para a educação ao reconhecer o papel das universidades de incentivo à troca recíproca de conhecimento com a sociedade através de ações extensionistas.¹⁰⁵ Estudamos neste trabalho a interação entre o “Segundo Tempo”, iniciativa do Governo Federal que visa possibilitar o acesso à prática esportiva educativa aos alunos de áreas de vulnerabilidade social, e o “O Direito na Rua: Educando para a Paz e para a Solidarieda-

¹⁰² PENIN, Sônia. *Cotidiano e escola: a obra em construção*. São Paulo: Cortez, 1995, p.20.

¹⁰³ FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 1982, p. 34.

¹⁰⁴ “Enquanto a prática bancária implica uma espécie de anestesia, inibindo o poder criador dos educandos, a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica um constante ato de descobrimento da realidade.” (FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1985, p. 81.)

¹⁰⁵ Segundo o inciso VII do art. 43 da Lei n. 9.394/96, é finalidade da educação superior: “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.”

de”¹⁰⁶, programa de extensão da Associação Caruaruense de Ensino Superior que desde 2002 atuou junto à comunidade Vila Padre Inácio. O principal objetivo do nosso trabalho é investigar de que forma o projeto “O Direito na Rua”, intervindo junto ao programa Segundo Tempo, contribuiu para a melhoria da educação e qualidade de vida dos estudantes da Escola Cristina Tavares. Partimos para execução de nossa pesquisa apoiados inicialmente na hipótese de que há diferença de como são tratados academicamente conceitos de teoria política (Política, Democracia, Cidadania e Direitos Humanos) e de como as crianças da Escola Cristina Tavares os compreendem, e após a participação no Segundo Tempo, foi estudada sua compreensão em relação aos mesmos. Foram feitas entrevistas com os principais sujeitos envolvidos nos programas e os depoimentos mais importantes estão nas notas de rodapé. Os resultados demonstram a importância de parcerias como a realizada entre a ASCES e o Ministério do Esporte e os dados obtidos foram um ponto de partida para a melhoria das atividades do Segundo Tempo e das ações extensionistas da ASCES, proporcionando uma reflexão sobre suas contribuições e deficiências a partir da sua experiência no agreste pernambucano.

2. Resultados

Acompanhamos o desenvolvimento dos programas durante 12 meses. O programa “O Direito na Rua” não realizou intervenções diretas de conscientização junto ao Segundo Tempo, en-

¹⁰⁶ O programa da ASCES se inspira no trabalho “O Direito Achado na Rua”, movimento de redefinição do papel do ensino jurídico no Brasil nascido na UnB e abraçado por estudantes, professores, magistrados e operadores do Direito, discutindo a necessidade de a universidade se integrar à sociedade e contribuindo diretamente com ações de democracia, cidadania e direitos humanos. Nesse sentido, professores e alunos do Curso de Direito da Faculdade de Direito de Caruaru fundaram em 2002 o programa de extensão “O Direito na Rua: educando para a Paz e para a Solidariedade”, coordenado pelas professoras Ana Maria de Barros e Ana Maria Sá Barreto Maciel, discutindo e implementando ações de cidadania e de Direitos Humanos nas comunidades em vulnerabilidade social, contribuindo para o combate à violação dos direitos, bem como na formação de profissionais do Direito críticos, a partir da pesquisa de intervenção e ações conjuntas com a comunidades e o poder público.

tretanto, o programa da ASCES deu contribuições que foram fundamentais para a sua implantação e continuidade, ajudando a definir a parceria do Ministério do Esporte e a adequação à região. O primeiro obstáculo foi escolher quais escolas seriam contempladas com a integração ao Segundo Tempo. Algumas dificuldades foram encontradas ao se propor à inclusão da Escola Cristina Tavares, tais como: a distância da escola para alguns dos núcleos, a segurança das crianças, o pequeno número de estudantes, etc. As coordenações dos programas convidaram então o secretário de esportes de Caruaru para participar das reuniões com o intuito de encontrar soluções com o apoio do município. Nas negociações iniciais ficou claramente demonstrada a falta de vontade política em promover a inclusão da comunidade Vila Padre Inácio. Como o transporte deve ser conseguido através de parcerias – a ASCES não podia dispor de seus recursos para custear o transporte, não foi conseguida a ajuda de particulares, e o Município se negou a contribuir – a alternativa encontrada foi recorrer à oferta política de um vereador local que se mostrou aberto à proposta do Segundo Tempo. Isso demonstra que a inclusão social em Caruaru ainda está fortemente condicionada ao interesse político, pois para o secretário de esportes, o Segundo Tempo, nesse momento, provavelmente não representaria um grande benefício do ponto de vista eleitoral, mas para o prefeito poderia ser uma grande alavanca no futuro. O vereador articulou com a Secretaria de Educação uma relação de benefícios recíprocos, pois tanto a comunidade se satisfaria, como o vereador conseguiria grande apoio para uma reeleição, e o Município poderia publicizar o seu apoio a um grande programa de inclusão social do governo federal. Neste sentido, a primeira contribuição do “O Direito na Rua” foi viabilizar o transporte, através do afinco de sua coordenadora que percorreu os caminhos políticos necessários, e sem o qual a meta de trazer a comunidade para o Segundo Tempo teria se perdido na burocracia. O transporte foi conseguido, mas os estagiários relataram que os ônibus eram velhos, quebravam, e não suportavam o percurso em dia de chuva.

A nossa primeira impressão ao adentrar no Núcleo Cristina Tavares, cujas atividades eram realizadas nas dependências da ASCES, era que havia um choque entre o mundo dos estagiários e dos alunos,

e entre a comunidade e o espaço oferecido pela ASCES. Os estagiários perceberam que estavam diante de uma realidade bastante diferente da qual eles estavam acostumados, que refletia as contradições da sociedade.¹⁰⁷ Foi necessária uma grande adaptação dos próprios estagiários para compreender o comportamento das crianças, que constantemente questionavam sua autoridade. Embora ainda no início, o problema que mais causou transtornos e indignação aos estagiários foi a falta do reforço alimentar. Devemos lembrar que as crianças que participam do Segundo Tempo são em sua maioria de famílias carentes e muitas estão abaixo do peso recomendado e com desnutrição. Muitos faziam as atividades do Segundo Tempo com fome, pois já tinham ido à escola assim. É imprescindível que haja um reforço alimentar, principalmente porque são crianças em uma faixa etária que define sua estrutura corporal. Foram relatados casos de fraqueza e desmaios em algumas crianças durante as atividades. Um dos estagiários, indignado com a situação, classifica a falta da alimentação prometida como “a maior falha do Segundo Tempo”.¹⁰⁸ A falta do lanche tornou-se um problema para o desenvolvimento das atividades, pois muitas crianças pediam em vários momentos aos estagiários para não participar de práticas esportivas que exigiam maior esforço físico.

Ocorreu um caso polêmico durante algumas semanas. O Campus da ASCES possui muitas árvores frutíferas, que acabaram por se tornar um atrativo para as crianças. Como elas subiam nas árvores para retirar os frutos, entraram em conflito com os funcionários da ASCES, causan-

¹⁰⁷ Eu tava conversando com uma menina especial do meu núcleo, e ela começou a falar do pai dela, aí eu perguntei: cadê seu Pai? Aí ela falou: Ah, meu pai graças a Deus não mora mais com a gente não! Meu pai era muito ruim, ele batia muito em mim, na minha mãe... só que ela falou assim: Teve um dia que ele pulou o muro da casa da mulher e ela chamou a polícia, foi aí que ela viu que o pai dela era um ladrão. E hoje minha mãe diz: Graças a Deus ele morreu! Eu acho assim, pra uma criança falar isso ela deve ter muito rancor dentro de si. Eu achei um absurdo ela dando graças a Deus, e pelo jeito que ela me falou o pai dela está preso. (Estagiária de Direito – 2)

¹⁰⁸ A alimentação ainda não chegou. Essa foi a maior falha do Segundo tempo! Ta pra chegar esse mês, tudo bem, mas quanto tempo ta pra chegar e não chegou? E a gente quando foi lá falar com os pais a gente falou que tinha alimentação porque isso foi passado pra gente. Tanto a gente foi enganado, como eles! (Estagiário de Direito - 1)

do forte embaraço aos próprios estagiários. Todos os estagiários passaram por esta situação, sentindo o peso da responsabilidade social ao ver que não poderiam negar as crianças uma fruta. O seu constrangimento era resultado do sentimento de impotência diante da privação de um direito, pois tirar-lhes uma manga, uma carambola, seria como tirar-lhes a própria dignidade humana. Entrou em conflito a realidade dos estagiários, que são estudantes universitários que têm sempre comida em casa e o mundo dessas crianças desfavorecidas onde a necessidade é constante. Os estagiários passaram a permitir e até a incentivar que as crianças comessem as frutas escondido, atitude que para os estagiários e crianças significou um reencontro com a igualdade: “Preparar os educandos para a vida democrática significa, sublinhar o valor básico da igualdade, em todos os níveis: igualdade política, econômica e social.”¹⁰⁹ Embora a permissão dos estagiários seja democrática, o tema deveria ter sido abordado mais profundamente para o aprendizado das crianças. A situação seria um ótimo tema para discussão.

O reforço alimentar deveria ocorrer desde o primeiro dia de atividades no campus da ASCES, mas a proposta não se concretizou devido à inexperiência da instituição quanto à licitação. Segundo a coordenadora geral do Segundo Tempo, a demora na conclusão de todo o processo licitatório se deve ao fato de ser necessário um conhecimento técnico de que a ASCES não dispunha naquele momento.¹¹⁰ Os estagiários reclamaram que várias campanhas foram feitas, mas nenhuma tendo a alimentação como causa, o que é compreensível haja vista que mesmo os estudantes da Vila Padre Inácio vindo três vezes por semana para o campus da ASCES a maioria dos alunos da instituição desconheciam o Segundo Tempo. Como os estagiários percebe-

¹⁰⁹ COMPARATO, Fábio Konder. *Educação, estado e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 11.

¹¹⁰ As maiores dificuldades se encontram na tramitação junto ao ministério, devido à complexidade da estrutura do ministério, e o nosso desconhecimento da grandeza daquilo. Então, acabaram passando três técnicos até chegar a viabilizar a aprovação do projeto para iniciar a implementação. Nessa implementação, as maiores dificuldades aconteceram nas licitações por meio de pregão eletrônico, e agora já está praticamente resolvido, mas foi o que mais demorou. Foi difícil porque a gente não tinha conhecimento de como viabilizar pregão eletrônico. Isso diz respeito à alimentação, a aquisição de material esportivo complementar. (Coordenadora Geral do Segundo Tempo)

ram que a alimentação só viria quando a licitação estivesse concluída, utilizaram o dinheiro da própria bolsa para comprarem doces e biscoitos para as crianças. A mobilização de grupos de voluntários poderia não ter solucionado o problema, mas já o teria amenizado substancialmente. De acordo com a coordenadora geral do Segundo Tempo o programa não exclui a possibilidade de que doações voluntárias sejam feitas, porém, o Ministério do Esporte só aprova o reforço alimentar que for balanceado nutricionalmente e que seja objeto de licitação pública. A licitação é uma exigência quando se trata de recursos públicos gastos com a contratação de serviços particulares, respeitando a livre concorrência e reduzindo os custos ao mínimo, haja vista ser contratada a empresa que oferecer o melhor custo-benefício. Infelizmente, parece-nos que uma movimentação em torno desse objetivo seria também tornar pública uma deficiência do programa. É importante ressaltar que no segundo ano do programa o problema foi solucionado.

O trabalho no núcleo de Educação Especial Rotary é diferente da vivência dos outros núcleos. Inicialmente, é um desafio, pois lá as atividades são realizadas com crianças com necessidades especiais. No Núcleo Cristina Tavares os estagiários lidam mais com uma realidade que envolve pobreza, marginalidade, drogas e famílias desestruturadas. No núcleo de Educação Especial Rotary, o grande desafio é trabalhar com as necessidades de cada um. Diferentemente dos outros núcleos, lá existem crianças de famílias com condições econômicas diferentes, com famílias estruturadas e desestruturadas, crianças que a família apóia, e outras que não são bem tratadas, essa diversidade se acentua porque o Rotary é a única escola essencialmente reservada a crianças especiais em Caruaru. A principal dificuldade da estagiária de Direito foi lidar com a variedade de deficiências e os limites de comunicação e entendimento.¹¹¹ Com relação à deficiência dos surdos a maior dificuldade apresentada é na comunicação,

¹¹¹ Pra mim, a maior dificuldade que encontrei foi lidar com as inúmeras deficiências. Inclusive os limites de comunicação e de entendimento. Quanto aos deficientes mentais eu cheguei até a me sentir impotente porque você não pode aprofundar muita coisa, por que eles olham pra você... então você fica limitada a conceitos muito básicos e às vezes sente como que seu trabalho não rendesse, mas do básico você vê resultado. (Estagiária de Direito – 3)

pois eles têm um vocabulário reduzido, sabem poucas palavras, mas mesmo assim possuem uma idéia genérica sobre o que é Cidadania, Política, Democracia e Direitos Humanos. Trabalhar estes temas com pessoas com necessidades especiais foi uma tarefa extremamente complicada, e a forma dinâmica típicas das apresentações do “O Direito na Rua” teve que ser reavaliada pela estagiária (que era integrante do programa até entrar no Segundo Tempo) ao se deparar com os limites individuais. Revelou que uma parte dos professores do Rotary não possuía capacitação adequada para transmitir noções de cidadania para crianças com necessidades especiais. A estagiária relata que o próprio relacionamento com eles deve refletir essas noções através de atitudes simples, como imposição de limites, que induz a uma reflexão sobre a sua liberdade em detrimento do bem estar de outrem. Como alguns alunos têm certa consciência de que necessitam de cuidados maiores, tentam induzir a estagiária a lhes dar maior atenção. Não permitir que haja privilégios seria também demonstrar que todos são iguais e têm os mesmos direitos, respeitadas suas necessidades. A estagiária de Direito reforça que o programa Segundo Tempo teria que dar um apoio maior devido às peculiaridades do trabalho com pessoas com necessidades especiais, capacitando o estagiário e fornecendo o material pedagógico. Uma das grandes dificuldades do Núcleo Rotary foi realizar suas atividades sem o reforço alimentar. De acordo com a estagiária, para o programa funcionar no horário estipulado o reforço alimentar era fundamental.¹¹² Embora o estágio da aluna de Direito tenha sido um desafio durante esse primeiro ano de Segundo Tempo, possibilitou a mesma um contato com as limitações, as diferenças do outro, levando às reflexões éticas e a humanização das suas relações, sendo uma experiência bastante enriquecedora.

Os estagiários de Direito e Pedagogia muitas vezes se sentiram

¹¹² Eu acho assim, o que o Segundo Tempo caberia ter nos dado, era uma atenção maior as nossas peculiaridades, por que, por exemplo, o nosso núcleo para funcionar de fato no Segundo Tempo, no horário estipulado, o lanche não era preciso, era fundamental, essencial. E aí quando, depois de sete meses, vem sair o lanche, tem dia que o lanche é biscoito. Aí eu me pergunto, é uma questão de inclusão, mas é uma inclusão onde devem ser respeitadas as diferenças. Pai e mãe nenhum vai deixar seu filho numa escola onde invés de um almoço vai dar a ele biscoito. (Estagiária de Direito – 3)

incapazes de manter a ordem no núcleo, o que se deve também ao fato do Núcleo Cristina Tavares, atendido nas instalações da ASCES, ter um espaço muito grande. Além do problema da ordem, havia também o da falta de participação. Acabou se estabelecendo uma diferença de autoridade entre os estagiários de Educação Física e os dos outros cursos. Como acredita Michael Foucault o poder não existe apenas institucionalmente, no Estado ou em grupos políticos, mas se centra nos indivíduos, se impregnando nas relações mais simples do cotidiano: “Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão.”¹¹³ A equivalência de poder que deveria existir entre os estagiários se mostrou perturbada, e se revela através do respeito concedido. De acordo com o estagiário, ficou bem claro que as crianças respeitam mais os estagiários de Educação Física.¹¹⁴ Não acreditamos que um maior respeito ocorra pela natureza da atividade esportiva, e sim pela organização e qualidade das atividades propostas. O que faz com que uma criança se interesse mais por uma atividade é a atratividade que lhe é passada, visando seduzir, fomentar a sua participação. Esta questão se perpassa pelo fato de que apenas os estagiários de Educação Física receberam material de trabalho do Ministério dos esportes e ainda contam com a infra-estrutura do núcleo, as quadras, etc. Houve grande dificuldade da estagiária de Direito em manter um cronograma de atividades que ocupasse o período da tarde três vezes por semana. A orientação foi oferecida pela orientadora do “O Direito na Rua”, mas mesmo assim foi insuficiente. A isso se soma a inexperiência e

¹¹³ FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 183.

¹¹⁴ Na questão esportiva a gente cobra muito deles, não pra competição, mas porque lá na frente pode surgir um atleta e a gente quer dar essa contribuição pra vida deles. Na iniciação esportiva, não sei se é impressão minha, a gente tá mais ativo com eles, não sei se é pelas atividades que são feitas. Normalmente as atividades culturais não têm tanto contato como futebol, a gente dá um grito, proíbe, e as atividades de pintura são mais calmas, e na maioria das vezes a questão é que também só mulheres trabalhando, e culturalmente a gente tende a respeitar mais o homem, que tem a questão da imposição. Eu senti a diferença mesmo, eles respeitam mais a gente de Educação Física, isso ficou bem claro. (Estagiário de Educação Física – 2)

falta de conhecimento ao se deparar com temas problemáticos.¹¹⁵ A estagiária não conseguia conciliar a carga horária do projeto com as cobranças do estudo, e devido aos problemas e desafios do Segundo Tempo, pediu afastamento. Porém, a sua participação, mesmo que por apenas seis meses no “O Direito na Rua”, exerceu uma importante influência sobre a mesma, de modo que afirma que o programa da ASCES propiciou a única orientação efetiva para o trabalho no Segundo Tempo. Devemos compreender que o programa da ASCES não é uma ONG, ou um projeto de transformação social, é um projeto de extensão universitária que possui limites quanto a sua intervenção. Se “O Direito na Rua” intervisse no Segundo Tempo com palestras, poderia estar invadindo as atribuições dos novos estagiários e ferindo a autonomia do programa.

Outra dificuldade relatada pelos estagiários de Direito era relativa à didática a ser utilizada no trabalho com crianças e adolescentes, o que era compreensível já que os alunos do curso de Direito não possuem disciplinas pedagógicas em sua grade curricular.¹¹⁶ A an-

¹¹⁵ O que é que eu poderia fazer pra ajudar, pra orientar aquela criança? Eu me senti perdida. E em outras várias situações de meninas que chegam lá e pedem conselhos, e perguntam: a senhora já é mãe? Por que ela pergunta isso? Ai ela disse: é que minha irinã tem quinze anos e já é mãe e eu já sou tia, sou eu que cuido. Ai ela disse que trabalha como doméstica, uma criança de oito anos! Qual é a estrutura que eu tenho pra dar a uma criança como essa que na família dela as meninas com quatorze, quinze anos já são mães? Eu acho que deveria ter uma orientação pra gente. (Estagiária de Direito – 2)

¹¹⁶ Foi muito difícil. As crianças corriam de lado para outro e eu não sabia o que fazer. Tive vontade até de sair do Programa. Olhava o pessoal de Educação Física, da Pedagogia trabalhando e via que meu trabalho era de educação, por mais que a minha formação fosse em Direito. Como ensinaria o Direito Para eles? (Estagiária – 4). No começo me desesperei, mas os colegas de Núcleo foram solidários. Pensava o que estou fazendo aqui? Será que vou aprender a controlar a turma. Gostava das crianças, mas não conseguia fazer com que elas prestassem atenção no que eu dizia. Percebi que estava errado tentando dar aula sobre leis, regras e coisas que eles não entendiam, eram muito pequenos para tanta seriedade. (Estagiário – 5). Um dia me desesperei, sentei com os adolescentes e disse para eles: pessoal vocês já ouviram falar em desemprego? Ai eles disseram que a mãe, a tia, o pai estavam desempregados. Ai disse a eles: vocês gostam de mim? Eles responderam que gostavam, ai eu fiz chantagem: Pois é se vocês não me ajudarem eu também vou ficar sem meu trabalho, eu gosto de vocês e preciso que vocês me dêem uma chance, juro que vou aprender um jeito de trabalhar com vocês e vocês vão gostar. Naquele dia tudo ficou bem. Sei que apelei, mas cumpri a minha palavra, fui estudar. (Estagiário – 5).

gústia dos estagiários foi seguida pela busca de caminhos de superação, com a possibilidade de trabalhar o Direito como um tema transversal, com brincadeiras, desenhos, pinturas, conversas sobre a realidade familiar, escolar e comunitária das crianças.¹¹⁷ Os acadêmicos de Direito perceberam que poderiam dar uma importante contribuição às crianças e adolescentes, mas também cresceram ao perceber que conviver com as diferenças alargava seus horizontes.¹¹⁸ O Programa Segundo Tempo como política pública de inclusão social põe o estagiário em frente à realidade social de exclusão, pobreza, violência e indiferença social, exigindo dele um posicionamento diante da vida, e as dificuldades aparecem como desafio para o qual eles não estão preparados, mas que se sentem na obrigação de superar.¹¹⁹ Podemos afirmar que a experiência com o Segundo Tempo na ASCES contribuiu decisivamente para sensibilizar os acadêmicos envolvidos

¹¹⁷ Busquei conversar com o coordenador do núcleo ele me deu dicas muito boas. Trabalhei junto da acadêmica de Pedagogia e ela me ajudou bastante, fui vendo que precisava entender que eles queriam brincar e assim se divertiam e aprendiam também. Vi que foi a experiência mais rica de vida que tive, pois não é fácil você mostrar sua fragilidade e não ser ridicularizada. A solidariedade do grupo, as capacitações na ASCES e as conversas com a orientadora de direito me ajudaram bastante. Até penso em lecionar depois que terminar meu curso. (Estagiária – 6)

¹¹⁸ Trabalhei com teatro, reciclagem, contei histórias conhecidas e novas, até piadas contei para eles. Nesses trabalhos mostrava a importância da reciclagem para o meio ambiente, mostrava como as histórias tinham uma moral no final que mostrava o caminho certo a seguir. Casos que eles viam no noticiário policial, muito assistido por eles e dizia como se chegava naquela situação e como era difícil o retorno. Então eles contavam que tinha tal caso na família, na vizinhança e eu dizia como era bacana seguir um caminho diferente. Em relação as piadas, principalmente as preconceituosas mostrava que elas eram discriminadoras, violavam direitos de negros, mulheres e não ajudavam a construir uma sociedade de paz. (Estagiário – 7).

¹¹⁹ Mudei meu jeito de ver o mundo. Aquela realidade me tocou profundamente, tenho cada vez mais senso de Justiça e espero no futuro, no exercício da minha profissão exprimir tudo que aprendi com o Programa Segundo Tempo. Hoje sei que tenho obrigação de fazer a diferença. (Estagiária de Direito – 3) Assim como outro depoimento: Mudei meu jeito de olhar para crianças e adolescentes em situação de risco, antes tinha medo deles. A experiência com o Programa Segundo Tempo me tornou sensível e humano em relação aos problemas que conheci narrados por eles no núcleo. Passei a ouvir as suas histórias, aconselhar e vê que são crianças e adolescentes como eu fui: com sonhos, esperanças e muitas possibilidades. Vi que precisamos chegar na vida deles antes da droga, dos traficantes e da violência. (Estagiário – 5).

para compreender a importância das políticas públicas de inclusão social e para sua atuação visando à função social do Direito.

2.1 Análise da Compreensão dos Conceitos

Verificamos que as crianças compreendiam a política como algo não distante da sua realidade, e que permitia a sua participação ativa através do exercício efetivo dos direitos e obrigações. Porém, as respostas demonstraram também que possivelmente a comunidade Vila Padre Inácio é um curral eleitoral de políticos que se aproveitam das condições sociais desfavoráveis para conseguir votos através de práticas clientelistas – o que ocorreu na própria implantação do programa quando da sua viabilização através da atuação de um vereador local. Os dados apontaram que as crianças acreditam que democracia é poder viver tranquilamente onde moram, provavelmente porque vivem em uma comunidade violenta, e onde é comum que o voto esteja condicionado a influência de fatores externos como a pobreza e a permanência em um cargo conseguido por algum político. A cidadania é vista como a capacidade de exercer direitos e obrigações, mas as estatísticas mostraram também o entendimento da cidadania como algo que se adquire com a maioridade – ou seja, até que o indivíduo complete dezoito anos ele não é cidadão. Quanto aos direitos humanos, responderam que são os direitos que pertencem irrestritamente a todos, não importando sua classe, cor, gênero, etc. Seriam os direitos inerentes aos homens apenas pela sua condição humana. Nessa questão nenhuma das crianças respondeu que direitos humanos são os direitos dos pobres, talvez porque eles não se reconheçam enquanto parte de uma comunidade carente. Porém, 13,3% responderam que os direitos humanos são os direitos dos criminosos, confirmando o contato das crianças com a criminalidade em sua comunidade. Para grande parte das crianças os direitos humanos só são adquiridos quando é atingida a maioridade. A investigação aponta que o trabalho de conscientização política feito pelos estagiários deveria ser repensado, na medida em que as crianças não compreendem esses conceitos básicos de forma satisfatória.

3. Considerações Finais

Os dados obtidos revelaram que as crianças do Segundo Tem-

po possuem noções básicas e confusas sobre os conceitos de cidadania, política, democracia, direitos humanos, e é imprescindível que exista um trabalho mais incisivo de conscientização política, que pode ser planejado e executado em uma ação conjunta dos estagiários e projetos de extensão da universidade. Mesmo que a participação no Segundo Tempo represente o próprio exercício da cidadania, isso não é suficiente para o despertar da vivência política.

O Segundo Tempo e a ASCES promoveram a inclusão social das crianças da Vila Padre Inácio que estudam na Escola Cristina Tavares. Porém, constatou-se que a equipe encontrou muitas dificuldades com a implantação do programa, as quais foram superadas posteriormente. De modo geral, em todos os núcleos foram identificados problemas, tais como: a falta de orientação dos estagiários, a ausência dos orientadores nos núcleos, falta de reforço alimentar, falta de material de trabalho para os estagiários que não eram da Educação Física. Quanto ao Núcleo Cristina Tavares, as dificuldades mais relevantes foram: a necessidade de se recorrer a um vereador para a viabilização do transporte, que era velho e quebrava com frequência, principalmente em dias de chuva; a falta do reforço alimentar, que só chegou ao fim do primeiro ano do programa devido à burocracia da licitação e à falta de conhecimento técnico em como realizá-la; preconceito por parte de discentes e funcionários da instituição em relação às crianças do Segundo Tempo. Superadas as deficiências do primeiro ano de implantação do programa, os estagiários que não eram de Educação Física ainda apontaram a falta de material didático como problema que dificultava a sua atuação nos núcleos. Uma das contribuições do programa “O Direito na Rua” da ASCES é ter preparado previamente os estagiários para entrar em contato com essa realidade problemática. Mas em vários aspectos o apoio do “O Direito na Rua” foi insuficiente para o desenvolvimento de competências que os estagiários já deveriam possuir no primeiro ano de trabalho. São exemplos: saber a linguagem de libras, possuir conhecimento para o trabalho com crianças com necessidades especiais (no caso do Núcleo Rotary), saber como orientar as crianças em determinadas situações e como esclarecer suas dúvidas, ter noções de primeiros socorros, além dos direitos das crianças e dos adolescen-

tes. É importante ressaltar que “O Direito na Rua” ajudou na formação prévia dos três estagiários de Direito, mas não substitui a capacitação que deve ser elaborada e realizada pelo próprio Segundo Tempo. Embora o Segundo Tempo conte com a colaboração da ASCES, mantém sua independência, principalmente quanto à formação, capacitação e trabalho dos seus estagiários. Por isso, o próprio programa do Governo Federal realiza cursos, palestras, oficinas direcionadas ao preparo de todos os estagiários. Já que o Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte, e por isso só cede material para os estagiários de Educação Física, deveria contar também com o auxílio do Ministério da Educação no planejamento e elaboração do material pedagógico que seria repassado aos estagiários dos vários cursos.

Concluimos que as ações do “O Direito na Rua”, durante o primeiro ano do programa do Governo Federal, foram marcadas pelas importantes intervenções das suas duas coordenadoras. O grupo interagiu em situações específicas, como nas campanhas de doações entre os alunos, seleção do material recolhido e posterior entrega. Outras campanhas poderiam ser desenvolvidas, por exemplo, para a montagem de uma gibiteca, que seria mais uma opção de atividade nos núcleos, além de incentivar e possibilitar a melhoria significativa da leitura das crianças. A função do “O Direito na Rua” em seus quatro anos de existência foi sempre de levar o conhecimento e desenvolver uma consciência crítica onde intervém. Mesmo que não tenha realizado palestras junto ao Segundo Tempo foi fundamental para a concretização da parceria do Ministério do Esporte com a ASCES, a viabilização do transporte e a inclusão social de 200 crianças da Vila Padre Inácio, comunidade que vem acompanhando desde que o programa foi criado em 2002. Dessa forma, a universidade não deve se limitar somente ao apoio estrutural ao Segundo Tempo, deve incluir intervenções que dinamizem o aprendizado das crianças, e assim estará cumprindo plenamente a função que tem enquanto mantenedora de projetos de extensão, construindo solidariamente o conhecimento com a sociedade e promovendo a inclusão social.

Referências bibliográficas

COMPARATO, Fábio Konder. *Educação, estado e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

_____. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1985

PENIN, Sônia. *Cotidiano e escola: a obra em construção*. São Paulo: Cortez, 1995.

REGIÃO NORTE

ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL PARA OS IDOSOS DO TOCANTINS: relato de experiência

Khellen Cristina Pires Correia Soares¹²⁰

Resumo: O Projeto Idoso Ativo e Feliz busca desenvolver uma política pública de Esporte e Lazer para a comunidade idosa, na faixa etária acima de 55 anos, visando melhora na qualidade de vida, bem estar físico, social e emocional dos indivíduos envolvidos, priorizando o princípio da inclusão social, privilegiando oportunizar o acesso ao Esporte, Cultura, Lazer, Educação e Saúde reconhecendo-os como direito social. A construção e implantação de políticas públicas intersetoriais para os idosos, fazem parte da proposta de criação de uma Rede de Proteção à Pessoa Idosa, e esta rede tem como grande objetivo fazer valer as obrigações do Estado e da Sociedade quanto aos direitos da pessoa idosa, entendendo-os como direito socialmente construído. Este relato expõe as experiências da Secretaria do Esporte do Estado do Tocantins em um projeto que almeja a inclusão social dos idosos por meio do esporte e lazer, destacando os limites e possibilidades deste processo.

1- Proposta de Esporte e Lazer de Inclusão Social para os Idosos do Tocantins

O Projeto Idoso Ativo e Feliz busca dimensionar o lazer e o esporte recreativo para a população idosa do Tocantins, tendo como princípios a inclusão social e o respeito à diversidade. O esporte e a prática regular de atividades físicas são instrumentos de desenvolvimento humano e de melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade. O acesso a atividades de esporte e lazer, em nosso país, deve ser assegurado a todas as pessoas, independente de idade, de gênero ou de raça. Nesta perspectiva a Secretaria de Esportes do Estado do

¹²⁰ Graduada em Educação Física, Mestre em Educação, Coordenadora do Projeto Idoso Ativo e Feliz – Secretaria do Esporte do Estado do Tocantins, Presidente do Conselho Estadual dos Idosos do Tocantins. Contato: khellencristina@gmail.com

Tocantins busca incorporar o princípio da inclusão social como o eixo norteador da Política Pública Esportiva e de Lazer do Estado.

O envelhecimento tem relação direta com a consolidação dos direitos humanos fundamentais, ressaltando que, o envelhecer é um direito que o cidadão tem de viver por um tempo maior, de forma digna e saudável. Segundo Simone de Beauvoir (1990), o grau de civilização de uma determinada sociedade pode ser medido pelo tipo de tratamento dispensado a seus velhos. Se quisermos alcançar a modernidade e o desenvolvimento certamente teremos não apenas que amparar a infância e a juventude, mas avançar muito nas políticas de atendimento à velhice.

O envelhecimento digno e saudável é um direito de todo ser humano, visto que significa a própria garantia do direito à vida, e neste ano em que se comemoram os 20 anos de Promulgação da Constituição Federal e conseqüentemente, 20 anos de Criação do Estado do Tocantins, se faz única à discussão que permeia acerca da responsabilidade do Estado em disponibilizar as pessoas idosas toda uma rede de serviços capaz de assegurar a todas as pessoas os seus direitos básicos, como exemplo, saúde, transporte, esporte e lazer, segurança, habitação entre outros. Os direitos destacados, são para o público idoso, defendidos através da Política Nacional do Idoso de 1994, do Plano Internacional para o Envelhecimento de 2002 e o Estatuto do Idoso promulgado em 2003.

O Estatuto do Idoso é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos. Neste momento se faz ímpar ressaltar os seguintes artigos deste documento:

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade em geral e **do Poder Público** assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania,

nia, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único: A garantia de prioridade compreende:

II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;

III – destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso;

IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;

Art. 9º É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

§ 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido de preservação da memória e da identidade culturais.

O estado e a sociedade devem compreender e buscar validar o estatuto por meio da consolidação de propostas de ações voltadas ao público idoso, respeitando a garantia de prioridade. A atualidade é marcada pela transição demográfica e um determinante envelhecimento populacional, exigindo uma mudança de posicionamentos com relação à velhice, visto que esta deve ser compreendida como parte do desenvolvimento da vida e não de forma negativa, como um período de perdas e marcado pela incapacidade. Por meio de atividades esportivas e de lazer o idoso tem a oportunidade de recuperar e ou estimular capacidades através do prazer, rompendo com o processo de exclusão social visto que o lazer de acordo com Marcellino (1983, 1995), é fundamental para as pessoas desenvolverem suas potencialidades. Compreendemos desta forma, que o lazer promove o espaço e os profissionais envolvidos devem contribuir no processo de conscientização quanto às atitudes a serem construídas, ou seja, a inserção do lazer no cotidiano do idoso, como forma de promoção da saúde e qualidade de vida.

As organizações e instituições que desenvolvem ações esportivas e de lazer no estado do Tocantins pouco se atentaram para a necessidade de maiores incentivos para o público idoso, que em um processo histórico são negligenciados seus direitos, vivem no abandono social, sendo culturalmente manipulados a se omitirem, se calarem e viverem a espera do fim da vida.

Ciente deste contexto, em setembro de 2005, a Secretaria do Esporte inicia um projeto piloto com o objetivo de atender aos anseios do público idoso, com relação às atividades esportivas e de lazer, considerando que estas deveriam ser contextualizadas, sendo acessíveis a todos os idosos, detentores de grande quantidade de tempo livre. Promover a saúde e a qualidade de vida são os objetivos mais importantes em atividades esportivas e de lazer com idosos. Segundo SPIRDUSO (1995), o sedentarismo no idoso, advém muitas vezes de imposições sócio-culturais, mais do que de uma incapacidade funcional. As faltas de estímulo pessoais, da família e de iniciativas de órgãos especializados e públicos remetem o idoso a uma estagnação.

Os comportamentos atribuídos aos idosos, referem-se à passividade e imobilidade, com reduzido nível de atividade física. No entanto sabe-se que muito das alterações fisiológicas e funcionais observadas nos idosos são resultado da inexistência de estímulos do que alterações atribuídas ao envelhecimento (BARRY e EATHORNE, 1994). Estudos têm demonstrado as contribuições positivas de programas de atividade física na melhoria geral da aptidão física e funcional dos idosos (MOTA *et al.*, 1995).

Assim, é importante que o idoso aprenda a lidar com as transformações de seu corpo e tire proveito de sua condição, prevenindo e mantendo a sua autonomia plena. Para isso é necessário que se procurem estilos de vida ativos, integrando atividades esportivas e de lazer a sua rotina. O relevante deste processo é que o idoso vai reconstruindo e construindo novas concepções de vida, por meio das infinitas possibilidades de descobertas pessoais e interpessoais, sendo o grande protagonista desta realidade. Vicente Faleiros(2000) determina este processo como sendo de empoderamento, ou seja, os novos conhecimentos são armas, fonte de poder para que o idoso enfrente a diversidade e o processo de exclusão social. A questão da inclusão social está

determinantemente entrelaçada à da exclusão, de maneira dialética as relações sociais dominantes de desigualdade expressam-se nas políticas públicas, tendo por vezes um caráter de resgate da dívida social.

Tendo consciência das definições do estatuto do idoso e das necessidades deste público em participar de atividades esportivas e de lazer que correspondam com a sua faixa etária é que a Secretaria de Esportes do Estado do Tocantins empreende uma iniciativa moderna e pioneira para enfrentar a realidade do processo de envelhecimento. A proposta desenvolve atividades esportivas e de lazer variadas para o idoso, valorizando a participação nas atividades e compreendendo ser este mais um espaço de intervenção para a contribuição na formação de pessoas saudáveis entendendo, neste momento a saúde no seu conceito ampliado, onde atividades físicas e de lazer, fazem parte do processo de inclusão às políticas públicas setoriais.

O projeto Idoso Ativo e Feliz determinou como objetivo geral desenvolver uma política pública de Esportes e Lazer para a comunidade idosa, na faixa etária acima de 55 anos, visando melhora na qualidade de vida, bem estar físico, social e emocional dos indivíduos envolvidos, promovendo atividades físicas e de lazer em diferentes modalidades, alfabetização, artes cênicas, acompanhamento médico, nutricional, fisioterapêutico, fonoaudiológico, psicológico e com assistentes sociais, priorizando o princípio da inclusão social, privilegiando oportunizar o acesso ao Esporte Cultura, Lazer, Educação e Saúde reconhecendo-os como direito social.

E como objetivos específicos:

- Disponibilizar e ampliar a oferta de instalações e equipamentos visando garantir o direito ao esporte e ao lazer.
- Proporcionar ao idoso a possibilidade de estar se inserindo no processo de alfabetização, almejando a busca e construção de novos conhecimentos.
- Promover a saúde através do acompanhamento com nutricionista, médico, psicólogo, fonoaudiólogo e fisioterapeuta.
- Propor atividades físicas adaptadas às reais necessidades dos

idosos, favorecendo desta forma, a melhora da auto estima, do equilíbrio da destreza motora, levando-os a ter mais confiança nas suas potencialidades.

- Promover o desenvolvimento de atividades de esporte e de lazer a população idosa, priorizando aquelas parcelas em situação de vulnerabilidade social.
- Promover eventos que possibilitem a vivência do esporte, cultura e lazer e a intergeracionalidade.
- Possibilitar a criação dos centros de desenvolvimento do esporte, cultura, saúde e lazer, para o idoso, dotando-os de recursos materiais e humanos para a realização de pesquisas que visem o desenvolvimento do esporte recreativo, do lazer, da promoção da saúde, da qualidade de vida, da cidadania e da inclusão social.
- Desenvolver atividades esportivas, educativas, saúde e de lazer, com eficiência e eficácia, promovendo um envelhecimento digno e saudável da comunidade participante.

Este projeto se desenvolve através da parceria entre Centro de Convivência dos Idosos do Tocantins, Secretaria do Esporte do Estado do Tocantins, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e o Centro Universitário Luterano de Palmas - ULBRA que se organizam da seguinte forma:

O Centro de Convivência dos Idosos do Tocantins disponibiliza o espaço físico (que consiste em uma piscina, um salão aberto e quatro salas amplas), para a realização das atividades esportivas e de lazer, educação, culturais e atendimentos de saúde; responsabiliza-se pela manutenção do espaço físico e pelos profissionais dos serviços gerais;

A Secretaria Estadual do Esporte disponibiliza material esportivo necessário para o desenvolvimento do projeto, as camisetas uniformes – identificando o projeto, financia o pagamento dos estagiários e os técnicos que coordenam o projeto. E finalmente, o Centro Universitário Luterano de Palmas, é responsável por financiar os produtos para a limpeza da piscina e coordena os atendimentos relacionados à fisioterapia;

Este projeto acontece de forma conjunta, no que tange ao planejamento e desenvolvimento das atividades desenvolvidas por

todos os profissionais envolvidos. São ofertadas atividades esportivas como natação, hidroginástica, atividades rítmicas e expressivas/dança/ioga/ginástica localizada/relaxamento e atividades recreativas. O processo educacional acontece através da alfabetização e desenvolvimento do grupo de teatro. Estas aulas são ministradas com duas sessões semanais para cada modalidade (segunda e quarta ou terça e quinta) nos turnos matutino e vespertino. As turmas são formadas de acordo com a demanda de matrículas e as sextas feiras são reservadas para reuniões de planejamento.

O projeto Idoso Ativo e Feliz, em sua proposta inicial, disponibilizava médico, psicólogo, nutricionista, fisioterapeuta e fonoaudióloga que realizavam os atendimentos no âmbito da saúde, estes profissionais se envolviam na busca rumo ao acompanhamento, promoção e prevenção da saúde.

O Projeto Idoso Ativo e Feliz estabelece um calendário anual, em que são desenvolvidas atividades mensais, tendo como ações palestras, oficinas, atividades educativas, passeios turísticos, dia de esporte e lazer do idoso e confraternizações. Estas ações são marcadas pelo grande envolvimento e integração dos idosos, desta forma busca-se, sempre que possível, abordar questões referentes aos direitos estabelecidos no Estatuto do Idoso, violações destes direitos, como exemplo citamos uma Consulta Pública, realizado no dia do idoso do ano de 2007, em que estiveram presentes 500 idosos, discutindo questões referentes ao idoso sofrendo violações com relação a financiamentos. Nesta ação estavam presentes o Conselho Estadual do Idoso, O PROCON, Ministério Público, Instituto de Gestão Previdenciária do Tocantins, Instituto Nacional de Seguridade Social, Ordem dos Advogados do Brasil e Defensoria Pública.

2- Esporte e lazer de inclusão social: limites e possibilidades

O Projeto Idoso Ativo e Feliz possibilita para o grupo de envolvidos, idosos e equipe técnica, aprendizado permanente, através das constantes descobertas das infinitas possibilidades de construir e reconstruir relações e valores por meio de atividades de lazer, explorando o prazer e a ludicidade.

Os idosos e profissionais que participam deste projeto estão tendo a oportunidade de compreender o processo de envelhecimento de forma holística, visto que este projeto tem como princípios a interdisciplinaridade e a intersetorialidade proporcionando aos envolvidos a compreensão real do idoso, enquanto ser integral e neste processo há que se desenvolver ações para a melhoria da qualidade de vida como um todo, neste sentido a compreensão da educação para o lazer e pelo lazer se faz permanente. As atividades esportivas e de lazer promovem a conscientização quanto a importância do apoio da família no processo de envelhecimento, abrem espaços de discussão quanto as diversas formas de violência as quais as pessoas idosas são acometidas, são meios para trabalhar com a conscientização dos direitos da pessoa idosa e os respectivos órgãos de defesa, podem promover espaços únicos para a intergeracionalidade, enfim, contribui de maneira significativa para o processo de inclusão social.

Temos ainda que destacar uma significativa vivência, que é a participação da Secretaria do Esporte no Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. O conselho é um mecanismo de participação e de legitimidade social, sendo órgão de gestão e monitoramento das políticas públicas sociais no campo da defesa dos direitos humanos. A oportunidade de participar deste coletivo é ímpar, visto que possibilita a dimensionar o real comprometimento que a Secretaria do Esporte tem com o processo de envelhecimento da população do Estado do Tocantins.

De acordo com este relato percebemos que as políticas públicas de esporte e lazer deveriam estar em pauta e evidência na realidade do estado do Tocantins, buscando atender a uma demanda social crescente que é a necessidade de atividades de lazer para o tempo livre da população de nossas cidades, porém a realidade demonstra suas contradições. Primeiramente, estas políticas deveriam atingir todos os segmentos sociais, buscando a distribuição democrática de recursos existentes, rompendo com o paradigma das prioridades setoriais que determinam que saúde, educação ou habitação são invariavelmente mais importantes para a população que lazer, esporte ou transporte, compreendendo sim, que a sociedade se de-

envolve com qualidade de vida à medida que tem acesso de maneira proporcional a todas as políticas.

Neste sentido Marcellino e Ferreira, no texto de apresentação da obra *Brincar, Jogar e Viver* abordam que de um lado a política de hierarquização de necessidades, de outro a pouca difusão de pesquisas e de sistematização, a partir de discussões e experiências concretas vivenciadas em políticas públicas inovadoras, diferentes daquelas do evento por si só, e os poucos recursos disponíveis, fazem com que a área ainda careça de ações que abranjam de forma efetiva os Municípios, os Estados e a Esfera Federal. (MARCELLINO, FERREIRA, 2007).

Em seguida observamos o quanto se faz urgente romper com a idéia da esportivização, visto que a maioria das iniciativas estão relacionadas ao esporte de rendimento e/ou competitivo, ficando as atividades de lazer ou esporte recreativo a mercê da boa vontade dos gestores ou ainda de eventos esporádicos. Percebe-se neste momento, todo um processo de cunho histórico-cultural-social, em que o esporte é direcionado a um grupo seletivo e que o idoso não faz parte dos planos e ações. Há que se considerar, questões referentes à localidade regional, investimentos em estudos e pesquisas na área, quantidade de instituições de ensino superior na área e conseqüentemente número de profissionais qualificados.

Estes aspectos lançam o idoso do Tocantins a um processo de exclusão social, isto porque as atividades de esporte e lazer podem promover um envelhecimento digno, ativo e saudável provocando uma reconstrução de valores e posicionamentos no idoso, passando este a aceitar melhor o seu processo de envelhecimento, a sentir-se novamente parte do todo e não um ser em isolamento, os novos relacionamentos possibilitam uma nova vontade de aprender acarretando um estímulo à afetividade. Desta maneira as atividades esportivas e de lazer contribuem de forma determinante para com o processo de inclusão social. Meirelles, destaca que as atividades físicas e de lazer, promovem o bem-estar-físico, auto-confiança, sensação de auto-avaliação, segurança no dia-a-dia através do domínio do corpo, melhoria da resistência, capacidade de coordenação e reação, atenuação da depres-

são, medo, decepções, ansiedade, tédio, solidão e melhoria da auto-estima. (MEIRELLES, 1997)

E finalmente o grande problema das políticas públicas que são de governo e não de estado, desta forma, há uma constante descontinuidade no processo visto que as mudanças de governo possibilitam alterações de planos e ações ou até mesmo a extinção de propostas que não são da vontade no novo gestor. Desta maneira, há necessidade de se garantir orçamento definido, ou seja, no Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual, há que se prever adequadamente recursos suficientes e progressivos para que as ações tenham condições de serem implementadas.

As políticas públicas da Secretaria do Esporte do Estado do Tocantins esbarram nos entraves citados acima, provocando um estado contínuo de avanço e retrocesso. O estado tem a responsabilidade de intervir de forma positiva, tendo a sociedade como controle social, tendo como princípio o comprometimento dos poderes públicos com a garantia e provisão do direito social. Quando o governo intervém construindo políticas de estado estabelecem-se, uma prontidão estatal para coibir abusos de poder, negligências ou desrespeito aos direitos dos cidadãos, buscando desta forma extinguir barreiras ao exercício efetivo da cidadania. Potyara Pereira, nos textos base da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, destaca que, tal comprometimento do estado não significa – como muitos pensam – paternalismo ou tutela estatal. Mas, implica obrigar o Estado a arcar com responsabilidades de sua alçada, que lhe foram delegadas pela sociedade no curso da ampliação da democracia. Está se falando de um Estado Social de direito que encampa as causas sociais e tem como uma de suas principais funções a redução de incertezas e infortúnios sociais mediante políticas públicas. (POTYARA, 2006).

Pedro Demo (1997) cita em sua obra *Pobreza Política* a ousadia e abusos realizados pelos governantes, em detrimento destaca a sociedade calada frente a todas estas mazelas, não sabendo lutar pelo que é de direito por não reconhecer este direito. Frente a esta realidade o Projeto Idoso e Feliz busca compreender que a realidade é complexa e repleta de limitações, porém há um horizonte de possibilidades e um grande compromisso social.

3- Conclusões:

O Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento borda que o século XX produziu-se uma revolução de longevidade. A expectativa média de vida ao nascer aumentou 20 anos desde 1950 e chega agora a 66 anos, e se prevê que até 2050 tenha aumentado mais 10 anos. Esse triunfo demográfico e o rápido crescimento da população na primeira metade do século XXI significam que o número de pessoas com mais de 60 anos, que era aproximadamente de 600 milhões, no ano 2000, cresça somente de 5% a 6% durante esse período, e que depois se duplique até o ano de 2050. Uma transformação demográfica mundial desse tipo tem profundas conseqüências para cada um dos aspectos da vida individual, comunitária, nacional e internacional. Todas as facetas da humanidade – sociais, econômicas, políticas, culturais, psicológicas e espirituais – experimentarão uma revolução.

A revolução citada acima pode ser percebida quando observamos o quanto às discussões referentes à pessoa idosa e/ou ao processo de envelhecimento estão se tornando crescentes, porém, enquanto realidade de Estado do Tocantins, há que se promover uma mudança das atitudes, das políticas e das práticas em todos os níveis e em todos os setores, para que possam se concretizar as enormes possibilidades que oferece o envelhecimento no século XXI. Políticas Públicas, no âmbito do esporte e lazer, podem ser realizadas através de propostas que busquem desenvolver atividades variadas para os idosos, valorizando a participação efetiva, compreendendo ser este mais um espaço de intervenção para a contribuição na formação de pessoas. Este sujeito necessita assim, não somente de momentos de lazer e esporte, como também de políticas intersetoriais, ou seja, que agreguem mais valores, observando a eficiência no atendimento ao idoso. A construção da implantação de políticas públicas intersetoriais para os idosos faz parte da proposta de criação de uma Rede de Proteção à Pessoa Idosa, e esta rede tem como grande objetivo fazer valer as obrigações do Estado e da Sociedade quanto aos direitos da pessoa idosa, entendendo-os como direito socialmente construído.

As políticas públicas de esporte e lazer devem buscar reco-

nhecer a capacidade dos idosos para fazer frente à sociedade não só tomando a iniciativa para sua própria melhoria como também para o aperfeiçoamento da sociedade em seu conjunto.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Rita Maria. *Educação física gerontológica*. São Paulo: Ed. Sprint, 2000.

BARRY H. C.; EATHORNE, Exercise and aging. Issues for the practitioner. *Medical Clinics North America*, S. W. 357-375, 1994.

BEAVOIR, Simone. *A velhice*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. *Plano de ação internacional sobre o envelhecimento, 2002 Organização das P712a Nações Unidas*. Tradução de Arlene Santos, revisão de português de Alkmin Cunha; revisão técnica de Jurilza M.B. de Mendonça e Vitória Gois. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.p. 86: 21 cm. – (Série Institucional em Direitos Humanos ; v. 1)

CONFERENCIA NACIONAL DE DIREITOS DO IDOSO. Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idoso. RENADI. Texto Base, 2006.

DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel: a infância e adolescência no Brasil*. São Paulo: Ática, 2005.

DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

FALEIROS, Vicente e Paula. *Política Social do Estado Capitalista*. Cortez, 2000.

FARIA, Alfredo G. Junior. [et al.] *Atividades Físicas para a terceira idade*. Brasília: Sesi-DN, 1997.

FERREIRA, M.; MARCELLINO, N. *Brincar, jogar, viver: Programa Esporte e Lazer da Cidade*. v.1, n.1. 2007.

FERREIRA, Vanja. *Atividade física na 3ª idade: o segredo da longevidade*. São Paulo: Ed. Sprint, 2002.

LERSON, F.; Oliveira, M.; Mendes, A. *Poder público, terceiro setor e controle social: interfaces na construção de políticas de esporte e lazer*. Natal: Ed. CEFET-RN, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e esporte: políticas públicas*. Campinas, SP: Autores Associado, 2001.

MEIRELES, Morgana. *Atividade física na 3ª idade: uma abordagem sistêmica*. São Paulo: Ed. Sprint, 1997.

MELO, Victor Andrade de. *Lazer e minorias sociais*. São Paulo: Ibrasa, 2003.

MOTA, J.; PAIVA, P.; SILVA, S. Effects of a 6 month programme of non specific physical activity on physical capacity of aged sedentary women. *Journal of Human Movements Studies*, 243-254, 1995.

SPIRDUSO, W.W. Physical dimensions of aging. *Human Kinetics Publishers*, Champaign, Illinois, 1995.

VARELLA, Ana Maria Ramos Sanches. *Envelhecer com desenvolvimento pessoal*. São Paulo, Escuta, 2003.

REGIÃO SUDESTE

MULHERES EM MOVIMENTO

Antonia Efigênia Gomes Bezerra¹²¹
e professores da Secretaria de Esporte e Lazer de Diadema/SP

Resumo: A Secretaria de Esporte e Lazer da cidade de Diadema, São Paulo, entre outros objetivos, busca valorizar o Esporte e Lazer como parte do trabalho social, de inclusão e de direitos básicos. Por estes motivos reconhece a importância da atividade física à mulher, por meio do PROJETO DE GINÁSTICA “MULHERES EM MOVIMENTO” (desde 1989). O grupo é composto de mulheres na faixa etária que varia dos 16 aos 80 anos, que, dentro da sua heterogeneidade, descobriram algo em comum: o prazer em praticar atividade física em grupo. O Programa atende 4.141 alunos, em 25 salas de ginástica nos diferentes bairros da cidade. As alunas vivenciam as mais variadas estratégias dentro da cultura corporal, em conjunto com os(as) professores(as) de Educação Física, planejam, organizam e executam todas as ações voltadas para o grupo, com o objetivo de possibilitar o bem estar físico, psíquico e social e conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida de cada uma destas mulheres. As ações do Programa são pautadas a partir de uma abordagem de gênero, saúde, cidadania e resgate de valores culturais na perspectiva da inclusão e da equidade social, por meio da atividade física praticada de forma lúdica, sem obrigatoriedade e, sim com o compromisso com o bem estar e prazer que a atividade proporciona.

O Projeto “MULHERES EM MOVIMENTO” proporciona as alunas, a partir da cultura corporal, o desenvolvimento global, ampliando acervo motor, cognitivo e sócio afetivo, por meio de diferentes formas de expressão (dança, jogos, brincadeiras, ginástica, etc.).

Busca conscientizá-las da importância da prática da atividade física para a manutenção e promoção da saúde (melhoria da sua postu-

¹²¹ Formada pela Faculdade de Educação Física de Santo André – FEFISA – 1989. Professora de Educação Física concursada da Prefeitura Municipal de Diadema desde 1993. Coordenadora do Projeto Mulheres em Movimento nos anos de 2004 e 2005. Contato: efi_gb@hotmail.com

ra, melhoria no funcionamento dos órgãos internos, auxiliar em um programa de emagrecimento, ter mais disposição, músculos mais fortes, maior flexibilidade, sair da rotina, fazer novos amigos, vivenciar novas formas de expressão, qualificar suas horas de lazer, etc.).

Estimula a criatividade, o senso crítico, levando-as a refletir e agir no seu cotidiano na busca de uma autonomia tanto corporal como nas mais diversas atuações: esposa, mãe, trabalhadora, aluna e cidadã.

Possibilita um olhar diferente na forma de atuação dessa mulher na sociedade que não só o estabelecido e cobrado socialmente: a mulher, submissa, compreensiva, paciente, responsável pelos cuidados da casa e dos filhos, a qual deixa de pensar em si em função dos outros (marido e filhos). Mas sim da mulher atuante no grupo que participa, na sua comunidade, na sua cidade, ampliando sua visão na direção da melhoria de vida da coletividade.

Com o intuito de que as aulas não se limitassem em atividades físicas realizadas nas salas de ginástica e para garantir um diferencial nas ações do Programa para que o(a) professor(a) coloque em prática os conteúdos planejados com qualidade, foi elaborada uma divisão de carga horária específica atendendo as necessidades do mesmo. Esta divisão de carga horária traduz a preocupação com a inclusão social destas mulheres, vendo-a como um ser global com anseios e necessidades e, não só como mais um corpo, que vem em busca de um “bumbum” firme, pernas torneadas e abdômen definido.

Pelo perfil do grupo, onde a maioria já passou dos trinta e cinco anos e já tiveram várias gestações, temos que procurar meios para que reelaborem sua auto imagem de forma positiva sentindo-se bem com o corpo que tem. Altas, baixas, magras, gordas, brancas, negras, enfim, buscar ter um corpo saudável e, não necessariamente, o definido pela sociedade como o padrão de beleza. E ainda mais, se sentirem fazendo parte de um grupo, onde discutem, opinam, reivindicam e tomam decisões coletivas (se sente parte do todo).

Além das duas aulas semanais e as atividades extra aulas, são incentivadas a participarem das caminhadas orientadas realizadas nos parques espalhados pela cidade, como forma de complementar a sua rotina de atividade física.

Frente a este leque de possibilidades de se movimentarem

física e socialmente, a sua participação é livre de acordo com o seu interesse e sua disponibilidade de horário.

O Projeto conta com 25 salas de ginástica espalhadas pelos diferentes bairros da cidade, onde facilita a participação. Independente do bairro em que more, sempre tem uma sala de ginástica perto. De acordo com a demanda do bairro o atendimento é feito nos períodos da manhã, tarde e noite.

Para participar do Projeto basta ter mais de 16 anos, apresentar um atestado médico liberando-a para a prática da atividade física. Recomendamos roupas leves e tênis. O que não são impedimentos para a prática, pois nem todas conseguem adquirir um tênis, fazem a atividade descalças. E outras não podem tirar a saia por orientações religiosas, apenas colocam uma bermuda por baixo.

É feita uma anamnese (questionário de avaliação) para identificarmos a situação de saúde, hábitos alimentares, vícios, opções de lazer, enfim, dados para termos informações básicas para orientar a atividade.

Por um período foi feita avaliação física (medição de dobras cutâneas, peso altura, etc.), mas com a dificuldade de operacionalização e a dúvida do avaliar para que, considerando os objetivos do trabalho, foi um recurso não utilizado nos últimos anos. Embora o professor esteja atento para a melhora física global de cada aluna, aplicando, periodicamente, questionários onde respondem questões do tipo:

- Você tem se sentido mais disposta?
- Ainda sente dores nas costas? Em que região?
- Sente-se cansada ao subir um lance de escadas?
- Percebe alterações / diferenças em seu corpo? Quais?
- Entre outras.

As turmas são heterogêneas e as aulas são planejadas de forma que todas consigam participar, respeitando seus limites. O professor orienta os exercícios em diferentes níveis e cada uma, de acordo com sua condição, o realiza. Há turmas em que a mesma aula é feita por três gerações de mulheres da mesma família: a avó, a mãe e a filha. Além de algumas atividades extras poder ter a participação dos filhos pequenos, dos maridos e de amigas que não freqüentam o Projeto.

Os resultados atingidos com as ações do Projeto, na sua maioria, não são mensuráveis por meio de dados estatísticos e gráficos comparativos. Os resultados são registrados a partir da observação dos professores, depoimentos dados pelas alunas em aula, eventos, etc.

Observamos alguns resultados, como por exemplo:

- Entendimento dos objetivos do Projeto;
- Ampliação do seu repertório de movimentos a partir de diferentes vivências corporais;
- Compreensão, da grande maioria das alunas, dos benefícios da atividade física e da necessidade de adotá-la como uma atitude rotineira e indispensável para a garantia da sua qualidade de vida prevenindo doenças e convivendo de forma salutar com doenças pré-adquiridas;
- Multiplicadora dos benefícios que a atividade física proporciona convencendo outras mulheres a aderirem ao movimento.
- Enquanto mulher que tem, a todo instante, a cobrança de cuidar do outro, (marido, filhos, casa, etc), reconhece a importância deste papel sem deixar de reconhecer a importância que tem a atitude de se permitir vivenciar atividades que lhe tragam alegria, felicidade, satisfação (atividades com o grupo: passeios, jogos, caminhadas);
- A participação de diversas atividades que estão fora da esfera doméstica como, por exemplo, conselhos de escola, conselhos de saúde, conselheiras do orçamento participativo, ativistas do movimento contra o câncer de mama da cidade; representante de sala de ginástica, enfim, boa parte do grupo adotou um papel participativo nos canais abertos pela administração municipal, para discutirem, opinarem e tomarem decisões sobre rumo os das questões da cidade. Exercendo sua cidadania de fato.
- A criação de movimentos para reivindicarem seus direitos como, por exemplo, para a construção de salas de ginástica, as quais, mesmo não estando previstas no orçamento, os governantes sentindo-se pressionados, construíram salas em diferentes bairros da cidade.

- A participação no “movimento pela a água boa e barata” que culminou na criação da empresa de saneamento da cidade a SANED.
- A volta aos estudos, por grande parte das alunas, onde umas incentivando as outras, vão a as escolas em grupo;
- Desenvolvimento do seu senso crítico a respeito do seu papel de mulher dentro e fora de casa;

Conclusão

Historicamente em nossa cultura, onde as relações patriarcais prevalecem, a mulher tem que estar voltada para o espaço privado, ou seja, para as coisas que acontecem dentro de casa, com o marido e os filhos. Tendo, portanto, ações, intervenções e tomadas de decisões limitadas a este espaço.

Por outro lado o homem é o provedor. É educado para conviver com o espaço público, o trabalho fora, a rua, o bar. Desde cedo lhe é cobrado posturas corajosas e tomadas de decisões.

Neste contexto foi criado o Projeto Mulheres em Movimento. Pelas questões citadas tivemos muita dificuldade em ampliar o número de participantes. A maioria das mulheres convidadas a participar, diziam que “ginástica é para quem não tem o que fazer” e menos importante do que a roupa para lavar e a casa para varrer.

O trabalho continuou intensificando sua divulgação. Aos poucos o Projeto foi ampliando seu número de adeptas.

Colocando em prática os objetivos traçados e discutindo as estratégias a serem utilizadas, com a união do grupo de alunas e o comprometimento do grupo de professores, foi possível a construção deste trabalho, reconhecido como Política Pública de Esporte e Lazer para a mulher na cidade de Diadema.

O trabalho obteve reconhecimento dentro e fora da cidade como um trabalho de grande relevância para as munícipes.

A partir do Projeto, muitas mulheres tiveram sua auto estima elevada, levando a se conscientizarem da importância da prática da atividade física e da dedicação de um tempo para si.

As discussões, vivências nas aulas e oportunidades de participação em outros grupos, possibilita a cada uma delas criar seu uni-

verso do tamanho que deseje. Algumas se limitam a participar das aulas, enquanto outras, se permitem experimentar o leque de opções de lazer, possibilidades de sociabilização com outros grupos e a “formação” dentro das questões do universo feminino.

Mesmo que o contexto, nos dias atuais, tenha se alterado em comparação ao final dos anos 80, a política implementada se encontra atualizada. Foram adquiridos novos valores, que vinham sendo negados, sobremaneira, pela “gramática que pertence aos homens e que é consentida, vez ou outra, às mulheres”.

Adequamos e reformulamos os temas abordados em discussões, atualizamos as técnicas para a melhoria da condição física, mas a forma de atuação não se alterou.

Continuamos na busca de empoderar as mulheres, que assim ainda não se sentem, fazendo-as sujeitos de todas as ações, ressaltando a sua importância para o grupo, dando-lhe a certeza de pertencimento, fazendo-a se apropriar do que é público e, portanto, seu de direito.

Por meio de depoimentos podemos constatar o quanto à vida destas mulheres mudou. Não mais excluídas e, sim conscientes e com um olhar crítico, para o papel que a sociedade lhe impõe, sabendo de seus deveres e de seus direitos enquanto mulher e cidadã.

Segue alguns depoimentos:

- “[...] estas mulheres passaram por mudanças individuais e produziram uma identidade coletiva, com o apoio das ações públicas municipais de lazer”. (CAVALEIRO, 2004, p.95).
- “[...] há uma grande importância em considerar essa identidade coletiva, pois, desde sua constituição, vem contribuindo para a ampliação da participação social da mulher na cidade de Diadema, e tem significado a ampliação da esfera pública local e contribuições para a redefinição do mundo privado...”. (CAVALEIRO, 2004, p.95).
- “[...] aqui no Mulheres eu sinto que sou uma pessoa também.”.(Depoimento de uma aluna na dissertação de mestrado, CAVALEIRO, 2004, anexo1 – sujeito nº2).

- “[...] encontrei uma outra família, elas ajudam, a professora é amiga, tem problema que só conto aqui...” (depoimento de uma aluna na dissertação de mestrado, CAVALEIRO, 2004, anexo1 – sujeito nº2).
- “[...] faço ginástica, mas acho que não é só ginástica assim para o corpo, é para a minha mente que ela faz bem, a mente solta assim junto com o meu corpo e eu fico feliz”. (Depoimento de uma aluna na dissertação de mestrado, CAVALEIRO, 2004, anexo1 - sujeito nº2).
- “[...] para mim o Mulheres em Movimento abriu novos horizontes, fazer ginástica, expandir conhecimento. Depois que eu entrei aqui, eu aprendi muito, muito mesmo, porque antes eu era aquela assim..., só pensava em casa, marido, filhos, depois que vim para cá, aí procurei, até a aparência renovar [...], voltei a estudar, procurei ter mais conhecimento, entrosamento com as pessoas e também interessar pela cidade né, que era uma coisa que dona de casa não se interessa.”. (Depoimento de uma aluna na dissertação de mestrado, CAVALEIRO, 2004, anexo1 - sujeito nº3).

Esta mesma política foi implementada no ano de 2003 na cidade de Icapuí, na faixa litorânea Cearense, onde inexistia Política de Esporte e Lazer para a mulher.

O Projeto se encontra em desenvolvimento e já colhendo frutos, no que se refere a ter despertado nas participantes a consciência da importância da prática da atividade física, da convivência em grupo e da destinação de tempo para cuidar de si.

As alunas percebem que por meio do Projeto, é possível vivenciar situações diferentes das quais vive no ambiente doméstico, tendo seu espaço para o lazer, discutindo questões do universo feminino e tomando decisões junto ao grupo. Desta forma o sentimento de exclusão diminui, dando lugar a um sentimento de importância para si, para o grupo e para a cidade, possibilitando assim, ser uma mulher mais feliz.

Referências bibliográficas

CAVALEIRO, Maria Cristina. *Mulheres em Movimento: identidade coletiva e subjetividades nas práticas culturais e de lazer na cidade de Diadema*. Tese (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Faculdade de Educação Física, Campinas, 2004.

NOGUEIRA, Maria Aparecida; PIQUINI Leyla; DREYS Kátia Ramos. *Mulheres em Movimento: programa de ginástica feminina desenvolvido pela prefeitura Municipal de Diadema*, 1996. Apostila.

FUTEBOL LIBERTÁRIO: compromisso social na medida

Fábio Silvestre Silva
Francisco Helder da Silva Oliveira
Marcelo Arruda Piccione
Roberta Freitas Lemos¹²²

Resumo: O presente texto tem a finalidade de apresentar um relato de experiência de uma metodologia alternativa de acompanhamento de adolescentes inseridos em medidas socioeducativas em meio aberto na região da Capela do Socorro e Parelheiros que foi baseado na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990 e desenvolvido pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Interlagos (CEDECA Interlagos). Essa proposta utiliza o futebol como meio que possibilita ao adolescente refletir sobre sua realidade e suas práticas cotidianas, reconhecendo suas possibilidades de se desenvolver como sujeito de direito e de se tornar protagonista no que diz respeito às ações que busquem sua promoção social e a construção e o exercício da cidadania ativa.

Introdução dos desafios

A Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, é marcada pela maior participação da sociedade civil no processo de mudança para o Estado democrático de direito. Nesse cenário,

¹²² A relação dos autores está em ordem alfabética.

Fábio Silvestre Silva. Psicólogo, Especialista em Psicologia do Esporte, Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo, idealizador e coordenador do Projeto Futebol Libertário.

Francisco Helder da Silva Oliveira. Artista plástico com pós-graduação em Atendimento Sistêmico a Famílias e Redes pela University College Trömsö – Noruega e diretor do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Interlagos.

Marcelo Arruda Piccione. Estudante de Psicologia e educador social que acompanhou o Projeto Futebol Libertário.

Roberta Freitas Lemos. Psicóloga, Bacharel em Esporte, Mestre em Psicologia experimental: Análise do Comportamento, técnica que acompanhou o Projeto Futebol Libertário e coordenadora dos Núcleos de Pesquisa e de Defesa do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Interlagos. Contato: robertaflemos@yahoo.com.br

muitos movimentos sociais ganharam força; dentre eles, está o movimento da infância e juventude, que obteve grandes avanços ao ganhar uma nova compreensão de cidadania, e novo paradigma (proteção integral) com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Ele superou, a partir de sua filosofia de sistema de proteção integral, a velha visão vingativa e punitiva do Código de Menores, estabelecendo uma visão pedagógica e educativa.

Ao olharmos a realidade da criança e do adolescente, que moram na periferia de São Paulo, percebemos a ineficácia do sistema educacional que este Estado Democrático de Direito tem promovido. A mera luta pela sobrevivência, sem perspectivas de projeto de vida com dignidade, leva a criança e o adolescente a uma acentuada falta de capacidade de lidar com as questões e conflitos surgidos no cotidiano, à incapacidade de ler e interpretar, não as palavras, mas a sua própria realidade, numa perspectiva de superação de problemas e conflitos vivenciados.

O potencial de ser cidadão ativo como criança e logo adolescente e quem sabe adulto, é interrompido, criando uma esfera negativa que afasta a criança de si própria e de uma realidade construtiva e transformadora a partir dos conflitos. Tudo isto somado a realidade do desemprego, miséria, falta de moradia adequada e saúde, situação de violência e, muitas outras deficiências provocadas também pela falta de uma rede de serviços oferecida a partir da elaboração de políticas públicas com participação popular fazem com que a criança e o adolescente, sem muito discernimento e referencial, corram o risco de ultrapassar limites, cometendo atos infracionais que venham a prejudicar o seu desenvolvimento.

Mas após o adolescente ter cometido o ato infracional, o que podemos oferecer a ela para resgatar seu processo de socialização? Como podemos intervir de uma forma transformadora?

Antonio Carlos Gomes da Costa lançou o desafio:

“É preciso reordenar o sistema de atendimento, introduzindo em seu funcionamento mudanças verdadeiramente amplas e profundas, em termos de conteúdo, método e gestão.

É preciso melhorar radicalmente as formas de atenção direta, mudando as maneiras de ver, entender e agir de todos os que atuam na implementação das medidas socioeducativas.”
(COSTA, 1999)

O sistema legal, implantado pelo ECA, entende o adolescente como sujeito de direitos e de responsabilidades oferecendo amplos mecanismos de responsabilização de adolescentes em caso de envolvimento com ato infracional. O Artigo 112 do ECA define as Medidas Socioeducativas como meios de intervenção na vida do adolescente autor de ato infracional considerando sua inserção na família, na comunidade e na sociedade.

Contexto e o acompanhamento das medidas socioeducativas

A Capela do Socorro, situada no extremo sul da cidade de São Paulo, se transformou em um dos principais pólos de surgimento de favelas e loteamentos clandestinos onde se verifica uma das maiores concentrações de Favelas do Município de São Paulo, localizadas, sobretudo em área de proteção manancial. A consequência disso é a realidade de profunda exclusão social que marca a região com altos índices de violência que fazem parte do ciclo vicioso de uma complexidade de fatores: desemprego juvenil, narcotráfico, crime organizado, arbitrariedade e violência policial, pobreza das escolas públicas, carência do sistema judiciário, falta de lazer, migração caótica, selvageria das prisões, entre outros.

O Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Interlagos – CEDECA Interlagos - situado nesta região, foi fundado em 1999, por um grupo de educadores sociais. Nasceu a partir da experiência acumulada durante muitos anos de trabalhos comunitários em favelas de Interlagos e com movimentos populares da Capela do Socorro. Identifica-se como organização de assessoria aos movimentos populares, a serviço das lutas populares organizadas nas comunidades locais, associações de moradores, entidades de atendimento e movimentos, tendo seu olhar voltado para a realidade da criança e do adolescente.

Diante dos múltiplos fatores que configuram a realidade social que se apresenta, as condições socioeconômicas de vida e a quan-

tidade de adolescentes inseridos em medida socioeducativa, o CEDECA Interlagos passou a acompanhar, em atendimento direto, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto na região.

A experiência e as reflexões feitas a partir deste processo de acompanhamento mostraram a necessidade de lançar novos desafios e um novo olhar a esses jovens, uma vez que há uma porcentagem deles que reincidem e outros tantos que são faltosos a metodologia tradicional de atendimento. Querendo enfrentar esse problema é que partiu uma reflexão aprofundada desse público e das alternativas que se apresentavam. Pois, durante o trabalho com os adolescentes que foram envolvidos em atos infracionais, detectou-se que o atendimento que este recebe fica aquém das suas reais necessidades enquanto sujeitos.

Quem trabalha com adolescente sempre acaba se fazendo as mesmas perguntas: quem é este adolescente? É este adolescente diferente dos demais ou representa o ato infracional apenas um grau maior de envolvimento no ciclo da violência? Nosso ponto de partida é claro: os adolescentes, olhados sempre com muito cuidado, pois cada um deles é portador por essência de um conjunto de direitos humanos fundamentais muitas vezes negados ou ameaçados no dia-a-dia, o que faz com que de vítima – enquanto sujeito vitimizado em seus direitos – passe a ser agente da transgressão das leis, na luta para constituírem sua identidade de forma negativa e inversa.

Enquanto grupo de educadores, permanentemente inquietos com o estado da realidade e com o que está posto, o CEDECA Interlagos procura aproximar os seus saberes acumulados no conjunto de sua equipe interdisciplinar, para construir uma nova proposta que possa contemplar os processos socioeducativos com uma linguagem próxima e mais adequada aos desejos levantados pelos adolescentes. O futebol que é uma paixão de tantos brasileiros, passou a servir como ferramenta, uma vez que nas entrevistas iniciais ele aparece como a atividade que os adolescentes mais gostam de fazer aos finais de semana e no tempo livre.

Proposta e metodologia aplicada

Assim, assumindo o caráter socioeducativo da medida e utili-

zando uma ferramenta diferenciada de trabalho, o presente texto tem a finalidade de: a) relatar uma experiência que usa o potencial educativo da prática esportiva, mais especificamente, o futebol, na educação não formal, como meio que possibilita ao adolescente refletir sobre sua realidade e suas práticas cotidianas, b) mostrar o reconhecimento das possibilidades de o adolescente desenvolver-se como sujeito de direito e de tornar-se protagonista de ações que busquem sua promoção social e a construção e o exercício da cidadania ativa e c) instrumentalizar educadores para trabalharem com tal metodologia.

Trata-se de uma proposta de atendimento alternativo direto para adolescentes inseridos nas medidas socioeducativas em meio aberto da Capela do Socorro que divulga um novo paradigma metodológico para acompanhar e orientar os adolescentes autores de ato infracional, suas famílias e entidades de inserção.

O esporte como instrumento educacional

A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garantem às crianças brasileiras o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. Como necessidades humanas básicas, esses são direitos de toda população infanto-juvenil, e não privilégio de grupos ou classes sociais. No caso do esporte, significa uma prática democratizada, ao alcance de todos, e não somente daqueles que apresentam alguma aptidão ou talento especial.

No contexto da educação, o esporte insere-se a partir de uma nova concepção. Parte-se do princípio de que esse fenômeno pode ser um método pedagógico, ou seja, um meio de desenvolvimento das diversas potencialidades humanas que supere a visão de aprender o esporte apenas enquanto técnica e instrumento de atividade corporal, e que se proponha a ser um fator de desenvolvimento integral da criança e do adolescente (IAS, 2004a).

Dentre as muitas modalidades esportivas praticadas no Brasil, nenhuma outra é considerada tão popular como o futebol. Como o carnaval, o futebol, no Brasil, abre a possibilidade da expressão individualizada e livre, em uma rede de relações humanas, ocasião em que alguém pode revelar-se como é com suas habilidades e fraquezas (DA MATTA, 1982). Assim, a prática pela prática somente

não é garantia para abordar as questões acima citadas, no âmbito da infância e da juventude.

Princípios norteadores

Ao trabalhar com o adolescente nesse contexto, dois pontos são fundamentais devem ser levados em consideração: o planejamento das ações e a relação entre educador e adolescente.

O primeiro ponto remete diretamente ao cuidadoso planejamento e execução do plano de ação. No âmbito do CEDECA Interlagos, essa ação tem como embasamento teórico os quatro pilares da educação, visão organizada e trazida por Jacques Delors no relatório da UNESCO, na Conferência de Jomtiem sobre Educação para Todos, em 1990, na Tailândia, além da pedagogia libertadora de Paulo Freire.

Os quatro pilares da educação são concebidos como territórios do desenvolvimento de potenciais; as quatro aprendizagens são integradas e precisam ser identificadas como experiências para a vida. O aprender a ser, aprender a conviver, aprender a conhecer e aprender a fazer nortearam o desenho de um conceito de competências, atitudes e habilidades. No Brasil, o Instituto Ayrton Senna foi um dos pioneiros no trabalho com educação pelo esporte. A noção de competências une o conhecimento aos valores, às atitudes e às habilidades para concretizar as ações. Competências pessoais (aprender a ser), sociais (aprender a conviver), cognitivas (aprender a conhecer) e produtivas (aprender a fazer) são utilizadas como pontos de referência do trabalho dos educadores no momento de planejamento, execução e avaliação (IAS, 2004b).

O segundo ponto aborda diretamente a relação entre educador e adolescente. Nesse processo, a mediação/intervenção torna-se fundamental para estabelecer a relação entre a atividade esportiva e os conceitos a ela inerentes. Buscamos, para isso, apoio em Paulo Freire (2003) quando afirma que “ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (p.47). Ainda diz que o educador, ao ensinar, deve “estar aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos educandos, às suas inibições, um ser crítico e

inquiridor, inquieto em face da tarefa” (p.47). Assim, nesse contexto, por mediação/intervenção, compreende-se a capacidade de elucidar as inter-relações da dinâmica esportiva, facilitando e explorando tais relações entre os atores participantes. Os mediadores, por sua vez, são os profissionais ligados à atividade esportiva, que trabalham com outros profissionais para que as especificidades de cada área possam complementar-se.

A mediação/intervenção do educador físico nesse processo envolve questões relacionadas à prática esportiva, tais como a importância da formação de uma cultura corporal, o autoconhecimento de potencialidades e limites do corpo, a formação da base motora para a execução de movimentos durante a prática esportiva, o oferecimento de experimentação para futuras escolhas, etc. O papel dos educadores sociais é de facilitar e mediar a troca de experiências nesses diversos momentos, buscando elaborar atividades que objetivem ressaltar a integração, a comunicação e a cooperação.

Assim sendo, configura-se a importância de um profissional que possa contribuir para a mediação das relações que a criança e o adolescente estabelecem com o outro e com o mundo, em que os papéis do técnico/educador/psicólogo vão além da simples reprodução de um modelo pré-concebido, contribuindo para a formação de indivíduos não apenas em relação aos conhecimentos adquiridos, mas também para a realização como ser humano, preparando-o para enfrentar os desafios impostos pela sociedade (MARQUES & KURODA, 2000).

A entrada em campo

A experiência aqui relatada teve início em 2005, após o desenvolvimento de projeto-piloto chamado de *Futebol Libertário: um jeito novo de jogar na medida* (SILVA, 2007). Daí resultou uma proposta metodológica que foi utilizada na implantação do futebol como forma de acompanhamento de medida socioeducativa em meio aberto. Dentre os adolescentes, estão tanto aqueles que cumprem medida socioeducativa quanto alguns que não cumprem, partindo do princípio de que também se quer acessar o entorno dos adolescentes em medida socioeducativa.

Para utilizar o futebol como elemento educativo crítico, ou seja, sem fazê-lo perder a sua especificidade enquanto esporte/jogo, mas aproveitá-lo como um instrumento de transformação social, é necessário que os envolvidos nesse processo pedagógico de aprendizagem do futebol incorporem, ao mesmo tempo, através da prática e da reflexão, uma nova concepção de esporte e de relacionamento humano. Calcada em princípios que combatem o individualismo, a vitória a qualquer custo, o autoritarismo e as mais diversas expressões de discriminação e preconceito (racial, sexual, cultural, etc.), entre outros valores que nos distanciam de uma sociedade verdadeiramente justa e democrática.

Jogando o jogo

A análise dos encontros procura fazer uma relação entre o coletivo e o individual, dando ênfase à construção das relações da convivência grupal, nas suas diferentes etapas. Na proposta metodológica que foi denominada por Silva (2007) de **PAIS**, existem quatro etapas que se complementam cotidianamente: **P**reparando o terreno, **A**nalisando o jogo, **I**maginando o futuro e **S**aindo de campo. No entanto é preciso separá-las aqui didaticamente para maior compreensão.

- **Preparando o terreno** - Trata-se dos primeiros momentos para a formação do grupo, quando se inicia a construção dos vínculos. É entendido como o momento da construção da estrutura e da identidade dessa formação, e, fundamentalmente, é uma etapa de esclarecimento do funcionamento geral das atividades assim como da formação do que se combina para a convivência.
- **Analisando o jogo** - Essa etapa é marcada por uma reflexão mais aprofundada de si mesmo e da coletividade a que se pertence, e tem como foco os direitos fundamentais e as questões da territorialidade. É o momento marcado para olhar para fora e analisar toda a situação. Essa fase leva os adolescentes e a equipe a refletir sobre o local de moradia, o transporte e as redes que deveriam funcionar atendendo ao cidadão. É o momento de confronto de realidades.

- **Imaginando o futuro** - Essa etapa diz respeito aos sonhos e perspectivas dos adolescentes como um momento de elaboração de um mini-projeto, e cria a cultura de projetar-se. É o momento crucial de redefinição ou de confirmação do plano de atendimento individual e do estabelecimento de metas concretas e possíveis. Isto é, o futuro norteia as práticas do presente.
- **Saindo de campo** - Essa é a etapa de concretude de todo o trabalho, que visa à saída dos adolescentes da medida. O desligamento do projeto é tratado como processo, e representa o momento da autonomia e da ação. É o momento da avaliação das próprias conquistas e decisões que foram tomadas, pois é importante que o projeto consiga auxiliar no desenvolvimento das competências trabalhadas.

O ponto forte da experiência foi a análise do momento em que cada adolescente se encontra e das questões principais envolvidas para nortear cada planejamento, seja a curto, médio ou longo prazo, cujos **objetivos** são estabelecidos sempre pensando naquilo que se quer que o adolescente alcance. A intencionalidade do educador que planeja e conduz é essencial nesse momento. Os objetivos são estabelecidos já se pensando que **competências** (pessoais, sociais, cognitivas e produtivas) devem então ser desenvolvidas para garantir que os adolescentes possam alcançar esses objetivos, garantindo que o adolescente possa ser estimulado de forma integral. O próximo passo é então pensar nas diversas **estratégias** que podem ser utilizadas e que estimulam as competências desejadas. Neste momento pode-se lançar mão da criatividade e pensar em diversas formas de manifestação do futebol: jogos reduzidos, adaptados, manifestações culturais, brincadeiras. Por fim, as condições para viabilizar a atividade são sistematizadas: **espaço e materiais**.

Estrategicamente, é importante dizer que os encontros são organizados da seguinte forma:

- **Ponto de encontro:** sede do CEDECA Interlagos.
- **Diálogos abertos (roda inicial):** momento em que são colocados os objetivos do dia e das atividades e em que

há uma retomada das atividades anteriores; serve ainda como termômetro dos humores do dia e da dinâmica do grupo.

- **Aquecimento:** preparação do organismo para a atividade a seguir. Visa obter o estado ideal psíquico e físico, a preparação para os movimentos e principalmente a prevenir lesões.
- **Alongamento:** prepara os músculos para as exigências que virão a seguir, protegendo e melhorando o desempenho muscular.
- **Atividade(s) principal (is):** atividade realizada com maior vigor físico, também planejada, para alcançar os objetivos do dia.
- **Diálogos abertos (roda final):** momento de avaliação do dia e das reflexões sobre os aprendizados. Momento de fala e escuta.
- **Lanche e distribuição dos passes:** momento de confraternização e responsabilidade.

Ao fim de cada atividade uma avaliação é feita também pelo educador que deve analisar o alcance do objetivo de acordo com as competências estabelecidas através dos fatos significativos ocorridos na atividade. Só assim é possível planejar a próxima atividade.

O ponto da partida

“O Futebol Libertário no meu ponto de vista é um lugar onde eu aprendo a trabalhar em grupo, a respeitar o próximo, a convivência dentro da sociedade e que dentro de um grupo você pode ter muitas funções e isso não é só no Futebol e sim em uma empresa, em casa, na escola, etc. Através do Futebol Libertário eu consegui me desenvolver bastante até mesmo dentro de casa nas realizações de tarefas, entre família eu já consigo me comunicar melhor. O Futebol Libertário pra mim não é só um aprendizado e sim mais uma experiência de vida e também é aonde eu tenho um tempo para o meu lazer”. (T. S. S. V., 16 anos em entrevista)

“Vocês sabiam que vocês tem o direito de ter uma alimentação digna? Uma moradia digna? Sair na rua, brincar, jogar? Tem direito a carinho, tem direito a não apanhar de ninguém?... O ECA é o estatuto da criança e do adolescente que coloca alguns direitos pra vocês e está fazendo aniversário agora.” (S. M., 17 anos ao apresentar o 1º Campeonato In-

fantil de Futebol Cedeca Interlagos - Projeto Anchieta oferecido pelo grupo de adolescentes que participavam do Futebol Libertário às crianças da comunidade.)

Assim, participar das atividades inclui também experimentar diferentes papéis relacionados ao futebol, desde o dirigente, passando pelo treinador e pela arbitragem, até o próprio jogador, e também exercendo as mais diferentes tarefas que vão do planejamento e avaliação, até a própria execução. Nesta linha, cada adolescente consegue experimentar a realização de diferentes tarefas e ainda relacioná-las a cada um dos direitos fundamentais, garantindo reflexões de toda a política de garantia de direitos de forma integrada, que vai para além do direito ao esporte, empoderando-se pela luta de seus direitos.

O papel do educador que planeja as atividades implica então em fazer uma profunda análise da realidade socioeconômica do grupo, das relações que estabelecem entre si mesmos, na família e na comunidade, pensar qual é a fase metodológica principal que deve ser trabalhada, que objetivos e competências devem ser priorizados e qual a melhor estratégia para cada grupo, de acordo com as características dos mesmos. O desenvolvimento de competências costuma ser o nosso termômetro, não apenas por que se traduzem em comportamentos observáveis e nos oferecem subsídios para avaliar a atividade planejada, mas pelo fato de serem competências para a vida que nos permitem perceber a sua manifestação em qualquer relação que o adolescente estabeleça com o mundo.

Partindo desse princípio, torna-se importante relatar aqui este processo de desenvolvimento de competências na metodologia proposta. No que diz respeito as **competências pessoais**, durante o decorrer da experiência, tenta-se estimular o conhecimento dos próprios limites e potencialidades, um aspecto abordado por todo o trajeto de acordo com o momento em que cada adolescente está. Diferentes atividades podem estimular entre outras competências este autoconhecimento. Atividades individuais com a bola aliada aos estímulos verbais dados pelo educador que orienta essa percepção: o quão longe consegue chutar a bola? Como seu corpo se posiciona ao

fazer um drible? O que sente ao fazer um gol? Ao perder um gol? Ou outras atividades como o *fut-par* em que os participantes jogam de mãos dadas e são obrigados a perceber não só as suas potencialidades e limites como as potencialidades e limites do outro.

Outras competências são trabalhadas de acordo com a demanda do grupo, como respeitar a si mesmo, argumentar acerca dos fatos, expressar e manifestar idéias e proposições. Tenta-se sempre aprimorar uma seqüência pedagógica de desenvolvimento pessoal que privilegie um projeto de vida para o adolescente, resgate o autoconhecimento e desperte as perspectivas. É comum o educador programar atividades em que alguns adolescentes participem mais ativamente nos planejamentos diários ou atividades orientadas nos espaços de jogo onde se possa contextualizar e experienciar um processo de busca de objetivos e de estratégias para alcançá-los, apontando a percepção de direitos e deveres, interesses e escolhas na vida cotidiana. A possibilidade da construção de um projeto de vida próprio é um dos aspectos mais importantes a ser considerado. Com isso, conseguimos estimular a autonomia e o autoconhecimento de cada um deles em busca do seu próprio objetivo, reconhecendo limites e potencialidades e construindo possibilidades.

Quanto às **competências sociais**, deve-se visar o estabelecimento de relacionamento interpessoal sadio, priorizando o trabalho em equipe, a cooperação, o ouvir o outro, o compreender e se adaptar aos limites e as potencialidades do colega. Atividades em que seja preciso realizar uma divisão de tarefas para vencer como, por exemplo, algum tipo de competição com tarefas que testem diferentes habilidades esportivas são atividades que podem instigar o grupo a reconhecer a melhor tarefa a ser executada por cada pessoa e assim aprender a olhar, analisar, aperfeiçoar, otimizar.

No que diz respeito às **competências cognitivas**, que correspondem à aquisição de conhecimentos e informações, uma análise da situação de sua comunidade, de seu município pode ser trabalhado, por exemplo, com atividades de pesquisa de projetos de promoção e mobilização social e desenvolvimento pessoal (como a significação do futebol extracampo, do alcance político de uma Copa do Mundo e manifestações do esporte na cultura brasileira),

que se baseiam na necessidade de incluir possibilidades de acesso ao conhecimento.

Despertar a consciência de direitos e deveres é um foco importante de trabalho, e entende-se que esse é um fator que reflete no desenvolvimento socioeducativo. A busca de encaminhamentos aos serviços públicos, de informações sobre saúde (unidades de atendimentos médicos), educação (encaminhamentos escolares) e profissionalização (equipamentos que atendam à prestação de serviço à comunidade) é bastante comum. Tais intervenções aliadas a atividades práticas são parte de um processo gradual de responsabilização e de cumprimento efetivo da medida socioeducativa.

Em referência às **competências produtivas**, a metodologia adotada pode trabalhar a questão da realização e da estruturação de um produto final. A idéia desse produto estabelece algo concreto aos adolescentes e estimula a realização de atividades mais protagônicas, no contexto do planejamento. Um exemplo é a própria organização de atividades e campeonatos na comunidade, mutirão para arrumar o campo da comunidade, oficinas educativas sobre o ECA e o futebol.

Considerações finais

Apesar da utilização de uma ferramenta potencial, é preciso entender que o *campeonato* não termina com apenas essa *partida*. A cada dia, a experiência se transforma em passado, e cada um dos participantes vive sua vida. É preciso se perguntar sobre a construção de sua subjetividade e sobre o futuro desses adolescentes, tendo em vista a limitação expressa nesta abordagem.

Os adolescentes participantes demonstram que a idéia libertária trabalhada é a ruptura para experimentar outra possibilidade de ser, para além das limitações, para além das privações. Mostram que nessa lógica libertária podem negociar e falar das suas experiências, que há a possibilidade de construção de um saber coletivo e a composição de um diálogo aberto.

O esporte como um instrumento socioeducativo é uma prática utilizada em inúmeros projetos sociais direcionados a crianças

e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A dimensão cultural do esporte e da atividade física em geral como atividade de auto-expressão, seus benefícios para a saúde e para a formação da personalidade, sua capacidade de aglutinar pessoas e promover a cooperação são características largamente reconhecidas, que orientam a formulação dos planos pedagógicos de muitas escolas e da política de oferta de atividade de lazer de muitas instituições de caráter público e social.

A intervenção nas medidas socioeducativas com adolescentes inseridos em medidas em meio aberto, porém, apresenta-se como uma iniciativa pioneira, e, como tal, trouxe um grande desafio devido às especificidades dos atores envolvidos – adolescentes, educadores, psicólogos.

Este trabalho, ao buscar uma fundamentação teórica que nos aproxime do conceito de educação e cidadania no contexto socioeducativo dos movimentos populares, tenta contribuir com a intervenção social mais coerente e conseqüente pelos sujeitos que atuam em tais organizações. Mesmo diante das muitas limitações encontradas, é possível observar que, com esse tipo de linguagem mais próximo do desejo desses jovens, todo o trabalho de acompanhamento é facilitado, e eles atribuem um novo sentido ao acompanhamento a que foram submetidos. Na lógica socioeducativa, procuram superar obstáculos no sentido de buscar cada vez mais seu protagonismo, sua autoria, para reafirmar o que o ato infracional apontou, que é a busca por ser sujeito.

Referências bibliográficas

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria do Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2002.

BRASIL. *Constituição federal*. Brasília-DF: Senado Federal, 2002.

COSTA, Antonio C. G. *A presença da pedagogia*. teoria e prática da ação socioeducativa, São Paulo: Editora Global, 1999.

DA MATTA, R. *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003

INSTITUTO AYRTON SENNA. *Educação pelo esporte: educação para o desenvolvimento humano pelo esporte*. São Paulo: Saraiva, 2004a.

_____. *Educação para o desenvolvimento humano*. São Paulo: Saraiva, 2004b.

MARQUES, J. A., & KURODA, S. J. Iniciação esportiva: Um instrumento para a socialização e a formação de crianças e jovens. In K. Rubio (Ed.) *Psicologia do esporte: interfaces, pesquisa e intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

SILVA, Fábio S. *Futebol libertário: um jeito novo de jogar na medida*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

O PROCESSO DE SELEÇÃO PARA ANIMADORES CULTURAIS DO PROGRAMA ESPORTE LAZER DA CIDADE: consórcios PELC Pioneiros

Cláudio Gualberto¹²³

Leonardo Toledo Silva¹²⁴

Lomeu de Malaquias Lomêu¹²⁵

Rozeli dos Passos¹²⁶

Resumo: O Programa Esporte e Lazer da Cidade, o PELC é uma iniciativa do Governo Federal, entendido como instrumento no fortalecimento do esporte e lazer como direito social. A proposta de reunir os municípios em forma de consórcio surge para viabilizar o acesso dos pequenos e médios municípios às ações, projetos e programas do Governo Federal, imprimindo uma interiorização das ações do Ministério do Esporte. Cada município terá recursos a serem aplicados em recursos humanos, materiais, qualificação de quadros e eventos. A sociedade contemporânea tem se apropriado

¹²³ Especialista em Lazer (UFMG), membro do grupo Nacional de Formadores PELC. Presidente do Instituto Brasil Igualdade Social (IBIS). Coordenador Programa Esporte Lazer da Cidade (consórcio PELC- Região Centro-leste de Minas Gerais). Consultor em projetos esportivos e sociais (Institutos Cenibra, Xopotó e Carraro; Prefeitura de Santa Bárbara e Associação de Municípios pelo desenvolvimento integrado – AMDI). Contato: profclaudiogualberto@gmail.com

¹²⁴ Formado em Educação Física (Bacharelado/licenciatura plena), pelo Centro Universitário de Belo Horizonte Uni-BH. Especialista em Gestão de Políticas Sociais, PUC Minas. Especialista em Lazer, UFMG. Assessor Técnico do Instituto Brasil Igualdade Social. Coordenador do Programa Esporte e Lazer da Cidade, Consórcio PELC Pioneiros e PELC Nascentes, Técnico de Esporte/Lazer do Programa Criança Esperança (Rede Globo, Unesco, PUC Minas e PBH). Contato: leotoledos@yahoo.com.br

¹²⁵ Graduado em Educação Física, pelo Centro Universitário do Leste de Minas Gerais - UNILESTE/MG. Especialista em Treinamento Esportivo, UFMG. Coordenador de Qualificação do Instituto Brasil Igualdade Social. Coordenador do Programa Esporte e Lazer da Cidade, Consórcio PELC Pioneiros e PELC Nascentes. Professor Universitário UNIPAC Campus Teófilo Otoni.

¹²⁶ Formada em Educação Física (Bacharelado/licenciatura Plena) ICMG- Instituto Católico de Minas Gerais. Coordenadora do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Oficial Técnico Nacional - Nível I Confederação Brasileira de Atletismo, atuando em diversos eventos a nível estadual e nacional.

significativamente da importante influência dos diferentes padrões de cultura sobre a relação do homem para consigo mesmo, com o outro e com o mundo. Daí o surgimento crescente de conceitos que são revistos e afirmam que a educação para as sensibilidades, em suas mais diferentes possibilidades poderá muito em breve ser definidora de uma nova ordem social. Novos olhares para a sociedade contemporânea favorecem o emergir de novos atores, um deles é exatamente o animador cultural, personagem central de valorização ímpar no cenário do PELC. O atual texto fornece dados de como foi feita a seleção dos Animadores do consórcio PELC Pioneiros e as futuras implicações deste processo.

Programa Esporte e Lazer da Cidade: numa perspectiva de contribuição de Políticas Públicas para o setor.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade, o PELC é um programa do Governo Federal, entendido como instrumento importante no fortalecimento do esporte e lazer como direito social e de prospecção de políticas públicas para o setor. O PELC foi implementado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte, por intermédio da implantação e o funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer, atendendo a todas as faixas etárias, sem abrir mão do atendimento a pessoas com deficiência. A dinâmica de funcionamento dos núcleos prevê intervenções sistemáticas com oferta gratuita de oficinas de esporte, dança, ginástica, teatro, música, caminhada, capoeira e outras situações vivenciais da cultura local, bem como a participação popular na realização de macros eventos de lazer, qualificados como atividades assistemáticas.

Os núcleos são espaços de convivência social dos municípios, onde as manifestações esportivas e de lazer são planejadas e desenvolvidas. Praças, ginásios, quadras comunitárias, centros de convivência, salões paroquiais, centros comunitários, clubes e campos são alguns exemplos de espaços que podem se tornar núcleos de esporte recreativo e de lazer.

Nestes espaços as manifestações socioculturais, artísticas, intelectuais, físico-esportivas acontecem tendo como premissa referencial a gestão participativa e democrática desses espaços, quanto à sua ocupação, programação e manutenção.

Portanto, os núcleos são os locais de referência da comunidade que podem e devem buscar descentralizar as suas ações/atividades nos demais espaços da comunidade, favorecendo que outros espaços anexados e complementares se configurem como sub-núcleos, evitando considerar como núcleo, apenas um espaço único e que restrinja a comunidade a participação em uma única atividade de lazer.

Contextualizado este cenário, com as particularidades que dão um caráter único ao palco, aos atores, platéia e as performances já desenvolvidas no PELC é que os autores propõem um processo de seleção dos animadores culturais do PELC. No entanto, entendermos ser imprescindível uma reflexão sobre alguns pontos acerca da nossa atuação na formulação dos consórcios PELC, da animação cultural e esse personagem, ao qual, também se denomina *animador cultural*: O que é animação cultural? Quem é o animador cultural? Quando, como, onde, para que e com quem ele atua? Nos próximos capítulos é justamente esta reflexão que pretendemos fazer, por intermédio da dialogicidade com os autores que tem se dedicado a este campo de estudo, ainda incipiente.

A Proposta de Metodologia consorciada PELC

A proposta de reunir os municípios em forma de consórcio surge numa perspectiva de se viabilizar o acesso dos pequenos e médios municípios, localizados fora dos grandes centros urbanos, às ações, projetos e programas do Governo Federal, imprimindo uma interiorização das ações do Ministério do Esporte, que passa a ter uma abrangência territorial até então inimaginável.

Justamente nesta expansão da abrangência territorial que identificamos um fator de diferenciação para o processo de organização da política pública de esporte e de lazer: ouvir diferentes segmentos da população dos mais distantes de um País de dimensões continentais como o Brasil, procurando identificar, conhecer, resgatar, respeitar e valorizar manifestações locais e permitir que crianças, adolescentes, jovem-adultos, adultos, idosos e pessoas com deficiência passem a ter acesso qualificado ao esporte e ao lazer, como direitos sociais. (Gualberto, in: MARCELLINO; FERREIRA, 2007, p 122).

Em um dos cenários de gestão consorciada do PELC, na

Região de Guanhães, Estado de Minas Gerais, participam da iniciativa batizada como PELC Pioneiros, dezessete municípios: Coroaci, Divinolândia de Minas, Gonzaga, Guanhães, Marilac, Materlândia, Paulistas, Peçanha, Rio Vermelho, Sabinópolis, Sardoá, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo da Piedade, São João Evangelista, Santo Antônio do Itambé, Virginópolis e Virgolândia. Importante destacar que neste território pouca é a observância de muito pouca ou nenhuma efetividade de ações governamentais, em esfera federal, exceto bolsa-família, sendo os municípios em sua maioria de uma população inferior a dez mil habitantes. A cidade-pólo da Região é Guanhães com um contingente populacional inferior a trinta mil habitantes.

A possibilidade de replicar a metodologia consorciada e oportunizar a estes dezessete pequenos e médios municípios contemplados pelo PELC Pioneiros somente se concretizou pela abertura por parte do Ministério do Esporte do I Edital de Seleção Pública de Projetos, onde a parceria entre a Augusta e Respeitável Loja Simbólica – ARLS “Pioneiros do Nordeste”, Instituto CENIBRA e Instituto Brasil Igualdade Social – IBIS foi contemplada com aprovação do pleito para implantação e funcionamento de dezessete núcleos de esporte recreativo e de lazer. Cada município consorciado terá recursos a serem aplicados em recursos humanos, materiais esportivos, qualificação de quadros e atividades assistemáticas (eventos), por um período de doze meses.

As comunidades atendidas terão um núcleo de atendimento, a ser identificado e indicado pela Administração Pública de cada município consorciado em diálogo aberto junto a comunidade beneficiada, onde dois animadores culturais desenvolverão oferecidas oficinas de caráter esportivo, recreativo, cultural, social e de lazer. Recomendamos que estes animadores tenham destacadamente perfis diferenciados, favorecendo abordagens mais diversificadas e tornando possível a interação entre vivências físico-esportivas e artístico-culturais.

O Animador Cultural no Programa Esporte e Lazer da Cidade

Neste capítulo transitaremos por um terreno firme, mas ainda um tanto desconhecido para muitos, por que não dizer para uma mai-

oria de nossa sociedade. Muito ainda é preciso se refletir para que essa caminhada tenha um norte definido, com menos entroncamentos ou bifurcações que possam nos confundir para onde seguir, muito embora, nossa proposta de trajeto esteja muito clara, o caminho é que às vezes se mostra muito longo e pouco explorado. Por isso mesmo, não vamos nos aprofundar em conceitos, mas procuraremos entender os questionamentos citados no desfecho do primeiro capítulo.

Segundo Victor Melo (2004), a animação cultural pode ser definida como uma das possibilidades de intervenção pedagógica nos momentos de lazer e ainda é citada como uma expressão epistemologicamente mais adequada que outras correntes nacionalmente, dentre elas recreação e ação cultural.

Ainda numa aproximação com o mesmo autor, Melo (2006), a animação cultural recebe *status* de tecnologia educacional que tem a cultura como sua preocupação e estratégia central e que devemos compreender que a intervenção no âmbito da cultura significa levar em conta que mais do que com valores estaremos trabalhando também com percepções. Por isso os autores desse texto utilizam essa nomenclatura diferentemente do que ocorre dentro do Ministério do Esporte.

O mundo contemporâneo tem se apropriado significativamente da importante influência dos diferentes padrões de cultura sobre a relação do homem para consigo mesmo, com o outro e com o mundo. Daí o surgimento crescente de conceitos que são revistos e afirmam que a educação para as sensibilidades, em suas mais diferentes possibilidades poderá muito em breve ser definidora de uma nova ordem social e um modelo tanto quanto diferente deste atual, construído, sobretudo, sobre a marca do capitalismo exacerbado e uma elitização da cultura, restringindo seu acesso a uma minoria elitista da sociedade. Novos olhares para a sociedade contemporânea favorecem o emergir de novos atores, um deles é exatamente o animador cultural.

Um animador cultural que não estabeleça uma conotação de inércia e de conformismo com sua realidade é o que estamos precinzando para que a própria sociedade possa ser definidora do modelo de sociedade que se quer construir para os anos seguintes aos nossos, perspectivando como cidadãos futuros, nossos filhos, netos e todos que comporão a sociedade daqui a alguns anos.

O perfil que recomendamos de animador é consoante com o recomendado por Gómez *apud* Melo, 2004, qualificado como dialético, com uma atuação referendada na perspectiva dialética, acreditando ser possível a democratização cultural, considerando ser a realidade complexa e construída, a cada dia, é um processo histórico, cumulativo. Democratizar cultural, interpretar a complexidade da realidade, sua construção por acúmulos vivenciais implica necessária em aproximação da comunidade, em incentivo aos movimentos que favoreçam a organização dos movimentos populares, sua autonomia e apropriação das questões que dizem respeito aos seus direitos como cidadãos.

Este animador cultural que pensamos precisa partir do pressuposto que as manifestações culturais exercem uma influência nunca antes percebida pela sociedade, tanto no âmbito da elite que vê ameaçados seus privilégios, quanto no âmbito da camada mais simples da população, que cada vez mais deve ser organizada satisfatoriamente para reivindicar o que lhe deve ser assegurado como direito social, por se tratar de dever do Estado, como registrado na Constituição Federativa do Brasil.

Para o perfil de nosso animador cultural é preciso questionar a ordem social, cada vez mais excludente, onde concentração de renda e vulnerabilidade social são contrapontos que crescem juntos. Não se trata de abolir um ou outro padrão cultural que se construiu ao longo de toda a historicidade humana, mas sim, perceber e dar oportunidade que se perceba, possibilidade de novos olhares sobre estas manifestações e que se reflita com criticidade contribuindo para a um processo, embora recente e lento, de se educar o homem para as sensibilidades, onde o homem possa compreender melhor a relação consigo mesmo, com o outro e com o mundo.

Acreditamos que democratização cultural é um processo evolutivo, onde o animador cultural tem papel destacado, não como o principal ator, mas uma liderança formadora de opinião e que possa mobilizar uma comunidade em busca de uma organicidade participativa e autônoma. Para tal é importante o seu trabalho seja dinâmico, junto a representatividade comunitária, oportunizando o comprometimento, a apropriação consciente, o pertencimento. Atu-

ar com e para a comunidade onde se atua é condição prioritária para o trabalho do bom animador cultural.

Por fim, a contextualização de alguns princípios essenciais para concepção de políticas públicas efetivas, com o formato de política de Estado e não de governos (como vemos atualmente) merecem ser mencionados, pois deverão ser pilares de sustentabilidade da atuação deste animador cultural: universalidade, territorialidade, descentralização, intersetorialidade, dialogicidade (participação popular), alfabetização e diversidade cultural e outros.

Desenvolvimento: o processo de seleção

Para realizar o processo de identificação de perfil e seleção dos animadores culturais, recorreremos ao Manual de Orientação para implantação e funcionamento dos núcleos de esporte recreativo e de lazer do PELC. Segundo este documento elaborado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, órgão responsável pela gestão nacional do Programa, são atribuições do animador cultural:

- a. Participar do planejamento das atividades do (s) núcleo (s), sob sua responsabilidade.
- b. Organizar e desenvolver as atividades sistemáticas do (s) núcleo (s) sob sua responsabilidade, auxiliando nos procedimentos organizativos e didático-pedagógicos.
- c. Participar das atividades de mobilização comunitária (eventos e/ou encontros)
- d. Participar de todas as ações de qualificação: módulos introdutórios, continuada e de avaliação.
- e. Participar do processo de construção dos relatórios sobre as atividades desenvolvidas no núcleo.
- f. Indicar, dentre seus pares, representante junto ao Grupo Gestor.
- g. Suas funções poderão estar ligadas às atividades fim (oficinas, eventos), direto com os inscritos.
- h. Entregar mensalmente relatório de funcionamento de seu núcleo, conforme modelo disponibilizado pela Coordenação Geral.
- i. Manter seu cadastro sempre atualizado junto à Coordenadoria Administrativa do Programa.

- j. Contribuir com sugestões/críticas, sobre todos os aspectos referentes ao funcionamento do núcleo.

Considerando as atribuições preconizadas pelo Ministério do Esporte a o perfil que recomendamos para atuação do animador, entendemos não ser nada fácil a incumbência de realizar um processo de seleção para os animadores culturais que atuarão nos municípios consorciados. Outro elemento importante neste contexto é a inexistência de qualificação dos quadros disponíveis na maioria destes municípios, sobretudo, em áreas afins como Educação Física, Pedagogia, Artes Plásticas, Artes Cênicas, Dança, etc. Mas mesmo diante dos fatores já mencionados, os obstáculos se apresentados menores que imaginados e estão sendo superados satisfatoriamente desde o início do processo, com análise dos currículos dos candidatos, indicados pelas administrações municipais.

A proposta elaborada para o procedimento de seleção de animadores culturais previa de imediato que cada administração pública fizesse a indicação de seus animadores identificados nas comunidades a serem atendidas, de acordo com o histórico destes junto a estas comunidades e considerando os perfis físico-esportivo e artístico-cultural. Os indicados foram submetidos às observações descritas a partir desde ponto.

A primeira ação de nossa equipe era uma análise de currículo e para a qual nos orientamos pela escala sugerida abaixo:

Nº.	Critério	Pontuação	Limite máximo
01	Ensino Fundamental e médio (anos de frequência)	0,1	1,1
02	Ensino superior (cursou ou cursando)	1,5	1,5
03	Por semestre/período já concluído – ensino superior	0,1	0,8
04	Cursos de especialização (cursando ou concluído)	0,5	0,5
05	Cursos complementares (extracurriculares)	0,1	1,0
06	Experiência profissional (geral)	1,0	1,0
07	Por acúmulo de diferentes experiências (geral)	0,1	1,0
08	Experiência em projetos sociais.	1,5	1,5
09	Por acúmulo de diferentes experiências (projetos sociais).	0,1	1,1
10	Iniciativas como voluntário	0,5	0,5
	Total Geral Acumulado	—————	10,0

Todos os currículos recebidos, num total de sessenta e oito, foram analisado e os dados tabulados para estruturação da etapa seguinte: entrevista técnica. Nesta etapa cada candidato foi entrevistado por uma das três bancas, constituídas por representantes da Coordenação Geral do Programa Esporte e Lazer da Cidade – consórcio PELC Pioneiros.

Utilizamos a técnica de entrevista semi-estruturada, como ferramenta norteadora da entrevista. O desempenho dos candidatos nas entrevistas foi avaliado entre cinco de dez pontos, registrados no roteiro de entrevista utilizada por cada entrevistador (Ver anexo).

O resultado final dos selecionados se obteve pelo desempenho na análise curricular somado à média do desempenho na entrevista técnica. A composição final do quadro de animadores culturais atuará nos dezessete núcleos de esporte recreativo e de lazer no consórcio PELC Pioneiros foi definida por consenso da análise de todo o processo, realidade local e perfil dos candidatos, realizado com a presença dos seis integrantes das bancas avaliadores e de seleção. Cada município consorciado teve selecionado e encontram-se à disposição da comunidade beneficiada, dois animadores culturais para as atividades sistemáticas e assistemáticas do Programa Esporte e Lazer da Cidade – consórcio PELC Pioneiros.

Considerações finais

Ao realizar o processo de seleção buscamos um Animador Cultural que acredita na democratização cultural. Onde o animador cultural tem papel destacado, não como o principal ator, mas uma liderança formadora de opinião e que possa mobilizar uma comunidade em busca de uma organicidade participativa e autônoma. Para tal é importante que o seu trabalho seja dinâmico, junto a representatividade comunitária, oportunizando o comprometimento, a apropriação consciente e o pertencimento. Atuar com e para a comunidade, onde se atua é condição prioritária para o trabalho do bom animador cultural. Ou seja, nosso selecionado não poderá construir sua oficina em casa e chegar com tudo pronto, tem que existir um processo de construção coletiva com os usuários do programa.

Traçamos um perfil de Animador Cultural que constantemente

te questione a ordem social, cada vez mais excludente, onde a concentração de renda e vulnerabilidade social são contrapontos que crescem juntos. Não se trata de abolir um ou outro padrão cultural que se construiu ao longo de toda a historicidade humana, mas sim, perceber e dar oportunidade que se perceba, possibilidade de novos olhares sobre estas manifestações e que se reflita com criticidade contribuindo para a um processo, embora recente e lento, de se educar o homem para as sensibilidades, onde o homem possa compreender melhor a relação consigo mesmo, com o outro e com o mundo. Por esse motivo foram selecionados educadores que conseguissem sair da mesmice de reprodução dos cenários físico-esportivos e que conseguissem de alguma forma mostrar outras ofertas e possibilidades de lazer.

O processo ainda nos indicou a importância e necessidade de formação continuada para todos os agentes independente da formação acadêmica, no sentido de se favorecer essa qualificação das ações do Animador Cultural, em projeto como o do PELC acreditamos ser importante não apenas a qualificação acadêmica devida, mas a estruturação de um processo continuado de qualificação, com a participação em cursos de aperfeiçoamento, atualização, extensão, especialização *lato e strictum sensu*, congressos, seminários, simpósios, encontros e oficinas temáticas.

Referências bibliográficas

GUALBERTO, Cláudio. Introdução: Programa Esporte Lazer da Cidade. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho; FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida (Org.). *Brincar, jogar, viver*. Programa Esporte Lazer da Cidade. Brasília: Ministério do Esporte, 2007, v. I, p.13-17.

MELO, Victor Andrade de. Animação Cultural. In WERNECK, Christianne Luce Gomes (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 12-15.

MELO, Victor Andrade de. *A animação cultural: conceitos e propostas*. Campinas, SP: Papyrus, 2006. – Coleção Fazer/Lazer.

MINISTERIO DO ESPORTE. *Manual para implementação do Programa Esporte Lazer da Cidade ações: funcionamento de núcleos, vida saudável e eventos interdisciplinares*. Brasília: Ministério do Esporte, 2007.

Anexo

ROTEIRO DE ENTREVISTA

CANDIDATO: _____

1. Fale da sua trajetória profissional.

2. Qual a experiência profissional mais significativa; por quê?

Quais as principais dificuldades? O que mais lhe dava prazer?

Por quanto tempo ficou? Qual motivo da saída?

3. Qual a expectativa de trabalhar no PELC?

4. Por quais motivos a Coordenação Geral do PELC deve selecioná-lo para atuar como Agente Comunitário em seu município?

Com relação ao candidato: tem boa comunicação ou não; extrovertido ou introvertido; seguro das suas respostas ou não; na sua fala apresenta segurança para exercer a função ou não; apresenta ser uma pessoa com responsabilidade (horário, material, frequência...) ou não; Observações e/ou comentários:

NOTA DO AVALIADOR PARA O CANDIDATO (de 05 a 10 pode fracionar):

UM DIÁLOGO ENTRE MINISTÉRIO DO ESPORTE, UNIVERSIDADE E CONSELHO DE DIREITOS DOS IDOSOS

Suzana Hübner Wolff¹²⁷

Resumo: Este trabalho tem como objetivo descrever a trajetória de implementação de Núcleos de Vida Saudável no município de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, destacando o protagonismo dos idosos na concretização desta ação, que vinculou representantes de três instituições: Ministério do Esporte/Secretaria de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos e Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Idosos de São Leopoldo. A metodologia de organização dos idosos se deu a partir de grupos de convivência já organizados, que definiram como prioridade de ação, a implementação de programas de atividades físicas e de lazer na periferia do município. Esta demanda foi recebida pelo Conselho Municipal e pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, que, liderados pela Universidade, encaminhou um projeto, via Edital, de implementação de 3 Núcleos de Vida Saudável. A aprovação do convênio pelo Ministério do Esporte, exigiu, por parte dos envolvidos, a criação de critérios de seleção dos grupos que receberiam o programa, assim como, a organização para a sua implementação. Os resultados observados até o momento demonstram a plena aceitação do programa pelas comunidades envolvidas e o comprometimento de idosos, universidade, conselho e agentes sociais, na sua qualificação e ampliação.

Palavras-chave: idosos, direitos, políticas de esporte e lazer.

Iniciando

Ao refletir sobre os direitos das pessoas idosas, é prudente observar que, a velhice está organizada a partir de uma política de

¹²⁷ Graduada em Educação Física, Mestre em Educação, Doutora em Ciências do Movimento Humano pela UFSM, Professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos - RS coordenadora do Programa Maior- Idade da Unisinos, Coordenadora do PELC/Vida Saudável da Unisinos, Conselheira Titular do Conselho Estadual do Idoso do RS. Contato: suzanaw@unisinos.br

idades, com significados particulares em diferentes contextos. Pensar a política deste modo, portanto, implica em reconhecer o controle social que toda a organização humana exerce sobre o desenvolvimento dos indivíduos, com relação ao conceito de idade, diferentemente do que se faria ao conceito de gênero, por exemplo. Estes controles se efetivam de diferentes formas, como o uso da força, da educação e da disciplina. Pensar a velhice deste modo permite reconhecer as maneiras em que ela se problematiza, e buscar responder como ela pode ser identificada, tratada e valorizada. Isto leva a refletir e atuar numa perspectiva de responsabilidade, no que supõe considerar o velho no seu contexto, como agente de transformações sociais, mas também remetendo a uma reflexão crítica e permanente da sociedade.

Ao associar os conhecimentos técnicos científicos a um programa de esporte e lazer dirigido a grupos de idosos, implica, portanto reconhecer os diferentes espaços, linguagens, significados que estão presentes neste meio. E foi a partir deste respeito coletivo que se efetivou a concretização de 3 Núcleos de Vida Saudável no município de São Leopoldo, RS, sucintamente registrados neste trabalho.

Os Idosos e a garantia dos direitos

Segundo Caramuto e Laborde (2006 p. 19), no contexto sociológico-jurídico, ser velho significa “viver condicionado pelos fatores biológicos próprios deste tempo, como pelo conjunto de condutas de outros indivíduos a respeito dele”. Esta situação leva o velho a uma condição desfavorável, reproduzindo estereótipos sociais de debilidade e passividade. Porém a complexidade do cenário jurídico levou os autores a sugerirem a criação de um campo de estudos denominado de “Direitos dos Idosos”, que segundo os autores, devem estar sustentados nos seguintes princípios:

- continuidade vital: admitir que todas as manifestações da vida humana são constituídas de substrato jurídico;
- identidade: reconhecer que o envelhecimento é um elemento de construção de uma subjetividade particular, única e individual, dando espaço para a sustentação jurídica de conceitos de “autonomia”, “liberdade” e de “privacidade”;

- participação: princípio que objetiva a participação coletiva e o diálogo intergeracional, na vida comunitária, resgatando a história e a experiência.

No Brasil, pode-se considerar que, a grande primeira conquista foi a lei 8842/1995, que apresentou a Política Nacional do Idoso, e que posteriormente, daria sustentação para a construção e aprovação da Lei 10.741/2003, definida como o Estatuto do Idoso. Destacando como diferencial do Estatuto para a Política Nacional do Idoso, a inclusão de sanções frente aos possíveis descumprimentos dos direitos garantidos. Ainda, a título de destaque de uma referência regional do Brasil, apresentamos a Política Estadual do Idoso do estado do Rio Grande do Sul (lei 11 517/2000), que possui junto a Secretaria do Trabalho e Cidadania e do Conselho Estadual do Idoso, estratégias de implantação e fiscalização desta política.

Os avanços podem ser considerados importantes na realidade brasileira, ainda mais se considerarmos a atual política da Secretaria de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte. Porém é sabido o distanciamento ainda existente entre a formulação de leis, organização de políticas e a efetivação de direitos. Nesse sentido, alguns movimentos institucionais importantes são observados, e para focalizar esta reflexão, destacam-se aqui alguns espaços, indicativos e experiências já consagradas no sul do Brasil, que contemplam ganhos de direitos nas áreas da educação, cultura, esporte e lazer. Seguem-se os exemplos:

a) Conselhos Municipais dos Idosos: políticas públicas municipais; no Rio Grande do Sul são 110 Conselhos ativos (referência o ano de 2007)

b) Política Nacional do Idoso – Região Sul: destaque para os Jogos de Integração do Idoso: PR-SC-RS;

c) Fórum Nacional de Coordenadores de Projetos da Terceira Idade de Instituições de Ensino Superior;

d) Encontros Nacionais (e Estaduais) de Estudantes da Terceira Idade de Instituições de Ensino Superior; destaque para a CARTA dos eventos, composta de reivindicações de direitos.

e) Fórum Gaúcho das Instituições de Ensino Superior com Ações Voltadas ao Envelhecimento Humano. O Fórum existe desde 2000, e é composto por 23 Instituições (referência o ano de 2007);

e) Jogos de Integração do Idoso: Iniciativa do governo do estado do RS, que, com a contribuição das Universidades, organiza há mais de 10 anos este evento.

Portanto, ao identificar uma experiência localizada como “significativa”, deve-se considerar a realidade inserida, a trajetória pregressa e as pessoas e instituições que promoveram e vem promovendo tal conquista.

Contexto da experiência

O município:

São Leopoldo está localizada na região metropolitana de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. O município possui 209.611.00 habitantes, (IBGE, 2005) e a população idosa (maiores de 60 anos) corresponde a um total de 19 mil idosos, aproximadamente, sendo que atualmente, menos de 1% desta população está assistida quanto aos aspectos que demandam cuidados de promoção de saúde (por exemplo, atividades físicas, grupos de convivência, e danças,). Quanto ao meio ambiente, o município enfrenta o desafio de resgatar a qualidade do rio que cruza a cidade (rio dos Sinos) Para isto foi criado em 2007 o Sistema Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental (Singea) que é um conjunto de leis municipais que visam a organizar e/ou regulamentar, de forma integrada, todos os setores que possuem algum tipo de atuação em comum. No caso, o planejamento urbano, o saneamento e o meio ambiente. Nos aspectos culturais, o município se destaca por ser o “berço da imigração alemã no Brasil” (1824), porém possui atualmente diferentes manifestações culturais e étnicas, fato este que demandam ações de resgate e de valorização destas diferenças. A cidade possui bairros e vilas, onde os residentes possuem na sua maioria baixíssima escolaridade, e baixa renda. Constata-se, de uma forma geral, que grande parte dos moradores recebem suportes de redes como, LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e PSF (Programa de Saúde da Família), e dos CRAS (Centros de Referência em Assistência Social), por exemplo. Quanto aos idosos, observa-se a presença de grupos, vinculados a igrejas ou a associações de moradores ou ainda a clube de mães.

Quanto à política municipal, a Secretaria Municipal de Edu-

cação, Esporte e Lazer, por intermédio da Diretoria de Esporte e Lazer, executa um projeto dirigido a população maior de 50 anos no município, que, em parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, promove atividades de ginástica, esporte adaptado, danças e lazer, numa perspectiva interdisciplinar, em três locais distintos do município, que são: Ginásio Municipal (localizado no Centro da cidade), Asilo Municipal São Francisco de Assis (centro) e Grupo Chimarrão (bairro). Vinculam-se a este projeto aproximadamente 400 idosos. Esta iniciativa não contempla no momento ações para demais grupos do município, e urge a ampliação e qualificação deste programa quanto aos aspectos gerontológicos e técnicos (ano referência: 2008).

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Idosos

Organizado desde a década de 1990, e formalizado a partir da PNI (Política Nacional do Idoso, 1995), o conselho é um espaço atuante na comunidade e exerce sua função com representantes de entidades governamentais e não governamentais. Os conselheiros reúnem-se semanalmente em reuniões ordinárias e extraordinárias, no prédio da Antiga Sede da Unisinos, local do Conselho. Atualmente os grupos de idosos estão fortalecidos na estrutura do Conselho, que registra 16 grupos cadastrados. Diante desta realidade, constituiu-se a Comissão dos Grupos de Convivência que se reúne uma vez por mês, para discutir e deliberar temáticas referentes a esta realidade.

A Universidade

Às vésperas de completar 40 anos no ano de 2009, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, está entre as maiores e melhores universidades privadas do Brasil, sendo a primeira privada do Rio Grande do Sul (avaliação do MEC, 2008). Possui mais de 58 mil diplomados, e é mantida pela **Associação Antônio Vieira**, denominação civil da **Província dos Jesuítas do Brasil Meridional**, da **Companhia de Jesus**, a ordem dos jesuítas fundada por **Santo Inácio de Loyola**. Concentra, no campus, em São Leopoldo (RS), cerca de **30 mil estudantes** em cursos de graduação, pós-graduação

e extensão. Também integra uma rede de 200 instituições de ensino superior jesuítas, com 2,2 milhões de alunos no mundo todo. O quadro de pessoal é formado por mais de 900 professores (dos quais 86% são mestres, doutores e pós-doutores), além de aproximadamente 900 funcionários.

A Unisinos possui as seguintes opções estratégicas: transdisciplinaridade, educação por toda a vida e desenvolvimento regional. Em 2004, tornou-se a primeira universidade da América Latina e uma das cinco do mundo a receber a certificação **ISO 14001**, concedida a organizações comprometidas com o ambiente natural. Em 2006, foi escolhida pela alemã **SAP**, maior empresa de software de gestão empresarial no mundo, para sediar sua primeira filial no Sul do país.

Quanto a inclusão social, a universidade foca seus projetos em formação integral e na redução das desigualdades. Somente em 2007, as iniciativas na área de ação social beneficiaram 33 mil pessoas, dentre essas pessoas, maiores de 50 anos, que estavam vinculados ao Programa Maior Idade – PRÓ-MAIOR. O referido programa coordena projetos de intervenção na área do envelhecimento humano, nas áreas da educação e saúde no município. Atualmente estão inseridos cerca de 500 pessoas, com um atendimento médio de 3 encontros semanais. Destacam-se no programa os seguintes projetos: inclusão digital, idiomas, canto coral, atualização de conhecimentos, e de atividades físicas (jogos, ginástica, dança, recreação e lazer).

Conceitualmente, a Universidade não possui uma “Universidade da Terceira Idade”, visto que em seus princípios pedagógicos e institucionais ela se coloca como um espaço para todas as idades e de educação ao longo de toda a vida, não necessitando, portanto, a criação de redutos ou diferentes configurações de universidade. Trabalha na perspectiva de valorização de diversos saberes, entre eles o conhecimento acadêmico e o conhecimento da vida, em uma proposta dialógica e de ação-reflexão- intervenção-ação... (Pedagogia Inaciana, 1994). De forma específica, os grupos de atividades físicas encontram-se no Campus da Universidade e na Antiga Sede, localizada no centro do município.

A trajetória da experiência

Desde 2006, a Comissão dos Grupos de Convivência do Conselho de Defesa dos Direitos dos Idosos de São Leopoldo, recebe solicitações de grupos de idosos do município para que fossem desenvolvidos projetos de esporte e lazer nos diferentes grupos. As solicitações justificavam a necessidade de qualificar o processo de envelhecimento dos componentes dos grupos, assim como a qualificação das atividades desenvolvidas pela grande maioria, que vinham a ser: tomar chá, conversar e promover bailes.

Os conselheiros, cientes das limitações das políticas de esporte e lazer existentes, promovidas pela Unisinos (no centro da cidade e no campus) e pela Prefeitura Municipal (no centro da cidade, em um asilo e um bairro), viram-se desafiados a encontrar alternativas de ampliação das políticas existentes. Em contato com o poder público municipal, os idosos receberam a garantia de ampliação da política existente, e na Universidade, colocaram-se como colaboradores na construção de um Projeto para concorrer ao Edital do Ministério do Esporte que viabilizasse a criação de Núcleos de Vida Saudável no município.

Em novembro de 2007, o projeto foi aprovado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, remetendo a liberação de verba para a criação de 3 Núcleos de Vida Saudável no município, a partir de abril de 2008. Com isso, surgiu o novo desafio de identificar os grupos contemplados. Diante do exposto ficou definido que concorreriam ao Programa os grupos que se colocavam dentro dos seguintes critérios:

- grupos devidamente cadastrados no Conselho Municipal;
- grupos de bairros que ainda não eram assistidos pelas políticas existentes na época;
- grupos que não possuíam atividades físicas na sua programação;
- grupos que efetivamente solicitaram ao Conselho tal atividade.

Diante destes critérios, resumiu-se em 5 grupos restantes, sendo que a definição final foi a regionalidade, ou seja, bairros e vilas em localidades diferentes do município. Os grupos contemplados foram:

1. Nome: Amigos para Sempre

Local: Salão da Comunidade São Roque

Endereço: Rua Veranópolis, / Parque Mauá,

Bairro: Arroio da Manteiga.

Líder do Grupo: Dona Delfina

2. Nome: Amigos da Terceira Idade da Feitoria

Local: Associação de Moradores “Jardim dos Sonhos”

Endereço: Avenida Feitoria, 4939

Bairro: Feitoria

Líder do Grupo: Sr Dario

3. Nome: Amizade

Local: Associação de Moradores do Bairro Santa Tereza

Endereço: Rua Ijuí esquina rua Viamão

Bairro: Santa Tereza

Líder do Grupo: Sr^a Maria Ignes.

Definidos os grupos e lideranças, sucederam-se reuniões e visitas aos locais, para conhecer e discutir a política do Ministério do Esporte de Esporte e Lazer, onde representantes da Unisinos estimulavam o debate. Cabe ressaltar que neste momento da implementação do convênio era apresentado aos grupos, pelos representantes da Universidade, a determinação do Edital que definia a idade mínima de 45 anos dos participantes, remetendo aos líderes dos grupos um debate interno e conseqüente flexibilização de adesão ao grupo, visto que eles se configuravam como “grupos de idosos”. Neste processo, ainda houve a identificação da realidade a ser implementada o Programa PELC/Núcleos de Vida Saudável, destacando-se os seguintes aspectos:

- disponibilidade do local quanto dias/ horários (negociação com os representantes das associações sedes);

- espaços para armazenamento de material e segurança dos mesmos;

- identificação do perfil dos componentes do grupo e discussão sobre a possibilidade de ampliação do mesmo;

- identificação no bairro de redes de apoio social (CRAS, UBAMs, Igrejas, ONGS...) destacando a possibilidade de divul-

gação do programa e aproximação do mesmo com outras iniciativas;

- identificação no bairro de outros locais para a prática de atividades físicas (praças, quadras, escolas..) e negociação para a utilização dos mesmos;

- identificação das necessidades específicas dos grupos/núcleos.

Paralelamente a este processo, a Universidade selecionava os técnicos e agentes sociais para aderirem ao “grupo técnico” (coordenação, profissionais, estagiários e auxiliar administrativo), assim como o Conselho Municipal se colocava como órgão de Controle Social do Programa e a prefeitura como entidade parceira.

Implementado o Programa, a coordenação estabeleceu a criação de espaços de “ação – reflexão” para a avaliação permanente do Programa Pelc/Vida Saudável, com destaque para os seguintes segmentos:

- **Grupo de Representantes***: encontros bi-mensais com representantes dos Núcleos de Vida Saudável e demais projetos da Universidade, a fim de socializar, avaliar e criticar o desenvolvimento das ações;

- **Grupo de Estudos Gerontológicos – GREG¹²⁸**: espaço de produção acadêmica, composto por técnicos, agentes sociais, estagiários e professores da área do envelhecimento;

- **Reuniões semanais com e equipe técnica do PELC/ Vida Saudável**: participam a coordenação geral, técnicos, estagiários e auxiliar administrativo.

- **Reuniões com o grupo gestor**: participam a Universidade (conveniada), Conselho de Idosos (órgão de controle social), Representante da Prefeitura (parceiro) e representantes dos idosos, coordenadores de núcleos e de agentes sociais.

E ainda, como espaço socializador da ação, o programa participa de eventos sociais e esportivos da comunidade e do município, que, além da socialização, promovem a visibilidade dos participantes

¹²⁸ Estes espaços já existiam no Programa Pró-Maior da Universidade, sendo que foram ampliados com o advento dos Núcleos de Vida Saudável.

e do Programa. Destacam-se os seguintes eventos do ano de 2008: Festival de Câmbio, a participação na São Leopoldo fest, Semana Farroupilha e Semana do Idoso.

Concluindo

Ao apresentar esta trajetória é prudente destacar que, embora os idosos fossem os principais articuladores, sensibilizadores e colaboradores nesta experiência, o papel do Ministério do Esporte foi fundamental. Visto que, a partir da oportunidade encontrada, houve a mobilização maior dos idosos e a oportunidade de concretização de uma demanda antiga. Assim, pode-se concluir que até o momento, os resultados ainda são parciais, pois uma experiência associada a um processo em andamento promove resultados provisórios, que podem ser avaliados e observados de forma diversa em outros momentos. Pode-se afirmar com certeza, no entanto, que o diálogo promovido entre os participantes, técnicos, gestores, agentes sociais, professores entre outros, tem construído mudanças pessoais, institucionais e sociais. Configura-se, neste momento o “novo”: “Novo grupo de idosos”, que com o advento do PELC/Vida Saudável, se ampliou, ressignificou e se tornou mais visível na comunidade. “Nova universidade” que, sustentada somente na ciência, sente-se incapaz de contribuir na transformação da realidade e de refletir sobre sua função social. “Novo gestor”, que, ao aproximar-se das lideranças comunitárias, organiza e concretiza ações coletivas, significativas para todos os envolvidos. E o “Novo Ministério” que, ao se conveniar com uma instituição privada, experimenta e conhece as especificidades desta realidade, e oportuniza ao lado de novos parceiros, políticas de esporte e lazer à população envelhecida, e se coloca, mais uma vez, como um dos responsáveis no enfrentamento da realidade que se apresenta.

Referências bibliográficas

BOTH, Agostinho. *Identidade existencial na velhice*. mediações do estado e da universidade. Passo Fundo:UPF Editora, 2000.

BRASIL. Lei Nº 10741/2003, *Estatuto do idoso*. Brasília, 1º de outubro de 2003.

CARAMUTO, Maria Isolina Dabove e LABORDE, Adolfo Prunoto. *Derecho de la ancianidade: perspectiva interdisciplinaria*. Rosário (Argentina): Editorial jûris, 2006.

CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO. *Os idosos do Rio Grande do Sul: estudo multidimensional de suas condições de vida*. Porto Alegre: CEI, 1997. Relatório de pesquisa.

FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida e MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Brincar, jogar, viver: Programa Esporte e Lazer da Cidade*. Volumes I e II. Brasília: Ministério do Esporte, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Olga; LENTINI, Daniel. Significado y valoración de la universidad según los alumnos de la tercera edad. *Talis Annual Bulletin*, n.12. Canadá: Saskatoon, 2002. p. 181-188

JUNGUES, José Roque. Uma leitura crítica da situação do idoso no atual contexto sociocultural. In: *Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento*. V. 6. p. 123-144. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

WOLFF, Suzana Hübner. *A universidade como espaço promotor do envelhecimento bem-sucedido: um estudo de caso*. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano), 2003.

www.stcas.rs.gov

www.estado.rs.gov.br

www.esporte.gov.br

PROCURANDO CAMINHO: esporte de aventura e exercício da cidadania

Mateus Alexandre Hoerlle¹²⁹

Resumo: Abrindo o leque de possibilidades de inserção cidadã de jovens em situação de vulnerabilidade por não se encaixarem nos padrões exigidos pelo mercado, o Programa Aventura Esportiva desenvolvido em convênio com o Programa Esporte e Lazer da Cidade, do Ministério do Esporte (Governo Federal), executado em 2007, atendeu 1000 adolescentes e jovens, em atividades pontuais e/ou continuadas, desde ações de esportes convencionais como futebol, basquete, vôlei até esportes radicais e de aventura, como rapel, escalada, trilhas ecológicas etc. Além disso, a partir da solicitação das comunidades Chico Mendes e Novo Horizonte, do Complexo Monte Cristo (Florianópolis), e do Morro da Mariquinha, do Complexo do Maciço do Morro da Cruz (Florianópolis), este projeto teve um desdobramento chamado “Procurando um caminho”, que em 2008 com o apoio do IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) e da Guarda Municipal, continuou atendendo 75 adolescentes e jovens oriundas destas comunidades citadas, oferecendo alternativas significativas a estas comunidades bastante comprometidas com o mundo da criminalidade, do narcotráfico e da violência. O empoderamento dos sujeitos individuais exige, para possibilitar-lhes a apropriação de estratégias de administração dos recursos adquiridos, também o empoderamento dos entes coletivos. Trabalhar com crianças e adolescentes, sem envolver como protagonistas dos processos suas famílias e comunidades tornam ainda mais difíceis a garantia da consecução dos resultados almejados.

Introdução

O Brasil é um país marcado pelas desigualdades sociais. A população infanto-juvenil é um segmento da sociedade mais afetado pelos problemas sócio-econômicos e culturais existentes no país. A

¹²⁹ Coordenador Projeto Procurando Caminho – Centro Cultural Escrava Anastácia, Florianópolis SC. Licenciatura em Educação Física pela Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ - RS. Pós Graduação em Prática Pedagógica e Interdisciplinaridade UNIVEST/FACVEST, Florianópolis - SC. Contato: mahedfis@gmail.com

falta de oportunidades junto a esta população tem contribuído para o aumento da criminalidade envolvendo jovens e adolescentes entre 14 e 24 anos, onde, também é elevado o número de óbitos.

A literatura científica sobre essa questão revela que o adolescente é arrastado para criminalidade e pelo envolvimento em grupos de narcotráfico, a fim de buscar sua auto-afirmação e a realização de seus sonhos de heroísmo e de consumo, que lhes são negados pelo meio social onde vivem.

Esta realidade pode ser observada no início do ano quando jovens que já fazem parte do grupo Procurando Caminho desde 2007 vieram pedir para a coordenação a inclusão de um novo grupo acreditando que outros jovens, que estão a mercê do tráfico, poderiam fazer parte desse segundo grupo.

A partir daí, observamos quais jovens do grupo anterior se destacaram como líderes e, verificando o interesse de alguns, percebemos que dois jovens poderiam começar a articular dentro da sua comunidade, os possíveis jovens a serem envolvidos no próximo grupo.

Pensando em inclusão social, a população participante do Projeto Procurando Caminho a ser beneficiada, são considerados prioritários os jovens com maiores dificuldades de inserção no mundo do trabalho e aquelas em situação de extrema vulnerabilidade social, buscando a elevação de sua auto-estima, a inclusão social, a solidariedade, a cidadania e o respeito pelo meio ambiente em que vivem, através de oficinas profissionalizantes e esportes de aventura, adquirindo assim um aumento de seu protagonismo e a conquista de direitos humanos e cidadania.

Objetivos

Oportunizar inclusão e socialização de jovens á margem da sociedade; formação em oficinas profissionalizantes de auxiliar de instrutor de surf e manutenção de pranchas; orientação psicossocial.

Proporcionar a profissionalização em esportes ligados a natureza, trilha, rapel e surf; e, conseqüentemente, a formação para a cidadania dos jovens inseridos no projeto.

Justificativa

Na Grande Florianópolis estima-se, segundo o IBGE, que até o ano de 2007, das 774.800 pessoas que aqui trabalham e vivem mais de 76.000 vivem nas 84 favelas da região. Destes, 13.571 são jovens que convivem diariamente com uma situação de extrema vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo em que parcelas significativas permanecem à margem de qualquer oportunidade de inserção social, vivemos numa cidade turística, privilegiada por uma exuberante natureza composta por mais de 100 praias, morros, lagoas, manguezais, dunas, parques, praças e recantos.

Diante desse contexto o Centro Cultural Escrava Anastácia que tem, em um dos seus objetivos, “realizar atividades recreativas, culturais e de lazer junto ‘as comunidades empobrecidas’”, executou no ano de 2007, em convênio com o Ministério do Esporte, o **Projeto Aventura Esportiva**, como parte do Programa Esporte e Lazer da Cidade. O projeto veio a contemplar cerca de 1000 jovens participantes de atividades ligadas à área de esporte de aventura na natureza, e modalidades como futebol, voleibol e basquete oportunizando aos jovens, vivenciar processos e espaços de construção coletiva, com vistas ao aumento de sua auto-estima e a conquista de direitos humanos e cidadania.

Portanto, o projeto ora proposto, que contou com 04 núcleos esportivos, atingindo em média 1000 jovens da periferia da grande Florianópolis, teve como objetivo o compromisso de promover, através de ações na área do esporte, turismo e lazer, a inclusão social e/ou laboral destes 1000 jovens, provenientes de 10 comunidades empobrecidas da Grande Florianópolis, no período de março a dezembro de 2007 que vivem em situação de extrema vulnerabilidade social.

Este projeto está situado no contexto das ações do CCEA – Centro Cultural Escrava Anastácia, e instituições parceiras que atendem comunidades empobrecidas da grande Florianópolis. Dentre estas, o AROEIRA – Consórcio Social da Juventude, conveniado com o Ministério do Trabalho e Emprego, e o projeto Aventura Esportiva, vinculado ao Programa Esporte e Lazer da Cidade, que atuaram na qualificação profissional de 1000 jovens. Parte destes jo-

vens, mais de 50%, já foi inserida no mundo do trabalho, de maneira formal, como estágio, aprendizes e também na forma de constituição de cooperativas.

Dos beneficiados que foram atendidos pelo CCEA dentro do Programa Esporte e Lazer da Cidade, dentre crianças, jovens e adultos, 50% caracterizam-se pelo grande desnível entre a idade e a escolaridade, ou seja, com a idade que tem, alcançaram um nível de escolaridade baixo. Além disso, boa parcela destas pessoas encontra dificuldades de inserção no mundo do trabalho e no acesso a políticas públicas.

Publico alvo

A experiência vivida foi com 75 jovens da Comunidade Chico Mendes, no Complexo Monte Cristo em Florianópolis na faixa etária de 14 a 24 anos, em situação de “risco social”, matriculado na rede de ensino, no contra turno do projeto.

Pensando em inclusão social, a população participante do Projeto Aventura Esportiva que teve prioridade, foram comunidades com maiores dificuldades de inserção no mundo do trabalho e aquelas em situação de extrema vulnerabilidade social, elevando sua autoestima, a inclusão social, a solidariedade, a cidadania e o respeito pelo meio ambiente em que vivem, através de manifestações corporais, culturais e artísticas.

Metodologia

A epistemologia hegemônica na modernidade ocidental entende o conhecimento como um fenômeno baseado em representações mentais que fazemos do mundo. Este conteria informações. E nossa tarefa seria extraí-las por meio da cognição. Essa posição teórica tem o mesmo direcionamento das disposições práticas e éticas hegemônicas, que vêem o mundo como uma *coisa* a ser explorada em busca de benefícios. Essa é a base da cultura extrativista e exploratória da modernidade ocidental. A idéia de extrair recursos desse mundo-coisa estendeu-se às pessoas.

A possibilidade de mudar essa cultura de exploração, buscando o respeito e a solidariedade, exige outro entendimento do próprio processo de aprendizagem.

Entendendo a aprendizagem como processo contínuo, constituído pelo próprio sujeito, na relação com os outros, mediada pelo educador, que assume o papel de fazer refletir e criticar as informações e percepções a que tem acesso nas várias formas de relação com o mundo em que vive, a partir da valorização e da crítica de seus próprios saberes, o ponto de partida de todo o processo formativo são as histórias de vida dos educandos e a compreensão da realidade sociocultural em que cada grupo se insere.

Daí podem ser desenvolvidos os trabalhos, planejados, implementados e avaliados conjuntamente como *projetos de aprendizagem*, com o intuito de socializar e aprofundar conhecimentos, vivências e experiências, contextualizando e trabalhando as relações que estão e vão sendo estabelecidas dentro de cada grupo e entre os vários grupos, sempre tendo em vista a experiência da cidadania e o desenvolvimento de uma postura comprometida com as necessidades da comunidade e do mundo em que vivemos, buscando transformar situações e atitudes de exploração e subserviência em relações de reciprocidade e solidariedade. Cada grupo desenvolverá sua proposta de ensino-aprendizado através de um ou mais projetos, definidos coletivamente. Cada projeto terá sua fonte em três eixos: as histórias de vida individuais dos jovens, suas famílias e comunidades, o contexto sócio-cultural do grupo e suas relações com a cidade e o mundo, a proposta de profissionalização escolhida e sua relação com o mundo do trabalho e o meio ambiente. A aprendizagem por projetos constitui-se numa aprendizagem cooperativa onde todos os membros de um determinado grupo se ajudam e confiam uns nos outros para atingir as metas definidas coletivamente. Todos são responsáveis e sentem-se responsáveis pelos resultados a serem atingidos. As contribuições de todos são importantes para o aprendizado de cada um.

O papel do educador é o de um *perguntador* – um mediador entre aquilo que ele consegue ver, sentir, ler, decodificando o que já existe no outro, que ele mesmo, muitas vezes, ainda não considera, pensa que nada é, nada sabe, não carrega bagagem nenhuma. Ele não *transmite* conhecimentos ou experiências, mas a partir de seus

conhecimentos e experiências, desperta e reflete, como um espelho, saberes e experiências do educando, potenciando o desenvolvimento, pelos sujeitos da aprendizagem, de outros conhecimentos, habilidades e atitudes.

Nesse processo, as metas de aprendizagem são estabelecidas em cada grupo, tendo como referências as necessidades da habilitação esportiva ou profissional específicas e o projeto político pedagógico da entidade, e respondendo-se, coletivamente, às perguntas: que conhecimentos, habilidades e atitudes os jovens precisam desenvolver, no espaço de tempo oferecido pelo projeto em questão, para que consigam a elevação da auto-estima e da capacidade de leitura do mundo, o compromisso comunitário e cidadão e a inserção no mundo do trabalho?

Fundamentos e atividades

- **Cidadania:** Diversidade de gênero; cidadania e ética; responsabilidade social; direitos e garantias fundamentais; educação sanitária; educação ambiental; educação sexual; convivência familiar e comunitária.
- **Oficinas Profissionalizantes:** Auxiliar de Instrutor de Surf, conserto e confecção de pranchas, laminação, confecção de artes para prancha, história do surf em geral.
- **Inclusão Digital:** Micro informática aplicada ao mundo do trabalho/sistemas informatizados.
- **Saúde e Qualidade de Vida:** Conceitos sobre, aptidão física, saúde, primeiros socorros, doenças causadas pelo sedentarismo, programa de exercícios físicos e esporte como ferramenta social. Atividades práticas de esportes da natureza trilha, rapel e surf.
- Acompanhamento da vida escolar e social dos jovens.

Cronograma do projeto

As atividades foram e estão sendo realizada de segunda a quinta, sendo que nas sextas é dia de reunião de educadores, e estão divididas da seguinte forma:

- duas vezes por semana, atividades práticas de surf e esportes da natureza;
- duas vezes por semana, atividades teóricas de surf e esportes da natureza, manutenção de pranchas, inclusão digital, saúde e qualidade de vida;
- o período de atividades será de 04 horas diárias.
Ao final do projeto cada jovem receberá um certificado de conclusão de curso.

Apresentação e análise do projeto

Replicando experiência bem sucedida com jovens de comunidades da periferia de Florianópolis - SC, o projeto propôs o esporte aventura (surf, rapel, trilhas) como caminho para elevação da auto-estima e conquista de direitos, possibilitando a saída do tráfico e da criminalidade e o exercício da cidadania, para 75 adolescentes e jovens, entre 14 e 24 anos, de 02 comunidades com maior índice de vulnerabilidade social de Florianópolis.

De acordo com estas experiências que vimos desenvolvendo, a atuação junto a crianças, adolescentes e jovens tem impacto direto e imediato junto a suas famílias e comunidades.

Essa ação situa-se na área da garantia de direitos de crianças e adolescentes. Ajudá-las a superar a situação de vulnerabilidade implica não apenas no repasse temporário de recursos materiais e simbólicos. Isso é suficiente para garantir-lhes o capital cultural necessário para conseguirem se manter como protagonistas de seus processos e escolhas, como sujeitos de suas próprias trajetórias de vida.

O objetivo deste projeto vem contribuindo, através de práticas esportivas, e oficina profissionalizante nas várias modalidades de esporte aventura, para a elevação da auto-estima, a garantia dos direitos fundamentais e a inclusão social de 75 adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos, provenientes de 02 comunidades empobrecidas com maior índice de vulnerabilidade social de Florianópolis, no período de março de 2007 até os dias atuais, oferecendo-lhes alternativa concreta ao mundo da criminalidade, da violência e/ou do narcotráfico.

Pensando em Esportes de Aventura e Meio Ambiente, pode-

mos contar com a enorme contribuição da natureza, visto que na maioria dos locais de pratica é em meio á natureza, por isso dou grande valor a ela e não posso deixar de mencioná-la e lembrar sempre aos praticantes que aquela natureza só esta ali porque alguém teve o cuidado de preservar, então que aquilo continue preservado para futuras gerações.

Explorando essa ótica de aventura e enfrentar desafios, instigamos os adolescentes e jovens a praticarem o rapel, surf, trilhas e escaladas, não só com finalidade profissionalizante e esportiva, mas também provocar um tipo de ação que gere uma reação neles, no sentido de que eles devem enfrentar seus desafios seus medos, que ao enfrentar o mercado de trabalho eles não se sintam menosprezados, mas pelo contrário, se sintam estimulados a tentar realizar aquela tarefa, ou transpor aquele obstáculo.

Marinho (2003) diz que homem ocidental contemporâneo, por meio dessas praticas, vivencia experiências as quais nunca antes imaginou concretizar, como viajar para descer as corredeiras de um rio num bote inflável, descer uma cachoeira pendurado por cordas, enfrentar obstáculos em trilhas no meio de florestas e matas. Essas atividades estão vinculadas a emoções e sentimentos que extrapolam suas formas e conteúdos, pois se relacionam com rituais, espiritualidade, mitos e temores, além da imagem de aventura, risco, ousadia, distinção, estilo de vida e outros.

Antunes (1998) complementa que durante a fase dos 6 a 12 anos e até mesmo na adolescência e juventude, os jovens avançam em pensamentos sobre moralidade e é impossível desassociar essa evolução do progresso cognitivo. E é sem duvida, a fase da vida em que os jovens necessitam de alfabetização emocional, seja a que é praticada diariamente com os pais, seja a institucionaliza na escola ou no projeto envolvido.

Nesse universo todo de descriminalização que esses adolescentes e jovens vivem, o processo de socialização se torna indispensável, pois se trata de pessoas, que perante uma sociedade atrasada e desatualizada, são tachadas como fora de padrões sociais pré-estabelecidos, e de fato, podem estar, mas não por culpa deles, e sim, por falta de políticas sociais favoráveis. Essa socialização pôde ser traba-

lhada adaptando jogos e brincadeiras com o intuito de viabilizar a integração.

Cavallari (1994) cita algumas características da faixa etária em questão, como a grande diferença de habilidade entre os sexos e a discussão e aceitação dessas diferenças, a necessidade de auto-afirmação e o desprezo pela atividade motora (idade da preguiça) e sugere atividades mais adequadas a essa idade, que são o esporte, propriamente dito, gincanas e modalidades esportivas de múltiplas dificuldades e a valorização de esportes junto à natureza.

Após o trabalho que vem sendo realizado a mais de um ano com esses jovens, pode perceber nitidamente o avanço deles, na organização dentro do projeto, responsabilidade coletiva, avanço no desenvolvimento escolar, inserção no mercado de trabalho e principalmente a consciência de políticas públicas de esporte e lazer dentro da comunidade, não deixando de contemplar a atividade física que passou a fazer parte do cotidiano desses jovens envolvidos como regra geral e que hoje vem gerando um equilíbrio físico, social e psicológico.

Conclusão

Pensando em conclusão, percebo que, ao concluir esse relato de experiência, situo-me ao meio de um caminho que vem sendo percorrido desde o ano de 2007, e que nos dias atuais percebem-se mudanças muito significantes na vida desses adolescentes e jovens, bem como na família e nas comunidades envolvidas. Hoje todos podem freqüentar as duas comunidades sem restrições e guerras por pontos de droga. O que hoje é uma realidade, há um ano atrás parecia utopia, pensava-se inatingível.

Responsabilidade e comprometimento é lei dentro do projeto hoje em dia. Dificilmente algum jovem costuma faltar. Ninguém mais se envolveu no mundo do crime, deixando de lado as drogas e vivenciando uma vida mais feliz, livre e saudável.

Além de inserir diversos jovens do projeto ao mercado de trabalho, hoje o projeto proporciona-lhes buscar novos horizontes. Depois de aprender a surfar e mudar suas vidas através da natureza, percorrendo diversas trilhas e picos de rapel, os jovens pretendem entrar no empreendedorismo, desenvolvendo atividades de esportes

ligados à natureza, concerto de pranchas e manutenção de computadores, através de uma cooperativa juvenil.

Acredito que essa experiência voltada a políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social, para mim foi de extrema importância, pois convivo com o grupo que já foi reciclado a medida que foram sendo inseridos ao mercado de trabalho. Percebo que juntos continuaremos construindo possibilidades de projetos sociais voltados aos novos jovens que virão no futuro.

Estas etapas servem como um “alinhavo” do caminho que foi e será realmente percorrido, pois durante o percurso sempre surgem novas necessidades, uma vez que o adolescente e jovem vai se desenvolvendo a medida em que vamos trabalhando com ele em nossa sociedade contemporânea.

É importante reconhecer e parabenizar o Ministério do Esporte, dentro do Programa Esporte e Lazer da Cidade, e o IPUF Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis: um por iniciar o projeto e a outra instituição por confiar e assumir a responsabilidade junto com o CCEA – Centro Cultural Escrava Anastácia. E também agradecer ao CCEA a confiança, autonomia e responsabilidade que estão me proporcionando, me instigando, e aos jovens, ao crescimento profissional, social, psicológico e espiritual. Ao mesmo tempo, ressaltar a relevância desse processo para a implementação de políticas públicas que integrem a juventude às suas comunidades, possibilitando-lhes o comprometimento na busca de uma sociedade mais igualitária e menos violenta.

Referencias bibliográficas

ANTUNES, Celso. *Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

AZIBEIRO, Nadir Esperança. *Educação intercultural e comunidades de Periferia: limiares da formação de Educadoras*. Florianópolis: UFSC, 2006. Tese (Doutorado) PPGE-UFSC, 2006.

AZIBEIRO, Nadir Esperança. *PPP: Projeto Político Pedagógico Centro Cultural Escrava Anastácia*. Edição revista – março 2008. Florianópolis.

CAVALLARI, Vinicius Ricardo. *Trabalhando com recreação*. Vinicius Ricardo Cavallari, Vany Zacharias. 2. ed. São Paulo SP: Editora Ícone, 1994.

FRIGHETO, Mauricio. *Surf na favela*: Jornal Diário Catarinense, Florianópolis, 14 out. 2007. Caderno de Esportes, p. 43.

MARINHO, Alcyane (Org.). *Turismo, lazer e natureza*. Barueri, SP: Editora Manole, 2003.

Site IBGE, www.ibge.org.br/cidadesat.

O LAZER JÁ TOMOU CONTA DA CIDADE DE BAGÉ E A CIDADE DE BAGÉ JÁ TOMOU CONTA DO LAZER!

Ana Elenara da Silva Pintos¹³⁰

Resumo: Relato de experiência do município de Bagé/Rio Grande do Sul, desenvolvida, desde 2004, pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer em parceria com o Ministério do Esporte, pela implantação de 10 Núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Programa que atende, diretamente, 4.000 participantes, beneficiando crianças, jovens, adultos, idosos, portadores de necessidades especiais e portadores de deficiência física. Desenvolve atividades sistemáticas e assistemáticas, incluindo oficinas de esporte, dança, lutas e artes manuais; promoção da prática regular de atividades físicas na praça do município, com orientações para melhoria da qualidade de vida. Preserva e divulga hábitos, costumes e tradições gaúchas por meio de torneios e modalidades esportivas campeiras e danças e outras ações. Realiza eventos que, sistematicamente, atendem demandas dos idosos, resgatam a cultura local de brinquedos e brincadeiras, desenvolve torneios esportivos internúcleos, promove festas tradicionais, dentre outras. O Programa deu “vida” aos bagenses, que se envolvem desde a idealização, a execução e a avaliação de cada atividade. Promove a auto-organização das comunidades, em torno das políticas públicas de esporte e lazer; trabalhando para que esta área seja tratada como política de Estado, contribuindo para a qualidade de vida da população, primando pela emancipação e pelo desenvolvimento humano.

No município de Bagé, estados do Rio Grande do Sul, cerca de 4.000 pessoas, são diretamente atendidos nas atividades do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Em uma importante parceria do Governo Municipal - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, com o Governo Federal – Ministério do Esporte.

Crianças, jovens, adultos, idosos, portadores de necessidades especiais e portadores de deficiência física são os beneficiados.

¹³⁰ Coordenadora do PELC, Prefeitura Municipal de Bagé/RS: Contato: ana_elenara@hotmail.com

Dez núcleos foram criados para atender a comunidade bageense, que desde 2004 participam e prestigiam as atividades sistemáticas e assistemáticas do Programa Esporte e Lazer. As oficinas oferecidas são as mais variadas: esporte, dança, lutas e artes manuais, e nos intervalos, todos recebem um delicioso lanche.

Com uma equipe capacitada, composta por 100 agentes sociais, o intuito de todo o trabalho, é sempre ir de encontro com os interesses dos participantes. Dessa forma, eles não só desfrutam das atividades, como também, participam das ações de planejamento, execução e posterior avaliação das mesmas.

Até a chegada do Programa Esporte e Lazer da Cidade, o município de Bagé não possuía nenhuma ação específica na área do Lazer. Com certeza, este é o principal fato, que faz a comunidade bageense reconhecer a importância de todo e qualquer movimento, realizado pelo Programa. Este alcance se deve, em especial, a promoção de grandes eventos, com importantes parceiros. Caracterizado pela capacidade de mobilização, o PELC Bagé, têm em seu currículo, importantes Eventos, que fazem parte, inclusive, do Calendário de Eventos do município.

É importante salientar que para aperfeiçoar a dinâmica de criação, execução e avaliação de micro ou macro eventos, foi necessário criar uma metodologia que permitisse tais procedimentos. O primeiro foi determinar que cada núcleo deveria criar uma proposta de intervenção que:

- partisse do interesse dos participantes;
- tivesse uma proposta de resgate cultural, entretenimento e/ou lazer;
- propiciasse o envolvimento de todas as faixas etárias, sempre que possível.

A seguir, relato algumas destas atividades:

1- “Estação Saúde”

Com o objetivo de promover a prática regular de atividades físicas e a utilização de uma importante praça do município de Bagé, o “Estação Saúde” foi criado. O projeto recebeu este nome, em homenagem à praça, chamada Praça da Estação (carinhosamente apeli-

dada pelos bageenses por estar localizada em frente ao antigo Centro Ferroviário de Bagé).

Constatamos que, após uma importante ação do governo municipal de revitalização da praça, muitos bageenses passaram a caminhar em torno dela, porém sem nenhuma orientação e acompanhamento. Dessa forma, o PELC passou a oferecer, três vezes na semana, orientações nas caminhadas e diversas academias foram convidadas e desenvolveram, uma vez por semana, aulas de dança ou ginástica.

Uma atividade desencadeadora foi realizada, denominada Lançamento do “Estação Saúde”. Na programação, cadastramento, preenchimento de Termo de Responsabilidade (atestando plenas condições para prática de atividades físicas) e entrega de questionários, para o devido preenchimento, que serviram para a equipe de trabalho se informar sobre cada participante (histórico familiar, vícios, doenças). Na seqüência aulas de dança com música ao vivo, distribuição de suco e bonés aos inscritos no projeto.

Quanto à metodologia de trabalho, em relação às caminhadas, foram criadas quatro categorias, com o intuito de atender melhor as necessidades e características dos participantes: Iniciantes (a mais de um ano não realizavam uma atividade física regularmente), Intermediários (há seis meses não praticavam atividades físicas), Avançado (praticavam atividades físicas com regularidade, pelo período mínimo de 04 meses – categoria que alterna caminhada e corrida) e Melhor Idade (atendendo os participantes com idade a partir de 60 anos).

Durante três meses (meses quentes do ano), 330 bageenses tiveram acesso a estas atividades (1º edição). A semente foi plantada, onde o grande desafio foi provocar a necessidade de uma prática regular de atividades físicas, com orientação, buscando uma melhor qualidade de vida.

O mais interessante é que além de haver uma boa participação no projeto “Estação Saúde”, a comunidade passou a “curtir” a praça, levando cadeiras para sentarem nas áreas verdes, tomando chimarrão com amigos e familiares, levando as crianças para brincar.

União perfeita de esporte e lazer.

Cabe ressaltar que este projeto vai para a sua 3^o edição em 2008/2009 – de outubro á fevereiro, onde quatro praças da cidade (zonas norte, sul, leste e oeste) terão equipes da SMEL e Programa Esporte e Lazer da Cidade; prestando este serviço à comunidade bageense.

2 - “Piquete de Tradições Gaúchas do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Bagé”

Com o objetivo de cultivar as tradições gaúchas, foi criado o P.T.G do PELC. Respeitando as normativas tradicionalistas, uma patronagem foi criada (2006).

Após desenvolver diversas ações, voltadas para os participantes dos núcleos do programa, como mateadas, escolha de prendas, jantares baile, em 2007, o trabalho desenvolvido pelo P.T.G ganha importante reconhecimento ao ser confeccionado um Galpão Crioulo nas dependências da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. O espaço abrigou o fogo simbólico da semana farroupilha (pira), almoços e jantares típicos, além de muitos momentos de lazer regado a um gostoso chimarrão. Fizeram parte desta programação funcionários do PELC, SMEL e comunidade em geral. Para coroar ainda mais, o P.T.G do PELC foi convidado a organizar, juntamente a Comissão Cultural da Semana Farroupilha 2007 de Bagé, a Escolha Municipal de Prendas.

Todo esse reconhecimento mencionado, sem dúvida alguma, deve-se ao desafio recebido pelo Programa, ao organizar as Olimpíadas Tradicionalistas, nos meses de agosto e setembro do mesmo ano.

3 - Olimpíadas Tradicionalistas

Buscando preservar e divulgar os hábitos, costumes e tradições do gaúcho, o PELC de Bagé foi convidado, por um grupo de tradicionalistas (por termos criado um P.T.G do Programa), para coordenar e desenvolver torneios, de modalidades esportivas campeiras. Posteriormente denominadas “Olimpíadas Tradicionalistas”.

Diversas reuniões com os patrões de C.T.Gs (Centro de Tra-

dições Gaúchas) e P.T.Gs (Piquetes de Tradições Gaúchas) foram realizadas. A grande dificuldade apontada pelos tradicionalistas era não possuírem recursos humanos, isentos dos grupos de tradições, para coordenar tais atividades. A partir de então coube a equipe do PELC propor, em reuniões periódicas: calendário de eventos, modalidades esportivas e atividades de lazer que pudessem ser somadas a programação dos jogos. Onde todos deveriam (atletas), participar devidamente pilchados (caso contrário seriam desclassificados). Aos C.T.Gs e P.T.Gs coube a responsabilidade de mobilizar seus integrantes, auxiliar a equipe do Programa na execução das modalidades que sediarium, bem como, nas promoções culturais, que em conjunto deveriam desenvolver.

Foram dois meses, onde todos os finais de semana, uma modalidade era desenvolvida. As modalidades foram:

- Jogo de Tava – é o lançamento do astrágalo do vacum e divide-se em 4 partes para efeito de regulamento: osso, chapa de bronze, chapa de ferro e pinho de fixação. Sendo que, a chapa de bronze corresponde a “sorte” (01 ponto) e a chapa de ferro ao “culo” (passa a vez). Realizado em uma cancha de areia (de 7m até 9m de raia a raia), na categoria individual, cada jogador têm o direito a 10 tiros, sendo 05 em cada extremidade da cancha.

- Jogo de Bocha Campeira – é o lançamento da bocha, cujo objetivo é aproximar ao máximo do “chico” (bocha menor e principal - pivô). Cabe aos competidores “bocharem” (baterem), as demais bochas (dos adversários), com o desafio de afastá-los do Chico. Pode ser realizada a campo aberto ou em uma cancha (20m de comprimento por 05 de largura). Com equipes formadas por um quarteiro, sendo um reserva, os competidores, têm 12 lançamentos a fazer.

- Vaca Parada – desenvolvido na modalidade Laço Individual, cada participante tem direito a 05 armadas classificando aquele que acertar 03 delas. As idades das diversas categorias foram às seguintes: Piá – até 10 anos, Guri – de 11 á 15 anos, Adulto – de 16 á 60 anos e Veterano – acima de 60 anos. A armada é lançada até a raia marcada para tal, ficando distantes nove passos da vaca. Os competidores têm aproximadamente um minuto para executar sua armada.

- Futebol de Bombacha – Caracterizado pelo jogo de futebol

sete, cujo fardamento é composto por: camisetas devidamente numeradas, bombacha e tênis. As partidas são compostas por dois tempos de dez minutos com intervalos de um minuto. A forma de disputa é classificatória e eliminatória, na categoria livre.

- Jogos de Carta: Escova, Solo e Truco (ambos jogados a partir das Regras do Movimento Tradicionalista Gaúcho).

Além de organizarmos as Olimpíadas Tradicionalistas, possibilitamos aos participantes diretos do Programa, o acesso a estas atividades, por intermédio de representações através do P.T.G do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Paralelamente: mateadas, bingos, mostras de canto e dança e almoços campeiros foram promovidos pelos C.T.Gs e P.T.Gs que sediaram as modalidades das Olimpíadas Tradicionalistas.

A culminância das Olimpíadas Tradicionalistas se deu no dia 20 de setembro de 2007, data em que comemoramos a Revolução Farroupilha, com entrega da premiação – troféus e medalhas a todos os competidores.

Esta promoção foi plenamente satisfatória, uma vez, que o Programa Esporte e Lazer da Cidade cumpriu seu papel, beneficiando esta importante clientela, até então, pouco beneficiada.

4 - “Dança dos Idosos – O Show da Vida”

Com o objetivo de ressaltar e valorizar os idosos de Bagé, o Programa Esporte e Lazer, juntamente com seus parceiros - RBS TV e Jornal Correio do Sul - na Semana do Idoso, promoveu a Dança dos Idosos – O Show da Vida.

Grupos de Melhor Idade da cidade foram convidados a participar. Com inscrição gratuita, troféus para todos os casais foram entregues, onde o mais importante era se divertir e representar o seu grupo de convivência. Além disso, o primeiro colocado recebeu uma viagem para o Natal Luz – Gramado / Canela – RS.

Com uma programação diversificada e prestação de serviços, o momento mais esperado foi o Concurso. Cada grupo da cidade ou dos núcleos do PELC, puderam inscrever um casal representante, em uma das modalidades de dança: Bolero, Samba, Discoteca ou Valsa. Com um júri composto por 02 técnicos (professores de Dan-

ça de Salão) e 03 personalidades do município. Desenvoltura, entrosamento e carisma, estes foram os critérios avaliados pelo júri.

Torcidas coloriram e brilhantaram o espetáculo de som, luzes e dança. Uma bela atividade que envolveu todos os grupos de melhor idade de Bagé.

5 - “Festival de Pandorgas Esporte e Lazer/RBS TV”

Como forma de resgatar uma cultura que durante aproximadamente uma década não era promovida em nosso município, desenvolvemos o Festival de Pandorgas. Realizado nos campos do Aeroclube de Bagé, o evento envolveu mais de 8.000 pessoas.

Inicialmente pesquisamos junto à comunidade talentos na arte de confeccionar pandorgas, bem como, transmitir para a equipe de trabalho do PELC Bagé, o histórico, significado e formas das mesmas. Conquistamos a parceria da RBS TV Bagé, Jornal Minuano, Rádio Difusora AM – 50 anos, SEMTRO (Sindicato das Empresas Municipais de Transportes Rodoviários), Aeroclube Bagé, Erva Mate Yacuí e Secretarias Municipais. Asseguramos assim, divulgação em TV, Rádio e Jornal, transporte gratuito (em horários específicos / linha de ônibus para transportar a comunidade no dia do evento), além de materiais para a confecção de 500 pandorgas. Esse material foi dividido entre os dez núcleos do Programa, onde foram oferecidas Oficinas de Confeção para a comunidade Bageense, gratuitamente.

Secretarias de Turismo da região foram convidadas a prestigiar o evento que contou com as seguintes Baterias: Pandorga Mais Bonita, Pandorga Mais Original, Maior Pandorga, Menor Pandorga, Pandorgueiro Mais Jovem, Pandorgueiro Mais Idoso. Paralelamente foi oferecido ao público presente: Oficina de Confeção de Pandorgas, Distribuição de Erva Mate e Água Quente (Mateada), Recreação com Brinquedos Infláveis, Apresentação de Aeromodelismo, Exposição de Aviões e no palco principal; apresentações das oficinas culturais do PELC Bagé, Shows e a arrecadação de alimentos não perecíveis (para Gabinete da 1º Dama).

Sem dúvida alguma este foi o maior evento realizado pelo PELC Bagé, que serviu de referência para os municípios do nosso estado, recebendo destaque na imprensa estadual.

6 - “Internúcleos

Partindo das solicitações dos participantes pela realização de Torneios Esportivos, o INTERNÚCLEOS foi criado. Sua importância cresceu ao constatarmos fortes tendências ao Esporte Competitivo, onde então, acrescentamos à proposta diversas ações de lazer, objetivando mudar esse quadro.

Realizado no Complexo Esportivo Presidente Médice, o evento beneficiou aproximadamente 5.000 pessoas em duas edições. Na programação desenvolvemos Torneios simultâneos de Vôlei, Handebol, Futsal, Futebol de Campo e Futebol Sete. O evento contou ainda com Solenidade de Abertura, com a presença de diversas autoridades municipais, apresentação do Jingle do PELC Bagé e Mascote; o qual foi nomeado pelos participantes como “Nelinho”, em homenagem ao então Ministro do Esporte Agnelo Queiroz. A “Noite Cultural” destacou diversas apresentações, frutos das oficinas culturais desenvolvidas nos núcleos, além de show musical de encerramento. Uma das atividades mais divertidas, segundo os participantes, foi o Acantonamento, onde todos permaneceram durante a noite nas dependências do Ginásio Militar.

Desenvolvido em dois dias (fim de semana), os participantes receberam café da manhã, lanche, almoço e janta. E, como não poderia ser diferente, as equipes vencedoras dos Torneios receberam sua respectiva premiação. Acreditamos estar mudando a visão de nossos participantes, no que diz respeito ao esporte competitivo, uma vez que entendemos ser possível praticar o esporte pelo simples prazer de recrear.

7 - “Pré Carnaval do Programa Esporte e Lazer da Cidade”

No intuito de colaborar e fortalecer a cultura carnavalesca em nosso município, criamos o “Pré-carnaval do PELC Bagé”. Desenvolvido no Complexo Esportivo Médici, o evento já envolveu mais de 5.000 pessoas em suas duas edições.

Em sua primeira edição os núcleos escolheram suas rainhas e as apresentaram no Pré-carnaval. Já na segunda edição, atendendo a solicitações dos participantes, além das escolhas prévias em cada

núcleo, desenvolvemos um concurso durante a festividade. Na oportunidade foram escolhidas as soberanas do PELC Bagé.

Esta atividade contou com duas importantes etapas, ambas sob o nosso olhar, importantíssimas para consolidar o nosso objetivo com tal promoção: a primeira de escolha das representantes em cada um dos dez núcleos do Programa; envolvendo a comunidade de cada região, convidando e valorizando as Escolas e/ou Blocos Carnavalescos de cada localidade. A segunda, do desenvolvimento do próprio Pré-carnaval, com organização de torcida e mobilização da comunidade para o evento. Sendo que, para esta segunda etapa, um júri, formado por teve de escolher não só as rainhas do PELC Bagé, mas aquelas que iriam representar o Programa na Escolha de Rainhas do Carnaval da Cidade.

Contamos com o apoio da ABEC (Associação Bageense de Entidades Carnavalescas), Rádio Cultura AM e demais colaboradores.

Na oportunidade além da entrega de faixas e escolha da melhor torcida, o público foi agraciado com a presença do Rei Momo e suas Rainhas, apresentação da Escola de Samba e Bloco, vencedores do carnaval do ano anterior em nossa cidade.

Esta atividade foi considerada pela ABEC, uma excelente forma de manter vivo o espírito carnavalesco em nosso município.

Conclusão:

Sem dúvida alguma Bagé não é mais a mesma depois de ter conquistado este grandioso Programa. As atividades promovidas pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade deram vida aos Bageenses, que se envolvem desde a idealização, a execução e a devida avaliação de cada atividade. E é por essa razão que acreditamos estar no rumo certo, buscando sempre inovar e atender os anseios de nossos participantes; fazendo-os agentes multiplicadores e transformadores de nossa realidade local. Buscamos promover, a auto-organização das comunidades, em torno das políticas públicas de esporte e lazer; trabalhando para que esta área seja tratada como política de Estado, contribuindo para a qualidade de vida da população, primando pela emancipação e pelo desenvolvimento humano.

Referências bibliográficas:

CARVALHO, Y.M.C. Atividade física e saúde: ONDE E QUEM É O sujeito da relação? *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, São Paulo, v. 22, n. 02, jan. 2001.

WAICHMAN, P. *Tempo livre e recreação*. Campinas – SP: Papyrus, 2002.

SILVA J.A. *Fundamentos da educação para o tempo livre*. Recife – PE: 2003. Mimeo.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Brincar, jogar, viver: Programa Esporte e Lazer da Cidade*. Brasília: Ministério do Esporte, 2007. V. 2.

CATEGORIA 4 – ENSAIOS

PENSANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ETNO-DESPORTO INDÍGENA

Dr. José Ronaldo Mendonça Fassheber¹³¹

Resumo: No presente ensaio me proponho pensar as políticas públicas dos esportes para os povos indígenas, tecendo considerações importantes anotadas ao longo de minha dupla carreira – antropólogo e professor de Educação Física – no convívio com diversos povos indígenas e mais particularmente entre os Kaingang. Nessa trajetória pude constatar que a base para uma política pública vinculada aos esportes para os povos indígenas deve partir do conhecimento de suas diversas demandas. Fundamentalmente, pude concluir que os esportes e principalmente o futebol, ocupam um dos lugares mais centrais nessas demandas por políticas públicas. Para esse entendimento, parto do estudo do que conceituei de Etno-Desporto Indígena em minha tese de doutoramento (FASSHEBER, 2006), i.e., aqueles praticados tanto sob a forma de Jogos Tradicionais Indígenas (FERREIRA; FASSHEBER et al. 2005) – com as dinâmicas culturais que os transformaram no tempo e no espaço – quanto sob a forma de adesão pelo processo de “mimesis do esporte global” da sociedade Fóg¹³². Mais especificamente, entendo que o Etno-Desporto Indígena – processo de mimesis do esporte dos povos indígenas pela via do futebol – permite-nos pensar a identidade étnica. Em relação ao conceito de mimesis, parto da obra de Taussig (1993) cujo autor considera a faculdade mimética

¹³¹ Professor Adjunto da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO/PR. Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Contato: zerf@uol.com.br

¹³² Fog: palavra Kaingang para designar o Outro. Tomo a expressão sociedade Fóg em substituição ao termo “sociedade envolvente”, muito usado por etnógrafos e que é, no entanto, um termo problemático. Devemos entender por sociedade Fóg não aquela que domina ou envolve outra sociedade, mas sim aquela que está em contato direto com as populações indígenas vizinhas a ela, e com as quais os índios mantêm relação que podem ser as cidades vizinhas ou instituições como as prefeituras, a FUNAI e a FUNASA. Podemos até criticar o termo envolvente por ter uma característica de uma mão única nas relações entre Fóg e Kaingang. Neste sentido, o termo “sociedade Fóg” dá maiores condições de análise, pois sugere certas relações de reciprocidades.

como fenômeno pertencente à “natureza” que tem as culturas de criar uma “segunda natureza”. Esta faculdade, não se dá meramente pela cópia do original em um processo alienado, sem reflexão ou sem nenhuma significância. Ao contrário, Taussig aponta para as ressignificações de culturas originais que influenciam o original.

Em seu texto intitulado “The uses of diversity”, Geertz (1986) propõe que a diversidade das culturas pode estar tanto além-mar quanto no final do corredor. As fronteiras da diversidade, ou seja, até onde uma cultura pode chegar sem riscos, são os limites da expressão do desejo dela se distinguir das demais. Geertz por sua vez, propõe também que os antropólogos foram os primeiros a insistir que vemos as vidas dos Outros através de lentes por nós lapidadas, e que os Outros vêem as nossas vidas através de suas próprias lentes, cuja lapidação foi feita por eles.

Assim, as lentes indígenas, cada uma a sua maneira, interpretam e re-interpretam os novos conhecimentos que ora como outrora lhes chegam desavizadamente à sua porta. Destarte, a faculdade mimética que eles possuem para transformar e re-significar esses conhecimentos pode ser claramente identificada quando analisamos a introdução do futebol dentro das terras indígenas (TIs) e de outros processos de institucionalização do esporte – como os Jogos dos Povos Indígenas¹³³, os torneios regionais de futebol e quaisquer outros eventos interculturais.

Os povos indígenas parecem mesmo ter lapidado uma lente para enxergar e praticar “seu” futebol. Essa mesma lente, muitas vezes pouco enxerga a difusa imagem dos jogos tradicionais de seus antepassados. A mesma lente que tampouco enxerga a mimesis –

¹³³ Os Jogos dos Povos Indígenas (JPIs) – uma ação dos próprios representantes indígenas locais, líderes nacionais, organizada pelo Ministério do Esporte, Secretarias Estaduais e Municipais do Esporte, com os objetivos idealizados no sentido de incentivar, fortalecer a prática dos jogos tradicionais e não tradicionais, divulgar as manifestações esportivas e culturais de cada nação indígena e promover a integração das diversas etnias. Mas é também um “lugar” de várias negociações sociais da política indígena (direitos sociais, terra, saúde, educação, participação política, participação das mulheres, etc.). Ver FASSHEBER, FREITAG & FERREIRA, 2008.

advinda do processo civilizador – a produz sob seu foco e se torna visível sob análise, pois a mimesis sintetiza a (1) “tradição” – dos jogos tradicionais, do parentesco – à sua conveniência; e a (2) novidade – o futebol, a organização dos esportes e dos eventos – emergem de uma “segunda natureza”, que procurei conceituar dentro da teoria do Etno-Desporto (FASSHEBER, 2006).

Desta forma, entendo como válida a análise da tensão existente entre as concepções e experiências “nativas” de corpo/corporalidade e o “processo civilizador”. Esse, na verdade, é um tema que atravessa o conjunto da teoria, tanto no que diz respeito aos dados etnográficos, quanto no que tange aos eixos teóricos. Com efeito, ao longo de minha produção enfatizo as teorias maussianas sobre o corpo (MAUSS, 2003) e as teorias sociológicas do processo civilizador (ELIAS, 1994); do mesmo modo que realço o processo de esportivização, i.e., a transformação das práticas dos jogos “tradicionais” para as práticas dos jogos “modernos”. Por tais vias, a inter-relação entre corpo, jogo tradicional e esporte moderno adquire contornos interessantes quando tratados na diversidade e na dinâmica cultural, onde cabem os povos indígenas.

Estudar as construções e os usos do corpo permite-me afirmar o quanto e como as especificidades culturais de cada povo marcam seus indivíduos e a forma pela qual o grupo é forjado. Para o Kaingang construir o seu Tare, significa poder mais com seu corpo. Inclusive para jogar futebol melhor. Entretanto, é importante re-frisar que tanto os aspectos simbólicos desta construção - mito, dualismo, nomação - quanto os procedimentos técnicos - treinamento dos sentidos, uso dos remédios-do-mato - estão envolvidos nesta construção mimética.

Segundo Turner (1986), existem vários tipos de performance sociais e vários gêneros de performance culturais, cada uma com seu próprio estilo, metas, entendimentos, retóricas, desenvolvimento de modelos e regras características. Dessa maneira, entendo o Futebol como um gênero de expressão da performance que vai da prática ao discurso sobre o Futebol e seus dramas.

Podemos avançar no pensamento de Turner para dizer que

as performances expressadas pelos Kaingang em seu incorporado¹³⁴ e cotidiano Futebol marcam o território de sua identidade, afirmando-se Kaingang, negando ser Fóg ou qualquer outra coisa, mas se relacionando com os Fóg, reclamando o respeito a sua maneira de ser Kaingang e mostrando a capacidade de entendimento de diferentes modos de ser, ou mais especificamente entre identidade indígena e civilização. Assim entendida, a performance pode ser uma construção tanto física quanto simbólica.

O Futebol, mesmo que não seja tradição Kaingang, parece trazer consigo elementos da tradição Kaingang. Por exemplo, na patrilinearidade – regra que define a descendência de pai para filho – e na uxorilocalidade – regra de residência em que o genro vai necessariamente morar na casa dos sogros após se casar.

As relações futebolísticas entre parentes de muitas aldeias permitem o trânsito Kaingang pela terra que cultural e imemorialmente são suas. Esta dimensão ocupa também o espaço das cidades construídas sobre ela. Então, os contextos urbanos, suburbanos e rurais tornam-se as localidades do encontro entre Fóg e Kaingang, onde eles demarcam suas diferenças e singularidades. O alcance do Fair Play como meta, a partir do jogo de igualdade entre campos, como é o caso do Futebol, mais que transigir para a modernidade, permite-nos pensar ainda sobre as re-inserções sociais dos Kaingang ante aos Fóg.

Mas a noção de força – Tare em Kaingang – sugere ser a forma de maior expressão da identidade Kaingang, porque mais que uma força física adquirida, treinada e diferenciada em relação aos

¹³⁴ Diferindo do termo incorporar usando a explicação proposta por Vargas (2001): [...] Considerando que o prefixo in diz respeito a um “movimento para dentro” (como em “ingerir”, “inalar”), quando não se refere a uma “negação” ou “privação” (como em “inábil”, “indivíduo”); considerando ainda que o prefixo en [...] significa especificamente “transformar”, “guarnecer”, “prover”, “encher”, “fazer crescer” [...], é possível sustentar que, em sentido próprio, “incorporar” se refere a algo que, existindo anterior e exteriormente ao corpo considerado, nele entra, ou a ele se junta (quando não o nega), enquanto “encorporar” diz respeito a tomar corpo, corporalizar, materializar, vale dizer, a acepções que não supõem o dualismo mente/corpo implícito nos vocábulos “encarnar” e “incorporar”. (Vargas, 2001, p. 36 e 37, nota n° 23)

Fóg, a expressão da diferença simbólica entre eles – diferença positiva em relação a si próprios, Kaingang – parece ser uma marca do Tare. Assim, entendemos o desportista como uma categoria nativa que opera papel estratégico na construção do corpo Kaingang, tal como ocorria antes em seus jogos tradicionais de guerra denominados Kanjire e Pinjire¹³⁵.

O Futebol se apresenta nesse processo, como fato social total, no sentido que empresto de Mauss, pois ele pode ser analisado sob vários ângulos: é um fato jurídico (no sentido da mimesis das organizações esportivas, das padronizações de regras e das relações entre índios e sociedade Fóg), ao mesmo tempo em que é fisiológico (pois leva em conta a construção e o uso do Tare), é sociológico (reuniões intra-TI, inter-TIs e extra-TI) e ao mesmo tempo carregado de dramas e performances discursivas.

E apresenta-se também como peça fundamental do entendimento que faço do Etno-Desporto: a mimesis do Futebol incorporado e re-significado em e por seus corpos; e justificado nas relações sociais que se podem obter a partir dele e através dele. Em suma, o Futebol demonstra ter mesmo uma eficácia social – na re-inserção dos Kaingang ante o mundo dos Fóg – e uma eficácia simbólica – pois significa manter sua identidade étnica em constante processo.

Podemos compreender, partindo das idéias tanto de Geertz (1989) como de Douglas (1973, 1986), que a noção de força Kaingang está inserida em controles sociais abrangentes, cujo controle da força/saúde do corpo é demarcado por escolhas simbólicas, dinâmicas e não aleatórias, e está ancorado em arranjos particulares da cultura Kaingang. Esta cultura permanece sendo controlada por regras que fazem o corpo físico e individual ser percebido no corpo social. Isto denota que a especificidade de construções corporais, que cada povo adota, permitem sobremaneira afirmar cada identidade étnica.

¹³⁵ O Kanjire que simula um campo de batalhas, 02 grupos frente a frente, arremessa-se mutuamente os tocos estocados pelas mulheres, que também recolhem os feridos; e o Pinjire, que é semelhante ao anterior, só que feito à noite quando os tocos são acesos. Resultados do jogo: mortes, grandes ferimentos, contusões, olhos furados e dedos quebrados, mas nenhuma inimidade.

Por sua vez, a identidade gravada no corpo faz o corpo se expressar de forma singular, mesmo se pensarmos na expressão a partir de outros conhecimentos e comportamentos introduzidos em suas vidas, como são os casos dos esportes introduzidos nas aldeias. Vale lembrar o pensamento de Clastres (1978), onde cada sociedade, à sua maneira, marca suas leis nos corpos de seus indivíduos. Então, leis diferentes de diferentes sociedades implicam na produção de corpos diferenciados. As identidades que os esportes conseguem, pela mimesis, são os exemplos disso, como procuro demonstrar com o caso Kaingang. Nesse evento específico, o futebol permite-nos estabelecer a ligação entre corpo e tradição, já que a força gravada em seus corpos é também “escalada em campo”.

No corpo, a noção de força construída desde a ancestralidade permanece expressa física e simbolicamente no corpo. Talvez, mesmo que muitos de seus jogos tradicionais estejam no silêncio ou no esquecimento, eles representam uma cosmologia indígena que de uma forma ou outra está também no esporte atual. Ademais, o futebol introduzido entre os povos indígenas permitiu-me algumas análises sociológicas importantes. Desde a centralidade dos campos nas aldeias, espaço comum dos rituais ancestrais e também das práticas esportivas que, ainda que sejam dessacralizadas, são também rituais. Assim sendo, o futebol e outros esportes podem ser percebidos também pela interação e pela integração social dos moradores das terras indígenas entre si, destes com os de outras terras indígenas e com a população e equipes das cidades. Serve-lhes, pois de poderoso “salvo conduto” por suas terras e pelas cidades.

Enfim, o futebol pode ser visto como fato social total (no sentido maussiano) entre os Kaingang, assim como Naveira (2006, p. 32) o viu entre os Yawanawa em que, através do lúdico provocado pelo futebol, “a sociedade se desembaraça do atomismo cotidiano e se faz visível como ‘todo’, conseguindo gerar e expressar, em ação, uma imagem modelar de si mesma” de forma original.

* * * * *

Muitos podem reclamar, argumentando que eu me tornei um defensor da prática do futebol entre os índios ou do futebol Kaingang.

Quanto a isso, minha resposta é negativa, pois encontrei um futebol bastante desenvolvido em suas relações internas e externas e cuja anterioridade eu pude constatar em mais de oitenta anos de sua prática. Entendo que aqui, relato e analiso que vi ao longo destes anos de convivência com os Kaingang e com diversos povos indígenas, tentando me aproximar da visão que eles têm do futebol em suas vidas. E, certamente não sou um fatalista, torcendo pela inevitabilidade do contato e das conseqüências dos esportes modernos nas aldeias.

Todavia não podemos deixar de constatar o futebol como realidade empírica dentro das aldeias: ele já estava entre os povos indígenas bem antes de eu conhecê-los e estará entre eles por muito mais tempo enquanto for do interesse deles praticá-lo. Afinal, apesar de ser exógeno, o futebol permite pensar a identidade que os Kaingang e outros povos indígenas mantêm a partir de sua prática.

Mas, um olhar menos atento talvez enxergue justamente o contrário: por essas e outras ou, pelo uso do futebol como prática recreativa mais comum, muitos consideram os Kaingang e outros povos indígenas como povos aculturados. Muitos reclamam e concordam com essa afirmação: aculturados. Afinal eles não só jogam o futebol e o fazem muito bem e cotidianamente, como também usam roupas dos Fóg, trabalham e ganham dinheiro Fóg, usam a religião dos Fóg, carro dos Fóg e ganham uma ainda a parca assistência médica e educacional, modelo Fóg.

Também dão entrevista e tiram fotografia para pesquisador Fóg da Universidade Fóg, com seus propósitos, projetos e intenções Fóg. Mas eles fazem com propriedade a leitura Kaingang sobre os intentos dos Fóg e ler-nos, marca-lhes mais uma vez sua identidade. E, apesar de seus mais de quinhentos anos de contato com a sociedade dos Fóg, é preciso ter olhos treinados para perceber que eles lutam para manter significado em suas ações próprias. E lhes é possível fazê-lo até pela via do futebol, ressignificado a partir de seus corpos e de suas identidades.

Devemos considerar Taussig (1993) para quem a habilidade dos indígenas para adaptar não deveria ser confundida com aculturação. Ao contrário, esta é uma característica constante, tradicional da vida social e cultural indígena para transformar o ve-

lho no novo e o novo no velho, incorporando-os mais que os rejeitando.

Então cabe perguntar: serão o futebol e os esportes modernos os grandes invasores? O futebol é um ópio para os Kaingang e para todos os povos indígenas no Brasil? Um ícone do capitalismo, como apregoam algumas leituras marxistas feita meio às pressas? Mais que isso, não vos parece um tanto quanto utópico a idéia de fazer “cercadinhos”¹³⁶ para os índios, para que eles não sofram as consequências do contato?

Não obstante ser utópica me parece bastante ingênua essa idéia. Afinal, o contato é mesmo inevitável, e os índios não são coitadinhos nessa relação. Eles não gostam e não precisam ser tratados dessa maneira. Ao contrário, a História mostra como eles de fato resistiram e ainda resistem se adaptam e se impõem ante nossa sociedade, recriando-se de forma original. Os Kaingang, por exemplo, mantêm como podem – e certamente podem e o fazem – sua identidade indígena, porque eles não deixaram e não deixam de serem índios tão facilmente pela via do futebol e de outros esportes. Ou seja, a sociedade Kaingang continua se impondo à nossa, na sua forma de refazer alianças e se apropriar de espaços como o fazem com o futebol. Não são, portanto, “coitados” por fazerem uso do futebol ou de quaisquer outros mecanismos e conhecimentos mimetizados dos Fóg.

Ademais, quem se lembra de perguntar: o que, afinal, querem os índios? Quais os desejos e as demandas dos Kaingang e de diversos povos indígenas? Deveríamos pensá-los antes de dizer o que pode ou o que não pode entrar nas aldeias? Por que eles não podem assuntar de nossos assuntos, conhecer o melhor e o pior do conhecimento, da tecnologia ou do esporte? Não será um renovado e excessivo paternalismo de nossa parte excluí-los de nossas políticas públicas?

As respostas, meus amigos, são sopradas ao vento por todos os indígenas que conheci: “o índio pode fazer qualquer coisa sem deixar de ser índio”, ou então: “eu posso ser o que você é sem deixar

¹³⁶ Em crítica parecida com a que fez Pellegrini (1998) em relação aos serviços de saúde governamentais.

de ser o que eu sou”, inclusive jogar futebol ou praticar quaisquer esportes que melhor lhes aprouverem. Afinal, ninguém reclama de um ucraniano médico, de um polonês farmacêutico, ou de um biólogo chinês. Todavia, todos se espantam quando um indígena faz faculdade, se forma, se elege em cargos políticos ou apenas joga futebol. “Ah! Esse não é mais índio!!!”, há sempre alguém para dizer...

E por que não?

* * * * *

Por fim, quero necessariamente ressaltar que quase sempre, os paradigmas usados pela sociedade Fóg, para estabelecer o que devem ser as políticas públicas da vida social alheia e alhures, são ora dogmatizados por uma moral social pessoal, ora justificados por um exacerbado etnocentrismo.

Valem lembrar – todas às vezes que for preciso – que o ethos dos administradores que propõem e/ou comandam as políticas públicas se manifesta sempre nos resultados de seus projetos e propósitos, ou seja, eles carregam consigo os códigos e os valores historicamente contextualizados, e que muitas vezes podem entrar em choque com os saberes e propósitos populares de grupos por demais singulares, como ainda são os Kaingang ou outros povos indígenas.

Por um lado, é claro que, atualmente, alguns dirigentes envolvidos na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas têm procurado exiguificar suas intolerâncias, avançando ao encontro de saberes e práticas legitimados socialmente por cada povo indígena. Mas, por outro lado, a legitimação da alteridade, a compreensão do significado da “tolerância”, necessita ainda de avanços muito maiores.

Sempre que vemos o mundo apenas de uma posição superior do “nós” em relação a “eles”, dizemos que esta é uma posição etnocêntrica, i.e., considerar que a nossa visão de mundo é a única ou mais correta e, por conseguinte todas as outras de ignorantes, loucas, bizarras, estranhas, baseadas em credices ilógicas, ou de nos considerarmos avançados, civilizados ante aos bárbaros, aos selvagens. Neste sentido a Antropologia tem sido extremamente crítica ao ainda arraigado caráter etnocêntrico de nossas ciências e de nos-

sas políticas públicas, principalmente as advindas das ciências biomédicas, a qual a Educação Física está intimamente ligada.

É necessário, portanto, compreender que a visão sobre o corpo, o uso técnico do corpo e dos esportes, o lugar e a construção deles na sociedade são tão diversos que jamais uma explicação universalizante daria um válido suporte ao entendimento e às políticas do corpo e do esporte através apenas da visão de mundo da Educação Física, da Medicina ou de outras ciências ensimesmadas em paradigmas de ciência positivista.

Devemos insistir nos deslocamentos de nossos olhares sobre as populações indígenas e sobre suas necessidades e realidades explícitas e implícitas. Compreendê-las por dentro, o melhor possível e com o olhar treinado para a alteridade. Eis o que deve ser necessária e profundamente refletido nas políticas públicas para os esportes introduzidos em terras e povos indígenas.

Por fim, devemos também insistir – aliando-nos a Turner (1981) – no entendimento da dinâmica das relações sociais e em seu devir, afinal,

O mundo social é um mundo em fase de “tornar-se”,
e não um mundo em fase de “ser”.

Referências bibliográficas:

CLASTRES, P. *A sociedade contra o estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. *Natural symbols: explorations in cosmology*. New York: Pantheon Books, 1982.

ELIAS, N. *O processo civilizador* (02 Vol.). Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FASSEBER, J. R. M. *Etno-Desporto Indígena: contribuições da Antropologia Social a partir da experiência entre os Kaingang*. Campinas: FEF/ UNICAMP, 2006 (tese de doutorado).

FASSHEBER, J. R. M.; FREITAG, L. C.; FERREIRA, M. B. R. *Jogos dos povos indígenas: um "lugar" de negociações sociais*. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008 em Porto Seguro/Bahia, Brasil.

FERREIRA, M. B. R.; FASSHEBER, J. R. M. *et al.* Jogos Tradicionais Indígenas. In: COSTA, L. P. (Org.) *Atlas do desenvolvimento do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2005.

GEERTZ, C. The uses of diversity. In: McMURRIN, S.M. *The tanner lecture on human values*. Salt Lake City, U. Utah Press, 1986.

_____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1989.

MAUSS. M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

NAVEIRA, M. C. A festa do futebol: as formas esportivas da sociabilidade Yawanawa In: FERNANDES, R. *O futebol no Brasil dos índios*. Florianópolis: 2006.

PELEGRINI, M. O Preço da Diferença: aspectos éticos e legais da assistência à saúde indígena. *Informativo INESC*. N° 85, Brasília, Junho de 1998.

TAUSSIG, M. *Mimesis and alterity: a particular history of the senses*. New York/London: Routledge, 1993.

TURNER, V. Social Drama and Stories about them. In: MITCHEL, W. J. T. (org.) *On narrative*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

_____. *The anthropology of performance*. New York: Performing Arts Journal Publications, 1987.

VARGAS, E. *Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de drogas*. Belo Horizonte: PPGSP/UFMG, 2001. (tese de doutorado).

UM PAÍS OLÍMPICO SEM EDUCAÇÃO OLÍMPICA?

Nelson Schneider Todt¹³⁷

Resumo: Este ensaio tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a Educação Olímpica como uma alternativa de política pública de esporte e lazer no que tange a inclusão social. Esta reflexão se apóia no conceito de que, de uma forma genérica, a idéia das políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), que envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Dessa forma as políticas públicas, como proposto por Sposito e Carrano (2003), não se reduzem a implantação de serviços, pois ela também englobaria projetos de diferentes naturezas (ético-políticos e pedagógicos), compreendendo níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Assim, existem muitas dificuldades políticas e sociais que o Olimpismo se propõe a enfrentar, especialmente através daquilo que chamamos de Educação Olímpica. Esta prática pode se configurar como uma alternativa pedagógica, na busca de soluções para as desigualdades econômica e social, incluindo conceitos como multiculturalismo, pós-modernidade, ética e questões de gênero. Baseada no Olimpismo, a Educação Olímpica pode representar uma política pública para alcançar o objetivo de um desenvolvimento humano e social mais justo, igual e fraterno através do esporte.

Apresentando o tema

Este ensaio tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a Educação Olímpica como uma alternativa de política pública de esporte e lazer no que tange a inclusão social.

Esta reflexão se apóia no conceito de que, de uma forma genérica, a idéia das políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), que envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Dessa forma as políticas públicas, como proposto por

¹³⁷ Doutor em Educação e Presidente do Comitê Brasileiro Pierre de Coubertin. É Professor na Faculdade de Educação Física e Ciências do Desporto da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e líder do Grupo de Pesquisa em Estudos Olímpicos na mesma instituição. Contato: nelson.todt@pucrs.br

Sposito e Carrano (2003), não se reduzem à implantação de serviços, pois ela também englobaria projetos de diferentes naturezas (ético-políticos e pedagógicos), compreendendo níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição.

Inclusão social no Brasil: uma realidade olímpica?

O Brasil faz parte do grupo chamado E-9. Isso significa que, juntamente com Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão, é um dos nove países mais populosos do mundo que se comprometeu a encarar a educação como fator determinante para seu desenvolvimento. As amplas dimensões geográfica, demográfica e econômica do Brasil poderiam lhe conferir um enorme potencial para atingir esse objetivo. Entretanto, esse potencial fica limitado por desigualdade e discriminação persistentes (UNESCO, [2006]).

A diminuição da desigualdade brasileira deveria se constituir em um desafio permanente para todos os setores da sociedade brasileira, pois ela possui componentes estruturais que estão relacionados a um passado caracterizado por um modelo de organização social altamente estratificado, desde o período da escravidão até a perpetuação de privilégios de classe ao longo dos diversos regimes políticos.

Neste sentido alguns setores buscam vencer esses desafios através da erradicação do analfabetismo, da melhoria da qualidade da educação, da redução da vulnerabilidade ambiental, dos conflitos sociais e da violência, da redução da pobreza, da miséria e da exclusão, da promoção da diversidade cultural e da generalização do acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação (UNESCO, [2006]).

Diante desse quadro o Ministério do Esporte acredita que é seu dever moral e ético o exercício da 'Responsabilidade Social', principalmente no que tange à democratização do acesso ao esporte e ao lazer para a infância e a adolescência. Além disso, é sabido que as classes menos favorecidas sempre viram o esporte como uma forma de galgar posições na vida, de superar barreiras da ascensão social e de, potencialmente, obter sucesso.

Entretanto, vejo que o esporte é muito mais que isso.

O Ministério do Esporte refere que fazer e produzir esporte é gerar mais saúde, mais equilíbrio e é, principalmente, um importante instrumento para capacitar pessoas a ingressarem construtivamente na sociedade. Esta idéia está amparada legalmente no Art. 227 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), onde consta que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Apesar disto, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2003), estima-se que atualmente cerca de 15 milhões de jovens brasileiros na faixa etária de 7 a 17 anos vivem em ‘situação de vulnerabilidade social’¹³⁸.

A resposta para este quadro é que o esporte tem assumido no Brasil, um lugar de destaque no âmbito dos projetos e programas sociais, governamentais ou não, endereçados aos jovens em situação de pobreza.

Não somente do ponto de vista social e econômico, mas também no que se refere aos aspectos de saúde e educação, estudiosos como Weinberg e Gould (2001) acreditam que o esporte é uma das poucas áreas na vida das crianças na qual elas podem participar intensamente de uma atividade que tem conseqüências significativas para elas próprias, para seus amigos, para a família, bem como para a comunidade, de um modo geral.

Assim, governo e sociedade civil vêm se mobilizando na busca por estratégias com objetivos de inclusão e desenvolvimento social. Emerge assim, uma quantidade cada vez maior de programas e proje-

¹³⁸ O indicador de vulnerabilidade social é definido atualmente através do percentual de jovens cuja renda familiar *per capita* seja de até 1/2 salário mínimo (IBGE, [2003]).

tos sociais que percebem no esporte um importante aliado para combater ou ao menos minimizar os efeitos das inúmeras mazelas provenientes dos contextos de risco e vulnerabilidade social.

Sposito e Carrano (2003) apontam para mais de 30 projetos/programas governamentais que incidem sobre o grupo chamado de jovens. Porém, no que tange ao esporte, os mesmos autores (p. 22) são categóricos em dizer que, o Ministério do Esporte com seis programas, “demonstrou baixa capacidade de coordenação de suas ações, incipiente reflexão sobre a problemática juvenil e baixíssima sinergia com atores coletivos da sociedade civil”.

Neste contexto, para uma efetiva inclusão social será suficiente disponibilizar uma prática esportiva sem a preocupação com uma educação por valores?

Educação por valores: o desafio para uma sociedade inclusiva

A Educação tem se tornado um dos temas mais apaixonantes e difíceis para quem estuda o desenvolvimento do ser humano. Ela é determinante para uma idéia de cidadania e de uma sociedade moderna e desenvolvida.

As exigências da sociedade se diversificam ante a presença simultânea de diferentes modelos educativos, que apresentam diferentes concepções da Educação, de homem e de uma sociedade do futuro que, com essa Educação, se pretende construir. O maior problema está na tensão existente entre a diversidade social e cultural de populações a serem atendidas, que buscam complementar referências sociais e morais, e a oferta cada vez maior de conhecimentos e diferentes abordagens.

Uma preocupação central da Educação em geral tem sido refletir e construir a forma como as pessoas se iniciam na tarefa de distinguir o bem e o mal, entre o justo e o injusto, entre o devido e o indevido. O ensino e a aprendizagem destas distinções são questões complexas e, possivelmente, controversas.

Assim, a partir do que se entende pelo o que Habermas (1993), Lyotard (2002) e Morin (2003) chamam de Pós-Moderno, qualquer mudança nestes processos educacionais e sociais, não passam pelo simples desdobramento do moderno, mas como um movimento de

renovação interna inerente ao moderno como princípio. Embora os referidos autores tenham diferentes abordagens sobre o tema, há uma idéia particularmente comum entre eles de que a pós-modernidade é uma ruptura com várias formas já estabelecidas como modernas de ver o mundo.

Hoje, mais do que nunca, é preciso 'humanizar', propiciando vivências significativas que levem as pessoas a se conhecer e a crescer, motivando para a criatividade, solidariedade e compreensão da vida como um todo. Esta não é uma tarefa fácil! O grande dilema tem sido oferecer oportunidades sem que as mesmas produzam desigualdades na sociedade.

Como aponta Holmesland (2003), esta questão é antiga e também tem sido o foco de discussões de políticos, educadores, pesquisadores, pais e alunos há muito tempo em diversas nações, e, especialmente, nos países industrializados ou nos industrializados com alto índice de pobreza, como o Brasil.

Atualmente, em contraste com qualquer idealização, o que percebo é a perpetuação de estruturas que não aceitam mudar, a reprodução de relações que se alimentam da desigualdade. Como refere Puchet (2003), é preciso dar-se conta que o entendimento sobre igualdade é fruto do processo de formação que cada um de nós passamos, nossos valores e nossa visão sobre os outros.

Lamentavelmente tenta-se aplicar conceitos de uma visão de mundo obsoleta a uma realidade que já não pode ser entendida em função de velhos conceitos. A perspectiva de mudança na visão de mundo passou da concepção mecanicista de Descartes e Newton para uma visão holística e ecológica, uma nova visão da realidade, uma mudança em nossos pensamentos, percepções e valores.

No entanto, valores mais humanos, como irmandade, cooperação, comunidade, união e partilha de bens e informações soam estranhas, ultrapassadas ou sem um sentido de mercado utilitarista e pragmático dentro deste universo de entendimento e comportamento competitivo atual.

A mentalidade dominante leva a um comportamento compatível com a mesma, por isso podemos dizer que a época atual é a época do individualismo parcial levado ao mais alto grau, pois assim

são, também, as empresas e instituições privadas, detentoras dos meios de produção e do processo de formação e distribuição de riquezas.

Daí decorre o paradoxo: o século XX produziu avanços nas mais diversas áreas do conhecimento, mas ao mesmo tempo produziu o que Morin (2003) chama de cegueira para os problemas globais, fundamentais e complexos.

Os valores modernos da liberdade, da igualdade e da solidariedade sempre foram fundamentais, tão fundamentais quanto a crítica das violências que foram cometidas em nome deles e da pouca realização concreta desses valores nas sociedades capitalistas.

Busca-se uma via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a exclusão social, as incompreensões, as opressões, entre outros pontos. Esta via pode ser a Educação Olímpica. Como relata o próprio Pierre de Coubertin¹⁴⁰ no livro “Olympic Memoirs”, suas intenções estavam voltadas especialmente para os aspectos pedagógicos do esporte e não, como muitos podem pensar, à conquista de marcas e quebra de recordes.

Inclusão social pelo esporte: a proposta de uma educação olímpica

O esporte só por si nada significa se não ligar a Educação, o Ensino, e, sem dúvida, as potenciais aprendizagens do espetáculo esportivo a um projeto de desenvolvimento humano. Nesta perspectiva, o Olimpismo (Filosofia Olímpica), enquanto promotor de um sistema de valores, não deixa de ser um quadro ideológico a serviço do desenvolvimento humano, sob pena de não servir para nada.

Neste enfoque, quero ressaltar que o Movimento Olímpico tem sua filosofia apoiada não apenas em uma excelente programação de atividades esportivas, mas, sobretudo na utilização do esporte como um fator de aprimoramento do homem.

Ao associar o esporte com a cultura e a Educação, o Olimpismo

¹⁴⁰ Pierre de Coubertin, o famoso barão, ‘pai’ do Movimento Olímpico Moderno. Entre outras coisas, foi um pedagogo visionário que acreditava no esporte como uma via de desenvolvimento individual e social.

se propõe criar uma atitude de vida baseado na alegria do esforço, o valor educativo do bom exemplo e o respeito por os princípios éticos fundamentais universais.

Em meu ponto de vista esta característica de transcendência humana, inerente ao próprio Olimpismo, não pode ser separada do desenvolvimento sustentável.

De acordo com as Nações Unidas, sustentabilidade significa conseguir suprir as necessidades das gerações atuais sem comprometer os direitos e as oportunidades das gerações vindouras. Deste modo, considero que o desenvolvimento humano é um processo de formação e alargamento da qualidade das escolhas que as pessoas podem realizar, ultrapassando as assimetrias sociais, do gênero, da idade e da geografia.

Assim, uma proposta de Educação Olímpica, baseada nos valores preconizados pela Filosofia Olímpica, pode representar uma importante alternativa pedagógica para as questões da inclusão social através do esporte. A proposição de estratégias para o desenvolvimento de uma Educação Olímpica em programas/projetos esportivos sociais possui um significado inovador e diferenciado.

A inclusão de temas relativos ao Olimpismo, o fomento do reconhecimento dele como meio educacional, com relações transversais e interdisciplinares, além de materiais didáticos especiais dentro de programas/projetos esportivos sociais, poderão resultar em alternativas potencialmente enriquecedoras para o desenvolvimento da aprendizagem e formação de seres humanos.

Assim, quero provocar a discussão em direção a uma proposta concreta de Educação Olímpica, pressupondo uma iniciativa pioneira em nosso País.

É preciso deixar claro que o termo Olimpismo não se refere à estrutura organizacional do Movimento Olímpico, nem, muito menos, à dos Jogos Olímpicos. É uma plataforma filosófica de vida. Um sistema de princípios, valores e significados que tenta expandir idéias que lhes são intrínsecas, bem como propor valores relativos a ideologias econômicas, culturais, sociais e políticas.

Karl Marx, por exemplo, foi um dos filósofos que mais influenciou Coubertin, principalmente quando ele tentava aprofundar

questões voltadas para o processo das relações sociais. Admitindo reconhecer, na sociedade, contradições e desigualdades existentes entre as classes burguesas e trabalhadoras. Para Müller (2005), Coubertin teria vislumbrado nos ideais olímpicos, uma forma dialética de Educação no sentido de tentar amenizar estas desigualdades sociais.

Coubertin considerava o Olimpismo como algo muito além de simples exercícios, mas como um complexo de participação, nos conduzindo à compreensão da Educação esportiva acessível para todos.

McNeely (1980) refere-se ao idealismo 'coubertiniano' - concretizado na Carta Olímpica - dando ênfase às questões voltadas para a eliminação da injustiça social. Para esse mesmo autor, o Olimpismo, além da dependência de programas governamentais, está dependente, também, da ação de dirigentes, professores, instituições e da população em geral. Referindo-se aos Jogos Olímpicos, diz que estes não surgiram para simples exibições de superioridade de desempenho atlético, mas como um veículo de promoção da transformação social e educacional.

De acordo com o conceito elaborado por McNeely, o Movimento Olímpico deve ser um sistema aberto para todos e não deve se tornar simplesmente um sinônimo de um conjunto de oportunidades para um número limitado de colecionadores de medalhas de ouro. Esta oportunidade deveria representar participação, independente de idade, sexo, como um direito de todos.

Esta tradição histórica tem, eventualmente, sido seguida de perto por instituições do mundo moderno que encorajam atitudes éticas, adequando o Movimento Olímpico ao nosso tempo. No entanto, mesmo assim, os princípios apregoados por Coubertin, presentes na 'História Olímpica' há mais de 3000 anos, precisam ter seu significado questionado no mundo de hoje.

Esporte, educação e inclusão social: uma relação olímpica possível

Neste cenário, provocado pelo olhar multicultural de Abreu (2002), lanço as seguintes questões: como os valores Olímpicos po-

dem ser trazidos para discussão e então se fixarem como parte de um projeto Olímpico voltado para a Inclusão Social? Como proclamar e 'fixar' valores universais considerando a diversidade cultural e social? Em uma perspectiva epistemológica, para que futuro é possível conduzir estes valores?

Existem muitas dificuldades políticas e sociais que o Olimpismo se propõe a enfrentar, especialmente através daquilo que chamamos de Educação Olímpica. Então, é necessário buscar soluções para as desigualdades econômica e social, incluindo conceitos como multiculturalismo, pós-modernidade, ética e questões de gênero.

A Educação Olímpica nada mais é do que o processo que traz a filosofia do Olimpismo para todos através do ensinamento dos ideais olímpicos. Baseada no Olimpismo pode representar uma política pública para alcançar o objetivo de um desenvolvimento humano e social mais justo, igual e fraterno através do esporte.

Acredito que aí está a relevância de uma Educação Olímpica, até porque, um país que é candidato a sediar os Jogos Olímpicos deve compreender que um dos principais quesitos para sua aprovação diante da avaliação realizada pelo Comitê Olímpico Internacional passa, necessariamente, pelo desenvolvimento de programas/projetos deste âmbito.

Este seria um 'casamento' perfeito? Não tenho esta resposta, mas tenho a certeza que potencializaria a possibilidade de inclusão social de crianças e adolescentes e a própria candidatura do Brasil para ser uma sede olímpica.

Referências bibliográficas

ABREU, Neise. Olympic multiculturalism: proclaimed universal values v. Cultural relativism. In: DACOSTA, Lamartine. *Olympic studies: current intellectual crossroads*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002. p. 201-254.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

DACOSTA, Lamartine. Olimpismo e o Equilíbrio do Homem. In:

TAVARES, Otávio; DACOSTA, Lamartine. (Eds.) *Estudos olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999. p. 50-69.

HABERMAS, Jurgen. *Justification and application*. Massachusetts: MIT Press, 1993.

HOLMESLAND, Içara. Qualidade e equidade no acesso ao conhecimento: experiências de uma sociedade igualitária. *Educação*, Porto Alegre, v. 21, n. 50, p. 45-70, jun. 2003.

IBGE. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=468&id_pagina=1>. Acesso em: 22 abr. 2008.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. *Olympic memoirs: Pierre de Coubertin*. Lausanne: International Olympic Committee, 1997.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

McNEELY, Simon. Cooperation between Educational and Olympic Authorities. *Report of the International Sessions for Educationists 1973 - 1977 - 1979*, Ancient Olympia. HOC, Athens, 1980. p. 260-278.

MORIN, Edgard. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2003.

MÜLLER, Norbert. Olympic education: university lecture on the Olympics. *Centre d'Estudis Olímpics (UAB) International Chair in Olympism (IOC -UAB)*, Barcelona. 2004. Obtido via base de dados. Disponível em: <<http://olympicstudies.uab.es/lectures/web/pdf/muller.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2005.

PUCHET, Enrique. Resistentes y Reproductores. *Educação*, Porto Alegre, v. 21, n. 50, p. 177-187, jun. 2003.

SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, set/out/nov/dez, 2003, p.16-39.

UNESCO Brasil. *Contexto brasileiro*. Disponível em:

< <http://www.brasilia.unesco.org/Brasil/ContextoBrasileiro> >. Acesso em: 01 out. 2008.

WEINBERG, R.; GOULD, D. *Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed. 2001.

CATEGORIA 5 – NOVAS MÍDIAS

PAPPELsocial:
Programa de Avaliação de
Políticas Públicas de Esporte e Lazer

Autor: Carlos Magno Xavier Correa¹⁴⁰

Co-Autores: Júlio César Resende¹⁴¹

Rafael Pires de Freitas¹⁴²

Rômulo Vieira Ferreira¹⁴³

Resumo: Este estudo apresenta um modelo de avaliação de programas e políticas públicas de esporte e lazer (software), em uma perspectiva mais ampla, abordando questões como a gestão de indicadores de qualidade. O software possibilita a avaliação da percepção do cidadão/beneficiário (importância e desempenho) em relação aos programas ou políticas de esporte e lazer. O método utilizado foi a aplicação de um questionário que permite o levantamento de dados em relação a várias dimensões: aspecto físico, confiabilidade, qualidade do atendimento, segurança, dimensão comportamental e à dimensão corporal das políticas e programas.

Palavras-chave: Políticas públicas de esporte e lazer, Programas nacionais de esporte e lazer, gestão de indicadores, esporte e lazer.

¹⁴⁰ Mestre em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Parceiro do SESI-MG: Programa SESI Ginástica na Empresa, Indústria Saudável, Lazer Ativo, Jogos e Eventos esportivos, Pesquisas e Diagnostico de Saúde no Vale do Aço – MG. Docente do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE-MG). Coordenador do Grupo de Estudos do Esporte e do Lazer (GEEL) na UNIPAC VALE DO AÇO-Ipatinga-MG. Formador do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) do Ministério do Esporte. Contato: carlosmagno@korpuz.com.br

¹⁴¹ Educador Físico especialista em Gestão da Qualidade e Ergonomia. Parceiro do SESI-MG: Programa SESI Ginástica na Empresa, Indústria Saudável, Lazer Ativo, Jogos e Eventos Esportivos, Pesquisas e Diagnostico de Saúde – Região do Vale do Sapucaí-MG. Diretor de Esportes e Lazer - SEMEL – Prefeitura Municipal de Itajubá-MG. Contato: julio@minasmovimento.com.br

¹⁴² Graduado em Sistemas de Informação pela Universidade Presidente Antônio Carlos. Certificado pela empresa americana Microsoft Corporation com os títulos “Microsoft Certified Professional Developer (MCPD)” e “Microsoft Certified Technology Specialist (MCTS)”. Contato: faelpires@gmail.com

¹⁴³ Mestrando em Administração, linha de pesquisa Tecnologia, Qualidade e Competitividade, na Universidade Federal do Paraná. Analista de Sistemas pela Universidade Presidente Antônio Carlos, Campus Ipatinga. Contato: romulovf@gmail.com

Introdução

A sociedade moderna vive um acelerado processo de mudanças. Pessoas, instituições, organizações e empresas estão passando por inúmeras inovações, em diferentes aspectos. Dentre eles, a necessária e constante busca pela melhoria nas condições de vida de vários segmentos.

O avanço em relação à avaliação de benefícios dos projetos, políticas e programas foi altamente difundido nas últimas décadas, fundamentada principalmente nos parâmetros da área econômica.

No entanto, essa não é a realidade em relação aos programas e políticas sociais. Urge uma estratégia para fomentar o desenvolvimento de metodologias adequadas para avaliar projetos, políticas e programas sociais.

O desenvolvimento de um programa que avalie as Políticas Públicas de Esporte e Lazer é fundamental para o aprimoramento de um processo gestor da qualidade dessas políticas e programas, o que pode fomentar a adequada aplicação de recursos públicos destinados, visto que a qualidade de vida da sociedade brasileira é um dos tópicos fundamentais do programa de governo.

Um dos principais obstáculos ao uso do erário nos últimos anos é a orientação da qualidade dos programas implantados pelo estado face ao investimento. Os tribunais de conta, em geral, têm orientado o aprimoramento da gestão pública para determinar a real qualidade dos serviços e ou produtos adquiridos, sendo considerada a complexidade e variabilidade de aspectos tangíveis, que podem ser controlados para cada aquisição e investimento público. Entretanto, o gestor público vem enfrentando no dia-a-dia um contexto extremamente difícil para configurar os padrões de garantia de qualidade almejados pelo estado, visto que de um lado os controles e a burocracia interferem no custo final dos produtos e ou serviços, e de outro, a inflexibilidade dos parâmetros legais impõem morosidade na aplicação do recurso orçamentário.

Nesse sentido, nosso projeto pretende abordar a questão da qualidade considerando a impressão do beneficiário das políticas, programas e projetos de esporte e lazer, desenvolvidos no âmbito

dos vários níveis do poder público. O controle de qualidade está posto como uma avaliação contínua do nível de satisfação dos usuários dos serviços de esporte e lazer, permitindo ao estado intervir no processo quando os resultados determinarem curva negativa de satisfação quase de forma imediata à constatação da pesquisa. Já no contexto da gestão da qualidade, podemos com nosso projeto determinar, diante dos pontos de controle, qual o estágio da qualidade dos serviços prestados, a aceitação da comunidade às iniciativas do governo quanto ao esporte e lazer, bem como, orientar quais os aspectos necessitam de maior acuidade para conseguir determinar o alto nível de satisfação dos usuários.

O Programa de Avaliação de Políticas Pública de Esporte e Lazer (PAPPELsocial) está sustentado por uma orientação governamental quanto ao que deve ser avaliado, permitindo ao gestor público determinar quais são os aspectos que devem ser mensurados, quais dimensões cada aspecto deve ter, bem como, o nível de importância e desempenho atribuído à política ou programa de esporte e lazer para cada dimensão. O gestor tem a possibilidade de determinar as entidades, ONG's ou Prefeituras que serão avaliadas e seus respectivos núcleos ou ramificações. Não obstante ao dimensionamento orientado, a ferramenta ainda determina um conjunto de mapas, gráficos e históricos que permitem determinar as tendências do nível de satisfação dos beneficiários, e, por conseguinte, a qualidade do programa ou política, seja qual for a localidade em que se opere a pesquisa.

O PAPPELsocial está adaptado para permitir qualquer nível de linguagem para construção do processo de avaliação, o que dá versatilidade ao instrumento, vez que podemos orientar avaliações distintas para o mesmo programa e ou política, em níveis de instrução diferenciados para o grupo focal avaliado. Esse contexto é predicado no instrumento como processo, permitindo assim diversos tipos de processos para o mesmo programa em avaliação. A apresentação final dos resultados pode ser orientada conforme as necessidades da pesquisa, sendo inicialmente ponderada como pesquisa para grupo focal qualitativa, entretanto, a ferramenta permite abordagens quantitativas considerando a necessidade do gestor público.

Considerando que o PAPPELsocial é apenas um instrumento de contextualização da realidade da qualidade dos programas ou políticas de esporte e lazer desenvolvidos no território nacional, não podemos deixar de abordar a necessidade de desenvolvimento de um processo de gestão da informação sobre o tema, em especial em ciclo virtuoso do conhecimento, como o que apresentamos na Figura 1¹⁴⁴, posto que a contextualização e a diagramação do contexto da comunicação e organização são fundamentais para implementar uma ferramenta, como a que apresentamos, com o maior nível de capilarização na gestão pública.

Para implementação de um processo de gestão entendemos o programa PAPPELsocial como o instrumento para coleta de dados, orientado uma pesquisa conforme as necessidades do estado para contextualizar a qualidade dos serviços prestados em Esporte e Lazer. A estruturação de uma política de estado obriga o estágio da capitalização, momento, em que se observam os resultados gráficos da pesquisa orientada por nosso programa de avaliação da qualidade e orienta as tendências, os cenários futuros para os programas, os ajustes estratégicos necessários para contextualizar as diretrizes e políticas de esporte para toda a sociedade no Brasil.

As contribuições para evolução da qualidade dos programas e ou políticas é determinada considerando-se as abordagens da capitalização. Contudo, nesse contexto, é fundamental orientar as políticas de governo e estado nas diversas esferas do governo. O desenvolvimento de inovações, criação de outros programas e ou políticas, ou mesmo a decisão sobre a continuidade dessa política tem a maior força na questão orçamentária, mas o PAPPELsocial poderá subsidiar informações que contribuem nestas possíveis mudanças de melhoria contínua dos processos existentes nas ações de planejamento do governo.

¹⁴⁴ ROBREDO, J., Redes de Informação e de Gestão do Conhecimento: Modelagem e estrutura de informações. In: TARAPANOFF, K (Org.). *Inteligência, informação e conhecimento*. Brasília: IBICT/UNESCO, 2006. p. 303-335



Figura 1 – Sistema de Gestão do Conhecimento em Ciência da

Considerando o ciclo de avaliações que o programa permite, a comparação de resultados determinando a evolução da qualidade, o resultado do investimento e o nível de aceitação da comunidade atendida, podemos considerar que as práticas e experiências se maturam projeto a projeto, programa a programa, etapa a etapa, sendo fundamental observar o desenvolvimento das competências envolvidas, e do conhecimento sobre o resultado e toda operação do programa e ou política avaliada. Isso permite a determinação de normas gerais para investimento em Esporte e Lazer, orientadas de acordo com as conjunturas e contextos encontrados, o que de certo retorna à fundamentação das políticas que o estado deve praticar para atingir seus objetivos, e conquistar níveis adequados de satisfação da sociedade em geral, fazendo do indivíduo um cidadão incluído e inserido no contexto do Esporte e Lazer.

Método

A metodologia do PAPPESocial foi dividida em três fases baseada no trabalho de dissertação de Corrêa (2006)¹⁴⁵, a saber:

¹⁴⁵ CORRÊA, Carlos Magno X. *Ginástica na empresa: percepção do trabalhador*. (Dissertação de Mestrado apresentada na UCB) Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2006.

Fase I: Descrição do objeto de estudo.

Nesta fase, caracteriza-se o programa a ser avaliado e mapeando os processos de atendimento. É de fundamental importância para a definição do modelo de avaliação a ser adotado e para mensurar o julgamento dos participantes em relação ao programa e ou política.

Fase II: Avaliação

Nesta fase serão identificadas as dimensões do programa que serão avaliadas e o modelo de avaliação a ser utilizado e a obtenção dos dados necessários para a avaliação das respostas dos participantes.

Estabelecidas as dimensões e os fatores que possibilitam a avaliação desejada, utiliza-se um modelo para a mensuração do programa na visão dos participantes.

A definição de um modelo a ser utilizado deve estar de acordo com a natureza do problema a ser tratado. Assim, a escolha do modelo para avaliação de um programa ou política pública depende do que se quer avaliar, dos dados que podem ser obtidos, de como estes podem ser tratados e dos resultados que se desejam obter.

Após a identificação das dimensões consideradas importantes para a avaliação da definição do modelo a ser utilizado elabora-se um instrumento de análise. O instrumento utilizado é um questionário fechado (as questões são identificadas como características das dimensões) que permite obter os dados necessários para avaliação desejada, que será aplicado aos participantes do programa.

A etapa seguinte constitui-se na identificação da população a ser pesquisada.

Coletados os dados, a fase seguinte é de inserir os dados nos sistema.

Fase III: Tratamento estatístico dos dados obtidos e análise dos resultados.

Nesta fase, o sistema aplica as técnicas e os instrumentos estatísticos para se obter informação sobre a avaliação dos participantes em relação ao programa avaliado.

Instrumento

Um questionário é um conjunto de questões elaboradas para gerar dados necessários para se atingir os objetivos de um projeto, sendo muito importante na pesquisa científica, especialmente nas Ciências Humanas.

Segundo Richardson¹⁴⁶ (1999), os questionários cumprem pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social.

Richardson (1999) destaca também que o método mais objetivo para determinar as atitudes de uma pessoa sobre certas coisas é observar seu comportamento, mas tal procedimento pode ser de alto custo e ocupar demasiado tempo.

Para poder medir fenômenos intangíveis como atitudes, crenças, valores, um caminho pode ser a construção de uma escala numérica que possa ser utilizada para medir subjetivamente o grau de presença de algo.

Durante a construção do questionário deve-se ter um cuidado especial quanto à linguagem empregada, procurando adotar uma comunicação fácil e rápida com os respondentes. As questões seguem uma ordem seqüencial, de acordo com as dimensões do programa avaliado.

Trata-se de um questionário anônimo e auto-aplicado, em que os respondentes serão solicitados a avaliar o programa definido.

O questionário pode ser desenvolvido pela equipe gestora. O sistema permite criar vários protocolos para cada programa a ser avaliado.

O gestor poderá relatar o resultado de uma pesquisa descritiva de caráter quantitativo e qualitativo em que os dados apresentados e revelados serão sistematizados, organizados e analisados pelo PAPPESocial.

Exemplificando a construção de um questionário

O questionário está dividido em duas partes. A primeira ava-

¹⁴⁶ RICHARDISON, Robert Jarry & colaboradores. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

lia as seis dimensões conforme figura abaixo. A segunda expressa o grau de satisfação geral do cidadão em relação ao programa.

A seguir exemplificaremos um modelo de questionário que pode ser construído para um programa do Ministério do Esporte - PELC¹⁴⁷ (Programa Esporte e Lazer da Cidade).

O Programa Esporte e Lazer da Cidade é implantado e gerenciado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, SNDEL, do Ministério do Esporte, e visa, em síntese, suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas.

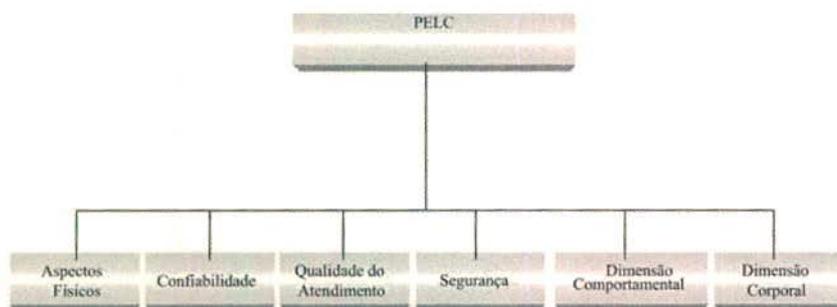


FIGURA 1 – Dimensões definidas para análise dos participantes do Programa PELC

¹⁴⁷ http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/default.jsp

A seguir apresentamos as características de cada uma dessas dimensões.

Quadro 1 Características das dimensões do PELC

DIMENSÕES	CARACTERÍSTICAS
ASPECTOS FÍSICOS	Evidências físicas percebidas facilmente pelo cidadão, como material didático, material de divulgação, efetivo do pessoal, aparência do pessoal.
CONFIABILIDADE	Capacidade de gerar confiança quanto ao serviço prestado, fazer o cidadão confiar no programa por meio de um atendimento consistente.
QUALIDADE DO ATENDIMENTO	Atender as necessidades do cidadão com exatidão e disponibilidade para gerar respostas.
SEGURANÇA	Habilidade de prover o serviço com a performance prometida e de forma confiável e acurada, como, por exemplo, prestar serviços de forma correta, demonstrando competência.
DIMENSÃO COMPORTAMENTAL	Contribuição do programa para uma mudança comportamental a partir das propostas educativas.
DIMENSÃO CORPORAL	Efetiva contribuição que provoca mudança em algumas valências físicas.

Para cada uma dessas dimensões o programa possibilita a criação de inúmeras questões (número igual para cada dimensão). O grau de satisfação geral do cidadão em relação ao programa é avaliado no final do questionário com uma escala que varia de 0 a 10.

Estas questões estão estruturadas pelo PAPPESocial conforme a escala Likert¹⁴⁸, que procura avaliar as concordâncias e/ou discordâncias em relação ao proposto pelos avaliados. A cada resposta é atribuído um número que reflete a direção da atitude do respondente em relação a cada afirmação.

O questionário apresenta cinco opções de respostas, em uma escala variando de 1 a 5, segundo a importância e o desempenho de tais características.

Segundo Chisnall¹⁴⁹ (1973, p. 174 a 176), as escalas Likert possuem múltiplas qualidades. Permitem, por exemplo, obter informações sobre o nível dos sentimentos dos respondentes, o que lhe possibilita maior liberdade, uma vez que não se restringem ao simples “concordo ou discordo”. Outra vantagem é fornecer direções sobre a atitude do entrevistado em relação a cada afirmação.

No entanto, segundo Richardson (1999), não se pode dar um significado absoluto aos escores da escala Likert, pois esses são relativos àqueles para os quais se construiu a escala.

Na análise Importância/Desempenho pode-se desenvolver uma avaliação que mede duas dimensões essenciais da qualidade de um programa/política:

- A percepção do cidadão sobre a **importância** do programa/política.
- A percepção do cidadão sobre o **desempenho** do programa/política.

¹⁴⁸ A escala Likert, proposta por Rensis Likert em 1932, é uma escala em que os respondentes são solicitados não só a concordarem ou discordarem das afirmações, mas também a informarem qual o seu grau de concordância/discordância.

¹⁴⁹ Chisnall, Peter. *Marketing research: analysis and measurement*. McGraw-Hill: 1973

Modelo para Avaliação do Programa PELC

Os dados obtidos no questionário foram ordenados e tratados utilizando-se o modelo POTENCIAL DE AUMENTO DA SATISFAÇÃO DO CIDADÃO (PGCV índice adaptado), proposto por Willard Hom¹⁵⁰ (1997).

O modelo PASC é uma forma de medir o quanto se pode melhorar percentualmente o valor do programa/política, nas diversas dimensões consideradas, segundo a percepção do beneficiário.

O índice PASC, para uma dimensão qualquer, é calculado considerando dois fatores: o valor percebido (VPC) e o valor desejado por ele (VDC), calculado em função da avaliação da importância/desempenho atribuída à dimensão considerada, segundo julgamento do cidadão (o cálculo do índice PASC original está detalhado nos Anexos I e II).

Em nosso trabalho utilizamos e adaptamos este modelo para a mensuração do grau de satisfação dos beneficiários em relação aos programas e políticas públicas de esporte e de lazer.

Avaliação

Além dos fatores agilidade e flexibilidade, o PAPPELsocial justifica-se por permitir ao avaliador estabelecer um *ranking* dos atributos dentro de cada dimensão que deveriam ter mais atenção, dado o julgamento dos beneficiários.

Como resultado, o programa possibilita a emissão de gráficos e relatórios para facilitar a compreensão dos gestores, contribuindo para decisões mais eficazes em relação às atividades que visam atender o cidadão, e, conseqüentemente, ao programa/política implantado na cidade ou região.

Com a utilização do software, poderão surgir contribuições que são aplicáveis, melhorando os métodos e processos implantados, proporcionando maior eficiência e qualidade dos resultados gerados, além de possibilitar uma construção continuada dos programas ou políticas sociais.

¹⁵⁰ O modelo de Willard Hom foi publicado na revista *Quality Progress*/ Março de 1997-
Make Customer Service Analyses a Little easier With the PGCV Index.

Caracterização do público-alvo do PAPPELsocial

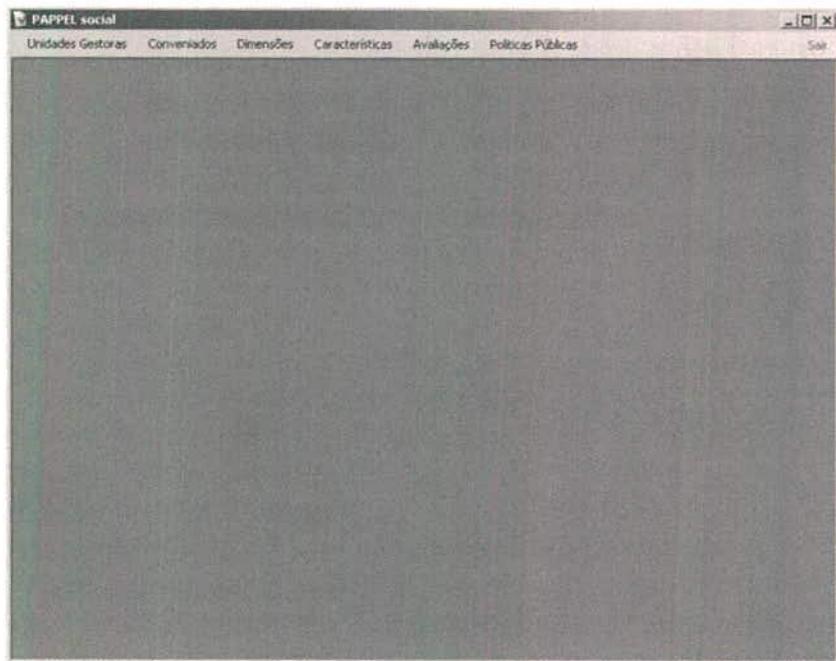
Diretores e gestores de programas e políticas públicas, atuantes em qualquer uma das três esferas do governo (Municipal, Estadual ou Federal), que procuram sempre inovar seus modelos de gestão do serviço público.

Passo a passo de utilização da mídia

Requisitos Mínimos

- *Sistemas operacionais suportados:* Windows 2000 Service Pack 3; Windows 98; Windows 98 Second Edition; Windows ME; Windows Server 2003; Windows Vista Business; Windows Vista Business 64-bit edition; Windows Vista Enterprise; Windows Vista Enterprise 64-bit edition; Windows Vista Home Basic; Windows Vista Home Basic 64-bit edition; Windows Vista Home Premium; Windows Vista Home Premium 64-bit edition; Windows Vista Starter; Windows Vista Ultimate; Windows Vista Ultimate 64-bit edition; Windows XP Service Pack 2
- Espaço em disco requerido: 280 MB
- Processador: 400 megahertz (MHz)
- *Memória RAM:* 96 megabytes (MB)
- *Software*
- Microsoft .NET Framework version 2
- Crystal Reports for .NET Framework 2.0
- Microsoft Internet Explorer 6.0 com Service Pack 1.
- Microsoft Data Access Components (MDAC) 2.8 for data access applications.
- Windows Installer version 3.0
- Microsoft SQL Server 2005 Express Edition Tela Principal

Esta é a tela inicial do sistema. Através dela é possível acessar as principais funções do Sistema de Avaliação de Satisfação. Para abrir a tela desejada, clique no menu correspondente.



Unidades Gestoras

Nesta tela é possível cadastrar as unidades gestoras das políticas públicas. É possível guardar informações de contato tais como telefones e email. É necessário o cadastro das unidades gestoras para posterior definição da política pública.



Operações:

Pesquisar: Digite na caixa de filtro uma parte do nome da unidade gestora a ser localizada, em seguida pressione o botão "Localizar".

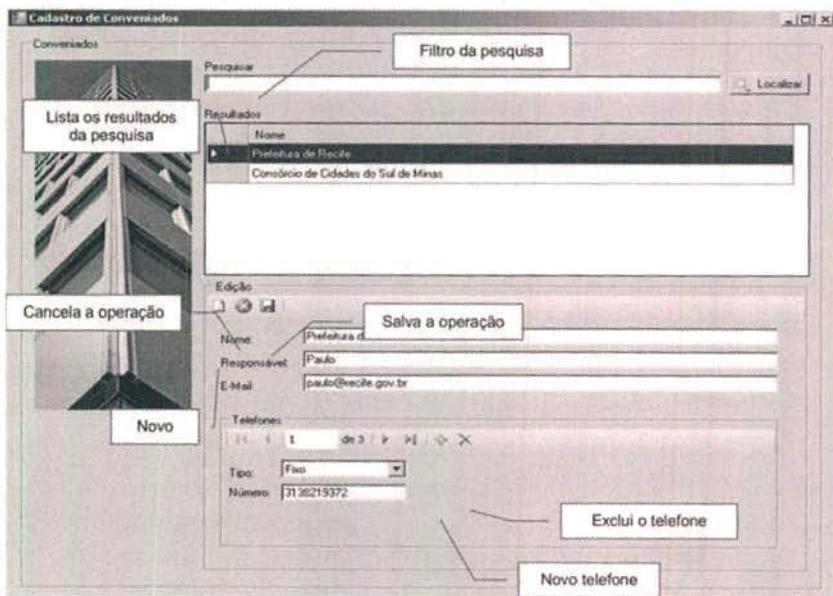
Incluir nova unidade gestora: Clique no botão "Novo", em seguida preencha o formulário e clique no botão "salvar".

Editar unidade gestora: Selecione uma unidade gestora na lista "Resultados", altere as informações no formulário e clique no botão "Salvar".

Excluir unidade gestora: Selecione uma unidade gestora na lista "Resultados", pressione a tecla "Delete". Aparecerá uma tela de confirmação, basta confirmar e a unidade será excluída. Caso a unidade selecionada já estiver em uso no sistema, não será possível excluí-la.

Cadastro de Conveniados

Nesta tela é possível cadastrar as entidades conveniadas para realização das políticas públicas. É possível guardar informações de contato tais como telefones e email. É necessário o cadastro do conveniado para posterior definição da política pública.



Operações:

Pesquisar: Digite na caixa de filtro uma parte do nome da entidade conveniada a ser localizada, em seguida pressione o botão "Localizar".

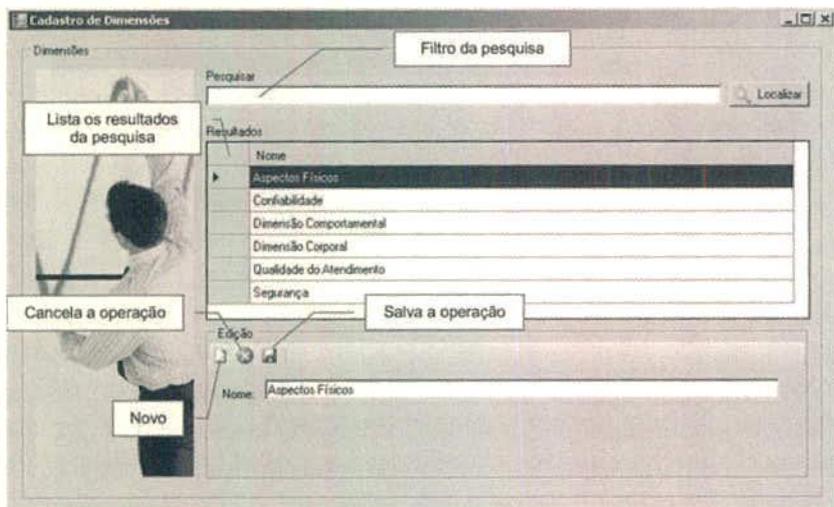
Incluir nova conveniada: Clique no botão "Novo", em seguida preencha o formulário e clique no botão "salvar".

Editar conveniada: Selecione uma característica na lista "Resultados", altere as informações no formulário e clique no botão "Salvar".

Excluir conveniada: Selecione uma entidade conveniada na lista "Resultados", pressione a tecla "Delete". Aparecerá uma tela de confirmação, basta confirmar e a entidade será excluída. Caso a entidade selecionada já estiver em uso no sistema, não será possível excluí-la.

Cadastro de Dimensões

Nesta tela é possível cadastrar as dimensões que serão utilizadas na elaboração das avaliações. As dimensões serão utilizadas para agrupar as características e representarão as categorias da avaliação. Cada dimensão cadastrada pode ser utilizada em várias avaliações, sem que haja a necessidade de cadastrar várias dimensões com o mesmo nome.



Operações:

Pesquisar: Digite na caixa de filtro uma parte do nome da dimensão a ser localizada, em seguida pressione o botão "Localizar".

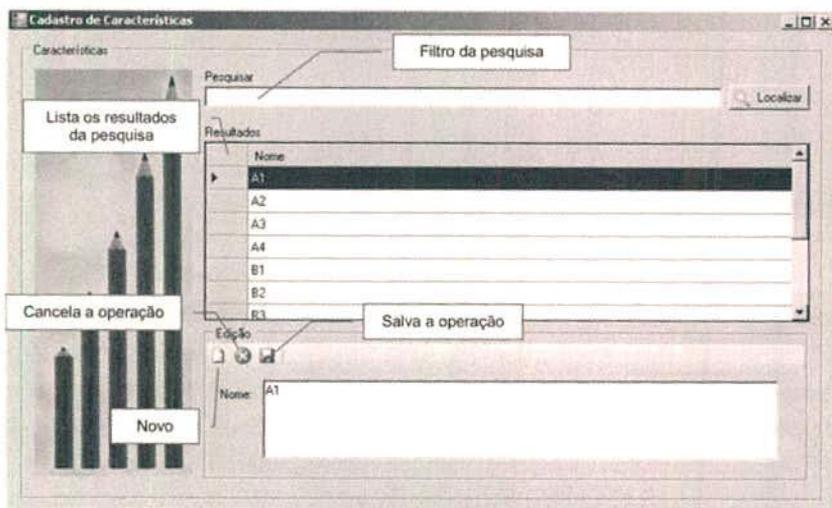
Incluir nova dimensão: Clique no botão "Novo", em seguida preencha o formulário e clique no botão "salvar".

Editar dimensão: Selecione uma dimensão na lista "Resultados", altere as informações no formulário e clique no botão "Salvar".

Excluir dimensão: Selecione uma dimensão na lista "Resultados", pressione a tecla "Delete". Aparecerá uma tela de confirmação, basta confirmar e a dimensão será excluída. Caso a dimensão selecionada já estiver em uso no sistema, não será possível excluí-la.

Cadastro de Características

Nesta tela é possível cadastrar as características (questionário de cada dimensão) que serão utilizadas na elaboração das avaliações. As características serão agrupadas em dimensões e representarão as perguntas disponíveis na avaliação. Cada característica cadastrada pode ser utilizada em várias avaliações, sem que haja a necessidade de cadastrar várias características com o mesmo nome.



Operações:

Pesquisar: Digite na caixa de filtro uma parte do conteúdo da característica a ser localizada, em seguida pressione o botão "Localizar".

Incluir nova característica: Clique no botão "Novo", em seguida preencha o formulário e clique no botão "salvar".

Editar característica: Selecione uma característica na lista "Resultados", altere as informações no formulário e clique no botão "Salvar".

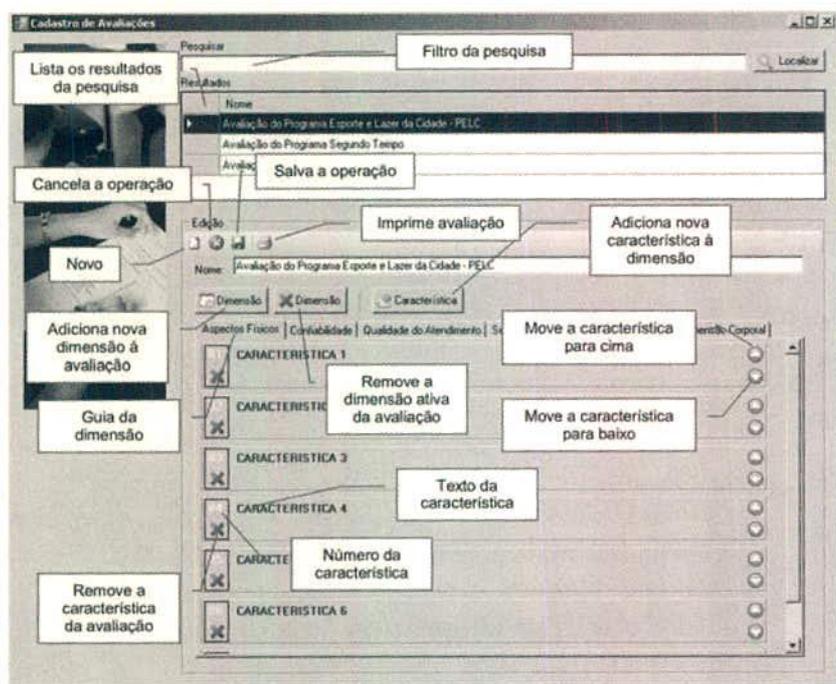
Excluir característica: Selecione uma característica na lista "Resultados", pressione a tecla "Delete". Aparecerá uma tela de confirmação, basta confirmar e a característica será excluída. Caso a característica selecionada já estiver em uso no sistema, não será possível excluí-la.

Cadastro de Avaliações

Nesta tela é possível cadastrar as avaliações que estarão disponíveis para serem utilizadas na política pública. A avaliação é o protocolo que contém as dimensões e questionário, ou seja, características de cada dimensão, a ser aplicado durante a pesquisa.

Nesta tela serão definidas as dimensões, exemplo: qualidade do atendimento, aspectos físicos e outros, a serem avaliadas, bem como as características que representam perguntas para cada dimensão.

A ordem de exibição das dimensões e das características pode ser definida a critério do usuário. Cada avaliação cadastrada pode ser utilizada em várias políticas públicas, sem que haja a necessidade de cadastrar várias avaliações com o mesmo conteúdo.



Operações:

Pesquisar: Digite na caixa de filtro uma parte do nome da avaliação a ser localizada, em seguida pressione o botão "Localizar".

Incluir nova avaliação: Clique no botão “Novo”, em seguida preencha o formulário e clique no botão “salvar”.

Editar avaliação: Selecione uma avaliação na lista “Resultados”, altere as informações no formulário e clique no botão “Salvar”.

Alterar ordem das dimensões (inclusão e edição): Clique na guia que corresponda à dimensão a ser re-ordenada e segure o botão do mouse, em seguida arraste a guia para a direita ou esquerda, posicionando a dimensão na ordem desejada.

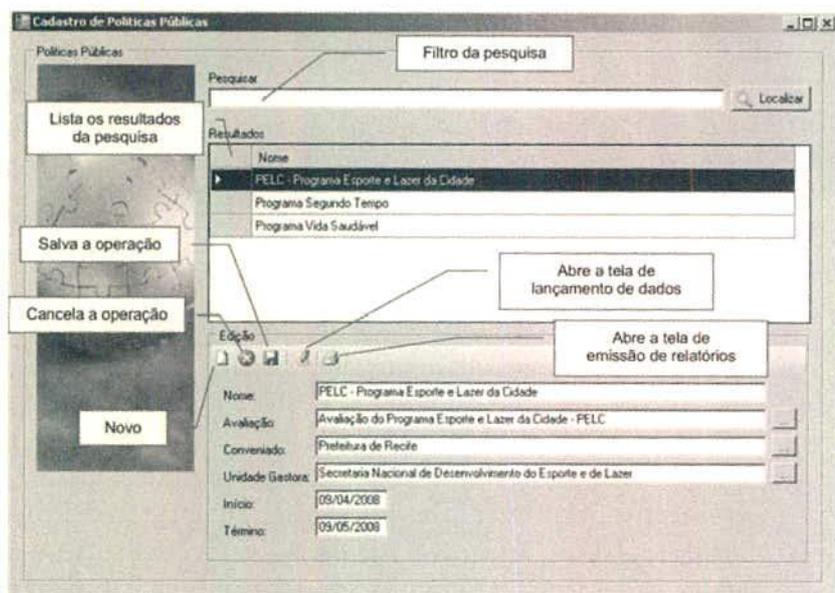
Alterar ordem das características (inclusão e edição): Clique nos botões “para cima” e “para baixo” que estão localizados no lado esquerdo da característica.

Excluir avaliação: Selecione uma avaliação na lista “Resultados”, pressione a tecla “Delete”. Aparecerá uma tela de confirmação, basta confirmar e a avaliação será excluída. Caso a avaliação selecionada já estiver em uso no sistema, não será possível excluí-la.

Cadastro de Políticas Públicas

Nesta tela é possível cadastrar as políticas públicas. É através dela que o processo de avaliação da satisfação de participantes de uma política pública será iniciado. Sempre que houver uma nova necessidade de avaliar uma política pública, será criado um novo registro nesta tela. Esta é a última tela onde serão cadastrados os dados para iniciar o processo de avaliação. Portanto, as dimensões, características, avaliação, unidade gestora e conveniado devem ter sido cadastrados em suas respectivas telas.

É através desta tela ainda é que será acessada a tela de lançamento de dados da pesquisa.



Operações:

Pesquisar: Digite na caixa de filtro uma parte do conteúdo da política pública a ser localizada, em seguida pressione o botão “Localizar”.

Incluir nova política pública: Clique no botão “Novo”, em seguida preencha o formulário e clique no botão “salvar”.

Editar política pública: Selecione uma política pública na lista “Resultados”, altere as informações no formulário e clique no botão “Salvar”.

Excluir política pública: Selecione uma política pública na lista “Resultados”, pressione a tecla “Delete”. Aparecerá uma tela de confirmação, basta confirmar e a política será excluída. Caso a política selecionada já estiver em uso no sistema, não será possível excluí-la.

Lançamento de Dados

Esta é a tela responsável pelo lançamento dos dados coletados na avaliação. Cada questionário respondido durante a pesquisa deve ser transferido para o banco de dados através deste formulário

Operações:

Incluir novo lançamento: Clique no botão “Novo”, em seguida preencha o formulário e clique no botão “salvar”.

Observação: Não é possível excluir um lançamento, uma vez que a avaliação não identifica o entrevistado.

Emissão de Relatórios

Esta é a tela responsável pela geração dos relatórios disponíveis no sistema. A tela possibilita definir um filtro baseado nas Unidades Gestoras e suas subunidades, bem como definir quais relatórios serão gerados. Podem-se escolher três formatos diferentes para o arquivo de relatório gerado.

Relatórios

Filtro de Relatório:

Relatório da Unidade Gestora Gera o relatório para toda a Unidade Gestora

Relatório por sub-unidade:

Selecione os relatórios que deseja gerar:

Género Gera o relatório para uma subunidade

Escolaridade Define os relatórios a serem gerados

Faixa etária

Resumo das avaliações sobre a importância das características

Resumo das avaliações sobre o desempenho das características

Escores médios da importância e do desempenho, por dimensão, segundo a avaliação

Potencial de aumento da satisfação

Potencial de aumento da satisfação por dimensão

Grau de satisfação por faixa etária até

Escolha o formato:

Portable Document Format (PDF) Microsoft Word Rich Text Format (RTF) Define o formato do arquivo gerado

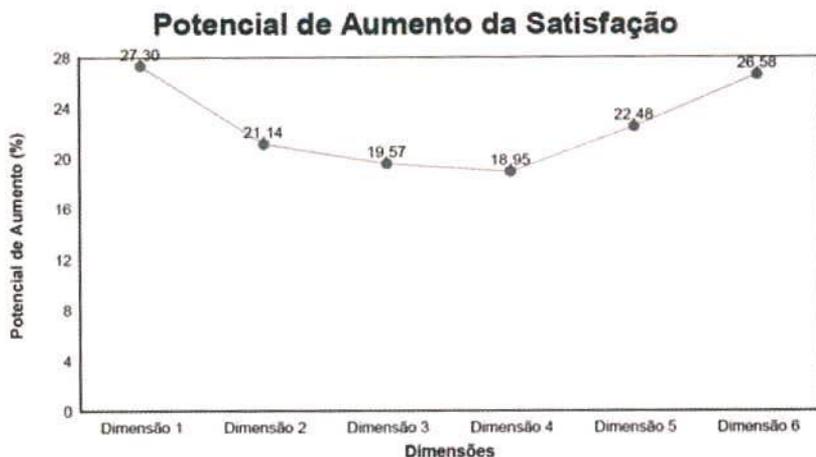
Gera o relatório

Apresentamos abaixo a relação dos indicadores que o sistema gera instantaneamente.

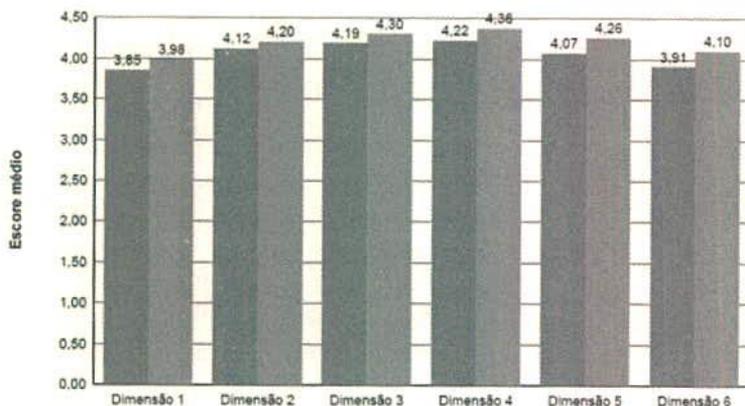
- Determinação do potencial de aumento da satisfação do beneficiário em relação ao programa.
- Determinação do grau de satisfação geral dos beneficiários em relação ao programa.
- Determinação das dimensões que possuem maior ou menor impacto na percepção atribuídas pelos beneficiários.
- Determinação das variáveis que impactam negativa ou positivamente na dimensão avaliada
- Comparação de todos os resultados por sexo e faixa etária.
- Comprovação da confiabilidade das respostas através da análise da satisfação geral com a percepção dada para cada dimensão.

Para exemplificar anexamos alguns gráficos:

1. Potencial de aumento da satisfação para cada dimensão avaliada.
2. Escores médios da **importância** e do **desempenho**, por dimensão, segundo a avaliação dos beneficiários do programa.
3. Resumo das avaliações dos beneficiários sobre o **desempenho** das características.
4. Resumo das avaliações dos beneficiários sobre a **importância** das características.
5. Modelo do questionário impresso para avaliação *in locu*.
6. Continuação do questionário – avaliação do grau de satisfação geral do programa, escolaridade, idade, gênero e estado civil.
Gráfico informando a faixa etária dos beneficiários.



Escores médios da importância e do desempenho, por dimensão, segundo a avaliação dos beneficiários do programa



Resultado das Avaliações dos Beneficiários sobre o Desempenho das Características

Característica	Número de Beneficiários que Avaliaram o Item Desempenho					Escore Médio
	RU 1	RE 2	BO 3	MB 4	EX 5	
CARACTERÍSTICA 1	1	7	46	103	113	4,18
CARACTERÍSTICA 2	4	22	88	110	46	3,64
CARACTERÍSTICA 3	10	32	98	84	46	3,46
CARACTERÍSTICA 4	13	19	53	70	113	3,94
CARACTERÍSTICA 5	11	21	86	103	49	3,39
CARACTERÍSTICA 6	5	12	49	104	100	4,04
CARACTERÍSTICA 7	3	11	52	86	100	4,09
CARACTERÍSTICA 8	1	4	49	113	103	4,10
CARACTERÍSTICA 9	4	7	44	110	99	4,11
CARACTERÍSTICA 10	0	16	73	113	66	3,86
CARACTERÍSTICA 11	1	3	67	103	96	4,07
CARACTERÍSTICA 12	4	2	49	99	116	4,13
CARACTERÍSTICA 13	0	3	42	97	126	4,30
CARACTERÍSTICA 14	2	8	42	108	112	4,18
CARACTERÍSTICA 15	1	6	45	99	119	4,22
CARACTERÍSTICA 16	0	0	44	97	124	4,26
CARACTERÍSTICA 17	0	4	57	82	113	4,17
CARACTERÍSTICA 18	3	6	70	110	76	3,93
CARACTERÍSTICA 19	1	14	44	80	125	4,19

RU: Ruim
RE: Regular
BO: Bom
MB: Muito Bom
EX: Excelente

Resumo das Avaliações dos Beneficiários sobre a Importância das Características

Característica	Número de Beneficiários que Assinalaram a sua Importância					Escore Médio
	SI	PI	MI	BI	EI	
	1	2	3	4	5	
CARACTERÍSTICA 1	2	7	68	113	89	3,97
CARACTERÍSTICA 2	1	9	81	109	79	3,88
CARACTERÍSTICA 3	2	21	83	107	97	3,73
CARACTERÍSTICA 4	9	22	68	74	103	3,91
CARACTERÍSTICA 5	1	6	71	116	77	3,97
CARACTERÍSTICA 6	2	6	46	103	115	4,20
CARACTERÍSTICA 7	2	4	49	112	112	4,21
CARACTERÍSTICA 8	1	4	69	104	119	4,22
CARACTERÍSTICA 9	3	2	44	96	126	4,27
CARACTERÍSTICA 10	1	12	63	118	76	3,95
CARACTERÍSTICA 11	1	1	55	100	100	4,15
CARACTERÍSTICA 12	2	1	28	88	151	4,43
CARACTERÍSTICA 13	1	3	45	99	121	4,28
CARACTERÍSTICA 14	2	3	54	99	112	4,17
CARACTERÍSTICA 15	1	4	37	107	121	4,21
CARACTERÍSTICA 16	9	3	47	92	128	4,28
CARACTERÍSTICA 17	9	8	46	97	119	4,23
CARACTERÍSTICA 18	1	7	58	116	91	4,07
CARACTERÍSTICA 19	1	1	47	82	130	4,32

SI: Sem importância
 PI: Pouco importante
 BI: Importante
 MI: Muito importante
 EI: Extremamente importante

Faixa etária dos beneficiários

Faixa Etária	f	%
Até 12 anos	0	0,00
De 13 a 24 anos	60	22,22
De 25 a 64 anos	210	77,78
Acima de 64 anos	0	0,00
Total	270	100,0

Anexo I

Cálculo do Índice PASC

PASC =	VDC – VPC	x 100
	VDC – (I x DDmin)	

em que:

- $VDC = I \times DD_{max}$.
- $VPC = I \times DPC$.
- I = Importância atribuída pelo cliente à dimensão da qualidade avaliada.
- DD_{max} = Desempenho máximo desejado pelo cliente na dimensão avaliada.
- DPC = Desempenho da organização percebido pelo cliente na dimensão avaliada.
- DD_{min} = Desempenho mínimo que o cliente pode atribuir à dimensão avaliada.

Nesta equação, $(VDC - VPC)$ representa a lacuna entre o valor desejado e o valor percebido pelo cliente.

Suponha que para uma dimensão, por exemplo, confiabilidade, os clientes atribuíram o valor 4 em importância e 3 para o desempenho da organização prestadora de serviço, em uma escala de Likert que varia de 1 a 5. Neste caso temos:

$$VPC = 4 \times 3 = 12$$

$$VDC = 4 \times 5 = 20$$

$$I \times DD_{min} = 4 \times 1 = 4$$

PASC =	VDC - VPC	x 100	20 - 12	=	8	x 100 = 50%
	VDC - (I x DD _{min})		20 - 4		16	

O índice PASC possibilita priorizar as ações para melhoria dos serviços prestados. O exemplo acima demonstra existir 50% de possibilidade.

Anexo 2

Índice PASC para cada dimensão considerada, segundo a avaliação de cada respondente

$$PASC(j,r) = \frac{\sum_{k=1}^{nk} I(k,j,r) \times (DDmax - DPC(k,j,r))}{(DDmax - DDmin) \times \sum_{k=1}^{nk} I(k,j,r)}$$

em que:

- PASC (j, r) = índice PASC para a dimensão j na avaliação do respondente r.
- I (k, j, r) = valor atribuído à importância da característica k da dimensão j, pelo respondente r.
- DPC (k, j, r) = valor atribuído ao desempenho da organização prestadora de serviço, na característica k da dimensão j, de acordo com a percepção do respondente r.
- DDmax = valor máximo que o respondente poderá atribuir ao desempenho desejado, de acordo com a escala utilizada.
- DDmin = valor mínimo que o respondente poderá atribuir ao desempenho desejado, de acordo com a escala utilizada.
- nk = número de características consideradas na dimensão j.
- O índice PASC médio para uma dimensão qualquer, segundo a avaliação dos respondentes é dado por:

$$PASC(j) = \frac{\sum_{r=1}^{nr} PASC(j,r)}{nr}$$

que:

- PASC (j) = índice PASC médio para dimensão j.
 - PASC (j, r) = índice PASC na dimensão j, segundo a avaliação do respondente r.
- nr = número de respondentes

Resumo: Este artigo apresenta o *site* do Boletim Educação Física (BoletimEF), descrevendo suas principais características, seções e conteúdo. O objetivo do *site* é socializar o conhecimento científico produzido pela Educação Física, Esporte e Lazer, utilizando-se de tecnologias e mídias digitais com recursos de acessibilidade para contribuir com a qualificação profissional e científica de professores, alunos e agentes sociais engajados com o desenvolvimento da área esportiva no Brasil.

Introdução

Com os movimentos de consolidação da Educação Física brasileira iniciados nas décadas de 80 e 90 e o crescimento de programas de pós-graduação (*stricto sensu*), também houve um aumento de forma significativa e qualitativa na produção científica da área e igualmente a quantidade de informações aumentaram, criando uma necessidade cada vez maior de um veículo que concentrasse e maximizasse o alcance destas informações.

Paralelo a este processo de crescimento da Educação Física brasileira, também houve um aumento expressivo das tecnologias de informação e comunicação especialmente e vertiginosamente da *internet* e suas tecnologias.

Dessa forma um *site* brasileiro de Educação Física que se apropriasse destas tecnologias era iminente e, utilizando da experiência como editor do periódico Boletim Educação Física¹⁵² (SILVA, 2003), foi criado o *site* BoletimEF no endereço: www.BoletimEF.org

¹⁵¹ Professor de Educação Física licenciado pela UFMS. Atualmente é gestor de tutoria do CEAD/UnB e editor do site www.BoletimEF.org Contato: efrainmaciel@boletimef.org

¹⁵² O periódico iniciou em 22 de abril de 2001 com o nome de Boletim Educação Física e o ISSN 1677-1354, sendo publicado até janeiro de 2004, após esta data o nome foi alterado para Boletim Brasileiro de Educação Física e o registro ISSN para 1806-2245 (SILVA, 2004).

Atualmente através do BoletimEF professores universitários, alunos de graduação e pós-graduação, atletas, federações esportivas, agentes sociais e demais profissionais de Educação Física, Esporte e Lazer, mantêm-se informados sobre os recentes acontecimentos da área, têm fácil e livre acesso aos trabalhos científicos produzidos, podem consultar e/ou divulgar congressos, simpósios, eventos e cursos, ver os lançamentos de livros e revistas, participar de discussões no fórum, divulgar seus artigos, monografias, dissertações, teses e demais trabalhos acadêmicos, bem como consultar um amplo acervo de trabalhos científicos.

O BoletimEF ao longo dos anos está se tornando um dos principais meios de consulta às informações científicas e qualificação profissional, não só para os que estão diretamente ligados às políticas públicas de esporte e lazer, como também a grande área da Educação Física, mantendo sempre seu foco principal na socialização do conhecimento científico de forma livre e gratuita.

O que é o *site* do BoletimEF?

Nesta parte do artigo é feito uma breve apresentação de cada uma das seções que compõem o *site* do BoletimEF¹⁵³. Seu objetivo é facilitar o entendimento sobre todo conteúdo disponível e maximizar a exploração de suas ferramentas.

Página principal

No centro da página você encontra os principais destaques e atualizações do *site*. No lado direito estão destacados alguns dos trabalhos disponíveis na biblioteca digital. No lado esquerdo há o menu de navegação que leva a cada uma de suas seções. Abaixo do menu há um espaço onde é possível cadastrar seu *e-mail* para receber as atualizações do *site* e o periódico Boletim Brasileiro de Educação Física. Através da página principal é possível ir a todas as demais seções. Abaixo segue a descrição detalhada de cada uma delas.

¹⁵³ Por se tratar de uma mídia digital em meio *web*, para acessar o *site* do BoletimEF você necessita apenas de um computador com conexão à *internet* e um navegador *web* (como o Internet Explorer ou o Firefox), para acessar o *site*, abra seu navegador e digite o endereço www.boletimef.org

Biblioteca Digital de Educação Física, Esporte e Saúde¹⁵⁴

A biblioteca digital tornou-se uma das principais referências em consulta e pesquisas de informações científicas na área, contando atualmente com um acervo de mais de 2 mil trabalhos de livre acesso e mais de 1 milhão de *downloads*. Para visualizar os arquivos basta ter um leitor gratuito de PDF¹⁵⁵. É possível navegar pelas páginas da biblioteca e ver os trabalhos ordenados pela data de inclusão no acervo, além disso, clicando em cima do botão “Downloads” você pode fazer uma classificação dos trabalhos mais baixados em ordem crescente e clicando novamente em ordem decrescente, a mesma classificação é possível clicando nos botões “Data” ou “Autor”, para classificar por data de inclusão no acervo ou ordem alfabética dos autores. Para uma busca direta você pode digitar o nome do autor ou palavra-chave sobre o que está pesquisando, assim terá um resultado mais preciso sobre o tema de seu interesse. Acima do campo de busca ficam disponíveis as informações sobre a biblioteca e como abrir os arquivos, além das orientações de como enviar seus trabalhos para divulgação.

Na relação dos trabalhos basta clicar em um deles para ir a uma página com as informações para uso em citações e referências¹⁵⁶, resumo e logo abaixo fica um *link* para o *download* do trabalho completo¹⁵⁷.

A partir do início de 2008 foi implementado um formato de PDF acessível, seguindo uma padronização ISO¹⁵⁸, o qual facilita o acesso a todos os usuários e possibilita inclusive o acesso de pessoas com necessidades especiais. Os arquivos anteriores estão sendo reorganizados, pois estão em formato compactados¹⁵⁹, porém em breve todos estarão em formato acessível.

¹⁵⁴ *Link* para acesso direto: www.boletimf.org/biblioteca

¹⁵⁵ O leitor mais conhecido é o Adobe Reader, mas você pode escolher qualquer um de sua preferência. Mais informações sobre o formato PDF em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pdf>

¹⁵⁶ Na biblioteca digital do BoletimEF é usado o padrão de referência da NBR 6023:2002.

¹⁵⁷ Todos os trabalhos disponíveis na biblioteca são completos, de livre acesso e gratuitos. <http://pt.wikipedia.org/wiki/ISO>

¹⁵⁹ Para acessar os arquivos mais antigos é necessário um programa que descompacte arquivos. ZIP como o WinZIP ou o WinRAR, mas, após a atualização do acervo mais antigo todos os arquivos da biblioteca ficarão apenas em PDF.

Estas modificações e as parcerias com os principais periódicos de Educação Física do Brasil, e alguns do exterior, permitem a indexação de todos os novos números na biblioteca do BoletimEF, o que possibilita a disponibilidade gratuita de centenas de artigos já indexados e outras centenas em processo de indexação.

Fórum de Educação Física, Esporte e Saúde¹⁶⁰

Utilizando de uma tecnologia inovadora na área, a implementação do Fórum de Educação Física, Esporte e Saúde a partir do segundo semestre de 2006, contempla praticamente todas as áreas da Educação Física, criando um amplo espaço de discussão e atualização profissional.

Qualquer usuário pode acessar o fórum e ter acesso a todos os conteúdos disponíveis. Caso queira participar das discussões ou divulgar um conteúdo de sua área, basta realizar um cadastro gratuito clicando no botão “Registrar” que fica no canto superior direito. Após o registro é possível fazer uma personalização em seus dados/perfil pessoal clicando na opção: “Painel de controle do usuário”, localizado no canto superior esquerdo.

Dentro do fórum basta escolher um tema de seu interesse e acessar. É possível ler tudo o que já foi postado ou criar uma nova discussão, clicando no botão “novo tópico”, disponível no canto superior esquerdo. Para responder aos tópicos já criados, você deve acessar um de sua escolha e clicar no botão “responder” que fica no canto superior esquerdo ou inferior esquerdo das mensagens. Ao responder também é possível usar o botão “citar”, disponível no canto superior direito de qualquer uma das mensagens anteriores, e escolher a que você deseja fazer referência em sua resposta.

Um fórum de discussão na *internet* é um espaço de interação que propicia encontrar profissionais de diversas áreas, possibilitando esclarecer ou responder dúvidas sobre temas atuais e de interesse comum aos participantes de cada tópico/discussão. Este é um espaço ideal para você de qualquer cidade do Brasil interagir com seus colegas, conhecer novos profissionais e manter-se sempre atualizado.

¹⁶⁰ *Link* para acesso direto: www.boletimef.org/forum

Boletim Brasileiro de Educação Física - ISSN 1806-2245

Este é o espaço onde ficam arquivadas todas as edições do Boletim Brasileiro de Educação Física (BBEF), periódico que deu início ao *site* do BoletimEF. Todas as edições do periódico ficam disponíveis para livre acesso¹⁶¹. Ao lado direito de cada número há entre parênteses quantas vezes já foi visualizado o arquivo e ao lado esquerdo é possível fazer o *download* do arquivo completo.

Na parte superior do *site* há opções de diversas línguas e ao clicar nelas aparece uma breve descrição do BBEF em japonês, grego, catalão, alemão, inglês, espanhol, francês, italiano e holandês. Este projeto de tradução foi uma primeira tentativa de internacionalização do periódico e assim que possível deve ser estendido para todo o *site*.

O BBEF em sua primeira edição, de 22 de abril de 2001, foi enviado a 420 pessoas e teve sua periodicidade mensal até janeiro de 2006 (SILVA, 2006). Atualmente tem sua periodicidade bimestral e conta com mais de 25 mil assinantes diretos e ativos¹⁶². A assinatura do periódico é gratuita e para recebê-lo basta acessar o *site* e cadastrar seu *e-mail*.

Através do BBEF você recebe em seu *e-mail* as mais recentes novidades sobre a área de Educação Física e Esportes. O Boletim traz informações sobre lançamentos de livros, filmes de esporte, cursos, congressos e demais eventos científicos, indicações de *sites*, relação dos novos trabalhos¹⁶³ que são incluídos no acervo da biblioteca digital, entre outras informações, sempre com o objetivo de manter toda comunidade informada sobre os mais recentes acontecimentos da Educação Física brasileira.

¹⁶¹ Para visualizar os arquivos é adotado o mesmo sistema da biblioteca descrito acima para arquivos novos em PDF e antigos compactados. O processo de atualização dos arquivos também será implementado nesta seção do *site*. O *link* direto para acessar esta seção é: www.boletimef.org/BBEF

¹⁶² Assinantes ativos são os que têm *e-mails* válidos e que recebem o periódico regularmente conforme registro em <http://br.groups.yahoo.com/group/boletimef>

¹⁶³ Artigos, dissertações, teses, monografias, livros, resenhas, revistas dentre outros.

Seção sobre o Currículo Lattes

O Currículo Lattes¹⁶⁴ é um sistema de currículos acadêmico criado pelo CNPq¹⁶⁵ que reúne os currículos dos principais pesquisadores brasileiros, estudantes e demais profissionais envolvidos no meio acadêmico. O objetivo desta seção no *site* do BoletimEF é concentrar em um só local apenas os currículos de profissionais ligados diretamente à Educação Física, Esporte, Lazer e demais áreas correlatas, o que facilita o contato e o intercâmbio acadêmico em nossa área.

Outro objetivo desta seção é incentivar todos os profissionais da área a criarem gratuitamente seu currículo no sistema do CNPq. Para isso, há informações sobre o que é e como criar seu Currículo Lattes, além de uma opção de contato para que você envie o *link* de seu currículo para ser divulgado no BoletimEF.

Ao acessar a página principal desta seção é mostrada uma relação com os últimos currículos adicionados e uma opção para navegação por ordem alfabética, bastando clicar em cima das letras para achar um profissional específico¹⁶⁶.

Esta seção está em desenvolvimento e em breve será mais bem integrada às demais seções do *site*, relacionando os temas estudados por cada pesquisador ao conteúdo do *site* do BoletimEF e aos trabalhos do acervo da biblioteca digital.

Seção de links

Nesta seção são disponibilizadas indicações de *sites* das várias temáticas da Educação Física, Esporte e Lazer. Para acessar escolha o tema de interesse e veja a relação dos *sites* disponíveis. Na página principal os números entre parênteses são a quantidade de *links* daquela seção e na página do tema escolhido os números entre parênteses são a quantidade de acessos de cada *link*.

Os *sites* indicados nesta seção passam por análise e posteriormente são divulgados através do BBEF. Após este processo são in-

¹⁶⁴ <http://lattes.cnpq.br>

¹⁶⁵ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - <http://www.cnpq.br>

¹⁶⁶ Em breve será incluída uma opção de busca para pesquisar diretamente o nome e encontrar determinado profissional.

cluídos na seção de *links* do BoletimEF. Além dos *sites* que você encontra, também é possível sugerir um *link*, para isso, basta entrar em contato e enviar os dados do *site*.

Seção de eventos

Neste espaço é possível divulgar e consultar os eventos científicos como congressos, simpósios, encontros etc, para isso, basta preencher os dados do evento a ser divulgado e enviar. Os eventos cadastrados nesta seção são divulgados atualmente pelo BBEF, no entanto, está em desenvolvimento sua reformulação para que todos os eventos além de serem divulgados no BBEF, também fiquem disponíveis no *site*, facilitando a consulta e atualização constante dos dados.

A participação em congressos e eventos científicos é fundamental para atualização profissional e interação com profissionais da área e pensando na facilidade para que você possa se programar, foi criada esta seção no BoletimEF, onde você pode consultar e agendar com antecedência os eventos de seu interesse.

Seção de lançamentos

Espaço destinado à divulgação de livros, periódicos e filmes de esporte¹⁶⁷. Os lançamentos são divulgados atualmente a cada nova edição do BBEF, no entanto, para esta seção também está em desenvolvimento um novo espaço, assim além de serem divulgados no BBEF também ficarão disponíveis no *site* do BoletimEF, com uma seção própria e uma página para cada livro ou filme e os artigos dos periódicos integrados ao acervo da biblioteca digital.

Neste espaço também é possível divulgar gratuitamente os lançamentos de livros, periódicos e filmes de esporte, para isso, basta entrar em contato pelo *site* e enviar os dados a serem divulgados. Destaque desta seção é o fato de ser um dos poucos espaços no Brasil de divulgação de lançamentos de livros, periódicos e filmes especificamente sobre a Educação Física, Esporte e Lazer.

¹⁶⁷ A Internet Movie Database já catalogou mais de 6.600 filmes produzidos com a temática de esporte. Fonte: <http://www.imdb.com/Sections/Genres/Sport>

Projetos futuros

Algumas das ferramentas citadas ao longo deste artigo estão em desenvolvimento e farão parte do novo *site* do BoletimEF. A previsão é que haja uma reformulação completa do *site* atual e o lançamento de um novo portal, com novas ferramentas e seções, com o objetivo de maximizar ainda mais o alcance das informações divulgadas pelo BoletimEF.

Os objetivos pretendidos com este novo *site* são: criar a maior biblioteca digital em língua portuguesa com conteúdo de livre acesso sobre Educação Física, Esporte e Lazer; indexar todos os periódicos científicos da Educação Física brasileira; disponibilizar todos os arquivos dos trabalhos da biblioteca digital em formato PDF acessível; desenvolver parcerias com os principais cursos de Educação Física para indexação de monografias, dissertações e teses; divulgar de forma gratuita e com a maior brevidade possível, todos os congressos, encontros, simpósios e demais eventos científico da Educação Física, Esporte e Lazer; indexar todos os livros de Educação Física e filmes de esportes; integrar as informações do Currículo Lattes de pesquisadores, profissionais e estudantes das áreas de Educação Física, Esporte e Lazer ao conteúdo do novo *site* e integrar todas as seções de forma temática, possibilitando modular dinamicamente seu conteúdo aos interesses e expectativas de cada visitante.

O atual *site* do BoletimEF, segundo registros do Google Analytics¹⁶⁸, recebe atualmente mais de 150 mil *pages views* mensais e um total de mais de 3,5 milhões de visitantes únicos, tem mais de 1 milhão de *downloads* dos trabalhos da biblioteca e recebe colaboração¹⁶⁹ de diversos pesquisadores brasileiros e alguns do exterior, tornando-se um *site* singular em busca de seu objetivo principal de socialização do conhecimento científico produzido pela Educação Física, Esporte e o Lazer, contribuído de forma significativa com a qualificação profissional e científica de centenas de profissionais.

¹⁶⁸ <http://www.google.com/analytics/pt-BR>

¹⁶⁹ Todos que colaboram enviando informações são mencionados sistematicamente ao final de cada nova edição do BBEP.

Espero contar com sua visita ao *site* do BoletimEF e que o conteúdo possa colaborar com sua prática cotidiana e formação profissional, possibilitando o acesso ao que de mais relevante a Educação Física brasileira tem produzido nos últimos anos.

Referências bibliografia

SILVA, Efraim Maciel e. *A democratização do conhecimento na Educação Física brasileira através de meios digitais: a experiência do Boletim Educação Física*. 2003. 78 f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2003. Disponível em: <http://www.boletimef.org/biblioteca/monografia/BoletimEF.org_A-democratizacao-do-conhecimento-na-Educacao-Fisica-brasileira.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2009.

SILVA, Efraim Maciel e. *Boletim Educação Física*. Disponível em: <<http://www.boletimef.org>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

SILVA, Efraim Maciel e. Editorial. *Boletim Brasileiro de Educação Física*, Brasília, v. 4, n. 34, fev. 2004. Disponível em: <<http://www.boletimef.org/?canal=1&boletim=34>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

SILVA, Efraim Maciel e. Editorial. *Boletim Brasileiro de Educação Física*, Brasília, v. 6, n. 59, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.boletimef.org/?canal=1&boletim=59>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

Resumo: O vídeo etnográfico ‘Praça Pública’ tem a intenção de, explicitando seu processo produtivo, colaborar com outros pesquisadores e/ou realizadores audiovisuais que se dedicam ao esporte e lazer como atividade científica. Pretende servir, ainda, como material pedagógico no ensino superior e debates realizados pela Educação Física, Ciências Sociais, Arquitetura, Educação, História e áreas afins. Fruto de projeto de pesquisa, apresenta as etapas do processo de produção coletiva, que contou com a participação de 20 pesquisadores, entre estudantes e professores de três instituições de ensino superior. O trabalho é apresentado em vídeo e texto, que descreve o vídeo propriamente dito, comenta principais elementos e opções que orientaram sua realização. Sua duração deliberadamente curta, de 17 minutos, permite sua utilização em tempo de aulas. O bloco final do vídeo, denominado ‘A cidade que brinca’ é uma forma de concluir levantando perguntas, que o vídeo não se propõe responder. A intenção não é ‘ensinar’, mas fazer pensar o uso do espaço público praça como um ponto de observação das relações entre Estado e sociedade.

Introdução

Este capítulo tem por objetivo descrever o processo de produção do vídeo etnográfico ‘Praça Pública’, um dos vencedores do Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, promovido pelo Ministério do Esporte/Secretaria Nacional do Desenvolvimento de Esporte e Lazer – SNDEL. A intenção é de, explicitando os meandros do processo produtivo, colaborar com outros pesquisadores e/ou realizadores audiovisuais que se dedicam a explorar o universo do esporte e lazer como atividade de investigação científica. Após uma explanação sobre o projeto de pesquisa do qual o vídeo é um dos produtos, serão apresentadas as etapas do processo de produção coletiva, que contou com a participação de duas dezenas de pesquisadores, entre estudantes e professores das três instituições de ensino

¹⁷⁰ Antropólogo, Doutor em Multimeios, Professor-adjunto no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos/RS. Contato: bragastaldo@terra.com.br

superior vinculadas ao projeto. Em seguida, será descrito o vídeo propriamente dito, e comentados seus principais elementos e as opções que orientaram sua realização.

O projeto

O projeto “Espaços Esportivos de Lazer e Sociabilidade Cotidiana: um estudo etnográfico”, financiado pelo Ministério do Esporte através de edital da Rede CEDES, foi realizado de janeiro a dezembro de 2008, tendo sido executado por professores e estudantes da Unisinos, Ulbra e UFSM, sob coordenação geral do prof. Édison Gastaldo. Metodologicamente, o projeto consistia em uma pesquisa etnográfica em diversas praças e parques das regiões metropolitanas de São Leopoldo, Canoas e Santa Maria, onde se situam as universidades participantes.

A etnografia é um método de pesquisa muito utilizado na Antropologia, e que consiste na combinação de duas técnicas de pesquisa, a ‘observação participante’ e o ‘diário de campo etnográfico’.¹⁷¹ Originalmente um método para pesquisar sociedades tribais, geralmente sem escrita (portanto sem fontes documentais), os ‘documentos’ analisados em uma etnografia são os registros sistemáticos das observações do/a pesquisador/a, tomando a sua experiência pessoal na situação de campo como uma das fontes de dados da pesquisa.

A história da etnografia inicia nos primórdios do século XX, como um método utilizado exclusivamente para analisar grupos sociais de lugares remotos, com pouca ou nenhuma relação com a sociedade do/a pesquisador/a, que necessitava aprender a língua, os costumes e as complexidades culturais dos povos investigados ao longo de um extenso período de interação com os membros do grupo.¹⁷² Ao longo do século passado, a etnografia foi se desenvolvendo em complexidade e abrangência, particularmente a partir de sua uti-

¹⁷¹ Sobre o método etnográfico, suas potencialidades e limitações, ver Becker (1998), Geertz (1978) e Winkin (1999), entre outros.

¹⁷² O exemplo clássico desta perspectiva inicial com relação à etnografia é “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”, de Bronislaw Malinowski (1978), publicado originalmente em 1922.

lização por pesquisadores ligados à Escola de Chicago na pesquisa de grupos urbanos minoritários, como imigrantes ou delinquentes.¹⁷³

Contemporaneamente, a etnografia tem sido muito utilizada em antropologia urbana na análise de ‘situações sociais’, isto é, eventos que se desenrolam em certo lugar, no qual pessoas interagem e fatos sociais ocorrem. O que distingue a etnografia de outros métodos de pesquisa é, assim, a ênfase na interação social, no modo como, a partir da relação entre os/as participantes de dada situação, aquilo a que chamamos ‘realidade social’ vem a se manifestar.

A idéia do projeto de pesquisa, assim, era, a partir de pesquisa etnográfica, investigar os usos sociais das praças e parques pesquisados, isto é, o que as pessoas que freqüentam aqueles espaços em seu dia-a-dia efetivamente ‘fazem’ com o espaço público que a elas é disponibilizado. Normalmente, o trabalho de campo etnográfico é um empreendimento solitário. Cada pesquisador/a encontra suas próprias soluções e caminhos frente aos desafios do campo escolhido. A dinâmica de trabalho de nosso grupo de pesquisa buscou articular teoria e método para atingir este objetivo coletivamente.

Um processo de trabalho coletivo

O primeiro passo desta pesquisa, após a formação e reunião dos/as participantes, no começo do ano letivo, foi providenciar um curso de formação em pesquisa etnográfica, de modo a ‘treinar’ os futuros/as pesquisadores/as nas complexidades inerentes a este método. Tendo em vista que entre os participantes do projeto havia estudantes e professores dos cursos de Ciências Sociais e Educação Física, o primeiro movimento foi de ‘nivelar’ o conhecimento da equipe acerca da metodologia do projeto. Desta forma, o curso de etnografia, ministrado pelo coordenador, teve duração de oito horas, nas quais se apresentou a história e as principais características e dificuldades deste método, e se estimulou os/as participantes a realizar

¹⁷³ Dois bons exemplos desta ampliação do escopo da etnografia para grupos urbanos contemporâneos são ‘A Sociedade de Esquina’, de William Foote White (2007), originalmente publicado em 1943 e “Outsiders”, de Howard S. Becker (2008), originalmente publicado em 1963.

uma ‘investigação exploratória’ na situação prevista para o trabalho de campo, isto é, a vida cotidiana em uma praça. Cada participante dedicou uma tarde a observar, descrever e analisar os eventos ocorrentes em uma praça (neste momento da pesquisa, em qualquer praça, apenas como exercício, pois as praças investigadas não haviam ainda sido definidas).

Tendo formado minimamente os/as participantes do projeto na prática de pesquisa etnográfica, o próximo passo foi definir os locais para realizar a investigação. Boa parte dos professores ligados ao projeto havia participado de um mapeamento de locais públicos de esporte e lazer em São Leopoldo, Canoas e Santa Maria. Assim, com a planta urbana de cada município e o mapeamento desses locais, que incluía plantas baixas, descrições e fotografias, foram selecionados um total de 20 (vinte) praças e parques nos três municípios, atendendo a critérios de dispersão geográfica por região, de modo a não enfatizar nem as regiões centrais, nem as periferias de cada município, mas construir um balanço entre as distintas formas de oferta de espaços públicos de esporte e lazer.

Tendo sido definidos os locais para realização da pesquisa, para cada praça ou parque selecionado foi destacado um/a estudante, de acordo com critérios de facilidade de deslocamento e/ou interesse em cada espaço. A partir de então, cada estudante se responsabilizou pela investigação etnográfica cotidiana, escrevendo um relatório após cada visita a campo, chamado de ‘diário de campo etnográfico’. De modo a reunir a produção dos alunos e a centralizar as evidências de trabalho de campo para compartilhamento, foram tomadas duas medidas: a primeira, estabelecer uma rotina de reuniões gerais do grupo de pesquisa a cada quinze dias, para acompanhamento do andamento dos trabalhos e troca de experiências entre os/as estudantes; a segunda, criar um blog onde a experiência etnográfica coletiva pudesse ser facilmente arquivada e consultada por todos/as os/as participantes.

Ao longo do ano de 2008, esta foi a etapa a que mais tempo foi dedicado, praticamente oito meses de trabalho de campo coletivo. A cada reunião de acompanhamento do projeto, cada etnógrafo/a relatava suas vivências e dificuldades na situação de campo ao res-

tante do grupo de pesquisa, para sugestões, comentários e troca de experiências. Aos poucos, o processo de participação de cada estudante no cotidiano da praça produzia os primeiros contatos com os frequentadores e com as lógicas inerentes a cada praça: do tráfego intenso de passantes em uma praça à beira da BR116, no centro de Canoas à calma bucólica de uma pracinha cuidadosamente ajardinada pelos moradores na periferia de São Leopoldo, cada espaço público de lazer tem suas particularidades, suas histórias, seus frequentadores, que os estudantes começavam a compreender.

A partir do começo do segundo semestre, em meados de agosto, começamos a planejar as entrevistas. Pelos diários de campo, sistematicamente organizados por uma das bolsistas do projeto, em cada praça começavam a aparecer contatos com os/as frequentadores/as, que começavam a ter nome, histórias para contar e um lugar na vida da praça. Após uma entrevista prévia com cada estudante, em que os/as frequentadores/as eram consultados/as sobre a possibilidade de conceder entrevistas para um vídeo – convite que todos/as aceitaram – iniciaram as tratativas para o agendamento das filmagens: o vídeo ia começar a ser rodado.

Entre o final de agosto e o início de setembro, captamos as imagens, filmando cenas da vida cotidiana e elementos do equipamento de lazer de cada praça, além de uma entrevista com um informante (ou mais) de cada praça ou parque. No final de setembro, tínhamos mais de sete horas de material bruto, demandando organização e roteiro. Neste momento específico, o papel dos/as estudantes foi fundamental, transcrevendo as entrevistas e colaborando decisivamente na decupagem¹⁷⁴ das entrevistas, elementos cruciais para a elaboração do roteiro. Os critérios de seleção e montagem do material serão discutidos a seguir.

O vídeo

'Praça Pública' é um documentário etnográfico de 17 minutos, que se divide em quatro blocos, marcados por uma legenda e um

¹⁷⁴ Transcrição das falas de um entrevistado, relacionando as palavras ao *time-code* da fita, de modo a facilitar o trabalho de edição de trechos das entrevistas no vídeo final.

texto em locução off, escritos por mim e gravados pela locutora Adriana Braga nos estúdios da rádio Unisinos FM. Cada bloco apresenta uma das categorias de análise encontradas a partir da leitura dos diários de campo, discussão com os/as demais pesquisadores e participação direta nas situações de gravação das entrevistas e cenas cotidianas.

A seqüência de abertura inicia com um pai embalando sua filha em um balanço, em câmara lenta. Uma sucessão de imagens em diferentes praças apresenta distintos usos dos espaços e equipamentos de lazer, sem nenhum texto ou palavra, deixando que a música e as imagens interajam com os espectadores. No final da seqüência, uma cena de uma bicicleta no topo de uma pista de skate, em contraluz ao por do sol. O ciclista se detém por um instante, depois desce e sai de quadro. Corte para preto e entra o título do filme, *em letras brancas*.

A primeira categoria chama-se 'Um lugar na história'. Nas entrevistas e nas conversas cotidianas com os freqüentadores das diferentes praças ficou evidente a importância atribuída à existência daquele espaço público, como parte da história, tanto da coletividade como na história de vida de cada pessoa. Algumas das praças pesquisadas no projeto, no centro de São Leopoldo, têm quase duzentos anos, e constam já na primeira planta da cidade, de 1833. Na pesquisa para o projeto, algumas das estudantes descobriram um antigo livro sobre a história da fundação de São Leopoldo, onde fala da criação das praças. Elas encontraram o autor, sr. Germano Moehlecke, que havia sido um dos fundadores do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, e que possuía farta documentação sobre o assunto e concordou em conceder uma entrevista. Entre esses documentos, o mapa de 1833, que ele nos mostrou em detalhe.

Cidades são fundadas em torno de praças. Cidades da antiguidade grega tinham suas ágoras, amplos espaços públicos onde se debatiam as causas da pólis, criando uma forma de governo que se chamaria democracia. Na tradição antropológica, é frequente a referência à organização de aldeias indígenas em formato circular, com várias casas lado a lado e um amplo espaço público ao centro. No texto para locução off, a menção da palavra 'taba' para se referir a

este espaço em sociedades indígenas não chega a ser o termo mais exato, uma vez que os usos, o sentido atribuído e principalmente o nome pelo qual este espaço social é chamado variam muito de uma sociedade para outra. O texto, assim, poderia estar reiterando de certa forma um estereótipo, aquele do 'índio' ('igualando' grupos muito diferentes, como Kaingang, Urubu-Kaapor, Bororo, etc.). Porém, tratava-se justamente do contrário, de, falando das praças, não esquecer que a organização social do espaço na forma de praça é um fato global da cultura humana; em diferentes épocas e sociedades, existem esses amplos espaços públicos onde a vida em sociedade é mais intensa, a praça pública. O texto para locução *off* neste bloco é o seguinte:

Ágora. Taba. Praça. Nas mais diversas sociedades, os seres humanos se reúnem nesses espaços para discutir suas questões, cercados de casas, ocas, igrejas ou palácios. Em uma praça, nasceu a democracia. Cada praça é o resultado de um processo histórico, distante ou recente, cada praça traz em si as marcas do que um dia foi, dando sentido à experiência de uma cidade e de cada um de seus habitantes.

Em outras praças, em áreas de urbanização recente, como na periferia, a história tinha sido escrita pelos próprios frequentadores, que se reuniram e, trabalhando associados, demandaram e construíram o espaço público qualificado. Um processo histórico recente e cotidiano, uma conquista do coletivo. O bloco seguinte intitula-se 'Sociedade e Estado', e busca descrever a relação entre o Estado que disponibiliza (ou não) espaços públicos e a sociedade que os demanda. O que uma praça é evidencia a resultante desta interação. O texto *off* esclarece este ponto:

A existência de uma praça em uma comunidade é o resultado de um longo processo de negociação entre sociedade civil e poder público. A existência de uma praça testemunha uma luta vitoriosa.

Para além da ocupação de um território público na forma de praça, e da construção dos equipamentos de lazer, é necessário que haja constante manutenção desses equipamentos. Em algumas pra-

ças, há quadras, mas não goleiras, ou tabelas de basquete. Há postes de iluminação, mas as lâmpadas estão há muito tempo queimadas. Na periferia, os freqüentadores reclamam da falta de manutenção e do interesse eleitoreiro do poder público, que só se interessa pelas comunidades às vésperas de eleições.

Porém, não basta conquistar, é preciso manter as conquistas. A manutenção dos equipamentos de lazer gera demandas constantes, e poucos canais de expressão.

O simples fato de os equipamentos de lazer das praças ficarem expostos ao tempo já implica em severo desgaste, principalmente estruturas de madeira e metal, como brinquedos de parquinhos infantis, cercas e equipamentos de quadras. Deve-se acrescer a isso os danos causados pelo vandalismo, queixa constante dos entrevistados em praticamente todas as praças:

Além da ação do tempo, os equipamentos também sofrem com o vandalismo, destruição gratuita do patrimônio coletivo.

É curioso que os entrevistados, todos parte do 'povo', digam tantas vezes que a culpa pelo vandalismo é 'do povo', que não saberia cuidar do que é seu. De fato, a praça expressa as contradições da sociedade, se há violência, ela também se manifesta ali. O comentário a respeito dessa relação entre a praça e o povo que a ocupa é o mote do terceiro bloco, chamado 'a praça e o povo'. A interação com os freqüentadores de diferentes espaços de lazer deixa clara a diferença da qualidade das relações humanas que se estabelecem quando a ocupação dos espaços públicos se dá por meio de políticas orientadas a esse fim. Quando a ocupação dos equipamentos públicos de lazer ocorre ao sabor das interações entre os freqüentadores, as relações são de outra ordem. Não se pode dizer que não há organização, mas os protocolos são estabelecidos na própria situação, conflitos são resolvidos na hora, em brigas ou discussões. O julgamento moral do coletivo envolvido é a sanção imediata, e a violência física, uma possibilidade constante. O texto *off* é o seguinte:

O uso que as pessoas fazem dos equipamentos de lazer colocados à sua disposição revela importantes aspectos de sua lógica. Quando políticas públicas de lazer são implementadas, seus resultados se refletem na sociabilidade, nas interações, na vida cotidiana de seus participantes. Em outros casos, quando não há outro projeto além da disponibilização de equipamentos, os participantes regulam suas próprias práticas. Eventuais conflitos são resolvidos na hora, não há instância superior a recorrer. Exceto, é claro, o julgamento moral do coletivo.

Durante a gravação de uma entrevista, percebi que, na quadra de futebol de salão, um jogo se transformara em briga. Vi tudo à distância. Como de praxe acontece nesses casos, o conflito durou poucos segundos, até que separassem os contendores. Alguns minutos depois, fui entrevistar os rapazes que estavam jogando. O protagonista da briga, que aparece no vídeo, justifica o ocorrido com base na premissa de que 'aqui na praça sempre foi assim: futebol é pra homem'. Em um jogo sem árbitro, a distinção entre 'marcação viril' e 'violência desnecessária' é bastante sutil, e conflitos são sempre uma possibilidade.

A utilização do espaço da praça de modo espontâneo, entretanto, não pode ser reduzida às situações de conflito aberto. Muito além disso, na utilização regular da praça, os propósitos das práticas esportivas são eminentemente lúdicos, pouco importando os aspectos mais formais do esporte, como placar, árbitro, uniforme ou súmula. Regras são modificadas, a dinâmica do jogo é subvertida: a seriedade competitiva do esporte cede espaço à inconseqüência brincalhona do jogo:

A prática esportiva espontânea revela uma notável capacidade de organização interna. Sem uniformes, sem árbitros, sem placar nem apitos, o jogo segue. Times mistos, duplas, trios, invasão de campo: esporte para brincar.

Outra forma de ocupação do espaço público das praças é naquela forma de interação chamada de 'sociabilidade', forma lúdica da interação social (SIMMEL, 1984), estar com os outros pelo prazer de estar com os outros. E isso pode ocorrer em uma quadra ou pista, mas também em um banco à sombra das árvores, onde vizi-

nhos se encontram para comentar as novidades do dia e (no Rio Grande do Sul, pelo menos) tomar chimarrão.

O acesso público e gratuito, os equipamentos de lazer colocados à disposição e os bancos na sombra das árvores tornam as praças locais particularmente adequados para a sociabilidade, para relações humanas calorosas e descomprometidas. Neste espaço público privilegiado, a sociabilidade resulta em encontro, em interação, em arte: mesmo que as poéticas sejam distintas, a realidade da qual falam é uma só.

Este último trecho faz menção às diferentes maneiras de se fazer uso daquele espaço de sociabilidade. A referência às poéticas diz respeito a dois dos informantes terem decidido declamar poesias de sua autoria para a câmara, além de um grupo de B-Boy (dança de rua) ter feito uma apresentação na praça especialmente para este vídeo. Um dos entrevistados, um líder comunitário que mora em frente a uma praça que ele próprio ajardina e cuida, declamou um pequeno poema em quadras, dedicado à natureza e ao meio-ambiente. O outro, um *rapper* do bairro Guajuviras, que cantou seu hip-hop sobre a vida cotidiana na periferia da cidade de Canoas, local onde 'quem é fraco não se cria, no dia-a-dia tem que manter o proceder na picardia, firme e forte eu quero ver.' Poeticamente muito distintas, sem dúvida, mas todas essas expressões artísticas encontram seu lugar de expressão na praça pública.

O último bloco, intitulado 'Noite' busca apresentar outro tema constante da fala dos entrevistados, o 'lado B' de cada praça, que se transforma quando anoitece. O mesmo local onde as crianças brincam durante o dia pode se tornar palco de violência, prostituição e crime, um consenso entre os entrevistados: a praça à noite é um local perigoso.

O território público da praça se transforma quando anoitece. A mesma liberdade oportunizada pelo espaço público torna a praça um local potencialmente perigoso à noite: terra de ninguém.

A principal entrevista deste bloco é com um líder comunitário da Cohab-Feitoria, tido como um dos bairros mais violentos de

São Leopoldo. Nela, ele comenta um fato ocorrido ali na praça poucos dias antes da entrevista, quando ocorreu um homicídio durante a madrugada. O crime teria sido motivado por um acerto de contas de traficantes com um usuário que estava devendo dinheiro. O depoimento é notável pela lucidez no diagnóstico da violência e suas causas e pela esperança no trabalho da coletividade, 'fazendo a diferença'.

Para concluir

'Praça Pública' foi produzido com a finalidade de servir como material de apoio pedagógico no ensino superior. Sua duração deliberadamente curta, de 17 minutos, permite utilizar o tempo de aula para debater temas tratados no filme, em cursos de graduação de Educação Física, Ciências Sociais, Arquitetura, Educação, História e áreas afins. O bloco final do vídeo, denominado 'A cidade que brinca' é uma forma de concluir levantando perguntas, que o vídeo não se propõe responder. A intenção não é 'ensinar', mas fazer pensar, cogitar que o uso do espaço público disponibilizado em forma de praça é um excelente ponto de observação das relações entre Estado e sociedade:

Os problemas da vida cotidiana em uma praça refletem as contradições mais amplas da sociedade da qual ela é parte. Como oferecer liberdade sem haver vandalismo? Como limitar a violência sem restringir a liberdade? Talvez uma resposta esteja nas brincadeiras das crianças. É preciso saber ganhar e saber perder, a ter respeito sem comiseração, e orgulho sem arrogância. A vivência coletiva do espaço público mostra que há muito para aprender em uma praça. Cidadania, respeito e tolerância podem acontecer brincando.

Realizar 'Praça Pública' foi um desafio em muitas frentes, pelas dificuldades inerentes a trabalhar com um coletivo de mais de vinte pessoas vinculadas a três instituições diferentes e de formações acadêmicas distintas. Além disso, o financiamento do projeto não contemplava a aquisição de equipamento, somente material de consumo, e o prazo para execução do projeto todo era de um ano, quando

uma etnografia leva normalmente o mínimo de um ano apenas em trabalho de campo. Essas dificuldades foram superadas graças ao espírito de equipe que sempre uniu os participantes do projeto, compensando com esforço e dedicação as limitações materiais e de tempo. Aprendemos todos, vivemos experiências de campo juntos. Conseguimos.

Referências bibliográficas

BECKER, Howard. *Outsiders: estudos em sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril, 1978.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1984.

WHITE, William F. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

WINKIN, Yves. *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Campinas: Papyrus, 1999.

Ministério
do Esporte

